

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC

SOBRE ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS E SEUS VISITANTES – REFLEXÕES
SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO COM ESTUDO DE CASO NO PARQUE
NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

Renata Burlamaqui Bradford

RIO DE JANEIRO
2019

RENATA BURLAMAQUI BRADFORD

**SOBRE ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS E SEUS VISITANTES – REFLEXÕES
SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO COM ESTUDO DE CASO NO PARQUE
NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS**

Dissertação apresentada ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ecoturismo e Conservação

Comitê de Orientação:

Prof. Dr. Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo
Profª. Dra. Camila G. de Oliveira Rodrigues
Prof. Dr. Bruno Francisco Teixeira Simões

Área: Ecoturismo e Conservação

Linha de Pesquisa: Gestão de áreas protegidas

RIO DE JANEIRO

2019

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

B799 Bradford, Renata Burlamaqui
Sobre áreas naturais primitivas e seus visitantes - reflexões sobre o contexto brasileiro com estudo de caso no Parque Nacional da Serra dos Órgãos / Renata Burlamaqui Bradford. -- Rio de Janeiro, 2019.
203p.

Orientador: Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo.

Coorientadora: Camila G. de Oliveira Rodrigues.
Coorientador: Bruno Francisco Teixeira Simões.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação, 2019.

1. manejo. 2. planejamento. 3. recreação. 4. parque nacional. 5. visitação. I. Figueiredo, Carlos Augusto Assumpção de, orient. II. Rodrigues, Camila G. de Oliveira, coorient. III. Simões, Bruno Francisco Teixeira, coorient. III. Título.

Nome: Renata Burlamaqui Bradford

Título: **Sobre áreas naturais primitivas e seus visitantes** - reflexões sobre o contexto brasileiro com estudo de caso no Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Dissertação apresentada ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ecoturismo e Conservação.

Aprovado em: 30/10/2019

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Camila G. de Oliveira Rodrigues – UFRRJ e PPGEC-UNIRIO

Examinador interno: Prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade – PPGEC-UNIRIO

Examinador interno: Prof. Dr. André Scarambone Zaú – PPGEC-UNIRIO

Examinadora externa: Dra. Kátia Torres - ICMBio

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que me incentivaram, ensinaram, guiaram e contribuíram para essa dissertação sair, e correndo o risco de não citar algumas, gostaria de destacar alguns nomes.

A Delson de Queiroz que, além de me apresentar ao fascinante campo de planejamento e manejo da visitação, me provocou com reflexões, guiou passos de pesquisa e foi que teve a ideia de incorporar “naturais” no conceito de áreas naturais primitivas.

É por minha atuação na Femerj, CBME e Acceso PanAm que obtive experiência e me apaixonei por essa área, e através dessas instituições luto por visitação, conservação e acesso. Agradeço a confiança e a oportunidade de participar dessas instituições.

Ao meu *board* de orientação – Bruno Simões, Camila Rodrigues e Carlos Figueiredo - que dedicou horas para me ajudar a sair do *advocacy* e entrar na análise acadêmica, além de excelentes contribuições e reflexões sobre métodos e conceitos.

À equipe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos por entender a visitação como mutuamente benéfica à conservação e por ter me apoiado nesta pesquisa.

À Alba Simon, quem deu uma ótima sugestão que inspirou o título da dissertação.

A todos os participantes de interlocuções e grupos focais, que por motivos de anonimato, não posso citar os nomes.

Alguns parceiros de montanha contribuíram ao longo dos anos para pensamentos incluídos aqui, em especial, André Ilha, Steffan Gregory e Miguel Freitas.

À minha sempre presente e paciente família que me instiga a ser uma pessoa melhor e me apoia em todas aventuras nas montanhas e fora delas. E a amigos que me aturaram mesmo quando eu me trancava em casa para terminar a dissertação sem poder escalar em plena temporada, o que nem sempre gerava um bom humor.

Sem vocês, essa pesquisa não teria saído. Meu muito obrigada.

RESUMO

As visitas a áreas naturais primitivas têm o potencial de construir significados de lugar (*place meaning*) e promover conexão emocional (*place attachment*) a partir de aspectos objetivos e subjetivos. No Brasil, um dos poucos parques que possibilitam a visitação nestas áreas é o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, RJ (Parnaso). Com o objetivo de gerar subsídios para o planejamento e o manejo da visitação em áreas naturais primitivas de forma a promover a diversidade de oportunidades de visitação, essa pesquisa utiliza uma abordagem multimétodos que permite extrair a complexidade e as distintas dimensões do tema. A partir de técnicas de mapeamento participativo e o cruzamento com categorias de manejo de trilhas foram identificadas as oportunidades de montanhismo no Parnaso (trilhas, travessias e áreas de escalada) e delimitado o foco e a população desta pesquisa. Os resultados mostram mais de 2.000 km em 182 oportunidades de montanhismo identificadas, o que se traduz em 362 km de trilhas que o Parque precisa manejar, seja direta ou indiretamente, indicando que há uso em todas as zonas do Parque. Dois grupos focais com visitantes de áreas naturais primitivas foram realizados com o uso de debates e metodologias participativas para acessar conteúdos simbólicos com base na hermenêutica, análise de conteúdo e pelo uso de um software de análises qualitativas, IRAMUTEQ. Os participantes desenvolveram relações significativas com as áreas naturais primitivas do Parnaso a partir de emoções, experiências vivenciadas e histórias contadas. Os significados se concentraram naqueles atrelados ao risco e ameaça à experiência em áreas naturais primitivas e nos relacionados à prática do montanhismo como base para a construção da identidade e satisfação com a experiência. O cruzamento entre os resultados advindos de ferramentas de planejamento, mapeamento de oportunidades, categorias de manejo de trilhas e significados de lugares aponta para a importância do manejo da visitação de áreas naturais primitivas. Considerando que as decisões de manejo têm um papel de destaque no processo de construção de significados e têm o potencial de maximizar ou minimizar o caráter primitivo de áreas, são propostas recomendações de manejo para as áreas naturais primitivas como base para proporcionar o aumento da diversidade de oportunidades de visitação. A pesquisa enfatiza a relação intrínseca entre a visitação recreativa e a categoria parques e propõe uma nova abordagem, onde a recreação passa a ser entendida como um valor de conservação e valor público fundamental, contribuindo para atingir os objetivos legais e de manejo dos parques nacionais.

Palavras-chave: manejo, planejamento, visitação, recreação, parque nacional, significado de lugar

ABSTRACT

Recreation on areas with wilderness character has the potential to inspire the construction of place meaning and promote place attachment. Serra dos Órgãos National Park in Rio de Janeiro, Brazil, is one of the few parks in the country that allows visitation in these areas. In order to generate data for recreation planning and management in 'primitive natural areas' so as to promote the diversity of opportunities, this research uses a multi-method approach to access the complexity and distinct dimensions of the theme. Participatory mapping and trail management categories were the basis for identifying the recreation opportunities in the Park (hiking, backpacking trails, and climbing areas) and establishing the population of this research. The results show over 2,000 km in 182 identified recreation opportunities, which translates into 362 km of trails that the Park needs to manage, either directly or indirectly. This processes identified use in all areas of the Park, regardless of zoning restrictions or regulations. Two focus groups with visitors from 'primitive natural areas' were conducted using guided debates and participatory methodologies to access symbolic content based on hermeneutics, content analysis and the use of a qualitative analysis software - IRAMUTEQ. Participants developed meaningful relationships with 'primitive natural areas' of the Park based on emotions, lived experiences and storytelling. Place meanings were developed from the risk and threat to the wilderness experience, place identity where hiking and climbing recreation play a big role, and experience satisfaction. The results coming from planning frameworks, participatory mapping, trail management categories and place meanings point to the importance of managing visitation in primitive natural areas. Considering that management decisions play a prominent role in shaping place meanings and have the potential to maximize or minimize the primitive character, recommendations for managing visitation in primitive natural areas as a basis for increasing the diversity of recreation opportunities are listed. This research emphasizes the intrinsic relationship between recreation and parks and proposes a new approach, where recreation is understood as a conservation value and a fundamental public value, contributing to the achievement of legal and management objectives of national parks.

Keyword: management, planning, visitation, recreation, national park, place meaning

LISTA DE SIGLAS

- CBME - Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada
- CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
- CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil
- ECO-92 - Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- ESEC – Estação ecológica
- EUA – Estados Unidos da América
- FEMERJ - Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- INEA - Instituto Estadual do Ambiente
- LAC - Limite aceitável de câmbio
- ONG – Organização não governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PARNA - Parque nacional (a categoria de unidade de conservação)
- PARNASO - Parque Nacional da Serra dos Órgãos
- PPGIS - Participação pública e sistemas de informação geográfica
- REBIO – Reserva biológica
- ROS - *Recreation Opportunities Spectrum* ou Espectro de Oportunidades de Recreação
- ROVUC – Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação
- UC - Unidade de conservação
- UICN - União Internacional para Conservação da Natureza
- VERP - *Visitors Experience Resource Protection*
- VGI - Informações geográficas voluntárias
- VUM - Visitor Use Management

SUMÁRIO

1	UM CONVITE AO PRIMITIVO	11
2	INTRODUÇÃO	13
3	METODOLOGIA	18
3.1	Uma reflexão metodológica autoetnográfica	18
3.2	Reflexões sobre a produção do conhecimento	19
3.3	Métodos	21
4	REFERENCIAL TEÓRICO	26
4.1	Manejo da visitação em áreas primitivas	26
4.2	Diversidade de oportunidades de recreação	27
4.3	Espectro de oportunidades de recreação	28
4.4	Manejo por objetivos	32
4.5	Os visitantes de parques	34
4.6	O relacionamento com os lugares	36
5	VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA	41
5.1	A visitação e os princípios do direito ambiental	41
5.2	Considerações históricas sobre visitação em parques nacionais brasileiros	43
5.3	A categoria parques nacionais no SNUC e na UICN	48
5.4	Instrumentos de planejamento	50
5.5	Reflexões sobre o momento atual	52
5.6	Principais pontos do capítulo	56
6	ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS	58
6.1	A construção cultural de <i>wilderness</i>	58
6.2	O caráter primitivo	61
6.3	As áreas naturais primitivas e a gestão de parques no Brasil	63
	A escolha do termo	66
6.4	Principais pontos do capítulo	69
7	ESTUDO DE CASO - PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS	71
7.1	O Parque Nacional da Serra dos Órgãos	71
7.2	Mapeamento da visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos	77
	O mapeamento colaborativo	80
7.3	Resultados do mapeamento colaborativo	86
7.4	Discussão sobre o mapeamento colaborativo	91
7.5	As áreas naturais primitivas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos	94
7.6	Principais pontos do capítulo	96
8	OS SIGNIFICADOS DE LUGAR DE VISITANTES DE ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS	98
8.1	Os grupos focais de montanhistas	101
	Os encontros	105
8.2	Análise de conteúdo dos dados	107
8.3	Análise de dados no IRAMUTEQ	110
8.4	Resultados dos encontros dos grupos focais de montanhistas	113
	Significados atrelados ao risco da perda de acesso e à ameaça ao caráter primitivo	115
	Restrições de acesso definidas pelo Parque	115

	O processo de turistificação das áreas de montanha	119
	Necessidade de garantir a experiência em área natural primitiva	124
	Significados atrelados à construção da identidade e da experiência	129
	O montanhismo como base para a identidade e a criação de significado	129
	A satisfação com a visita	134
8.5	Discussão do capítulo	143
8.6	Principais pontos do capítulo	149
9	CONSIDERAÇÕES GERAIS	151
10	RECOMENDAÇÕES PARA A GESTÃO DA VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS	159
11	UMA NOTA FINAL	165
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
13	APÊNDICE 1 – BANCO DE DADOS DE OPORTUNIDADES DE MONTANHISMO NO PARNASO	188
14	APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	199
15	APÊNDICE 3 – EXEMPLOS DE BIGRAMAS, TRIGRAMAS E TETRAGRAMAS CRIADOS	200
16	APÊNDICE 4 – SINÔNIMOS E PADRONIZAÇÃO DE VOCABULÁRIO – ALGUNS EXEMPLOS	202

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC

**SOBRE ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS E SEUS VISITANTES – REFLEXÕES
SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO COM ESTUDO DE CASO NO PARQUE
NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS**

Renata Burlamaqui Bradford

RIO DE JANEIRO
2019

RENATA BURLAMAQUI BRADFORD

**SOBRE ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS E SEUS VISITANTES – REFLEXÕES
SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO COM ESTUDO DE CASO NO PARQUE
NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS**

Dissertação apresentada ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ecoturismo e Conservação

Comitê de Orientação:

Prof. Dr. Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo
Profª. Dra. Camila G. de Oliveira Rodrigues
Prof. Dr. Bruno Francisco Teixeira Simões

Área: Ecoturismo e Conservação

Linha de Pesquisa: Gestão de áreas protegidas

RIO DE JANEIRO

2019

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Data:

Assinatura:

BRADFORD, RENATA B.

Sobre áreas naturais primitivas e seus visitantes - reflexões sobre o contexto brasileiro com estudo de caso no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Rio de Janeiro, 2019.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação

Nome: Renata Burlamaqui Bradford

Título: **Sobre áreas naturais primitivas e seus visitantes** - reflexões sobre o contexto brasileiro com estudo de caso no Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Dissertação apresentada ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ecoturismo e Conservação.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Camila G. de Oliveira Rodrigues – UFRRJ e PPGEC-UNIRIO

Examinador interno: Prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade – PPGEC-UNIRIO

Examinador interno: Prof. Dr. André Scarambone Zaú – PPGEC-UNIRIO

Examinadora externa: Dra. Kátia Torres - ICMBio

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que me incentivaram, ensinaram, guiaram e contribuíram para essa dissertação sair, e correndo o risco de não citar algumas, gostaria de destacar alguns nomes.

A Delson de Queiroz que, além de me apresentar ao fascinante campo de planejamento e manejo da visitação, me provocou com reflexões, guiou passos de pesquisa e foi que teve a ideia de incorporar “naturais” no conceito de áreas naturais primitivas.

É por minha atuação na Femerj, CBME e Acceso PanAm que obtive experiência e me apaixonei por essa área, e através dessas instituições luto por visitação, conservação e acesso. Agradeço a confiança e a oportunidade de participar dessas instituições.

Ao meu *board* de orientação – Bruno Simões, Camila Rodrigues e Carlos Figueiredo - que dedicou horas para me ajudar a sair do *advocacy* e entrar na análise acadêmica, além de excelentes contribuições e reflexões sobre métodos e conceitos.

À equipe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos por entender a visitação como mutuamente benéfica à conservação e por ter me apoiado nesta pesquisa.

À Alba Simon, quem deu uma ótima sugestão que inspirou o título da dissertação.

A todos os participantes de interlocuções e grupos focais, que por motivos de anonimato, não posso citar os nomes.

Alguns parceiros de montanha contribuíram ao longo dos anos para pensamentos incluídos aqui, em especial, André Ilha, Steffan Gregory e Miguel Freitas.

À minha sempre presente e paciente família que me instiga a ser uma pessoa melhor. E a amigos que me aturaram mesmo quando eu me trancava em casa para terminar a dissertação sem poder escalar em plena temporada, o que nem sempre gerava um bom humor.

Sem vocês, essa pesquisa não teria saído. Meu muito obrigada.

RESUMO

As visitas a áreas naturais primitivas têm o potencial de construir significados de lugar (*place meaning*) e promover conexão emocional (*place attachment*) a partir de aspectos objetivos e subjetivos. No Brasil, um dos poucos parques que possibilitam a visitação nestas áreas é o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, RJ (Parnaso). Com o objetivo de gerar subsídios para o planejamento e o manejo da visitação em áreas naturais primitivas de forma a promover a diversidade de oportunidades de visitação, essa pesquisa utiliza uma abordagem multimétodos que permite extrair a complexidade e as distintas dimensões do tema. A partir de técnicas de mapeamento participativo e o cruzamento com categorias de manejo de trilhas foram identificadas as oportunidades de montanhismo no Parnaso (trilhas, travessias e áreas de escalada) e delimitado o foco e a população desta pesquisa. Os resultados mostram mais de 2.000 km em 182 oportunidades de montanhismo identificadas, o que se traduz em 362 km de trilhas que o Parque precisa manejar, seja direta ou indiretamente, indicando que há uso em todas as zonas do Parque. Dois grupos focais com visitantes de áreas naturais primitivas foram realizados com o uso de debates e metodologias participativas para acessar conteúdos simbólicos com base na hermenêutica, análise de conteúdo e pelo uso de um software de análises qualitativas, IRAMUTEQ. Os participantes desenvolveram relações significativas com as áreas naturais primitivas do Parnaso a partir de emoções, experiências vivenciadas e histórias contadas. Os significados se concentraram naqueles atrelados ao risco e ameaça à experiência em áreas naturais primitivas e nos relacionados à prática do montanhismo como base para a construção da identidade e satisfação com a experiência. O cruzamento entre os resultados advindos de ferramentas de planejamento, mapeamento de oportunidades, categorias de manejo de trilhas e significados de lugares aponta para a importância do manejo da visitação de áreas naturais primitivas. Considerando que as decisões de manejo têm um papel de destaque no processo de construção de significados e têm o potencial de maximizar ou minimizar o caráter primitivo de áreas, são propostas recomendações de manejo para as áreas naturais primitivas como base para proporcionar o aumento da diversidade de oportunidades de visitação. A pesquisa enfatiza a relação intrínseca entre a visitação recreativa e a categoria parques e propõe uma nova abordagem, onde a recreação passa a ser entendida como um valor de conservação e valor público fundamental, contribuindo para atingir os objetivos legais e de manejo dos parques nacionais.

Palavras-chave: manejo, planejamento, visitação, recreação, parque nacional, significado de lugar

ABSTRACT

Recreation on areas with wilderness character has the potential to inspire the construction of place meaning and promote place attachment. Serra dos Órgãos National Park in Rio de Janeiro, Brazil, is one of the few parks in the country that allows visitation in these areas. In order to generate data for recreation planning and management in 'primitive natural areas' so as to promote the diversity of opportunities, this research uses a multi-method approach to access the complexity and distinct dimensions of the theme. Participatory mapping and trail management categories were the basis for identifying the recreation opportunities in the Park (hiking, backpacking trails, and climbing areas) and establishing the population of this research. The results show over 2,000 km in 182 identified recreation opportunities, which translates into 362 km of trails that the Park needs to manage, either directly or indirectly, indicating that there is use in all areas of the Park, regardless of zoning restrictions. Two focus groups with visitors from 'primitive natural areas' were conducted using guided debates and participatory methodologies to access symbolic content based on hermeneutics, content analysis and the use of a qualitative analysis software - IRAMUTEQ. Participants developed meaningful relationships with 'primitive natural areas' of the Park based on emotions, lived experiences and storytelling. Place meanings were developed from the risk and threat to the wilderness experience, place identity where hiking and climbing recreation play a big role, and experience satisfaction. The results coming from planning frameworks, participatory mapping, trail management categories and place meanings point to the importance of managing visitation in primitive natural areas. Considering that management decisions play a prominent role in shaping place meanings and have the potential to maximize or minimize the primitive character, recommendations for managing visitation in primitive natural areas as a basis for increasing the diversity of recreation opportunities are listed. This research emphasizes the intrinsic relationship between recreation and parks and proposes a new approach, where recreation is understood as a conservation value and a fundamental public value, contributing to the achievement of legal and management objectives of national parks.

Keyword: management, planning, visitation, recreation, national park, place meaning

LISTA DE SIGLAS

CBME - Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil
ECO-92 - Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ESEC – Estação ecológica
EUA – Estados Unidos da América
FEMERJ - Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
LAC - Limite aceitável de câmbio
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PARNA - Parque nacional (a categoria de unidade de conservação)
PARNASO - Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PPGIS - Participação pública e sistemas de informação geográfica
REBIO – Reserva biológica
ROS - *Recreation Opportunities Spectrum* ou Espectro de Oportunidades de Recreação
ROVUC – Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação
UC - Unidade de conservação
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza
VERP - *Visitors Experience Resource Protection*
VGI - Informações geográficas voluntárias
VUM - Visitor Use Management

SUMÁRIO

1	UM CONVITE AO PRIMITIVO	11
2	INTRODUÇÃO	13
3	METODOLOGIA	18
3.1	Uma reflexão metodológica autoetnográfica	18
3.2	Reflexões sobre a produção do conhecimento	19
3.3	Métodos	21
4	REFERENCIAL TEÓRICO	26
4.1	Manejo da visitação em áreas primitivas	26
4.2	Diversidade de oportunidades de recreação	27
4.3	Espectro de oportunidades de recreação	28
4.4	Manejo por objetivos	32
4.5	Os visitantes de parques	34
4.6	O relacionamento com os lugares	36
5	VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA	41
5.1	A visitação e os princípios do direito ambiental	41
5.2	Considerações históricas sobre visitação em parques nacionais brasileiros	43
5.3	A categoria parques nacionais no SNUC e na UICN	48
5.4	Instrumentos de planejamento	50
5.5	Reflexões sobre o momento atual	52
5.6	Principais pontos do capítulo	56
6	ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS	58
6.1	A construção cultural de <i>wilderness</i>	58
6.2	O caráter primitivo	61
6.3	As áreas naturais primitivas e a gestão de parques no Brasil	63
	A escolha do termo	66
6.4	Principais pontos do capítulo	69
7	ESTUDO DE CASO - PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS	71
7.1	O Parque Nacional da Serra dos Órgãos	71
7.2	Mapeamento da visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos	77
	O mapeamento colaborativo	80
7.3	Resultados do mapeamento colaborativo	86
7.4	Discussão sobre o mapeamento colaborativo	91
7.5	As áreas naturais primitivas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos	94
7.6	Principais pontos do capítulo	96
8	OS SIGNIFICADOS DE LUGAR DE VISITANTES DE ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS	98
8.1	Os grupos focais de montanhistas	101
	Os encontros	105
8.2	Análise de conteúdo dos dados	107
8.3	Análise de dados no IRAMUTEQ	110
8.4	Resultados dos encontros dos grupos focais de montanhistas	113
	Significados atrelados ao risco da perda de acesso e à ameaça ao caráter primitivo	115
	Restrições de acesso definidas pelo Parque	115

	O processo de turistificação das áreas de montanha	119
	Necessidade de garantir a experiência em área natural primitiva	124
	Significados atrelados à construção da identidade e da experiência	129
	O montanhismo como base para a identidade e a criação de significado	129
	A satisfação com a visita	134
8.5	Discussão do capítulo	143
8.6	Principais pontos do capítulo	149
9	CONSIDERAÇÕES GERAIS	151
10	RECOMENDAÇÕES PARA A GESTÃO DA VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS	159
11	UMA NOTA FINAL	165
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
13	APÊNDICE 1 – BANCO DE DADOS DE OPORTUNIDADES DE MONTANHISMO NO PARNASO	188
14	APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	199
15	APÊNDICE 3 – EXEMPLOS DE BIGRAMAS, TRIGRAMAS E TETRAGRAMAS CRIADOS	200
16	APÊNDICE 4 – SINÔNIMOS E PADRONIZAÇÃO DE VOCABULÁRIO – ALGUNS EXEMPLOS	202

1. UM CONVITE AO PRIMITIVO

Vocês sabem o que os conecta a áreas naturais?

As motivações para se visitar uma área natural, uma montanha e um parque variam consideravelmente de acordo com o nível de habilidade, experiências prévias, expectativas (EWERT, 1994). No meu caso, pratico montanhismo há 25 anos e escalo há 20, o que me levou a ter diversos momentos especiais na montanha; essa experiência está no centro da minha conexão emocional com as áreas naturais. E essa conexão é o *driver* que me instigou a uma dedicação às montanhas através da atuação em organizações de montanhismo nos âmbitos estadual, nacional e internacional desde 2003 e, especificamente, a temas relacionados à visitação em unidades de conservação, acesso e conservação desde 2007. O foco desse ativismo é equacionar o direito de visitar as montanhas com a responsabilidade de proteger o meio ambiente, aprimorando o planejamento e manejo da visitação. De forma a ilustrar algumas facetas da visitação, iniciarei essa dissertação com um relato pessoal.

Para se chegar ao cume do Garrafão, uma montanha no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ, há algumas opções: seguir por uma das trilhas mais populares do parque, a da Pedra do Sino, percorrendo 11 km em um traçado bem marcado, com intervenções na trilha, abrigo de montanha e acampamento estruturado. Ou subir a via de escalada Crazy Muzungus, uma opção complexa que demanda um dia para chegar na base da montanha, três dias escalando e mais um dia para descer. Para acessar a base dessa via, é preciso cruzar uma área do Parque que requer autorização especial, e é necessário fazer uma caminhada de aproximação subindo o Rio Soberbo. Não há trilha: usamos o nosso “faro montanhístico” para descobrir o caminho que ora percorre a floresta fechada, e ora as pedras do rio. Esta era minha escolha.

Na primeira das quatro vezes que tentei escalar essa via, demorei dois dias e meio somente para encontrar a base da montanha! Não sabíamos por onde ultrapassar os vários obstáculos em forma de lindas cachoeiras, e a vegetação fechada tornava muito lento o avançar pela floresta. Isso fazia parte da aventura e do desafio que buscávamos que incluía a incerteza e a autossuficiência da equipe em uma área com alto nível de adversidade. Nossa expectativa era “aventura na veia” e tínhamos conhecimento e habilidades para encarar esse desafio.

A história da escalada fica para outro momento. Chamo atenção para as características encontradas: uma área de difícil acesso, com alto grau de naturalidade, sem intervenção

perceptível do ser humano, nem mesmo aquelas para apoio à visitação, como sinalização, banheiros e áreas de acampamento. Um local de natureza exuberante que oferece sensações de liberdade, autonomia e solidão e estabelece desafios inerentes às características das áreas, que por sua vez impõem os limites para quem visita. Os visitantes que se aventuram nessa área devem ter conhecimentos técnicos e habilidades de gerenciamento de risco e, portanto, exige-se alta experiência em ambientes naturais (QUEIROZ; BRADFORD, 2012). Essas áreas são aqui denominadas áreas naturais primitivas.

Voltando a minha expedição: o que será que nos fazia voltar depois de fracassar quatro vezes? Será que eram somente questões objetivas? A montanha, a escalada, a não-trilha? Ou a experiência havia estimulado a criação de um significado específico, especial, para aquela área, para a montanha, para o parque?

É a partir desse breve relato, que mistura preceitos de autoetnografia (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), significados subjacentes das visitas (PATTERSON et al., 1998), com uma pitada de questões tangíveis de visitação em áreas naturais primitivas, que exploraremos o primitivo, o remoto, o inóspito do PARNASO.

2. INTRODUÇÃO

“[...] fomos levados a pensar que a nossa política de recreação deve basear-se apenas nos desejos e nas necessidades da maioria. A única coisa nova sobre essa premissa é a proposição de que, na medida em que temos muito espaço e muito tempo, é nosso dever diversificar a nossa política de recreação em alguns lugares para satisfazer os desejos e as necessidades da minoria. A maioria, sem dúvida, quer estradas de automóveis, hotéis de veraneio, trilhas estabelecidas e outras conveniências modernas [...] Mas uma minoria muito substancial, penso eu, quer exatamente o contrário. As exigências do público para acampamentos e viagens selvagens, respectivamente, são legítimas e fortes, mas distintas (LEOPOLD, 1921 - tradução nossa)

“Conhecer para preservar”. Esse é um mote bastante conhecido em conservação, mais especificamente em educação ambiental e visitação em áreas naturais. Indo além da retórica, verifica-se que ele sintetiza a importância de oferecer oportunidades para as pessoas vivenciarem experiências na natureza e, assim, poderem entender a sua relevância e desenvolver uma conexão emocional com áreas naturais, buscando se engajar em atividades em prol da conservação da natureza.

As atividades recreativas ao ar livre têm o potencial de transformar esse discurso em prática. As experiências vividas por montanhistas¹, por exemplo, têm o potencial de promover não apenas o desenvolvimento físico, técnico e pessoal de seus praticantes, mas também um forte vínculo emocional com as montanhas, palco de suas aventuras. Dois ícones da escalada da década de 60 nos EUA, por exemplo, se tornaram ambientalistas líderes. A Fundação Conservación Patagonia, de Doug e Kris Tompkins, recentemente doou cerca de 400.000 hectares de terra ao governo chileno para a criação de áreas protegidas (BBC, 2017; TOMPKINS CONSERVATION, 2017). Já Yvon Chouinard transformou sua empresa de vestuário para montanhistas, chamada Patagonia, em uma das líderes em comércio justo e sustentável no mundo, e doa milhares de dólares anualmente para organizações ambientalistas (B-CORP, 2017). No Brasil, um dos expoentes é André Ilha, que possui mais de quatro décadas de montanhismo e atuou por diversas vezes e em diferentes cargos em órgãos estaduais de meio ambiente do Rio de Janeiro, tendo liderado o estabelecimento de

¹ Montanhismo é “a prática esportiva ou de lazer, comercial ou não, que se caracteriza pela exploração de áreas naturais e ascensão em montanhas, por meio de caminhadas ou escaladas, com diferentes graus de dificuldade e tempos de duração. O termo “montanhismo” abrange as seguintes atividades e suas práticas derivadas: caminhadas e trilhas de curta e longa distância, eventualmente incluindo pernoites, acampamentos, todas as modalidades de escalada e alta montanha [...]” (CBME, 2016).

oito parques e reservas estaduais no Estado, além de outras unidades de conservação (UCs), totalizando cerca de 150 mil ha. preservados de mata atlântica².

As UCs são lugares privilegiados para o desenvolvimento dessas conexões e a promoção da conservação de maneira direta e indireta (HALPENNY, 2006). Portanto, devem ser geridas para promover o uso público responsável de maneira a fortalecer a visitação como um objetivo de manejo de conservação, proporcionando a proteção da qualidade da experiência da visitação e dos recursos naturais. Para tal, é essencial que o planejamento e o manejo da visitação sejam realizados de maneira a minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos da visitação e, para isso, devem considerar aspectos ambientais, simbólicos, sociais, culturais e gerenciais (EISENHAUER; KRANNICH; BLAHNA, 2000; PETTENGILL; MANNING, 2011).

Ferramentas metodológicas e de planejamento correlacionam esses aspectos para estabelecer os objetivos de manejo de áreas, como é o caso do *Recreation Opportunities Spectrum* ou Espectro de Oportunidades de Recreação (ROS), que estabelece graus crescentes e diferenciados de diversos atributos para promover a diversidade de oportunidades de visitação em áreas protegidas (CLARK; STANKEY, 1979). Enquanto nos Estados Unidos, o ROS é conhecido, estudado e implementado há décadas (CLARK; STANKEY, 1979; PETTENGILL; MANNING, 2011; WARZECHA et al., 2001), no Brasil, tanto em âmbito de planejamento e gestão, como na academia, a sua aplicação ainda é incipiente, embora recentemente o ROS tenha sido adaptado como o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC) (CREMA; FARIA, 2018).

Focando em questões objetivas de gestão – aspectos ambientais, sociais e gerenciais - o ROS ou o ROVUC apresenta um *continuum* de classes de oportunidades de recreação que possibilita desde vivências sociais em um ambiente urbanizado até experiências em um ambiente com alto grau de naturalidade, onde a sensação de solidão e a aventura predominam. Esta última classe de oportunidades está intimamente conectada com o caráter primitivo encontrado em áreas *wilderness*, nos EUA, uma categoria de área protegida onde as alterações promovidas pelo ser humano são mínimas ou visualmente imperceptíveis (inclusive de ações diretas de manejo), o grau de naturalidade é alto e que oferece

² André Ilha, comunicação pessoal em 10/09/2019

oportunidades de recreação ao ar livre de forma a promover a solitude e a sensação de liberdade.

No Brasil podemos encontrar diversas áreas que oferecem as características ambientais deste caráter primitivo, mas nem sempre a recreação é permitida nessas áreas. Aqui não é incomum que parques tenham ampla área proibida à visitação, seja a partir de regras ou do zoneamento, como foi o caso do Parque Estadual da Pedra Selada (RJ) e o Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos (RJ) (FEMERJ, 2016, 2018a). Mesmo quando os planos preveem a visitação de forma mais abrangente, a visitação em áreas que se assemelham à *wilderness* é escassamente planejada e ofertada. Ela somente é permitida e estimulada legalmente em poucos parques, sendo o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) um deles.

Essa visitação possui características específicas e o termo ‘áreas naturais primitivas’ será utilizado a partir de uma adaptação do conceito do caráter primitivo intrínseco a áreas *wilderness*, que alcança um público especializado e capacitado em atividades em áreas naturais. Essa e outras questões que serão levantadas na dissertação motivaram o desenho dos objetivos da pesquisa.

Assim, a pesquisa teve como objetivo gerar subsídios para o planejamento e o manejo da recreação em áreas naturais primitivas de forma que estimule a promoção da diversidade de oportunidades de visitação. E, como objetivos específicos:

- 1) Propor o conceito de áreas naturais primitivas e sua aplicação no Brasil à luz do conceito de *wilderness* e da sua conceituação nos EUA.
- 2) Analisar a interrelação entre visitação, recreação e parques com base numa contextualização histórica da criação de parques no Brasil e em instrumentos legais e infralegais brasileiros e estrangeiros.
- 3) Mapear a atual visitação no PARNASO e verificar possibilidades para estimular a promoção da diversidade de oportunidades de visitação no Parque com base na proposta das áreas naturais primitivas.
- 4) Identificar e analisar os valores e significados de lugar atribuídos por visitantes às áreas naturais primitivas do PARNASO e a sua conexão emocional a essas áreas.

- 5) Com base na reflexão sobre áreas primitivas e análise do contexto do PARNASO, propor ações de manejo para as áreas naturais primitivas em geral no Brasil.

Com vistas a propor maneiras de ampliar a diversidade de oportunidades de visitação no PARNASO, com foco na visitação em áreas naturais primitivas e na opinião dos visitantes dessas áreas sobre uma possível abertura ou mudança de regras de acesso a essas áreas, esse projeto também apresenta questões e reflexões sobre regras e zoneamento atuais em relação a sua efetividade em proporcionar essa diversidade. Desse modo, esse estudo também pode gerar subsídios para o planejamento da visitação em áreas naturais primitivas em outros parques nacionais no Brasil. E como chegar lá?

Ao estudar fenômenos complexos e multifacetados, que abordam questões intangíveis e tangíveis da visitação em UCs, é necessária uma abordagem interdisciplinar a partir de métodos que possibilitem uma complementariedade de interpretação dos conceitos (MANZO, 2008), o que destaca o fato dos estudos de recreação não serem uma ciência exata. Portanto, inicialmente, apresentarei no capítulo 3 os conceitos metodológicos que incluam elementos da autoetnografia e da hermenêutica e uma combinação de técnicas advindas de mapeamento participativo, interlocuções com atores, debates em grupos focais, metodologias participativas, análise de conteúdo e o uso de um software de análise de dados qualitativos (IRAMUTEQ). A metodologia é aprofundada no capítulo 3.

No capítulo 4, discutirei as bases presentes no referencial teórico relevante para o fenômeno da visitação e da recreação em parques, com foco em áreas naturais primitivas, incluindo a diversidade de oportunidades de visitação, questões de manejo da visitação, ferramentas de planejamento, aspectos simbólicos de conexão com os lugares que cunham os significados de lugares (*place meaning*) e questões relacionadas aos visitantes.

No quinto capítulo, promovo uma reflexão de como a visitação e a recreação se interrelacionam com a categoria parque nacional, abordando a relação intrínseca dessas atividades com a categoria. O fio condutor nesse capítulo é o ponto de vista de que a visitação e a recreação devem ser entendidas como objetivos de manejo e de conservação da categoria parques, bem como um valor de conservação e um valor público fundamental expresso nos direitos e responsabilidades frente à conservação e à utilização destas áreas.

O sexto capítulo apresenta a proposta do conceito de 'áreas naturais primitivas', que contribui para potencializar a diversidade de oportunidades de visitação de maneira que não

demanda muito esforço da gestão da unidade, permite atender as necessidades e as expectativas de um perfil de visitantes, potencializa uma visitação de qualidade e protege os recursos ambientais.

O estudo de caso, o PARNASO, é abordado no sétimo capítulo, onde apresento o mapeamento de oportunidades de visitação de montanhismo e delimito as áreas naturais primitivas que direcionaram a pesquisa com visitantes dessas áreas. Uma amostragem desses visitantes debateu questões simbólicas e de valores relacionadas à conexão emocional (*place attachment*) com o Parque em grupos focais, quando emergiram os significados de lugar (*place meaning*). Esses aspectos são apresentados no capítulo 8.

O nono capítulo apresenta a discussão conectando os conceitos explorados ao longo da disserta o e resultados obtidos de forma a promover reflexões sobre a diversidade de oportunidades de visitação em parques, considerando questões tangíveis e intangíveis de visitação e aspectos limitantes e potencializadores do planejamento que podem ser utilizados para restringir ou alcançar um amplo espectro de oportunidades. Por fim, são apresentadas considera es e recomenda es para a gestão de áreas naturais primitivas em parques que contribuam para o estabelecimento de políticas, regras e um manejo da visitação que proteja, ao mesmo tempo, a qualidade da visitação e a integridade do meio ambiente.

3. METODOLOGIA

3.1. Uma reflexão metodológica autoetnográfica

A experiência do pesquisador detém um papel importante na pesquisa, tanto quanto as técnicas de investigação. Nesse sentido, o resultado da pesquisa tende a ser um “imbricamento entre a habilidade do produtor, sua experiência e seu rigor científico” (MINAYO, 1993, p. 23). Considerando essa influência, cabe explicitar alguns aspectos da minha experiência que possuem relação direta com o tema estudado.

Como mencionado, sou montanhista há mais de duas décadas e frequentadora assídua de áreas naturais primitivas. Com mais de 15 anos de atuação na organização do montanhismo e um grande foco na militância pela ampliação do acesso aos parques, faz-se necessário entender que esse relacionamento intrínseco entre a minha pessoa, meu estilo de vida e a pesquisa está, inevitavelmente, no centro das minhas considerações, escolhas e interpretações.

Feedbacks de professores e colegas de mestrado apontavam esse fato como uma ameaça à produção do conhecimento. Não há dúvidas que, pelos papéis interrelacionados de pesquisadora, montanhista, profissional que atua com o manejo da visitação e ativista se entrelaçarem, devo ter maior cautela na geração e processamento de dados. Entretanto, essa experiência traz boas potencialidades, e a autoetnografia reconhece que seria um desperdício não aproveitar a experiência pessoal para o enriquecimento da pesquisa (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011). Minha experiência em áreas naturais primitivas me ajuda, por exemplo, a entender as necessidades de visitantes, o voluntariado em montanhismo me permite acompanhar eventos de manejo da visitação em UCs, a atuação profissional por acesso e conservação contribui para a busca e o entendimento do equilíbrio entre aspectos sociais, de gestão e ambientais.

Metodologicamente atuo como *gatekeeper*, aquela pessoa que tem o poder para acessar ou conceder acesso à população de estudo (CROWHURST; KENNEDY-MACFOY, 2013), o que no meu caso se dá por meu amplo acesso à comunidade, o que facilita as interlocuções. Conheço pessoas que visitam áreas naturais primitivas no PARNASO, tenho proximidade com a gestão do Parque e estou bastante familiarizada com a ética do montanhismo, o que facilita as respostas aos convites para participar na pesquisa e o relato de experiências.

A abordagem autoetnográfica possibilita uma escrita na primeira pessoa fortalecendo a visão da construção do conhecimento a partir também das minhas interpretações.

Proporciona também a mistura de depoimentos com trechos escritos de maneira convencional, enfatizando minha experiência e vivência na área em um formato mais informal que o formato que predomina em escritas acadêmicas.

3.2. Reflexões sobre a produção do conhecimento

O referencial teórico aliado aos métodos escolhidos ajuda a destacar que a visitação em UC envolve uma complexa interação entre aspectos políticos, ambientais, sociais e simbólicos; entre aspectos intangíveis e tangíveis, construindo dinamicamente os significados de lugares visitados (STEDMAN et al., 2014). Esses significados são a teia do que forma a experiência de visitação, contribuindo de maneira ativa para substanciar as expectativas dos visitantes, a qualidade da visita e o processo de decisão de planejamento e manejo da visitação.

De forma a possibilitar a compreensão dos fatos e fenômenos em toda a sua complexidade, as pesquisas sobre visitação em geral, e recreação em específico, são realizadas de maneira inter e multidisciplinar, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como lazer, recreação, turismo, gerenciamento de parques, psicologia, ecologia da recreação, manejo de áreas *wilderness* etc. (MANNING, 2011).

Considerando essa complexidade, e de forma a possibilitar a reflexão sobre esse tipo de visitação, utilizarei aqui uma abordagem interdisciplinar que congrega aspectos da autoetnografia (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), de significados de lugar e da hermenêutica (PATTERSON; WILLIAMS; SCHERL, 1994), de afeto e conexão emocional (LEWICKA, 2011) e de ferramentas de gestão da visitação (CLARK; STANKEY, 1979; CREMA; FARIA, 2018).

De fato, o estudo sobre visitação e visitantes de áreas naturais primitivas ultrapassa o limite de uma única disciplina e, para se produzir o conhecimento neste tema, é necessária a combinação, convergência e complementaridade entre distintos campos de saberes (MANZO, 2008; PATTERSON; WILLIAMS, 2005). A interação e a integração entre esses saberes tomam distintas formas e níveis, “partindo de simples empréstimos de teorias e de metodologias a deslocamentos ou diluição de fronteiras entre os campos científicos envolvidos, sem uma distinção muito precisa dos limites entre esses níveis” (BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 5), como acontece na “não-fronteira” entre recreação, lazer e turismo como campos de conhecimento para se entender, estudar e comunicar temas relacionados à visitação em UC.

Bicalho e Oliveira (2011) apresentam uma revisão bibliográfica, onde apresentam estudos das distintas características que compõem a interdisciplinaridade. De um modo geral, esses estudos acabam se assemelhando em torno da aproximação ou interconexão de disciplinas para a solução de problemas teóricos ou aplicados, o compartilhamento e empréstimo de metodologias e a geração de novas disciplinas após esta cooperação entre os campos. Cabe a reflexão se este último processo é de fato um resultado da interdisciplinaridade ou se é ela própria, pois se o uso de abordagens, metodologias e conhecimentos de distintos campos de saberes para pesquisar e explicar um tema específico é necessário, será que a criação de subdisciplinas que possam explicar esses temas específicos não cairia na mesma fragmentação tão criticada da ciência tradicional? Me pergunto se não seria até mesmo contraditório ao conceito de interdisciplinaridade considerar (de)limitar o tema em uma disciplina de conhecimento?

Pensando o tema de visitação em UCs, existem diversas abordagens que se utilizam de uma multiplicidade de métodos, metodologias e arcabouços teóricos para explicar os fenômenos ligados ao tema (JENNINGS; NICKERSON, 2006; KYLE; GRAEFE; MANNING, 2005; LAWSON; MANNING, 2001; MANNING, 2011; PATTERSON et al., 1998; RIPER et al., 2011). A interdisciplinaridade para pesquisar visitação em UCs também está intimamente relacionada com um dos temas centrais desta pesquisa, a diversidade, uma vez que a própria natureza da abordagem interdisciplinar se baseia na premissa da riqueza de diferentes visões.

Na prática, o tema “diversidade”, em um processo mútuo, influencia e é influenciado por reflexões abrangentes, como o entendimento de que não há verdade absoluta e sim uma multiplicidade de visões, saberes e diálogos. Como argumentam Funtowicz e Ravetz (1993), a construção da “realidade”, a maneira como pensamos, produzimos e comunicamos nosso conhecimento é um processo dinâmico e multifacetado que é também mutuamente influenciado por diversos fatores, como a cultura, o tempo histórico, a experiência de vida e a identidade pessoal de cada um. Ou seja, somos atores e produto do nosso tempo histórico, da nossa cultura; e como agentes ativos, construímos a “realidade” de acordo com nossos reerenciais, valores e interesses (DRENTHEN, 2015). Essa abordagem contribui para entender o dinamismo dos valores e significados atrelados à conservação, à gestão, à visitação e à recreação.

A hermenêutica nos aponta para a necessidade de interpretar os significados por trás dos textos, o “ler entre as linhas”, o que destaca componentes de subjetividade de quem está

interpretando: qualquer análise sobre o trabalho de outro terá, necessariamente, a influência de quem está realizando essa interpretação. Outro ponto central é o entendimento que somente poderemos entender um evento social – no caso, a recreação em áreas naturais primitivas – se entendermos o significado para as pessoas que a praticam (DRENTHEN, 2015).

Com base nesses preceitos, podemos ver que a importância de se entender o significado e não apenas as questões mensuráveis e objetivas que compõem a experiência da visita. As percepções e entendimentos de características e aspectos que compõem a teia dos significados de lugar podem variar entre os visitantes – o conceito do que é estar perto da natureza para uma pessoa que está visitando um parque pela primeira vez será, provavelmente, diferente de um montanhista com 10 anos de experiência. Assim como o conceito de desafio é extremamente pessoal e está diretamente conectado às experiências prévias individuais e o grau de aceitação de risco. Por exemplo, uma pessoa pode querer subir uma montanha e dormir no seu cume para ver as estrelas à noite, e pode fazer isso chegando de carro, a pé numa trilha ou escalando. Todos estarão atingindo o mesmo destino, mas realizando atividades diferentes e em áreas distintas, o que oferece experiências únicas. Nesse caso, os significados atrelados a “subir uma montanha” e as experiências vivenciadas são analisadas mais adequadamente sob um aspecto qualitativo aprofundado, o que por sua vez poderá contribuir com as decisões de manejo.

Por fim, cabe ressaltar que a subjetividade nesta pesquisa não se restringe apenas à minha atuação. Portanto, dever-se-á considerar os valores e as atitudes de, pelo menos, três atores ou grupos sociais: o pesquisador (eu mesma), tomadores de decisão (a equipe de gestão do PARNASO e do quadro do ICMBio) e visitantes de áreas naturais primitivas (HENDEE; DAWSON, 2009; MINAYO, 2013).

3.3. Métodos

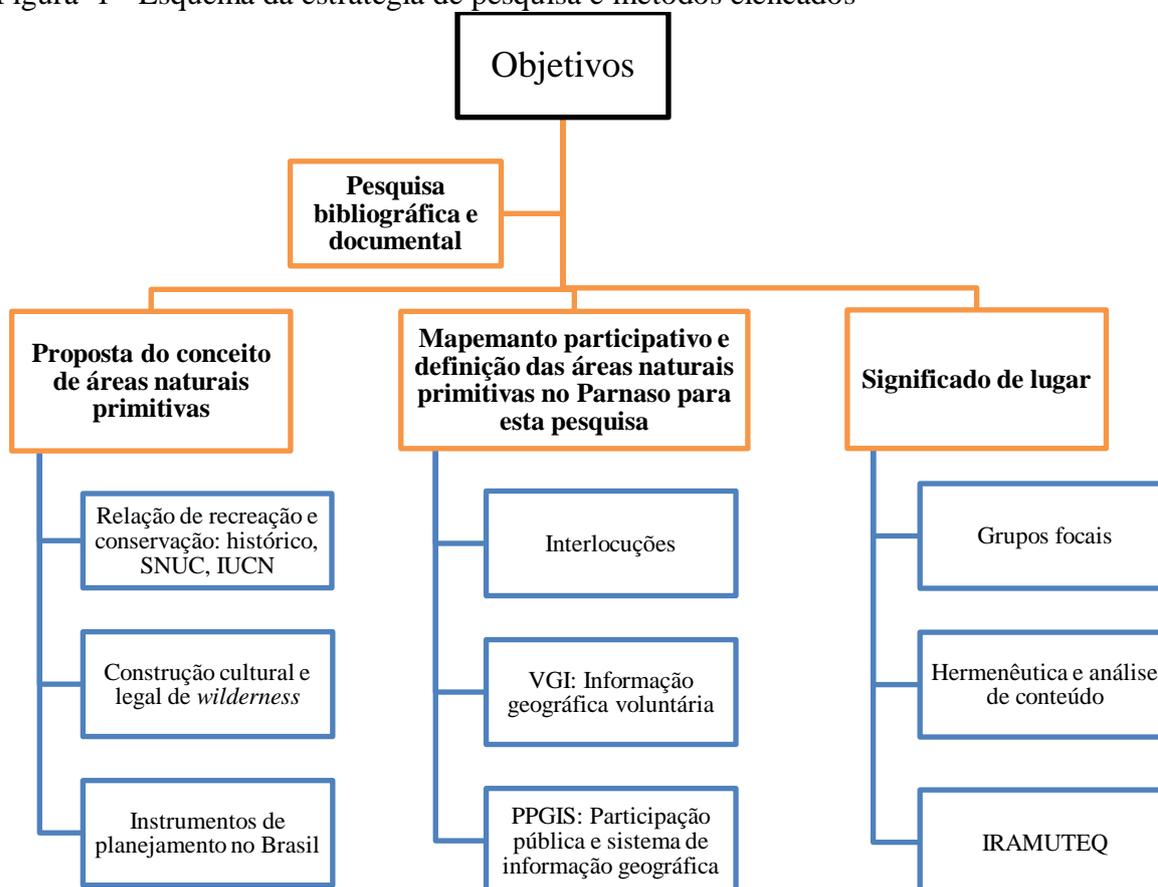
A estratégia geral deste estudo interrelaciona três vertentes: a proposta do conceito de áreas naturais primitivas, o mapeamento da visita no PARNASO e o entendimento sobre os significados cunhados em relação a essas áreas naturais por seus visitantes. A abordagem de pesquisa segue conceitos exploratórios, proporcionando maior familiaridade com o problema a partir do referencial teórico, reflexões sobre visita em parques e estudo de

caso, e descritivos, uma vez que se utiliza de técnicas que proporcionam a padronização da coleta de dados e a observação sistemática (GIL, 2002).

Para poder compreender a complexidade e as dimensões existentes na visitação de áreas naturais primitivas, é preciso superar as dicotomias entre qualitativo versus quantitativo, pois cada método por si só não oferece as respostas buscadas. A proposta foi integrar aspectos quantitativos e computacionais, que darão robustez ao trabalho e às avaliações, a uma interpretação mais profunda dos materiais com preceitos da análise de conteúdo. O objetivo de acessar os significados subjacentes ao discurso e aos atos será atrelado a fundamentos da hermenêutica.

A complementariedade de métodos leva em conta a complexa teia de relacionamentos e da criação dos significados, intra e extra pesquisa, enfatizando as amplas dimensões da visitação em áreas naturais primitivas. Os dados e materiais foram, por sua vez, analisados nas suas especificidades, mas também em relação ao todo, em um vai-e-vem entre métodos e conteúdo; ou seja, os resultados não são apenas o somatório das partes. Nesse sentido, foi utilizado um conjunto de métodos de coleta de dados (Figura 1).

Figura 1 - Esquema da estratégia de pesquisa e métodos elencados



Para mergulhar na visitação de áreas naturais primitivas, dados secundários foram levantados através de revisão bibliográfica. Considerando a escassez de pesquisas em áreas naturais primitivas no Brasil, foquei em referências teóricas e abordagens metodológicas utilizadas em pesquisas de áreas *wilderness* nos Estados Unidos (EUA). Foram incluídas ferramentas de planejamento como o ROS (CLARK; STANKEY, 1979; WARZECHA et al., 2001), pesquisas sobre a experiência (COLE; MCCOOL, 2000), valores (LAWSON; MANNING, 2002a) e a opinião de visitantes (RIPER et al., 2011). Revisei pesquisas relacionadas à conexão emocional com o lugar – *place attachment* (LEWICKA, 2011; STEDMAN, 2008) e de significado de lugar – *place meaning* (STEDMAN, 2008; STEDMAN et al., 2014).

A categoria parque nacional (BRASIL, 2000) foi escolhida por ter a visitação recreativa em contato com a natureza e o turismo ecológico como um dos seus objetivos. O PARNASO se mostrou um parque propício para o estudo de caso uma vez que promove uma ampla variedade de oportunidades de visitação, incluindo recreação em áreas naturais primitivas, além de ter o plano de manejo revisado, fluxo de visitantes regular em áreas naturais primitivas e interesse e disponibilidade da gestão de participar da pesquisa. O PARNASO ainda tem a particularidade de permitir visitas a áreas naturais primitivas a partir de um processo de autorização especial e preenchimento de relatório de monitoramento.

O levantamento secundário incluiu a análise documental de atos legislativos, instrumentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do próprio PARNASO que estabelecem diretrizes, instituem normas, registram dados e regulam a unidade, como decretos, roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo, o próprio plano de manejo do Parque e dados de visitação do Parque, incluindo as autorizações concedidas para visitas em áreas naturais primitivas e os termos de conhecimentos de risco que são assinados por parte dos visitantes que entram no Parque. Cabe ressaltar que praticamente todos os visitantes que se destinam à parte alta do parque que entram pelas portarias de Petrópolis e Teresópolis assinam esse termo, porém aqueles que visitam áreas onde não passam por essas entradas oficiais, não entregam, necessariamente, o termo preenchido e assinado e nem sempre solicitam autorização.

O primeiro passo para o levantamento de informações primárias nessa pesquisa foi solicitar a autorização e o cadastramento no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

(SISBIO) do ICMBio (autorização no. 61094-1) e no Comitê de Ética de Pesquisa da UNIRIO (no. 89508218.3.0000.5285).

O segundo passo foi entender o que seriam as áreas naturais primitivas no PARNASO. Para tal, foi realizado a sistematização e o mapeamento das trilhas, travessias e áreas de escalada no Parque sem considerar o zoneamento ou regras. Foram feitas interlocuções com pessoas específicas, e o levantamento de informações a partir da participação pública e sistemas de informação geográfica (PPGIS) e de informações geográficas voluntárias (VGI) disponibilizadas em websites colaborativos (capítulo 7).

Esse diagnóstico foi compartilhado com a equipe de uso público do PARNASO em um grupo focal e em reuniões e interlocuções com pessoas específicas, onde foram validadas as propostas de áreas naturais primitivas com vistas a esta pesquisa. O processamento dos materiais referentes ao objetivo instrumental do estabelecimento e delimitação das áreas naturais primitivas no Parque se baseou principalmente na espacialização das definições com a utilização dos mapas.

Uma vez definidas as áreas naturais primitivas, separei os termos de reconhecimento de risco e termos de autorização de visita para essas áreas e, com base neles, convidei as pessoas para participarem dos grupos focais de visitantes de áreas naturais primitivas (capítulo 8). Foram realizadas duas oficinas, em Petrópolis e no Rio de Janeiro, que foram conduzidas com uma abordagem multimétodos incluindo metodologias de oficinas participativas, a promoção do debate aberto e o uso de mapas.

As oficinas dos grupos focais foram gravadas em áudio com a permissão dos participantes e autorização do Comitê de Ética, e o conteúdo foi posteriormente transcrito. Esses encontros objetivaram acessar as percepções, atitudes e experiências de pessoas que visitam áreas naturais primitivas, abordando questões relacionadas ao significado e à conexão emocional que eles têm com áreas naturais primitivas do PARNASO e suas opiniões sobre uma possível mudança de regras de acesso a essas áreas.

A análise desse afeto e do simbolismo possibilita um melhor entendimento sobre a visita e sobre o que significa esse lugar para essas pessoas, o que pode levar à ampliação da diversidade de oportunidades de visitação no Parque, uma vez que uma compreensão do apego dos indivíduos é uma parte importante planejamento bem-sucedido (WILLIAMS, 2008). Essa análise foi feita a partir de uma combinação de técnicas provenientes da análise

de conteúdo qualitativo (BARDIN, 2016; LIMA; MANINI, 2016) com a análise por um software de análise qualitativo, IRAMUTEQ (SALVADOR et al., 2018).

Minayo (2013) propõe métodos que incluem a análise exaustiva dos textos e a elaboração de categorias operacionais a partir da ordenação e classificação dos dados para apreender as ideias centrais. As categorias então foram propostas com base no discurso, nas interações realizadas e minha interpretação.

Nessa fase, o uso do IRAMUTEQ contribuiu para aumentar o rigor metodológico e para analisar os dados através de uma abordagem quantitativa das narrativas, classificando e quantificando as palavras e termos através da análise lexical e da suas frequências (CAMARGO; JUSTO, 2013; RAMOS; LIMA; AMARAL-ROSA, 2018). No segundo momento, o material foi submetido a análises com nuvem de palavras (a representação gráfica da frequência de cada termo/palavra) e análises de similitude (representação gráfica da associação entre os termos levando em conta o contexto ao longo das narrativas) – essa parte será descrita no capítulo 8.

Entretanto, a busca dos significados demanda uma interpretação do conteúdo das narrativas que não se restrinja apenas à quantidade de vezes que um tema aparece, apesar da repetição não poder ser ignorada. A hermenêutica permite interpretar o conteúdo e o discurso de maneira a ultrapassar a mensagem manifesta nas palavras e atingir os significados latentes (DRENTHEM, 2015; MINAYO, 2013; PATTERSON et al., 1998). Assim, a fase seguinte foi a interpretação e inferência a partir do cruzamento entre os resultados do IRAMUTEQ e a análise de conteúdo com extrações pontuais dos textos do material qualitativo, em um relacionamento ativo entre pesquisador, dados e referencial teórico. Foi feita a análise do material gerado sem perder de vista o contexto mais amplo, em um vai-e-volta entre parte, contexto e o todo para a construção da interpretação com foco nos aspectos simbólicos explícitos e implícitos.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Manejo da visitação em áreas naturais primitivas

O aumento da procura e prática de atividades ao ar livre em UCs proporciona uma série de oportunidades positivas relacionadas à conservação, engajamento, saúde e lazer. Ela também apresenta o desafio de se equacionar impactos negativos da visitação de forma a proteger os recursos naturais, culturais e a qualidade da experiência dos visitantes, exigindo um planejamento adequado e manejo eficiente.

O manejo da visitação ainda é um campo recente e pouco explorado no Brasil (KABASHIMA; MAGRO, 2011; ZIMMERMANN, 2006), apesar de o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) prever a visitação em todas as 12 categorias de unidades, com maior ou menor restrição de acordo com suas classificações e objetivos legais (BRASIL, 2000). Em novembro de 2019, o cadastro nacional de unidades de conservação listava 2.376 unidades registradas, sendo 1.004 federais, 1.004 estaduais e 368 municipais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019). Contudo a realização de pesquisas e a aplicação de ferramentas de planejamento e manejo da visitação ainda são bastante limitadas no país, principalmente quando consideramos visitação em áreas naturais primitivas (capítulo 6).

Já nos EUA, as pesquisas sobre recreação em áreas naturais são realizadas há cerca de 50 anos (CLARK; STANKEY, 1979; SHAFER, 1969; WAGAR, 1964a) e tanto o campo de pesquisa acadêmica, como o de aplicação de ferramentas de manejo da visitação em áreas naturais é vasto e atua de maneira inter e multidisciplinar em diversas áreas do conhecimento, como lazer, recreação, turismo, gerenciamento de parques, interpretação ambiental, entre outros. A produção engloba questões aplicadas de planejamento e manejo, ecologia da recreação, além de temas sociais e há muitas pesquisas dedicadas para as áreas *wilderness* (MANNING, 2011). Dentre essa amplitude, as pesquisas sociais da visitação contribuem para o entendimento dos valores e significados associados a áreas protegidas (PATTERSON et al., 1998), e uma série de abordagens relacionadas aos interesses, motivações, atitudes, qualificação, experiência, expectativas, preferências, opiniões e percepções de visitantes (MANNING, 2011).

Essas pesquisas podem ser utilizadas como base para desenvolver um maior conhecimento sobre os visitantes e sobre o planejamento e manejo da visitação. Desta forma, podem

contribuir para aumentar a satisfação dos visitantes e reduzir a necessidade por normas e regulamentos restritivos, o que pode levar a um maior apoio às decisões e às próprias áreas protegidas e a diversos benefícios associados com a visitação (DRIVER, 1976). A revisão bibliográfica aqui realizada apresenta alguns dos principais temas nas ciências sociais sobre o manejo da visitação nesse tipo de ambiente, usando como fio condutor a promoção da diversidade de oportunidades de visitação e não tem a intenção de esgotar todos os aspectos desse amplo campo de pesquisa.

4.2. Diversidade de oportunidades de visitação

Dentro da amplitude de pesquisas realizadas nos EUA, podemos identificar uma perspectiva geral: há uma grande diversidade na recreação ao ar livre (WARZECHA et al., 2001), seja em questões de atividades praticadas, opiniões e atitudes desses visitantes em relação às decisões de manejo (MARTIN; MARSOLAIS; ROLLOFF, 2009), nível de experiência e motivação (EWERT et al., 2013), atividades e nível de experiência ao longo do espectro de oportunidades de recreação (WEEKLEY, 2002), entre outros. Nesse sentido, a publicação do artigo “*The average camper who doesn’t exist*”³ de Elwood Shafer foi um marco que demonstrou que havia uma variação em diversos aspectos não apenas entre os visitantes de cinco campings de Nova York estudados, mas também no mesmo acampamento dependendo da época do ano e chamou a atenção para a necessidade de se manejar a visitação considerando essas diferenças (SHAFER, 1969).

O tema “diversidade” foi abordado sob diferentes pontos de vista (MANNING, 2011), entre eles, a qualidade das experiências de recreação, o que está diretamente relacionado com o nível de satisfação dos visitantes. Por sua vez, a satisfação está conectada às ofertas de oportunidades, ao local visitado (tanto em termos de natureza, como de intervenções de gestão) e também às necessidades, expectativas e motivação dos visitantes (FIX; CARROLL; HARRINGTON, 2013; MANFREDO; DRIVER; TARRANT, 1996; TARRANT et al., 1999).

A qualidade da recreação pode ser medida sob diferentes aspectos. Sob a perspectiva do visitante, qualidade é uma avaliação do seu grau de satisfação com a experiência vivida em

³ O campista médio que não existe (tradução nossa)

áreas protegidas com base na sua motivação e suas próprias necessidades e expectativas (COLE; MCCOOL, 2000). De um modo mais abrangente, no âmbito da sociedade em geral, para se conciliar os distintos interesses e necessidades, é necessário oferecer uma ampla diversidade de oportunidades de visitação (WARZECHA et al., 2001:11). Sob o ponto de vista gerencial, qualidade está relacionada com o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos para a UC e para as classes de oportunidade de visitação (MANNING; ANDERSON, 2012), o que está conectado a ferramentas de planejamento e manejo que abordarei mais adiante.

Sob o ponto de vista político, Manning (2011) ressalta que para que a sociedade apoie as áreas protegidas e atividades recreativas ao ar livre,   necessário amplo engajamento. Nesse sentido, é essencial que as UCs ofereçam um espectro diverso de oportunidades de forma a atingir o máximo de pessoas possível, sempre compatibilizando com os objetivos das áreas. Isso somente   possível ao se considerar os atributos relacionados com qualidade da experiência de visitante de modo e proporcionar uma experiência satisfatória e memorável para os visitantes.

O planejamento que privilegia uma diversidade de oportunidades permite atingir distintos perfis de visitantes, desde os que querem vivenciar a natureza usufruindo de serviç os estruturados de apoio   visitação, até aqueles que buscam momentos de superação pessoal, aventura e incerteza em uma área sem intervenções de manejo (QUEIROZ; BRADFORD, 2012). Este planejamento, portanto, inclui tanto os visitantes médios como as minorias e oferece oportunidades para cada perfil. Conseqentemente há uma maior probabilidade de oferecer experiências marcantes para os visitantes, que ficam satisfeitos com a visita por ter suas necessidades e expectativas atendidas. Para otimizar esses resultados,   necessário que o planejamento e o manejo da visitação sejam realizados de modo a promover a diversidade de oportunidades de visitação e isso pode ser atingido através do uso de ferramentas especializadas e o entendimento sobre quem são os visitantes.

4.3. Espectro de oportunidades de recrea o

Desenvolvido a partir da década de 1970 nos Estados Unidos, o ROS ou o Espectro de Oportunidades de Recrea o   uma abordagem amplamente utilizada para o planejamento e o manejo da visitação que propõe uma classifica o de áreas com base em atributos sociais, ambientais e gerenciais (BROWN; DRIVER; MCCONNELL, 1978; CLARK; STANKEY,

1979; PETTENGILL; MANNING, 2011). Uma combinação entre os atributos permite oferecer distintas oportunidades de recreação e proporcionar uma gama de experiências e, portanto, é uma ferramenta utilizada para possibilitar a aplicação do conceito de diversidade ao planejamento e gestão da visitação.

O ICMBio fez uma adaptação do ROS estabelecendo o ROVUC (CREMA; FARIA, 2018). Essa ferramenta vem direcionando os planos de uso público desenvolvidos a partir da elaboração ou revisão dos planos de manejo das UCs federais. Seus conceitos fundamentais são basicamente os do ROS, porém alguns detalhes foram ajustados para a realidade brasileira, em especial na categorização das classes de oportunidades, mas que não interferem no âmbito desta pesquisa. Portanto, aqui utilizarei os conceitos gerais que são similares nas duas abordagens.

Com base nos princípios do ROS, diversos sistemas de classificação de áreas de recreação foram propostos (PETTENGILL; MANNING, 2011) e 18 desses foram compilados por Manning (2011:191). Independentemente do nome atribuído às classes de áreas de recreação, os sistemas estabelecem um *continuum* que vai desde uma área com caráter primitivo que oferece oportunidades de solitude, aventura e alto desafio, até uma área urbana, onde há ampla oferta de infraestrutura de apoio à visitação e um foco na socialização entre os visitantes (Figura 2).

Figura 2 - Espectro de Oportunidade de Recreação (ROS)



Fonte: Adaptado de FOREST SERVICE, 1990

O Serviço Florestal americano desenvolveu diretrizes para a aplicação do ROS que descrevem as características de cada área em relação às atividades possíveis, características do meio ambiente e experiência oferecida (FOREST SERVICE, 1982). Aqui destacamos as

áreas onde há a certeza ou uma alta probabilidade de uma visitação com caráter primitivo ocorrer:

- Áreas primitivas (área prístina no ROVUC) – uma grande área cujas características foram pouco modificadas e tem poucas evidências de interferência humana. A chance de encontrar grupos distintos é mínima e não há a presença ou controle em campo por parte da gestão. Os visitantes têm uma alta chance de vivenciar a solidude, e de utilizar suas habilidades em um ambiente desafiante que apresenta alto grau de risco. Exemplos de atividades adequadas: caminhada, escalada, observação de fauna, canoagem, acampamento etc.
- Semiprimitiva não motorizada (área natural no ROVUC) - uma área de tamanho razoável onde as características naturais predominam e há alguma evidência de manejo direto. A chance de encontrar grupos distintos é baixa, porém há evidências que outros grupos passaram por ali. A presença ou controle por parte da gestão é mantida em um nível baixo. Os visitantes têm a chance de estar em isolamento em um ambiente que oferece certo grau de desafio e risco. Exemplos de atividades adequadas: caminhada, escalada, observação de fauna, canoagem, acampamento etc.

As áreas semiprimitivas motorizadas não se aplica aos parques brasileiros e a adequação do ROVUC fez esse ajuste de maneira bastante adequada e pertinente. Já as áreas naturais com estradas, rurais e urbanas são caracterizadas por ambientes que vão de moderadamente a altamente modificados e as atividades recreativas são mais estruturadas, com infraestrutura própria. As áreas preveem um fluxo maior de pessoas, uso de equipamentos diversos de oferta de lazer (como bondinhos, trens, parquinhos para crianças, arvorismo, entre outros) e os visitantes podem usufruir de diversos serviços e estruturas de apoio à visitação. Portanto, essas áreas oferecem pouca ou nenhuma probabilidade de uma visitação com caráter primitivo.

O ROS reconhece que as pessoas visitam áreas naturais para vivenciar experiências específicas e, portanto, possuem expectativas e necessidades distintas (BROWN; DRIVER; MCCONNELL, 1978; CLARK; STANKEY, 1979). Essas experiências são influenciadas pela atividade praticada (trilha, escalada, acampamento, canoagem etc.), local visitado (local pavimentado, trilha sinalizada, ambiente primitivo sem estruturas de visitação), aspectos sociais (número de encontro com outros grupos, sensação de solidude e liberdade) e pelas

características naturais da área (nível de conservação dos aspectos naturais, peculiaridades da biodiversidade local, por exemplo).

Verifica-se, portanto, que as experiências são influenciadas não apenas pelas atividades praticadas, mas também pelo local onde é praticada, o que levou a Aukerman e Haas (2011) a proporem que uma oportunidade de recreação engloba quatro componentes: a atividade em si, o local, a experiência e os benefícios (individuais, para a sociedade, econômicos e ambientais). Nesta proposta, o local inclui características ambientais (nível de conservação, características das espécies, impactos etc.), sociais (volume de visitantes, aglomeração, solitude etc.) e nível de intervenções de manejo (estruturas de apoio à visitação, trilhas sinalizadas, áreas de acampamento etc.).

A diversidade de oportunidades é promovida através do cruzamento entre esses distintos atributos, mas é importante notar que apesar do ROS apresentar uma sequência linear de classes de oportunidades, pesquisas já demonstraram que não há, necessariamente, uma linearidade entre esses atributos (MARTIN; MARSOLAIS; ROLLOFF, 2009) e que uma maior diversidade pode ser obtida através das variações entre atributos. Pode-se também otimizar a diversidade, a tomada de decisão e as definições de regras através do entendimento das questões simbólicas de relacionamento entre o visitante e o local, analisando o significado atrelado à área visitada e abordando questões relacionadas à conexão emocional, aspectos não explorados pelo ROS (WILLIAMS, 2008).

Embora tenha limitações, o planejamento baseado no ROS permite se afastar do manejo dedicado ao visitante médio e atingir distintos perfis de visitantes, desde aquela pessoa que visita uma área natural pela primeira vez até visitantes experientes que buscam autonomia para vivenciar experiências em áreas com baixa intervenção de manejo (QUEIROZ; BRADFORD, 2012; WEEKLEY, 2002).

Não obstante essa adaptação recente do ICMBio, a aplicação no Brasil do ROS ainda é restrita. Em um estudo, houve a aplicação do ROS para a elaboração de um índice de atratividade turística para o sistema UC do Brasil, uma vez que os visitantes se utilizam de características tanto internas como externas às UC no processo de decisão de visitar (SOUZA; THAPA; VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Houve também adaptações do ROS para o manejo da visitação em áreas naturais, em especial em áreas de montanha (QUEIROZ; BRADFORD, 2012), e a sua aplicação para o planejamento e manejo de trilhas (DINES; PASSOLD, 2008).

4.4. Manejo por objetivos

Em 1978, a definição da capacidade de carga de uma área se tornou mandatória para os órgãos gestores de áreas protegidas nos EUA (USA, 1978). Este conceito aplicado à visitação em áreas naturais foi proposto por volta da década de 30 nos EUA (COLE; CARLSON, 2010) e ganhou força com Wagar na década de 60 com seu trabalho seminal de relacionar o número de visitantes com o efeito provocado no meio ambiente, destacando também aspectos sociais, políticos e de valores dos tomadores de decisão (WAGAR, 1964).

Desde então a aplicação desse conceito ocorreu de diversas formas (MANNING, 2007), algumas com complexas fórmulas matemáticas para estabelecer o tipo e quantidade de uso, como a proposta de Miguel Cifuentes (1992) que se tornou muito popular na América Latina (incluindo o Brasil). O estabelecimento de um número limite de visitantes como opção primária de manejo da visitação foi questionado por diversos autores (e.g. COLE; CARLSON, 2010; DELGADO, 2007; WAGAR, 1974) que argumentam que a quantidade de pessoas deve ser apenas um dos aspectos considerados em uma metodologia de manejo da visitação.

Para ultrapassar a definição de um “número mágico” que, em tese, solucionaria todo o processo de manejo da visitação, foram desenvolvidas ferramentas que focam na definição de objetivos de manejo que incluem aspectos sociais, ambientais e de gestão. Esses objetivos são baseados nas condições desejadas para uma determinada área e no limite aceitável de impacto ambiental e social. Por sua vez, esse limite está associado à definição de indicadores e padrões de impactos sociais e ambientais, aliados a um processo de monitoramento contínuo e execução de ações de manejo que, juntos, operacionalizam a capacidade de suporte de uma área (MANNING, 2014).

O Serviço Florestal americano cunhou uma metodologia para o planejamento da visitação: o Limite Aceitável de Câmbio⁴ (STANKEY et al., 1985). Já o Serviço Nacional de Parques dos EUA publicou diretrizes para o manejo da visitação baseadas no estabelecimento de indicadores, padrões e um sistema de monitoramento, o *Visitors Experience Resource Protection* (VERP) (NATIONAL PARK SERVICE, 1997). Ambas seguem os mesmos

⁴ Em português, também já foram utilizados os seguintes nomes “limites aceitáveis de mudança” e “limites aceitáveis de alteração”.

princípios gerais, muito baseadas no planejamento adaptativo (SALAFSAKY; MARGOLUIS; REDFORD, 2001), e foram amplamente aplicadas (MCCOOL; COLE, 1997; TAKAHASHI; CEGANA, 2005; WATSON et al., 2015).

Essa abordagem se afasta do estabelecimento exclusivo da quantidade de pessoas como causa de impacto e propõe a definição de quanto impacto é aceitável para uma área. Nesse sentido, se baseia tanto na análise objetiva dos impactos através de indicadores, como na definição do limite aceitável (os padrões), que devem estar associados ao objetivos de manejo. Naturalmente o estabelecimento dos padrões pressupõe uma subjetividade e a influência dos valores por parte dos tomadores de decisão, conforme indicado por Wagar em seu trabalho seminal que destacava que as decisões de manejo são imbuídas de valores e de influência política (WAGAR, 1964).

A definição de variáveis mensuráveis e específicas – os indicadores – associadas aos objetivos de manejo estabelecidos, de forma a quantificar e medir os impactos ambientais e sociais é, de fato, um dos pilares do LAC e do VERP. Para cada indicador, faz-se necessário definir seus padrões, que são as definições de quanto impacto será aceitável, ou seja, estabelecer os limites aceitáveis de câmbio, de mudança.

Diversas pesquisas qualitativas contribuíram para o entendimento e a definição de padrões, medindo o nível de aceitação de impacto em relação a indicadores específicos (MANNING, 2007; SHELBY; STANKEY; SHINDLER, 1992; SMYTH; WATZIN; MANNING, 2007). Por exemplo, diversas pesquisas sobre solitude e aglomeração (*crowding*) foram realizadas utilizando fotografias digitalmente manipuladas para medir o quanto a presença de pessoas interferia na experiência do visitante, cujos resultados ajudaram a estabelecer um padrão para esse indicador (LAWSON et al., 2003; MANNING et al., 1995; RIPER et al., 2011).

Além do LAC e do VERP, foram desenvolvidas outras ferramentas (MANNING, 2011) que eram variações sobre o mesmo tema. Atualmente há uma metodologia única para todas as agências que gerenciam áreas protegidas federais nos EUA o Visitor Use Management (VUM) (INTERAGENCY VISITOR USE MANAGEMENT COUNCIL, 2016). Uma inovação no processo é o conceito da escala “deslizante ou ajustável” (*sliding scale*), que segue uma série de perguntas para avaliar questões relacionadas com o risco para os recursos e para a qualidade da visitação, o nível de incerteza, a participação pública e a possibilidade de levar a conflitos ou processos judiciais. O VUM propõe quatro etapas que devem ser entendidas como interativas e flexíveis, embora sejam apresentadas de forma linear:

1. Construir as bases fundamentais: o objetivo do projeto, o propósito da área, legislações aplicáveis, informações e condições atuais dos recursos e visitação.
2. Definir objetivo de manejo da visitação: condições desejadas para a área; atividades, instalações e serviços apropriados; seleção de indicadores e padrões.
3. Identificar estratégias de gestão: estratégias e ações de manejo da visitação para alcançar as condições desejadas, os objetivos de manejo e estabelecer a rotina de monitoramento.
4. Implementar, monitorar, avaliar e ajustar: implementar ações de manejo, monitorar, avaliar a eficácia das ações, e ajustar, se necessário, as ações. Todas as etapas devem ser documentadas amplamente.

Na literatura nacional, podemos encontrar algumas propostas de adaptação dessas abordagens para a nossa realidade tanto em estudos teóricos (DINES; PASSOLD, 2008; QUEIROZ; BRADFORD, 2013; TAKAHASHI; CEGANA, 2005) em roteiros metodológicos para guiar o manejo da visitação (ICMBIO, 2011; SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, 2010) bem como em pesquisas aplicadas (KATAOKA, 2004; MAGRO, 1999; TAKAHASHI et al., 2005). Dentre essas pesquisas, Kataoka (2004), Queiroz e Bradford (2013) e a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (2010) apresentam carteiras de indicadores que podem ser úteis para outros estudos e no próprio manejo da visitação.

4.5. Os visitantes de parques

Não há como falar sobre diversidade de oportunidades de visitação, sem considerar os visitantes. Através de um melhor entendimento sobre quem eles são, onde a visita ocorre e seus benefícios, passa-se a entender também o comportamento desses visitantes, contribuindo com informações sobre as causas e os potenciais impactos da visitação e sobre as motivações e expectativas que, ao serem atendidas, podem levar a uma maior qualidade na experiência e satisfação com a visita.

Quem são os visitantes, seus interesses, experiência, opiniões, atitudes? Essas perguntas guiam pesquisas sociais sobre a visitação sob distintos aspectos: motivação (TARRANT et al., 1999), conexão emocional e afeto com o local de prática, o *place attachment* (KYLE; GRAEFE; MANNING, 2004), questões relacionadas com minoria étnicas e sociais

(BURNS; COVELLI; GRAEFE, 2008), preferências e percepções sobre o manejo do local (MANFREDO; DRIVER; BROWN, 1983; TARRANT; SMITH; CORDELL, 1999), entre outras abordagens.

Em um estudo sobre qualidade, valores e importância de lugares para a visitação, Fishwick e Vining (1992) identificaram que os visitantes avaliam as áreas de recrea o ao ar livre considerando diversos aspectos que vão além da oferta de atividades e incluem questões de paisagem, rotina, pessoas, experiências pessoais passadas, entre outros. Também avaliaram que os visitantes possuem diferentes percep es e necessidades de acordo com o seu nível de experiência, o que foi corroborado em outros estudos (BRICKER; KERSTETTER, 2000).

Uma série de estudos busca analisar não apenas o que os visitantes pensam sobre um determinado aspecto da visita o, mas ampliam as análises de suas preferências utilizando-se de técnica baseada no conceito de *trade-off* (NEWMAN et al., 2005; RIPER et al., 2011). Pesquisadores se dedicaram a entender a preferência dos visitantes quando confrontados com uma ou outra alternativa, um *trade-off*, permitindo que analisassem o que os visitantes consideram mais importante para sua experiência, por exemplo: preferem ter mais regras limitando o acesso ou encontrar outros visitantes? Preferem andar em trilhas estabelecidas e sinalizadas ou ter que encontrar seu próprio caminho, com a possibilidade de se perder? Preferem encontrar mais pessoas em locais com comodidades como refúgios ou ficar em um local isolado onde é preciso fazer as necessidades fisiológicas no mato? (HANLEY; WRIGHT; KOOP, 2002; LAWSON; MANNING, 2002a, 2002b; RIPER et al., 2011).

Manfredo, Driver e Brown (1983), em um estudo voltado para visitantes de áreas naturais primitivas, no caso *wilderness*, sugeriram a divisão em três tipos de grupos de visitantes com base ao risco e conquistas buscadas, sendo um desses um grupo de pessoas que busca conquistar experiências que levem a realiza es e desenvolvimentos pessoais, sendo o alto risco uma parte intrínseca dessas conquistas. Essas experiências são encontradas em áreas com pouca interven o humana e de manejo, frequentadas por poucas pessoas e onde a aventura predomina. Isso de forma alguma pressupõe que não haja risco, conquista ou supera o em outras áreas, até porque são questões pessoais e baseadas na experiência prévia de cada uma. O relevante para a pesquisa aqui é identificar e reconhecer que há um grupo que efetivamente busca áreas sem interven es de manejo.

Queiroz e Bradford (2012) oferecem uma classificação com três perfis de visitantes que variam em graus crescentes de conhecimento prévio em áreas naturais, o que influi na motivação para a visita. Dentre esses perfis, há o visitante que possui ampla experiência em ambientes naturais e em alguma atividade recreativa, como o montanhismo, escalada em rocha e canionismo. Esses visitantes buscam vivenciar em um contato muito próximo à natureza de maneira autônoma, gerenciando seu próprio risco e buscando nas suas próprias habilidades a expertise para percorrer as aventuras. São estes o foco desta pesquisa.

Embora essas classificações de perfil de visitantes tenham limitações de uma caracterização generalista e estereotipada, elas também oferecem uma maneira mais estruturada de considerar as necessidades de intervenções de manejo em campo de acordo com as habilidades e interesses dos grupos de visitantes, podendo ser usadas pela gestão para planejar questões de visita em áreas protegidas.

No Brasil, o campo de estudo relacionado ao perfil de visitantes requer um maior aprofundamento e debate, considerando a relevância do tema para embasar as decisões de manejo e proporcionar maior qualidade na oferta de oportunidades de visitação. Porém, há alguma produção de pesquisas em áreas de visitação intensiva, de fácil acesso ou atrativos muito visitados, baseadas em aspectos demográficos, socioeconômicos, percepção e motivo da visita (e.g. BARROS, 2003; FONSECA FILHO; MOREIRA, 2017; MALTA; COSTA, 2009; MOREIRA et al., 2015; MOREIRA; BURNS, 2015; TROBIA; MOREIRA, 2014). Essas questões são ainda menos exploradas no Brasil quando se aborda a visitação ou os visitantes de áreas naturais primitivas.

Nota-se, portanto, que há um amplo campo para exploração sobre a caracterização dos visitantes a áreas protegidas no Brasil, em especial aqueles que visitam a faixa primitiva do espectro de recreação (CLARK; STANKEY, 1979).

4.6. O relacionamento com os lugares

Para expandir o entendimento sobre o significado de lugares visitados para os visitantes (*place meaning*), será necessário examinar abordagens que não se restrinjam ao entendimento desses locais por parâmetros diretamente relacionados às atividades que oferecem, como o ROS, mas que incorporem o entendimento sobre o significado e as conexões emocionais que os visitantes têm com esses locais.

Nesse sentido, a abordagem centrada no relacionamento entre seres humanos e os lugares oferece um campo de interpretação relevante no contexto da visitação em áreas naturais (LEWICKA, 2011). Com distintos focos, as pesquisas centradas em “lugares” (*place*) abordam a natureza e o grau do relacionamento das pessoas com o ambiente, explorando a diferença entre o espaço geográfico abstrato e o lugar simbólico, fruto de uma construção sociocultural entre ser humano e o ambiente (TUAN, 2015).

O estudo de lugar abrange distintos conceitos, como *place attachment* (vínculo emocional entre as pessoas e o ambiente), *place dependence* (capacidade de um ambiente de atender às necessidades dos visitantes), *place identity* (o lugar como um componente simbólico crucial na concepção de si mesmo), *place meaning* (as razões pelas quais um lugar é valorizado e os significados atrelados a este lugar) e *sense of place* (a junção de *place attachment* e *place meaning*) (FARNUM; HALL; KRUGER, 2005; FOREST SERVICE, 2008; LEWICKA, 2011).

Esse foco de estudo possibilita uma abordagem integradora para explorar o relacionamento das pessoas com áreas específicas, focando nos pontos de vista, valores, sentimentos e opiniões de diferentes pessoas sobre o uso e a conservação de recursos naturais. Pesquisas exploraram como esses pontos de vista contribuem para o manejo das áreas naturais (FOREST SERVICE, 2008), o entendimento e negociação de conflitos (YUNG; FREIMUND; BELSKY, 2003), a raiz da conexão emocional a partir de situações boas ou negativas (MANZO, 2005), e o dinamismo dos significados (MANZO, 2008).

Essa abordagem entende que as experiências vivenciadas em um lugar possibilitam o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e até mesmo de posse, e que esses relacionamentos podem servir como símbolos poderosos interligados ou não com a identidade pessoal. Com esses laços e sentimentos intensos, surgem normas e expectativas sociais mantidas sobre quais tipos de usos e comportamentos são considerados aceitáveis em determinada área – sendo, portanto, um dado importante para se considerar no desenvolvimento de regras de visitação de uma área (WILLIAMS, 2008).

No campo da recreação ao ar livre e da visitação em UCs, a exploração do tema “lugar” ganhou força a partir do final da década de 1980 de forma a proporcionar uma abordagem integrativa para compreender as relações das pessoas com áreas específicas de recreação e lazer (WILLIAMS et al., 1992, 1995; WILLIAMS; ROGGENBUCK, 1989). Pesquisas exploraram o desenvolvimento do *place attachment* de montanhistas na Appalachian Trail

(KYLE et al., 2003), entre moradores e turistas em um parque nacional (KALTENBORN; WILLIAMS, 2002) ou em áreas *wilderness* (WILLIAMS et al., 1992), bem como a relação da prática de uma atividade *outdoor* e do estilo de vida com *place attachment* (BRICKER; KERSTETTER, 2000; OH; HAMMITT, 2012).

A maioria dos estudos focou em abordagens quantitativas a partir de escalas que verificam se a conexão emocional com os lugares existe e graduam o nível deste vínculo (BRICKER; KERSTETTER, 2000; KYLE; GRAEFE; MANNING, 2005). David Williams é um dos grandes expoentes desta abordagem e, ao longo dos anos e com distintos colaboradores, explorou *place attachment* propondo e aperfeiçoando escalas que medem o grau de conexão emocional (KALTENBORN; WILLIAMS, 2002; WILLIAMS et al., 1995; WILLIAMS; ROGGENBUCK, 1989; WILLIAMS; VASKE, 2003) que foram também adaptadas por outros pesquisadores (BREHM; EISENHAUER; KRANNICH, 2006; KYLE; GRAEFE; MANNING, 2005).

Em uma análise conceitual sobre as pesquisas com base no relacionamento com lugar, Williams (2008) propõe quatro abordagens em relação ao manejo de recursos naturais: o relacionamento com o lugar como atitude (avaliações se um objeto ou comportamento é considerado bom ou ruim e suas atitudes em relação a isso), o relacionamento com o lugar como ética ambiental (reivindicações éticas para proteger ou restaurar os significados “autênticos” dos lugares), o lugar como um processo sociopolítico (a dimensão política e de conflitos em torno dos lugares) e o lugar como base para os relacionamentos e os significados (os significados de lugares, *place meaning*).

Embora muitas vezes utilizados como sinônimos, *place attachment* e o *place meaning* (significado de lugar) não são necessariamente a mesma coisa (STEDMAN, 2008; STEWART, 2008). As pesquisas de *place attachment* estão centradas em demonstrar se as pessoas têm conexões emocionais com um lugar e a intensidade dessa conexão. O significado de lugar (*place meaning*) engloba as razões pelas quais um lugar é valorizado e considerado único e, portanto, está atrelado a sentimentos e opiniões que podem, ou não, estar relacionados com o grau de conexão emocional que as pessoas desenvolvem pelo lugar (WILLIAMS et al., 1995; WILLIAMS; ROGGENBUCK, 1989). Ademais, os significados de lugar pressupõem um relacionamento mais profundo que engloba questões das experiências vividas, conexão com tradições e éticas, vínculo emocional e identidade social, que são revelados nas histórias que as pessoas contam (STEWART, 2008; WILLIAMS, 2008). Com base na ideia de experiências como histórias narradas, Patterson e colaboradores

(1998) propuseram estudar o relacionamento com o lugar com preceitos da hermenêutica, focando na característica complexa das experiências que são as bases para a aquisição de histórias que enriquecem a vida dos visitantes.

Williams e colaboradores (1992) alegam que nós somos responsáveis por criar nossos próprios lugares a partir do vínculo emocional desenvolvido em base à história do uso do local, características da visita e experiência vivenciada. Esse vínculo, por sua vez, direciona as expectativas e opiniões sobre como os lugares devem ser utilizados e quais comportamentos e regras são aceitáveis.

Stedman (2003) argumenta que os significados de lugares são construídos não apenas pelas relações sociais e experiências vividas, mas também pelos aspectos físicos presentes nessas áreas e os significados atrelados a esses aspectos físicos, que seriam a base da conexão emocional com o lugar. Stewart (2008) destaca que os significados são frutos das experiências vividas nos lugares e do compartilhamento das opiniões, histórias e vivências com outros, quando podem sofrer uma resignificação para se ajustar a padrões culturais dominantes. Os significados são influenciados pela construção e contexto cultural da época, inclusive a visão sobre áreas naturais primitivas é um exemplo relatado por Nash (2014), em seu livro seminal “*Wilderness and the American mind*”⁵, onde apresenta como o relacionamento, a visão, o entendimento, o simbolismo e os valores associados à *wilderness* para a sociedade americana mudou ao longo dos séculos de acordo com o contexto político e cultural.

Stedman (2002) destacou a importância dos significados simbólicos como base para a conexão emocional e identificação com o lugar e o grau de satisfação e as consequentes atitudes para com esse lugar. Independentemente se os significados são concebidos como cognições individuais ou como representações sociais decorrentes de processos, eles são cunhados a partir da interação com o ambiente material e com outros atores sociais e são expressos em formas de adjetivos (agradável, sensacional), analogias simbólicas (é minha casa; planeta isolado) e expressões de reforço de identidade (montanhismo raiz). Além disso, ganham vida a partir dos discursos narrados que estão constantemente sendo construídos e renegociados. Assim, uma vez que é através do discurso e narrativas imbuídos de ideias, conceitos e categorizações que se transmitem tais significados, as análises são feitas a partir

⁵ *Wilderness e a mente americana* (tradução nossa)

de uma abordagem hermenêutica (PATTERSON et al., 1998; PATTERSON; WILLIAMS; SCHERL, 1994; VAN PATTEN; WILLIAMS, 2008).

Manzo (2005) identificou que experiências importantes e significativas levam a uma conexão emocional com o lugar, e relacionou dimensões do relacionamento entre pessoas e lugares que incluíram: os lugares como área de autodesenvolvimento e construção de identidades, o processo de longo-prazo de formação dos significados de lugares, e “casa” como um lugar diferente da sua moradia. Posteriormente, a autora identificou que os lugares considerados significativos, além de estarem conectados com a exploração e desenvolvimento da identidade, fornecem oportunidades de solitude e reflexão, servem como marcos na sua vida ou pontes para o passado e fornecem experiências sociais importantes, que promovem um sentimento de pertencimento e conexão social ou, até mesmo, o sentimento de ameaça e exclusão (MANZO, 2008). Nesse sentido, ela concluiu que as experiências nos lugares e um conjunto de emoções são centrais para a produção dos significados.

Van Patten e Williams (2008) argumentam que o *sense of place* deve ser entendido numa interrelação entre o individual e o coletivo. Em um estudo sobre a dimensão política de lugar e, em específico, o sentido do lugar (*sense of place*), Yung, Freimund e Belsky argumentam que "o sentido do lugar transmite diferentes valores e interesses, destacando os objetivos e os desejos das pessoas para a área" (2003:864). Ainda, esses significados e potenciais conflitos nos sentidos atrelados ao lugar podem elucidar o tipo de decisão de manejo que as pessoas apoiariam e aquelas que não apoiariam.

Em alguns casos, a relação das pessoas com um lugar pode ser utilitária, quase de consumo, onde as áreas (*commodities*) oferecem apenas os campos para a sua atividade e, portanto, são substituíveis – *place dependence*, que foi considerada por Williams e Vaske (2003) como um aspecto funcional da conexão emocional. Bricker e Kerstetter (2000) compararam dois grupos de praticantes de caiaque de água brancas e rafting em relação a três dimensões de *place attachment*, *place identity*, *place dependence* e estilo de vida. Eles verificaram que os praticantes com mais experiência tinham uma relação íntima do lugar com a formação da sua identidade (*place identity*) e seu estilo de vida, mas não mostravam uma dependência do lugar, enquanto os menos especializados não atribuíram tanta importância para o *place identity*, nem o estilo de vida.

5. VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA

5.1 A visitação e os princípios do direito ambiental

Os princípios são considerados os alicerces do direito, promovendo um equilíbrio entre valores e interesses que orientam a formulação de legislações, políticas públicas e diretrizes desde o âmbito local ao mundial (MACHADO, 2014). Alguns desses princípios impactam – ou ao menos têm o potencial de impactar – as políticas de visitação em áreas naturais e, conseqüentemente, a recreação em parques. Deve-se evitar, no entanto, a utilização dos princípios de maneira isolada, usando-os sempre em conjunção com os outros.

O direito de visitar uma área natural está embasado como um dos princípios integrantes do direito ambiental, o de acesso equitativo aos recursos naturais, que estabelece que todos têm o direito de acessar o meio ambiente, que é um bem de uso comum do povo, segundo art. 225 CRFB. Entretanto, essa relação não pressupõe uma visita sem regramento, pois é necessário que este acesso aos bens naturais seja realizado de maneira responsável, estando em acordo com o Princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro, firmada durante a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), em 1992, que estabelece que os seres humanos “têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”.

Embora, de um modo geral, esse princípio esteja mais relacionado aos bens naturais para o sustento da vida humana, como água, ar, solo e oceanos, ele também incorpora o acesso para a contemplação da paisagem (MACHADO, 2014), uma atividade que tem o potencial de promover a conexão do homem com a natureza (EISENHAUER; KRANNICH; BLAHNA, 2000), e que pode, dentre outros meios, ser realizado através da visitação e da recreação em parques.

O princípio do acesso equitativo aos recursos naturais está previsto na legislação brasileira em instrumentos como o Código Civil, que define, no seu artigo 99, alguns recursos naturais como sendo bens públicos de uso comum do povo, como é o caso de rios e mares (BRASIL, 2002); e também no artigo 21 do Decreto 5.300/04, que reza que:

“as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança

nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica” (BRASIL, 2004).

As UCs, no entanto, não são enquadradas como bem público de uso comum do povo. Elas são, segundo o SNUC, áreas de domínio público sob regime especial de administração (BRASIL, 2000). Independentemente, a aplicação do princípio de acesso equitativo em relação à visitação em áreas naturais, especialmente UCs, requer o emprego de outro princípio do direito ambiental, o princípio da prevenção, visando atingir um resultado equilibrado na combinação visitação, recreação e conservação. A correlação entre esses dois princípios protege o patrimônio natural e a experiência dos visitantes, orientando o direito expresso no art. 225 da Constituição Federal, relativo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações atuais e futuras.

O uso responsável dos recursos naturais para a visitação é uma necessidade prevista também na Política Nacional de Meio Ambiente quando esta lista o turismo – complexos turísticos e de lazer – como uma atividade de baixo potencial de poluição (BRASIL, 1981). De fato, o histórico de visitação em áreas naturais mostra que, quando realizado sem planejamento ou manejo apropriado, o resultado pode ser inadequado e indesejável (SCHÜTTE, 2009; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2015), o que leva alguns profissionais envolvidos com a gestão de UCs a invocar o princípio da precaução para limitar o acesso. Inclui, algumas pessoas, geralmente imbuídas de um viés preservacionista, cuja visão de proteção da natureza preconiza a ausência do ser humano, se utilizam do princípio da precaução para restringir drasticamente, e até mesmo proibir, a visitação em UCs, mesmo naquelas que a preveem (BURNS; MOREIRA, 2013; ILHA, 2014; PEGURIER; BRAGANÇA, 2015).

Apesar de posicionamentos mais extremados, o princípio da precaução não visa, a priori, o congelamento das ações, e está mais conectado a oferecer condições para a proteção da natureza e a qualidade saudável de vida atualmente e no futuro (MACHADO, 1993). Sua consagração pública se deu na Declaração do Rio, cujo Princípio 15 estabelece que ele deve ser empregado “quando haja perigo de dano grave ou irreversível; a falta de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para postergar a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação do ambiente” (ONU, 1992 - grifo nosso). Assim como na Declaração do Rio, na Convenção de Mudança do Clima esse princípio está relacionado a “danos sérios ou irreversíveis”, enquanto que o preâmbulo da Convenção da Diversidade Biológica o conecta à “ameaça de sensível

redução ou perda de diversidade biológica”. Outra convenção da qual o Brasil não faz parte, a Convenção de Paris para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste, vai além e indica que esse princípio deve nortear medidas de proteção contra riscos que possam representar “atentados contra os valores do lazer” (MACHADO, 2014).

O escopo da precaução, portanto, indica que deve-se empreender esforços para detectar e analisar o risco ambiental a partir do gerenciamento de risco, e reconhece a improbabilidade de obter risco zero. Sua aplicação está conectada a estabelecer ações para reduzir os riscos a um nível aceitável ou eliminá-los a partir de medidas de proteção do meio ambiente e não ao estabelecimento de uma cultura do medo, que instiga a apatia gerencial (MACHADO, 2014).

Cabe ressaltar que as convenções internacionais conectam o princípio da precaução a perigos de dano grave ou irreversível e a ameaças sensíveis; assim, refere-se primordialmente àqueles riscos em grande escala, como empreendimentos de mineração, construção de hidroelétricas e afins. Portanto, ao aplicar esse conceito à visitação em UCs, é necessário buscar meios para que os efeitos negativos da visita sejam evitados, minimizados e mitigados, empregando-o de maneira parcimoniosa em atos normativos e utilizando-o casado com os princípios de acesso e da prevenção através de técnicas de planejamento e manejo da visitação. Decorre que o princípio da precaução não deve ser invocado para evitar a visitação em parques e demais UCs, mas apenas para, justificadamente, condicioná-la a determinadas regras e procedimentos indispensáveis à preservação dos espaços visitados e à qualidade da experiência de visitação.

5.2 Considerações históricas sobre visitação em parques nacionais brasileiros

O relacionamento do ser humano com a natureza tem sido influenciado ao longo do tempo resultando em diversas configurações: o entendimento de que a natureza é a extensão da sua casa, um grande afastamento baseado no medo e na dominação, uma relação utilitária quando devia-se apenas entrar, explorar e sair, um aspecto religioso e mítico, entre outras (RODRIGUES, 2009). Independentemente do foco, as ideias e práticas de uso e relacionamento com a natureza, incluindo o uso da paisagem e a conservação da biodiversidade, estão no centro da construção da nossa cultura e são, ao mesmo tempo, influenciados por esta. Das reservas de fauna na Europa na Idade Média aos regulamentos para doutrinar o uso de madeiras para construção naval ou o pau-brasil nos séculos XVI e XVII; do reflorestamento das serras da Tijuca e Carioca, no Rio de Janeiro, ao

estabelecimento do primeiro parque nacional nas Américas, no século XIX, os processos culturais, históricos, ideológicos e políticos da relação do Homem com a natureza embasaram a visão de como se promover o uso e, por conseguinte, a conservação (ou não) dos bens e recursos naturais.

Os valores atribuídos à natureza foram, nesse contexto, sendo moldados baseados nos conceitos culturais e econômicos vigentes, e no século XIX uma série de pensadores que incluíram Henry David Thoreau e John Muir atuaram de forma decisiva a construir uma imagem de áreas selvagens (*wilderness*) que deveriam ser protegidas, preservadas e visitadas para que as pessoas pudessem se curar dos males de uma sociedade cada vez mais urbana e industrializada (NASH, 2014) – vide discussão no capítulo 6.

Foi no contexto de uma visão romantizada das áreas selvagens que o vale de Yosemite, na Califórnia, foi destinado a se tornar uma área pública de valor cênico para o uso público e recreação (USA, 1864), doze anos antes da designação do primeiro parque nacional em 1872, o Yellowstone, que foi criado com o objetivo de ser um parque público ou área de lazer para o entretenimento das pessoas (USA, 1872). Ambas tiveram a recreação no centro dos seus objetivos de criação, com a premissa de que as pessoas deveriam estar somente de passagem nessas áreas, adquirindo a conotação de visitantes (RODRIGUES, 2009) e criando as bases para o entrelaçamento das políticas de áreas protegidas e de parques com as políticas de visitação e de recreação ao ar livre.

O impacto político da designação de Yellowstone como um parque nacional foi tamanho que influenciou a criação de áreas protegidas ao redor do mundo, incluindo o Brasil (FRANCO; DRUMMOND, 2009). André Rebouças, ainda no final do século XIX, propôs a criação de dois parques nacionais que, apesar de não terem se concretizado naquele momento, tiveram o papel de influenciar corações e mentes e preparar o caminho para os debates sobre conservação que ocorreriam posteriormente (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010).

Em 1933 ocorreu em Londres a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna (ONU, 1933), que gerou diversos artigos relacionados à criação e manejo de parques nacionais. Estes deveriam estar sob o controle público, propagar, proteger e preservar a vida selvagem e a flora, além de preservar atrativos estéticos, geológicos e arqueológicos para o benefício e lazer do público e ter instalações que permitissem que o público pudesse observar a fauna

e a flora. Novamente fica clara a interconexão entre parques, visitação e recreação, que também se replicou no Brasil.

No Rio de Janeiro, em 1934, ocorreu a primeira Conferência para a Proteção da Natureza, que consolidou os pensamentos de cientistas, intelectuais e políticos sobre o tema e influenciou políticas públicas voltadas para a conservação dos bens naturais no país (FRANCO; DRUMMOND, 2009). Alguns expoentes na Conferência apresentaram propostas de criação de parques nacionais para a proteção da natureza, para a educação e para o turismo, enquanto outros argumentaram que a conservação da natureza deveria envolver um componente de engajamento da sociedade, seja através da educação ou do lazer, ou pela contemplação da paisagem e conexão emocional com as áreas naturais (FRANCO; DRUMMOND, 2008, 2009).

A criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros – Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos (BRASIL, 1937a, 1939a, 1939b) - ocorreu nessa época e acompanhou um processo cultural e econômico que se refletia na sociedade brasileira em diferentes formatos, entre elas o estabelecimento formal e jurídico para a proteção do meio ambiente e o estabelecimento de parques nacionais, na época sob o cuidado do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura (NAZO; MUKAI, 2001). Os parques tinham, dentre outros objetivos estabelecidos nos seus respectivos decretos, a finalidade de oferecer lazer, recreação e turismo.

Após esses três parques, perduraram vinte anos até a criação do quarto parque nacional brasileiro, o de Ubajara, no Ceará, que foi seguido por nada menos do que outros onze entre 1959 e 1961, inaugurando, assim, uma segunda fase de expansão desta área legalmente protegida. Os atos de criação dessas doze unidades seguiram dois modelos: em três deles encontramos o mesmo artigo 6º do decreto do PARNASO (que veremos no capítulo 7): Sete Quedas (BRASIL, 1961a), Sete Cidades (BRASIL, 1961b) e Caparaó (BRASIL, 1961c). Os outros – Aparados da Serra (BRASIL, 1959a), Araguaia (BRASIL, 1959b), Brasília (BRASIL, 1961d), Veadeiros (BRASIL, 1961e), Emas (BRASIL, 1961f), Monte Pascoal (BRASIL, 1961g), São Joaquim (BRASIL, 1961h), Tijuca (BRASIL, 1961i) e Ubajara (BRASIL, 1959c) – apenas definiam os seus limites, a regência do Código Florestal sobre as terras, flora, fauna, belezas naturais e propriedades particulares dentro de seus limites, a necessidade de elaboração de um regimento interno para a sua administração, entre outros temas. No entanto, a localização de parte desses parques nos faz supor que a necessidade de

oferta de opções de lazer a uma crescente população urbana tenha inspirado a sua criação (DRUMMOND, 1997; DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010).

Em 1962 destaca-se a realização do I Congresso Internacional de Parques Nacionais nos EUA (ADAMS, 1962), que congregou uma série de aspectos sobre essas áreas protegidas, incluindo a proteção da biodiversidade, valores culturais e espirituais e a visitação. Dois anos depois, o congresso dos EUA publica a lei que instituiu *wilderness* como área protegida, reconhecendo e privilegiando um ambiente livre de interferência humana, a recreação ao ar livre como um valor, e um lugar onde as pessoas podem visitar, se inspirar e experienciar a natureza na sua forma primitiva, vivenciando a solidão (USA, 1964).

Durante o regime militar no Brasil, de 1964 a 1985, a política de áreas protegidas abrangeu dois aspectos complementares: promover a integração e o desenvolvimento de todas as regiões do país e criar UCs para ampliar o seu controle territorial, especialmente em áreas fronteiriças (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004). Nesse período com este foco, foram criados mais 14 parques nacionais, sendo 11 de 1979 a 1986.

Data de junho de 1979 o Plano de Sistemas de Unidades de Conservação (PÁDUA; CARVALHO, 1979), para logo depois ser publicado o Decreto-Lei que regulamentava a criação de parques nacionais, com algumas normas relacionadas à visitação (BRASIL, 1979). Segundo este diploma legal, os parques nacionais destinavam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos (art.1º, §2º), deveriam oferecer interesse especial para a recreação (art.2º, I) e possuir normas que regulassem a visitação (art.2º, III). A visitação estava prevista, e devia até mesmo ser estimulada a partir do estabelecimento de centros de visitantes destinados à recepção, orientação e motivação do público através de atividades de interpretação da natureza, que deveriam também ser realizadas ao ar livre: em trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros (art. 31 e 32). As atividades de lazer e recreação ao ar livre deviam ocorrer de maneira responsável:

As atividades desenvolvidas ao ar livre, os passeios, caminhadas, escaladas, contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, devem ser permitidos e incentivados, desde que se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades dos Parques Nacionais (art.34).

Por fim, embora o artigo 35 estabelecesse que, sempre que possível, os locais de acampamento devessem estar fora dos parques nacionais ou, quando necessário, poderiam ser estabelecidos em zonas de uso intensivo, as normas para o estabelecimento do zoneamento (art. 7º) indicavam que proporcionar formas primitivas de recreação era um

dos objetivos de manejo das zonas primitivas. Roteiros metodológicos de elaboração de planos de manejo foram publicados ao longo do tempo seguindo as mesmas categorias de zona (IBAMA, 2002), sendo que o mais atual propôs novas categorias de zonas (ICMBIO, 2018a). Vê-se que neste decreto a visitação recreativa era amplamente citada como atividade intrínseca de um parque nacional, como uma de suas finalidades, devendo ser inclusive incentivada com regulamentações específicas que minimizassem o impacto, embora um pouco dissociada de ações de gestão conforme visto acima.

A importância da visitação em parques estava também refletida em artigos sobre o tema: dos 17 parques citados por Pádua, Magnanini e Mittermeier (1974), apenas três não têm menção alguma a turismo, turistas, visitação ou visitantes, e os autores citam o PARNASO como um destino popular e estruturado para receber montanhistas. Pádua e Carvalho (1979) destacaram que, com a criação de mais dois parques nacionais naquele ano, os brasileiros ganhavam mais oportunidades culturais, educacionais e recreativas. Desde então a recreação foi mencionada em diversos documentos infralegais para caracterizar um tipo de visitação nos parques nacionais e ações de gestão (RODRIGUES; IRVING; DRUMMOND, 2010).

O final da década de 80 trouxe a redemocratização do país e uma nova constituição federal (BRASIL, 1988), que dedicou um capítulo ao meio ambiente (art. 225), além de definir direitos explícitos e implícitos referentes a ele (ARAÚJO, 2006; IRIGARAY, 2004), incluindo o de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

A Constituição de 1988 também estabeleceu o lazer como um direito social (CRB: art. 5º), que deve ser incentivado pelo Estado como forma de promoção social (CRB: art. 217, §3º); o Estado deve também fomentar práticas esportivas (CRB: art. 217). Considerando que a visitação inclui atividades de lazer e de recreação (RODRIGUES; IRVING; DRUMMOND, 2010) que podem ser realizadas por meio de práticas esportivas, como o montanhismo, a escalada e o surfe, fica assim legalmente consubstanciada na Carta Magna a prática dessas atividades em áreas naturais, inclusive em UCs.

A década de 1990 foi palco de um grande marco ambiental mundial, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Nesse evento foi promulgada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que teve grande influência em políticas públicas de áreas protegidas, incluindo a relação com valores intrínsecos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educacionais,

culturais, recreativos e estéticos associados à diversidade biológica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000), que culminaram mais tarde na definição dos serviços ecossistêmicos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece a recreação como um serviço cultural ecossistêmico (FAO, [s.d.]; FISH; CHURCH; WINTER, 2016).

Apesar da sua grande relevância no âmbito mundial, a ECO-92 não teve um impacto direto para a visitação em parques nacionais, ao contrário do Congresso Mundial de Parques, em Caracas, na Venezuela, no mesmo ano. Um workshop neste evento foi responsável por formalizar as categorias de áreas protegidas da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), de forma que atingiu o seu formato atual.

5.3 A categoria parques nacionais no SNUC e na UICN

Na década de 1990, o Brasil contava com uma diversidade de categorias de áreas protegidas que refletia tanto a pluralidade de discursos e grupos de interesses, como a crescente preocupação com a proteção da biodiversidade. A sistematização dessas categorias em uma lei que englobasse a diversidade de categorias e ao mesmo tempo permitisse uma maior efetividade ocorreu depois de anos de debate, embates, diálogos e das negociações entre diversos setores da sociedade (MERCADANTE, 2001).

Foi, então, consolidado o SNUC com a formalização de um sistema com unidades com distintos graus de acesso, uso e intervenção humana para a conservação da biodiversidade, que contam com o componente sempre presente da visitação (BRASIL, 2000). O SNUC tem uma conexão explícita e direta com a visitação e a recreação ao definir um de seus objetivos como o de: “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (art.4º, XII). Já uma de suas diretrizes indica que se busque “o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de [...] atividades de lazer e de turismo ecológico [...]” (art. 5º, IV).

Cada categoria de UC possui um objetivo específico de conservação, o que facilita equilibrar interesses, usos, necessidades e paradigmas distintos. Embora essas categorias estejam, de modo geral, alinhadas com as categorias propostas pela UICN, o Brasil segue uma linha mais restritiva ao restringir a visitação recreativa em duas delas: ESECs e REBIOS.

As categorias de áreas protegidas da UICN foram consolidadas em um workshop organizado e liderado pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da própria UICN durante o Congresso Mundial de Parques, em 1992 (WHITEHOUSE, 1992), como mencionado acima. A UICN estabelece seis categorias de áreas protegidas, promovendo a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas através da limitação, regulação ou exclusão da presença humana, do estímulo à recreação e à visitação, além de técnicas de manejo para restauração de áreas (DUDLEY, 2008).

A visitação é permitida em todas as seis categorias do UICN, sendo a recreação um dos objetivos primários das categorias Ib: Áreas *Wilderness* e da II: Parques Nacionais; objetivos secundários das categorias V: Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida e da VI: Área Protegida com Uso Sustentável dos Recursos Naturais, além de estar na descrição da Categoria III: Monumento ou Atrativo Natural (DUDLEY, 2008). A categoria Ia é a mais restritiva, porém não proíbe de todo a visitação, somente determina que esta deverá ser estritamente controlada e limitada, sendo manejada para permitir uma visitação relativamente baixa, de forma a também possibilitar o monitoramento do impacto relativo às atividades humanas, sempre garantindo que a conservação da biodiversidade seja o principal objetivo nesta categoria.

Dentre as 12 categorias elencadas pelo SNUC, a visitação recreativa e turística somente é restringida em REBIOS e ESECs, onde somente a visita com cunho educacional pode ocorrer. Nas outras dez categorias, ela é permitida, sendo um dos objetivos de conservação estabelecidos para a categoria ‘parque’:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (art. 11º – grifo nosso).

Conforme visto, o SNUC e a UICN estabelecem a visitação – a recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, educação ambiental, pesquisas científicas – como um objetivo da categoria parque, tanto como um direito em si mesmo (SOUZA, 2015), quanto como uma ferramenta de conservação. Esse direito está atrelado também a responsabilidades para com os recursos ambientais, sociais e culturais que o parque protege e, portanto a visitação pública está sujeita a normas estabelecidas no plano de manejo da unidade, a normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua gestão e àquelas previstas em regulamento específico.

5.4 Instrumentos de planejamento

Os planos de manejo são elaborados conforme diretrizes gerais estabelecidas em roteiros metodológicos e, embora seja um documento técnico, a sua elaboração ou revisão está intimamente conectada a questões de valores e negociações de significados (HENDEE; DAWSON, 2009). O plano de manejo define as normas e estabelece a diferenciação e a intensidade de uso a partir do zoneamento e do estabelecimento de regras, regulando, permitindo, limitando e proibindo o acesso, a visita, a recreação e o uso em uma UC.

O zoneamento é uma ferramenta prevista no SNUC para a definição de zonas com objetivos de manejo específicos, estabelecendo usos diferenciados e graduais de acordo com normas específicas. É o instrumento central previsto em planos de manejo que guia a proteção da biodiversidade, limitações de acesso e, portanto, as oportunidades de recreação. Apesar do conceito de diversidade de oportunidades de visitação não ser explicitamente citado no roteiro metodológico do Ibama (IBAMA, 2002), pode-se dizer que o zoneamento pode ser utilizado de maneira a estimular ou limitar essa diversidade (SOUZA, 2016).

Atualmente o ICMBio utiliza um novo roteiro metodológico para a elaboração e revisão de planos de manejo, baseado de forma mais robusta no planejamento adaptativo, onde foram estabelecidos outros nomes para as zonas de um parque (ICMBIO, 2018a). Este roteiro indica que o zoneamento deve proporcionar uma variedade de condições de experiências ao visitante, mas diminui o número de zonas em geral, o que impacta também na quantidade de zonas onde pode haver visitação num parque. Com menos zonas, a possibilidade de se oferecer uma diversidade de oportunidades a partir do instrumento de zoneamento fica comprometida, e é necessário buscar criatividade para oferecer a variedade que o próprio roteiro indica. Nesse novo roteiro, o planejamento da visitação recreativa é feito em etapa posterior como um adendo ao plano de manejo principal, compondo o plano de uso público, que segue os preceitos do ROVUC (CREMA; FARIA, 2018). É importante observar que nenhum profissional que atua na coordenação de visitação do ICMBio foi inserido nos créditos da elaboração deste novo roteiro como parte da equipe.

Esse novo roteiro, no entanto, não é o foco desta pesquisa e como o plano de manejo do PARNASO foi elaborado conforme o roteiro anterior, aqui serão utilizadas as referências, regras e zonas constantes deste. Dentre as 12 zonas estabelecidas no roteiro metodológico do Ibama (IBAMA, 2002), algumas herdadas do Decreto no. 84.017 de 21 de setembro de 1979 que regulava os parques nacionais (BRASIL, 1979), cabe destacar as seguintes:

I - Zona intangível

É aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.

II - Zona Primitiva

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental permitindo-se formas primitivas de recreação (IBAMA, 2002, p. 90–91 grifo nosso).

Outras zonas ajudam a compor a gradação de uso, acesso e oportunidades de visitação em um parque, sendo que as duas zonas acima descritas são as mais exploradas nessa pesquisa por suas características estarem alinhadas com a proposta de áreas naturais primitivas, que não são conectadas exclusivamente às zonas primitivas, nem devem ser entendidas como sinônimo (capítulo 6).

A zona intangível (atual zona de preservação) não proíbe direta e explicitamente a visitação recreativa na sua definição, porém o roteiro metodológico do Ibama não a lista como uma das atividades admitidas nessas zonas (IBAMA, 2002). A recreação somente começa a aparecer na definição de zona primitiva, assim como nas atividades admitidas nesta zona, onde deve ocorrer de maneira restritiva e de baixo impacto.

O roteiro do IBAMA (2002), apresenta os critérios indicativos de valores para a conservação e, posteriormente, discorre sobre os critérios de vocação de uso, que inclui o potencial de visitação e o uso para recreação e lazer em parques nacionais. Ao conceituar a recreação como um uso e não como um valor de conservação, o roteiro acaba por relegar essa atividade a um campo secundário para as UCs, direcionando o “tom” do zoneamento e das regras de acesso. Isso se reflete, portanto, no zoneamento de uma forma geral, que acaba sendo mais restritivo à visitação nos parques, como é o caso do PARNASO, que tem cerca de 50% da sua área como zona intangível (capítulo 7).

O zoneamento restritivo na forma de zonas intangíveis ou regras restritivas têm a consequência por vezes ignorada ou relegada no processo de planejamento de “congelar as

ações de manejo” na área⁶. Embora o uso não deva ocorrer nessas áreas, a limitação de capacidade de gestão e recursos em órgãos gestores dificulta a fiscalização em campo e conseqüentemente há a possibilidade de ocorrer o uso indireto, porém os critérios do zoneamento e as regras impossibilitam que a gestão atue para gerenciar o uso indireto.

A falta da presença da gestão e de visitantes pode facilitar o uso direto dos recursos. No caso do PARNASO, no debate com a equipe do parque sobre as zonas intangíveis no grupo focal, realizado em 16 de outubro de 2018, os participantes indicaram saber que estas zonas são utilizadas por montanhistas e outros visitantes, além de caçadores e passarinhos, e que na área de Magé, há muitos “*ranchinhos, não necessariamente só de caçadores*”. Nas interlocuções com visitantes de áreas naturais primitivas⁷ e nas com pessoas da equipe de uso público do parque⁸, a menção a usos diretos em zonas intangíveis apareceu em todas as sessões.

Cabe, portanto, refletir sobre a eficácia da utilização de um zoneamento e regras restritivas como ferramentas de conservação. Seria importante aprofundar o conhecimento sobre o uso nessas zonas, avaliando a eficácia desse instrumento em outra pesquisa.

5.5 Reflexões sobre o momento atual

Como visto, o SNUC tem como um de seus objetivos a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, que são também objetivos de conservação da categoria parque nacional (BRASIL, 2000). No entanto, nem sempre os parques são geridos considerando o seu potencial e até mesmo seu objetivo legal de oferecer oportunidades de recreação em contato com a natureza para a população (SOUZA, 2016; VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

Grandes áreas de parques e até mesmo parques inteiros são fechados à visitação, o que resultou no conceito de parques-fortaleza (BRÜGGER; BRADFORD, 2017 e ILHA, 2014), onde há uma restrição de acesso e proibição de visitação, como nos casos dos PARNAs São

⁶ Essa visão foi repassada em interlocução com uma pessoa da equipe de uso público do PARNASO em 17/10/2018 e, em outro momento, através de comunicação pessoal por dois servidores do ICMBio lotados na época na gestão do PARNA Tijuca.

⁷ Reuniões feitas com cinco visitantes de áreas naturais primitivas entre setembro e outubro de 2018. Essas interlocuções tiveram o objetivo de mapeamento de oportunidades de visitação no PARNASO.

⁸ Reuniões e interlocuções feitas com dois membros da equipe de uso público do PARNASO, em 17/10/2018 e 23/10/2018.

Joaquim e o Anavilhanas que proibiram a visitação depois de décadas da criação das unidades (PEGURIER; BRAGANÇA, 2015). A visitação nessas UCs foi proibida a partir do argumento da ausência de um plano de manejo, embora em São Joaquim o uso de algumas atividades e destinos tivesse um ordenamento institucional formal por portaria (VIVEIROS DE CASTRO; KINKER, 2012). A suspensão da visitação colocou em cheque a qualidade da visitação e a relação do parque com atores sociais que tiveram seu lazer, sua recreação e sua renda ameaçada por esse fechamento (SOUZA, 2015).

Os argumentos não se restringem à ausência de planos de manejo e, de um modo geral, incluem impactos negativos da visitação, falta de recursos ou estruturas, alto risco para os visitantes ou a necessidade de preservar biodiversidade em uma separação dicotômica entre seres humanos e natureza, entre preservacionistas e conservacionistas (DIEGUES, 1996). Rodrigues (2009) e Viveiros de Castro (2018) salientam que o tema da visitação não tem sido tratado com a devida atenção no contexto da ‘cultura institucional’ do ICMBio e no processo de planejamento e gestão de uma UC. Além disso, na minha visão e experiência, podemos estender essa questão à maioria dos órgãos estaduais gestores de UCs, bem como a um “inconsciente coletivo”.

Nessa abordagem, a visitação é entendida como uma atividade de alto impacto negativo e, portanto, deve ser direcionada a pequenas áreas de sacrifício, onde apenas a visitação intensiva e o turismo massivo são previstos. Esse entendimento sugere que o Estado precisa controlar o visitante por meio de estruturas bem estabelecidas e sinalização massiva ou até mesmo pela obrigatoriedade de contratação de guias ou condutores, como acontece em alguns parques, embora esta imposição seja contrária a uma instrução normativa do ICMBio (ICMBIO, 2016).

Esse entendimento ganha maior destaque em áreas onde não há trilhas ou outra estrutura de visitação e há alto grau de naturalidade, as áreas naturais primitivas (capítulo 6). Nessas áreas, a restrição é em geral ainda maior por três aspectos principais que identifiquei ao longo da minha trajetória (como montanhista e profissional que atua em projetos na área de gestão de UC) e podem ser trabalhados como hipóteses em pesquisas futuras:

- a) Desconhecimento de que há pessoas com o interesse, motivação e a capacitação para visitar áreas sem estruturas, com alto grau de incerteza e aventura.

- b) Limitação de entendimento de como planejar e promover o manejo da visitação nessas áreas.
- c) Visão preservacionista que entende que uma área somente será preservada sem a presença de seres humanos e, portanto, a visitação é indesejada, desestimulada e proibida.

Independentemente do argumento, a proibição ou ampla restrição de visitação afasta a sociedade das áreas naturais, que termina por não conhecer ou compreender a sua importância, e impossibilita o acesso democrático a áreas públicas. Esse posicionamento, no entanto, tem passado por algumas mudanças.

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Rio de Janeiro, inovou ao publicar o Decreto 42.483/2010 que estabelece diretrizes para o uso público nos seus parques estaduais; destaca-se que um dos princípios elencados para a visitação neste decreto é o atendimento das expectativas e necessidades dos visitantes (RIO DE JANEIRO, 2010) e estabeleceu uma gerência dedicada à visitação, a Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade. Já o Ministério de Meio Ambiente estipula que “a visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, p. 13).

Esse entendimento está refletido na priorização das zonas primitivas em detrimento das zonas intangíveis no zoneamento de alguns parques, como o PARNA Tijuca (ICMBIO, 2008a), seguindo recomendações elencadas no 2º e no 3º Encontro de Parques de Montanha. Esses Encontros foram coorganizados pela Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME) e o ICMBio, além do INEA na segunda edição, para a promoção de um debate participativo entre gestores de UC, dirigentes de órgãos ambientais, pesquisadores, ONGs e grupos de visitantes – principalmente montanhistas. Os resultados registrados em relatórios ou recomendações desses supracitados encontros, inclusive, refletem a mudança de posicionamento mencionado.

Esse novo olhar ocorre não apenas nas esferas governamentais (ILHA, 2014; SOUZA, 2015), mas também no terceiro setor, onde algumas ONGs ambientalistas passam a desenvolver programas de atividades ao ar livre com o objetivo de se promover a

conservação, como no caso do Movimento Borandá, uma iniciativa do Programa Mata Atlântica e Marinho do WWF-Brasil (WWF-BRASIL, 2017).

O processo de mudança de paradigma avançou no papel e no discurso, porém ainda prevalece na cultura institucional com planos de manejo restritivos, cujas regras e o zoneamento impossibilitam a visita legal em grande parte da unidade (FEMERJ, 2016, 2018a; ILHA, 2018a, 2018b). A dedicação de áreas à visitação se mostra como áreas de uso intensivo ou, ao menos, usos mais frequentes.

Esse processo de mudança cultural no entendimento da visitação também se conecta à busca crescente por atividades recreativas, esportivas e turísticas em áreas naturais, boa parte protegida em UCs (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018). Há um esforço no estabelecimento de políticas para melhorar a oferta de serviços de apoio à visitação através de parcerias (ICMBIO, 2018b) e na comemoração dos 10 anos do órgão com o programa “10 cumes e 10 travessias” (ICMBIO, 2017), que evidencia a temática das trilhas e travessias.

As iniciativas que buscam receber e estimular a visitação em UC, no entanto, tomou a forma, em alguns casos, de uma sobreestruturação de áreas consideradas “de sacrifício” para atender à crescente demanda de um público não especializado. Pádua (2013) salienta que esse tipo de planejamento pode levar a “elefantes brancos” por sua inadequação de aplicação no contexto das unidades brasileiras, com a importação sem uma devida contextualização de soluções que funcionaram em outros países, como por exemplo hotéis superestruturados em áreas sem muita demanda turística.

Aproveitando o movimento pela busca por atividades em áreas naturais, a indústria do turismo nas últimas décadas tem se dedicado a ofertar pacotes para essas áreas, comercializando lugares, paisagens e experiências, resultando no que Queiroz (2019) denominou como a turistificação dessas áreas. A turistificação promove a transformação de lugares e experiências em objetos de consumo que, para serem mais facilmente comercializados, devem ser preparados para receber pessoas independentemente de seu nível de experiência e habilidade técnica. O resultado no terreno é o aumento no volume de pessoas, a mudança de perfil dos visitantes, conflito de valores entre usuários e de uso dos locais, aumento de impactos ambientais e a perda de qualidade da visitação, podendo ocasionar a alta intervenção de manejo (ou a sua intenção), por vezes com vistas a facilitar o

acesso, o que possibilita a visita a terrenos técnicos por pessoas sem a devida qualificação técnica (SPINK; SPINK, 2009).

Esse processo de turistificação pode ser visto e estimulado por postagens em mídias sociais (BURGETT, 2018; SIMMONDS et. al., 2018), que instiga as pessoas a compartilharem fotos “únicas” em lugares específicos (G1 RIO, 2016). Essa motivação tende a pressionar para uma oferta de áreas que possibilitem fotos “instagramáveis”, o que nossas unidades têm de sobra. Para tal, por vezes, é necessário mais estruturação do terreno e criar soluções de visitação para áreas que, por vezes, exijam também conhecimento técnico.

Os dois extremos desse espectro: a sobreestruturação das áreas e a proibição de acesso atuam de forma similar em termos de minimizar a diversidade de oportunidades de visitação. Se por um lado, a sobreestruturação facilita a visitação e promove a turistificação de áreas, promovendo uma homogeneização de perfil e de mudança de valores, por outro, a proibição fecha a possibilidade de visita dentro das regras oficiais da unidade. Ambas, portanto têm o potencial de promover a mudança de perfil e do tipo de visitação de uma área.

5.6 Principais pontos do capítulo

Nesse capítulo foi apresentada a relação intrínseca entre a visitação recreativa e parques, propondo uma abordagem no âmbito das políticas públicas que prioriza a recreação como um valor de conservação e valor público fundamental. Essa orientação contribui para o alcance dos objetivos de manejo dos parques nacionais, conforme o SNUC e as diretrizes da UICN. Alguns destaques são:

- A visitação em áreas naturais está embasada em princípios do direito ambiental:
 - De acesso equitativo aos recursos naturais, com foco em atividades que promovem a conexão emocional com áreas naturais.
 - Da prevenção, visando atingir um resultado equilibrado na combinação visitação, recreação e conservação.
 - Da precaução que está conectado, principalmente, a empreendimentos de grande escala, e deve ser utilizado parcimoniosamente evitando um distanciamento e uma cultura do medo e a apatia gerencial.

- Desde o princípio do estabelecimento de parques nacionais no Brasil (e nos EUA, onde essa categoria foi criada pela primeira vez) a recreação esteve marcada com um componente fundamental para a criação dessas áreas protegidas;
- Os parques nacionais, tanto nas categorias definidas no SNUC como nas da UICN, tem como objetivo a recreação em contato com a natureza, embora no Brasil esse objetivo ainda seja tratado como secundário;
- Nos roteiros metodológicos, a recreação é apresentada de maneira secundária como uma forma de utilização indireta dos bens naturais e culturais e não como um valor de conservação e um valor público fundamental, o que acaba por influenciar posicionamentos e tomada de decisão sobre a abrangência na área;
- O zoneamento é o principal instrumento que determina os níveis de uso e intervenção de uma unidade. Os critérios indicativos das zonas são, supostamente, critérios técnicos, mas incluem também os valores de conservação. Destaca-se que a visitação atualmente não é considerada um valor de visitação, mas sim um uso permitido;
- A zona intangível, na sua definição por si só, não proíbe a visitação recreativa, mas esta não é mencionada como uma atividade possível nessa zona. A recreação somente é citada tanto na definição, como nas atividades admitidas na zona primitiva, onde ela deve ser restritiva e de baixo impacto.
- Planos de manejo com amplas zonas restritivas ou regras que não permitem a visitação tendem afastar a sociedade das UC, inibir ações de manejo, possibilitar o uso direto dos recursos em unidades de proteção integral.
- Nos últimos anos, nota-se uma mudança de perspectiva por parte de órgãos gestores ambientais, que tende a ampliar o entendimento e a adoção de iniciativas relacionadas à visitação, o que, por vezes, pode tomar um caminho de uma sobreestruturação de áreas ocasionando e sendo o propulsor do processo de turistificação.
- Há espaço para ampliar essa iniciativa a partir de uma abordagem que valorize um amplo espectro de oportunidades recreativas e a incorporação das áreas naturais primitivas no planejamento destas atividades.

6. ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS

A definição aqui proposta de áreas naturais primitivas se inspira nos atributos para o estabelecimento de áreas *wilderness* nos Estados Unidos. Como *wilderness* é tanto uma área legalmente protegida, como uma região geográfica e uma construção cultural que foi cunhada ao longo do tempo, tomando formas, conceitos e visões de acordo com o contexto da época (NASH, 2014; NELSON, 1998), cabe uma breve exploração do surgimento desse conceito naquele país, bem como os valores e características associados nesse processo.

6.1 A construção cultural de *wilderness*

A relação do ser humano com as áreas naturais vem desde os primórdios, quando não havia separação entre homem e natureza. Nos tempos descritos na Bíblia até o século XVII *wilderness* foi registrado como um lugar sinistro, de penitência, do diabo (NASH, 2014). Mitos, criaturas e monstros foram criados associados a áreas florestadas, e, assim, as áreas naturais na cultura ocidental foram transformadas em lugares a serem temidos, transformados e conquistados, seus habitantes domesticados ou eliminados em nome do progresso, civilização e Cristianismo.

Nos EUA, onde a conotação de *wilderness* pertinente a esta pesquisa foi cunhada, os pioneiros desbravavam e dominavam as áreas selvagens, transformando-as em local habitável, controlado, desejado para o Homem, tendo um cunho eminentemente utilitário (NASH, 2014). A apreciação por *wilderness* começou nas metrópoles a partir da literatura Romântica, que fez a primeira resistência à antipatia à *wilderness* na virada para o século XIX. As características associadas à *wilderness* - estranha, solitária, misteriosa, simples – adquiriram uma conotação positiva, era algo a ser desejado, admirado; as florestas se tornaram harmônicas e bucólicas, e os membros das sociedades indígenas, o “bom selvagem”. O cenário caótico de florestas, montanhas e *wilderness* começou a ser associado ao local onde Deus mostrava Seu poder e excelência, a natureza pura (NASH, 2014).

Wilderness permanecia a mesma, porém houve uma mudança cultural a ponto de, em 1819, Evans publicar um livro sobre sua expedição invernal de 4.000 milhas pelo interior americano para poder experimentar “o prazer do sofrimento e a novidade do perigo” (Evans apud Nash 2014:56). *Wilderness* começava a ser vista como um local onde o homem urbanizado podia ir para se reenergizar, se reencontrar e ter momentos de relaxamento e

lazer; um lugar que oferecia aventuras e a liberdade das formas convencionais, ocidentais da civilização.

Nessa época, Henry David Thoreau despontou como um incentivador dessas áreas: elas eram a essência do material bruto da vida, os pilares da sociedade humana (THOREAU, 1892). Era em *wilderness* que o poeta buscava a sua inspiração nas experiências vividas; estas possibilitavam uma jornada interior, de desenvolvimento de qualidades e capacidades pessoais a partir de liberdade e solitude. Expressando seus pensamentos, Thoreau cunhou a célebre frase: “fui para as florestas porque queria viver deliberadamente” (NASH 2014, p. 90). Em 1858 escreveu um artigo defendendo *wilderness* como uma reserva de estímulo intelectual e inspiração para pessoas civilizadas e para a recreação (NASH, 2014). Ele clamava que *wilderness* era importante para a preservação da própria civilização, começando a cunhar a ideia de que essas áreas eram um recurso cultural e moral, fonte de orgulho, patriotismo e nacionalismo.

Thoreau foi essencial para a mudança de paradigma e de valores que estabeleceu as bases para a visão de *wilderness* como um lugar transcendental, bom e inspirador. Um lugar a ser preservado, idolatrado, protegido e visitado (e não local de residência): visitar *wilderness* e viver na civilização, o que trouxe um conjunto de problemas e desafios relacionados a comunidades tradicionais que, embora relevante no contexto geral, não o são aqui nessa pesquisa.

A solitude e as dificuldades inerentes de *wilderness* foram resignificadas, se afastando das características intimidantes e indesejadas de antes para algo a ser buscado, valorizado. Um expoente de renome foi Theodore Roosevelt, um caçador⁹ assíduo que se tornaria o presidente dos EUA responsável pela designação de Yosemite como parque nacional. Segundo ele, *wilderness* era o caminho para manter os EUA em contato com o primitivo – um valor positivo - e seria a cura para os males da civilização.

Talvez ninguém tenha tido tanta influência na construção cultural de *wilderness* quanto John Muir, um ávido montanhista e ambientalista. A partir das suas vivências nas montanhas, Muir dedicou a vida à preservação das áreas *wilderness* que deveriam ficar livre do machado da civilização e abertas à recreação. Em um artigo emblemático, Muir declarou:

⁹ A caça é uma atividade recreativa valorizada e associada à conservação da natureza nos EUA.

“Milhares de pessoas cansadas, estressadas e ultracivilizadas estão começando a se dar conta de que ir às montanhas é ir para casa, e que a natureza selvagem (wilderness) é uma necessidade, parques e reservas de montanhas são úteis não apenas como fontes de madeira e de água, mas também como fontes de vida” (MUIR, 1898 - tradução nossa).

A recreação em áreas *wilderness*, portanto, nunca foi questionada, pelo contrário, sempre foi um direito, um objetivo e algo valorizado. O montanhismo e o acampamento se tornaram atividades almeçadas para pessoas que precisavam de um escape das artificialidades, dos perigos e do concreto das cidades. Nesse processo, dois clubes de montanhismo foram criados para promover excursões e a conservação das áreas onde praticam suas atividades, o Appalachian Mountain Club (1876) e o Sierra Club (1892), cujo presidente por duas décadas não foi ninguém menos que Muir.

No início do século XX um jovem engenheiro florestal, Aldo Leopold, despontou como uma pessoa dedicada à ecologia, à recreação, à preservação da fauna silvestre, à conservação de grandes áreas e à ética ambiental. Leopold entendia que *wilderness* era essencial para a felicidade de pessoas que gostavam de condições primitivas de expedições (LEOPOLD, 1921), que deveriam ser consideradas no planejamento de áreas naturais:

“[...] fomos levados a pensar que a nossa política de recreação deve basear-se apenas nos desejos e nas necessidades da maioria. A única coisa nova sobre essa premissa é a proposição de que, na medida em que temos muito espaço e muito tempo, é nosso dever diversificar a nossa política de recreação em alguns lugares para satisfazer os desejos e as necessidades da minoria. A maioria, sem dúvida, quer estradas de automóveis, hotéis de veraneio, trilhas estabelecidas e outras conveniências modernas [...] Mas uma minoria muito substancial, penso eu, quer exatamente o contrário. As exigências do público para acampamentos e viagens selvagens, respectivamente, são legítimas e fortes, mas distintas (LEOPOLD, 1921 - tradução nossa)

Na Conferência Nacional de Recreação ao Ar Livre, Leopold destacou que *wilderness* é um recurso fundamental de recreação, cuja variedade vem das atividades praticadas, como montanhismo, camping e escalada, e cuja preservação estava intimamente conectada a um planejamento adequado (NASH, 2014). Em sua visão, a necessária revolução emocional para uma ética ambiental e social mais justa viria a partir da recreação e de *wilderness*. Leopold definiu *wilderness* como:

“um trecho contínuo de área preservada no seu estado natural, aberto à pesca e à caça legal, grande o suficiente para uma expedição de duas semanas, onde não haja estradas, trilhas artificiais, refúgios ou qualquer outro trabalho do homem” (LEOPOLD, 1921, p. 719 - tradução nossa).

A ideia da proteção proativa de *wilderness* de maneira abrangente e permanente ocorreu num *continuum* na primeira metade do século XX com expoentes como Robert Marshall,

Theodore Roosevelt, Benton MacKaye e outros (NASH, 2014). Em 1956, Howard Zahnister, então presidente da *Wilderness Society* (fundada em 1935), começou a circular a ideia de um sistema nacional de preservação de *wilderness*. Na década de 1960 o movimento conservacionista e de *wilderness* ganhara força quantitativa e qualitativa e influenciava decisões políticas e teve uma grande conquista na ocasião da designação de *wilderness* como uma área protegida em 1964, cujo ato legal a definiu como:

.. uma área onde a terra e a comunidade de vidas não são alteradas pelo Homem, onde o Homem é um visitante e não permanece. [...] uma área federal sem desenvolvimento que retém influência e caráter primitivo, sem infraestrutura permanente ou habitação humana, protegida e gerenciada de modo a preservar suas condições naturais e que (1) tenha sido afetada principalmente pelas forças da natureza, com o trabalho do Homem substancialmente imperceptível; (2) oferece excelente oportunidade para a solitude ou um tipo de recreação primitiva e não confinada; (3) tem pelo menos cinco mil hectares de terra ou é de tamanho suficiente para tornar viável a sua preservação e uso em condições intactas; e (4) também podem conter características ecológicas, geológicas ou outras de valor científico, educacional, cênico ou histórico (USA, 1964) (tradução e grifos nossos).

Ao estabelecer que os seres humanos devem somente visitar essas áreas, a designação de áreas *wilderness* acabou alienando e remanejando culturas e etnias que já habitavam diversas áreas. Embora seja um fator que demanda uma análise socialmente ética e justa, não é o foco desse estudo, que se embasa mais no caráter primitivo dessas áreas.

Essa lei estabelece que as agências gerenciando as áreas protegidas americanas devem empreender esforços para monitorar e garantir o caráter primitivo (caráter de *wilderness*). Embora esse caráter sofra mudanças ao longo do tempo e seja uma construção cultural (LANDRES et al., 2005), utilizarei alguns dos elementos que formam esse caráter para propor o conceito de áreas naturais primitivas.

6.2 O caráter primitivo

Essas descrições [de Norman MacLean no livro “A river runs through it”] levantam uma questão para a qual a literatura da pesca de mosca (fly fishing) não dá resposta. É somente a paisagem, o fascinante rio ou o cenário amplo? Ou há algo sobre a atividade em si essencial para produzir a profunda satisfação que ele descreve? Nem o cenário nem a atividade em si parecem decisivos; pelo contrário, é a presença de algo capaz de engajar, em vez de apenas ocupar, o indivíduo - um estímulo para a intensidade da experiência, para o envolvimento total dos sentidos e da mente (SAX, 1980, p. 29 grifo do autor).

Desde a década de 20 ocorreu nos EUA um movimento para a proteção de vastas áreas naturais que permitiam a prática de atividades ao ar livre; áreas com pouca ou nenhuma interferência humana, sem estradas; áreas de natureza prístina que ofereciam sensações de

liberdade, autonomia e solitude; um local onde o homem fosse apenas um visitante, não permanecesse nem alterasse significativamente.

Aldo Leopold (1921, 1925), um dos expoentes desse movimento, descreveu *wilderness* como um local com natureza prístina que o homem possa utilizar recreativa e esportivamente, e reforça que essas áreas são essenciais para promover e preservar o teste das habilidades humanas através das atividades ao ar livre. Estabeleceu também que não há a necessidade de melhorias de infraestrutura em áreas *wilderness* e destacou que as áreas devem possuir alto valor para a recreação.

Aplet, Thomson e Wilbert (2000) oferecem uma abordagem sobre os atributos de *wilderness* que ultrapassa o embasamento legal. Eles consideram que os principais atributos dessas áreas estão relacionados com liberdade e com a naturalidade (uma área natural e prístina, sem ações de controle, intervenção ou manipulação humana), duas qualidades independentes porém correlacionadas. Destacam que *wilderness* deve ser uma área “onde as pessoas possam ter liberdade. Em outras palavras, *wilderness* foi pensada não apenas um local físico, mas também uma experiência em si mesma” (APLET; THOMSON; WILBERT, 2000, p. 90). Eles estabelecem algumas perguntas que ajudam a direcionar o estabelecimento dessas áreas:

- A área oferece oportunidades para solitude?
- Quão remota é a área?
- Há infraestrutura e interferência humana?
- Os processos naturais ocorrem livremente ou são controlados pelo órgão gestor?
- A área mantém sua composição natural original? Há muita espécie exótica?
- Qual o nível de poluição?

Landres e colaboradores (2005) apresentam o caráter primitivo como uma combinação entre aspectos biofísicos, experienciais e simbólicos, que formam significados complexos cunhados a partir da relação entre as pessoas, o lugar e as decisões de manejo. Os autores estabelecem quatro aspectos principais do caráter primitivo baseados na legislação de *wilderness*: a área não deve ter sofrido alteração humana significativa nos processos ecológicos; não deve ter infraestrutura, residências e outras intervenções de manejo; deve

preservar os sistemas ecológicos em alto grau de naturalidade; e deve oferecer excelentes oportunidades de solitude ou de recreação primitiva, incluindo os valores de inspiração e desafio físico e mental. Landres e colaboradores (2015) vão além, e incluem um componente comportamental e simbólico aliado aos atributos tangíveis de nível de naturalidade e solitude, onde destacam sentimentos de humildade, responsabilidade e interdependência que inspiram a conexão com o meio ambiente e promovem conexões profundas.

6.3 As áreas naturais primitivas e a gestão de parques no Brasil

No Brasil a cultura relacionada à gestão de UCs possui uma série de correntes de pensamentos (SANTOS MENEZES; SIENA, 2010), que no caso de parques nacionais tende a se centrar na dicotomia entre preservacionistas e conservacionistas. Os preservacionistas têm uma visão ecocêntrica, de preservação sem uso, muitas vezes nem mesmo o indireto, enquanto que os conservacionistas pregam o uso criterioso dos recursos naturais, com uma visão antropocêntrica (DIEGUES, 1996).

No caso de parques brasileiros, a visão preservacionista prevaleceu desde os primórdios (PECCATIELLO, 2011), embora a visitação e a recreação em contato com a natureza figurassem entre as finalidades da categoria num primeiro momento (BRASIL, 1979) e seja um dos objetivos da categoria conforme o SNUC (BRASIL, 2000). Essa visão se reflete no fechamento de parques à visitação, em regras e zoneamentos restritivos e no entendimento de que a visitação é supérflua e deve ocorrer somente em áreas de sacrifício (vide debate em BURNS; MOREIRA, 2014; VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

Foi com essa visão que o decreto que regulamentava essa categoria, em 1979 durante a ditadura militar, adaptou o conceito de *wilderness* para a descrição das zonas de um parque, distribuindo o caráter primitivo em duas zonas: a intangível e a primitiva. O texto da zona intangível parece ser uma adaptação do conceito de *wilderness*, onde se reteve os atributos de naturalidade, de não intervenção e alto grau de proteção, porém sem menção à recreação ou visitação, que foi somente explicitamente citada na definição de zona primitiva. No entanto, cabe ressaltar que o texto da zona intangível neste decreto não proíbe explicitamente a visitação e isso somente ocorre pela interpretação e valores preservacionistas. Esse texto foi copiado no roteiro metodológico do IBAMA (IBAMA, 2002), e posteriormente adaptado ao roteiro metodológico atual como zona de preservação

(ICMBIO, 2018a), onde a recreação e a visitação são retiradas das definições formais de todas as zonas de parques.

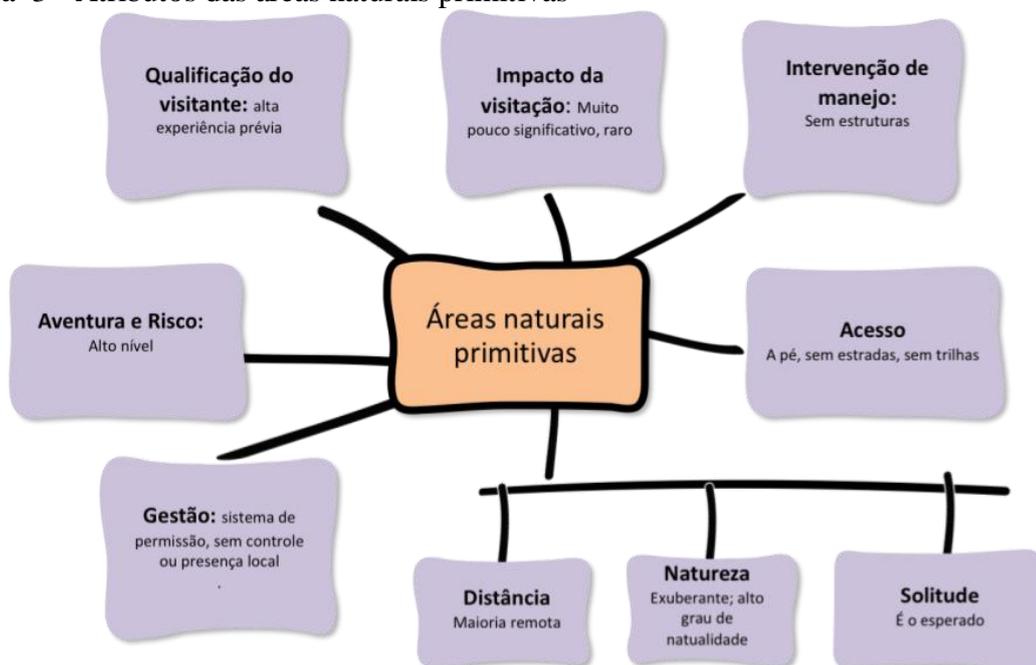
Nos instrumentos de planejamento brasileiros, o caráter primitivo ganha destaque formal somente com a publicação do ROVUC e as diretrizes para a classe prístina, uma das classes de experiência de visitação:

PRÍSTINA: Experiência de visitação que envolve aventura, isolamento, desafio, autonomia em ambientes naturais e uma interação intensa com a natureza. [...] ocorre em ambientes com baixo grau de intervenção: a área possui alto grau de naturalidade e conservação das espécies nativas e endêmicas. Em geral, são áreas grandes e isoladas, com acesso difícil, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. A visitação nesta área dispõe de infraestrutura mínima ou nenhuma, com o objetivo de proteger os recursos naturais e promover a segurança dos visitantes [...] As trilhas terrestres possuem desenvolvimento mínimo ou moderado, com baixa presença de sinalização direcional [...]. Os encontros com outros visitantes são improváveis e os grupos são pequenos e compostos, em geral, por pessoas com conhecimentos específicos e autonomia em ambientes naturais [...] A presença e controle institucional são predominantemente indiretos [...](CREMA; FARIA, 2018, p. 39–40)

Embora essa definição se assemelhe ao proposto aqui, é essencial que as características e os valores associados ao caráter primitivo sejam entendidos e conceituados como algo que ultrapassa os instrumentos de planejamento e é preciso separar o conceito de “áreas naturais primitivas” das zonas propostas no zoneamento ou das classes de experiências do ROVUC.

Para se conceituar as áreas naturais primitivas, utilizo algumas características de *wilderness*, aliando-as a atributos das áreas primitivas definidas no ROS (FOREST SERVICE, 1982) e prístinas no ROVUC (CREMA; FARIA, 2018) e também às características de áreas propostas por Queiroz e Bradford (2012). O resultado é um conjunto de aspectos objetivos (de manejo, grau de naturalidade) e subjetivos (simbólicos e valores) (Figura 3):

Figura 3 - Atributos das áreas naturais primitivas



- **Natureza:** alto grau de naturalidade. Uma área onde a presença humana não é caracterizada, ou seja, é muito discreta ou quase inexistente visualmente (embora se saiba que espaços naturais têm sido alterados pelo ser humano desde os primórdios, em menor ou maior escala).
- **Intervenção de manejo:** sem estrutura, com exceção de locais pontuais para controle de erosão. São trilhas sem traçado visível (ou minimamente visíveis), sem sinalização, não há áreas preparadas de acampamento etc.
- **Gestão:** sem controle ou presença local, sendo adequadas as ações indiretas, como um sistema de permissão especial.
- **Acesso:** a pé, sem estradas. Os caminhos e trilhas, quando têm seus traçados visíveis, não possuem nenhum tipo de estrutura ou sinalização.
- **Distância:** a maioria é remota.
- **Solitude:** é a regra geral, portanto são áreas pouco frequentadas e que oferecem, na maioria das vezes, a distância necessária das interferências humanas (poluição, barulho, luminosidade etc.).

- Nível de aventura e risco: alto nível de adversidades, aventura, desafio e risco.
- Qualificação do visitante esperada: alta experiência em ambientes naturais, incluindo condutas de mínimo impacto ambiental, para poderem ser autossuficientes em lidar com as características locais e suas adversidades.
- Impacto da visitação: raro e, quando presente, é mínimo, localizado, manejável.

A escolha do termo

Considerando que as escolhas sobre os termos utilizados não são neutras (RODRIGUES; IRVING; DRUMMOND, 2010), cabe uma reflexão pela opção pela adoção da expressão “áreas naturais primitivas”.

A tradução da palavra *wilderness* pelo Dicionário Webster’s inclui os seguintes sentidos: deserto, ermo, solidão; região inculta, vastidão, imensidão, infinidade, multidão; enquanto que *wildness* é traduzido como estado selvagem ou silvestre, incultura, rusticidade [...] (HOUAISS, 1997). Pelo tradutor do Google, *wilderness* é região selvagem, deserto, solitude, imensidão.

Em português, três palavras já foram utilizadas em artigos e instrumentos de planejamento que poderiam ser utilizadas: selvagem, primitiva e prístina (Quadro 1).

Quadro 1 – Definições encontradas para expressões que foram consideradas equivalentes a *wilderness* em português, com avaliação de prós e contras.

	Área selvagem	Área natural primitiva	Área prístina
Algumas definições no Aurélio (FERREIRA, 1999)	Das selvas, ou próprio delas. Inculto, sáfaro, agreste. Desabitado, deserto, ermo. Bravo, bravo, feroz. Que ainda não foi domado, amansado, domesticado, ou que é difícil de o ser. Sem civilização, primitivo, bárbaro. Grosseiro, rude, bruto; selvático.	Original, inicial. Simples, áspero, rude. Básico, primário. Muito pouco diferenciado de seus antepassados remotos. [...] representantes de um estado social e mental supostamente mais próximo da condição original, natural da humanidade.	Prisco
Algumas definições (MICHAELIS, [s.d.])	Que é próprio das selvas; agreste, silvestre. Solo inculto que não serve para o cultivo; estéril. Que não mantém contato com pessoas civilizadas. Diz-se de animal não domesticado; indomado; que se torna feroz e violento com facilidade. Que nasce ou se desenvolve naturalmente, sem cuidados especiais, de maneira desordenada, sem controle ou regras. Que ou aquele que não é civilizado ou apresenta um índice primitivo de civilização; bárbaro. Aquele que se isola, que evita o convívio com outras pessoas.	Relativo aos primórdios da civilização; que existiu nos tempos mais antigos; ancestral, remoto. Diz-se de modos, hábitos, características do Homem ainda em estado natural e selvagem, anterior à civilização. Que teve pouca ou nenhuma evolução; antiquado, arcaico, atrasado. Que existiu primeiro; básico, primário. Que não teve instrução ou refinamento; bronco, grosseiro, ignorante. Que não tem arte ou técnica; rude, rudimentar, simples, tosco.	Prisco
Alguns sinônimos ¹⁰	Primitivo, nômade, indisciplinado, descontrolado, desordenado, ermo, baldio, estéril, desabitado, deserto, despovoado, feroz, bruto, brabo, inabitado, desumano, incivilizado, solitário	Primeiro, inicial, original, originário, antigo, remoto, prístino, prisco, rudimentar, simples, rude, natural, instintivo, bárbaro, selvagem.	Antigo, prisco, arcaico, remoto, primitivo.
Instrumento de planejamento	Não aplicável	Nome de uma zona no zoneamento de parques, classe de oportunidades do ROS	Classe de experiência do ROVUC
Pontos fortes	É uma tradução literal de <i>wilderness</i> . Definição em português é a que mais se assemelha ao conceito proposto. Inclui questões objetivas e subjetivas. Desconexão de classes ou categorias elencadas em instrumentos de planejamento	Definição tangencia o conceito proposto. Soa como um meio termo entre selvagem, que estaria em um lado do espectro, e prístino, no lado oposto deste espectro. Remete ao estado da área onde a presença humana não é caracterizada: é discreta ou quase inexistente visualmente	Grande similaridade com os atributos da classe do ROVUC
Pontos fracos	Selvagem figurativamente está atrelada a coisas negativas – bruto, desumano, descuidado. Literalmente é o lugar das selvas o que não se aplica a todas as áreas no país.	Pode confundir com o nome da zona primitiva, que embora não exista mais no roteiro metodológico atual, ainda está no imaginário e discurso de pessoas ligadas à gestão de UC.	Pode ter uma interpretação romântica: um tempo “melhor”; uma área intocada.

¹⁰ <https://www.sinonimos.com.br/> acessado em: 06/09/2019

Dadas as características elencadas, há pontos positivos e negativos para adotar qualquer uma das três opções. Um dos pontos principais nessa consideração foi eleger um termo que se relacionasse com os valores associados à *wilderness* e o caráter primitivo, pudesse destacar aspectos de recreação e tivesse certa independência dos instrumentos de planejamento utilizados.

Foram levados em consideração os usos figurativos das palavras e conseqüentemente aspectos subjetivos, tentando convir uma ideia que fugisse dos extremos. Reforça-se essa necessidade pelas reações de analistas do ICMBio, gestores de UC ou pessoas envolvidas com visitação com quem conversei apresentando o conceito desse tipo de recreação¹¹. A primeira manifestação de algumas dessas pessoas ao escutar foi de refutar sem nem mesmo escutar a proposta inteira, demonstrando uma grande desconfiança e desconforto com a ideia. Por isso, novamente, a escolha do termo mereceu uma reflexão mais profunda e consulta a pessoas relacionadas com gestão de UC e visitação.

A tradução mais literal da palavra *wilderness* seria selvagem, porém a sua conotação figurativa atrelada a questões indesejadas - algo selvagem é uma coisa desumana, feroz, bruto, violento - é um ponto negativo o suficiente para desconsiderar a sua utilização. Por outro lado, *prístina* é uma palavra pouco utilizada no Brasil e com definições restritas nos dicionários consultados. Ao mesmo tempo, *prístina* leva a uma sensação de um lugar quase perfeito, intocado e romantizado, o que não traduz os conceitos necessários.

A palavra primitiva tem duas conotações figurativas interessantes para essa aplicação: o de rusticidade (pouco desenvolvimento, intervenções mínimas ou inexistentes) e o de uma área natural que sofreu pouca alteração pelos seres humanos, ao menos alterações visíveis. Além disso, tem sido utilizada no Brasil, para simbolizar um tipo de recreação que se assemelha ao proposto aqui a partir do tipo de recreação permitido em zonas primitivas. No entanto, áreas primitivas se confundem com zonas primitivas e, embora essa categoria de zona não exista mais no roteiro metodológico atual, ainda está no imaginário e discurso comum.

Assim foi eleita a palavra primitiva, mas para minimizar a confusão com a zona primitiva, foi introduzida a palavra 'naturais', cunhando o termo 'áreas naturais primitivas'.

¹¹ Conversas e comunicações pessoais com gestores durante o 3º Encontro de Comunidade de Práticas, no Rio de Janeiro, em maio de 2019; conversas e debates em conselhos consultivos de UCs no Estado do Rio de Janeiro em 2017 e 2018; posicionamentos e negociações para elaboração ou revisão dos planos de manejo do PARNA São Joaquim (SC), MoNa Cagarras (RJ), Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos (RJ).

6.4 Principais pontos do capítulo

Nesse capítulo foi proposto o conceito de áreas naturais primitivas, como base para apresentar um tipo de visitação, que normalmente é pouco enfatizado no processo de planejamento, e que pode contribuir para a aplicação do conceito de diversidade de oportunidades de visitação na prática, estendendo-a de forma qualificada aos usos mais distantes do turismo de massa. Alguns destaques do capítulo são:

- O conceito de áreas naturais primitivas foi adaptado a partir de elementos do caráter primitivo intrínseco a áreas *wilderness*, e também inclui atributos das classes de oportunidades do ROS, classes de experiências do ROVUC e da proposta de Queiroz e Bradford (2012).
- A abordagem histórica de *wilderness* demonstrou a interrelação entre a recreação e essas áreas, que são tanto espaços geográficos, como uma área legalmente protegida nos EUA, uma experiência e um recurso cultural de valor;
- Grandes expoentes da disseminação dos valores associados às áreas *wilderness* e da sua criação como área protegida tinham laços estreitos com a recreação, entre eles estão Henry David Thoreau, John Muir, Theodore Roosevelt e Aldo Leopold, que sempre argumentaram em prol da sua proteção em si e da experiência de recreação que essa área proporciona;
- A própria definição de *wilderness* como área protegida destaca a recreação ao ar livre e a oportunidade de encontrar solitude como valores intrínsecos e objetivos primários desse tipo de área protegida (USA, 1964);
- O caráter primitivo dessas áreas contempla aspectos objetivos e subjetivos;
- As áreas naturais primitivas são caracterizadas aqui por valores e significados:
 - Arelados à aventura, incerteza e desafio; solitude, liberdade e autonomia; interação intrínseca com a natureza.
 - São áreas com alto grau de naturalidade, onde as alterações provocadas por ações do ser humano devem ser mínimas e visivelmente imperceptíveis e, portanto, devem apresentar um nível baixo de intervenção de manejo (trilhas sem traçado visível e sinalização, áreas de acampamento não estruturadas etc.)

- Acesso difícil, sendo muitas vezes técnico e em locais distantes; com uma baixa probabilidade de encontro com outras pessoas e grupos.
- O controle institucional deve priorizar ações indiretas: regras, ações educacionais e autorizações. E estas ações serão mais eficazes se forem construídas de forma participativa e transparente;
- Essas áreas demandam a autossuficiência do grupo de visitantes em ambientes naturais, pois é justamente a partir de seu conhecimento pessoal, sua experiência prévia e autonomia para resolver as situações e os desafios em virtude da complexidade do ambiente que se constitui a satisfação com a visita.

7. ESTUDO DE CASO - PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

7.1. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos

O PARNASO é uma unidade de conservação do grupo de proteção integral do SNUC com 20.024 hectares e engloba quatro municípios do estado do Rio de Janeiro: Petrópolis, Teresópolis, Guapimirim e Magé (ICMBIO, 2008a) (Figura 4). Está localizado muito próximo a centros urbanos, inclusive a sua sede em Teresópolis está a apenas 86 km da cidade do Rio de Janeiro, sofrendo considerável pressão do entorno (CORRÊA et al., 2013).

Figura 4 - Mapa de localização do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Fonte: adaptação da autora sobre mapa do www.wikipedia.com

Apesar de Teresópolis ser o município com a menor área abarcada, é aquele que mais está relacionado ao parque, sendo a sua sede administrativa, local de maior visitação e o centro urbano mais próximo do símbolo do parque, o Dedo de Deus. Há ainda duas outras sedes do parque, uma em Petrópolis e outra em Guapimirim. Essas três localidades concentram o fluxo de visitantes e controle de visitação.

O PARNASO faz parte do Mosaico Central Fluminense de Unidades de Conservação e protege uma importante área do bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do planeta e um dos *hotspots* de conservação da biodiversidade (MITTERMEIER et al., 2004). Seu relevo é bastante escarpado, variando entre 80 m até 2.275 m, no cume da Pedra do Sino, seu ponto culminante (CORRÊA et al., 2013). Abriga florestas de encostas, campos de altitude, nascentes de água de duas bacias fluminenses, uma flora extremamente diversa com

muitas espécies endêmicas e uma fauna igualmente diversa devido à variação de habitats (CORRÊA et al., 2013). Sua relevância ambiental foi reconhecida pela inclusão na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, estabelecida em 1992 (ICMBIO, 2008b).

Além da relevância para a proteção do patrimônio ambiental, o parque possui também importância cultural, social e recreativa. Destaca-se a extrema beleza de suas florestas, rios e montanhas, além da diversidade de atividades e experiências ofertadas aos visitantes, seja para turismo, lazer com a família ou recreação ao ar livre. Essa importância é uma construção histórica que data desde o século XIX, quando von Spix e von Martius e outros cientistas adentraram por essas encostas pesquisando e divulgando as espécies nativas, as belezas cênicas e também o modo de vida (ICMBIO, 2008b).

Ainda naquele século, foi aberta a trilha para a Pedra do Sino, em 1841, pelo botânico George Gardner que, fascinado pelas singularidades locais, decidiu chegar a seu ponto culminante (GARDNER, 1942). Já adentrando o início do século XX, a trilha passou a ser relativamente frequentada pelos proprietários locais e para se chegar à Pedra do Assu (atualmente nomeada de Papudo) (ICMBIO, 2008c).

A relação do lazer e da aventura com o parque foi inserida de maneira marcante na história através da ousada conquista do cume do Dedo de Deus por cinco teresopolitanos em 1912 (LUCENA, 2006). O grupo, instigado pela declaração feita por alpinistas alemães de que a montanha era impossível de ser escalada, fabricou seus próprios equipamentos e partiu para essa expedição com muita coragem e criatividade. Pela forma como foi conquistado, influência que causou na sociedade e no montanhismo brasileiro e pelos equipamentos fabricados, essa conquista é considerada o marco inicial do montanhismo brasileiro.

O Dedo de Deus tem um grande simbolismo refletido na sua inserção nos brasões dos municípios de Teresópolis, Magé, Guapimirim e no do Estado do Rio de Janeiro. Sua relevância local é vista na sua caracterização como o cartão postal da cidade de Teresópolis e a montanha símbolo do parque, estando estampado também na sua logomarca. É considerado Patrimônio Natural do Brasil e é tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Suas encostas atraem milhares de montanhistas por ano que se desafiam nas diversas vias de escalada para chegar a seu cume.

Este parque, o terceiro mais antigo do Brasil, foi criado pelo Decreto 1.822, de 30 de novembro de 1939, mas só teve seus limites definidos pelo Decreto Federal 90.023/1984, e

seus quatro primeiros artigos foram alterados por outro Decreto, em 2008, quando o parque dobrou de tamanho (BRASIL, 1939a, 1984, 2008).

Com oito artigos apenas, o decreto de 1939 embasa a criação do parque pelo artigo 134 da Constituição de então, que determinava que “os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios” (BRASIL, 1937b). O decreto não cita explicitamente os objetivos de criação, mas seu artigo 6º estabeleceu que:

“o Ministro da Agricultura baixará, oportunamente um Regimento para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o qual integrará a Secção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, regulando a entrada e permanência de excursionistas e estabelecendo taxas módicas de acesso e permanência” (BRASIL, 1939a art. 6o - grifo nosso)

Pode-se supor, portanto, que a visitação recreativa e a necessidade de se oferecer oportunidades de lazer à população estiveram no centro das motivações para a criação dessa área protegida (DRUMMOND, 1997), acompanhando as motivações para a criação do PARNA Itatiaia, primeiro parque nacional no Brasil, que estabeleceu como um de seus objetivos “atender também às [finalidades] de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros” (BRASIL, 1937a), e do PARNA Iguazu (BRASIL, 1939b), que possui o mesmo artigo 6º do PARNASO.

Ao longo do tempo, o PARNASO foi sendo gerido com distintos enfoques guiado por processos políticos mais amplos, como a instalação da ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985. Em 1980, por ocasião da publicação do seu primeiro plano de manejo, foi feito um levantamento de áreas visitadas que mostrava a busca pelas atividades de montanhismo e escalada no Parque. Além disso, os objetivos de manejo do PARNASO incluíam educação ambiental e “possibilitar atividades de recreio e turismo relacionadas com os recursos da área” (IBDF; FBCN, 1980, p. 68). No entanto, seguindo o senso comum da época, 80% da área do Parque foi destinada à zona intangível, proibida à visitação. A zona primitiva, 15% do parque, permitia “proporcionar oportunidades para recreio ao ar livre em forma primitiva na área dos monumentos geológicos” e estava intimamente conectada à Travessia Petrópolis-Teresópolis. Posteriormente, em período que coincidiu com a ditadura, a gestão do Parque determinou o fechamento total do PARNASO, justificado pelo desabamento de uma trilha, que perdurou por mais de 10

anos, levando ao fim dos abrigos de montanha e colocando toda a visitação na clandestinidade (LUCENA, 2006).

Com o passar dos anos, o primeiro plano de manejo tornou-se obsoleto. Em 2005, a equipe técnica do PARNASO começou o processo de revisão do plano, instituindo um inovador processo participativo, o que incluiu reuniões com distintos grupos, envolvimento do conselho consultivo do parque e de pesquisadores, montanhistas e técnicos, e culminou com a sua publicação em 2008, por meio da Portaria no. 45 de 21 de julho de 2008 (ICMBIO, 2008d) e cujo zoneamento foi ampliado em 2009, depois que o parque quase dobrou de tamanho (ICMBIO, 2009).

Como parque, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico estão entre seus objetivos legais e a importância dessas atividades tanto para a região como para a gestão do parque é significativa. Há uma grande dedicação da gestão da unidade na estruturação da visitação em áreas de montanha, como por exemplo a implementação da trilha de longo curso Caminhos da Serra do Mar (ICMBIO, 2013), do Caminho da Mata Atlântica e a estruturação das áreas de pernoite em montanha (com áreas de acampamento e abrigos de montanha).

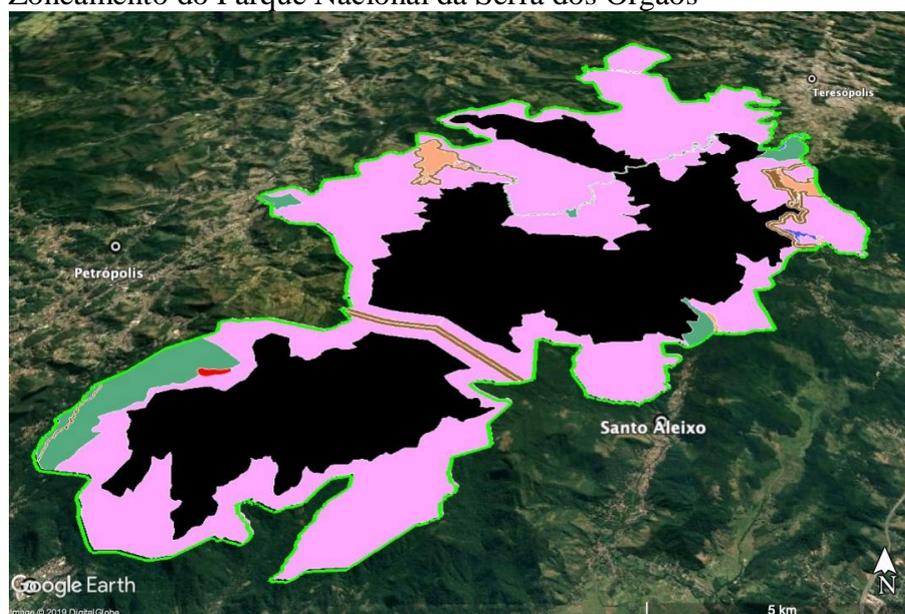
Segundo o painel dinâmico de informações do ICMBio disponível na Internet, o parque oferece sete atividades: escalada, caminhada, caminhada de longo curso, cicloturismo, banho de rio, observação de fauna e visitas para fins educacionais (ICMBIO, [s.d.]). Uma parte desses visitantes se aventura pelas trilhas que seguem os vales e cumes escarpados da Serra dos Órgãos, a parte alta do parque. De fato, o montanhismo no parque é uma atividade muito procurada por visitantes que se aventuram por trilhas e travessias, e “é uma das áreas mais procuradas na região para atividades de escalada” (ICMBIO, 2008b).

O montanhismo também é destaque no plano de manejo como um componente de força impulsora, uma vez que a paisagem e a geografia local formam atrativos que tornam o parque um destino popular para a sua prática. Curiosamente, em um parque com tanta vocação e dedicação à visitação, o uso público somente é identificado no seu plano de manejo como uma força restritiva, destacando-se os impactos, a falta de consciência ambiental dos visitantes e a divulgação deficitária dos atrativos e uma subutilização de algumas estruturas de apoio à visitação (ICMBIO, 2008e). Não obstante, o plano lista dois objetivos específicos diretamente relacionados à visitação recreativa: “propiciar a visitação, lazer e recreação de forma ordenada, voltados para a sensibilização ambiental e a

valorização e conservação do patrimônio natural” e “propiciar a prática de montanhismo e escalada respeitando princípios de mínimo impacto e segurança” (ICMBIO, 2008e).

O zoneamento estabelecido no seu plano de manejo destina 92% da UC (18.435,98 hectares) às zonas intangível e primitiva, 4,22% (846,46 hectares) às zonas que permitem uso mais intensivo e identifica apenas 3,7% (741 hectares) como áreas com conflitos de uso ou necessitam de recuperação (ICMBIO, 2008e) – (Figura 5 e Quadro 2).

Figura 5 - Zoneamento do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Legenda: Área preta: Zona Intangível; Rosa – Zona Primitiva; Verde musgo – Zona de Uso Extensivo; Azul – Zona de Uso Intensivo; marrom claro – Zona Histórico Cultural; Marrom – Zona de Recuperação; – vermelha – zona de Uso Conflitante; laranja – Zona de Ocupação Temporária. Fonte: Autora, 2019 sobre shape do ICMBio

Quadro 2 – Zonas do PARNASO, com suas áreas e proporção em relação à área total da UC

Zona(s)	Proporção da UC	Área (ha)
Intangível	43,71%	8.754,44
Primitiva	48,33%	9.681,54
Uso Extensivo	4,00%	800,73
Uso Intensivo	0,21%	44,73
Ocupação Temporária, Uso Especial, Histórico-Cultural Zona	3,69%	743,54
Total	100%	20.024,98

Fonte: Adaptado de ICMBIO (2008f)

O zoneamento de um parque é uma ferramenta que estabelece os usos, graus de intervenção e de conservação de acordo com os objetivos das zonas estabelecidas e está diretamente conectado com a diversidade de oportunidades de recreação, uma vez que estimula, regula, limita e proíbe a visitação. No zoneamento do PARNASO, quase 44% da sua área está designada como zona intangível, onde alterações humanas não são toleradas e cujas regras determinam a proibição da visitação. O plano de manejo, no entanto, ressalta que algumas trilhas presentes nessas zonas são consideradas zona primitiva, porém não foram plotadas no mapa de maneira a não estimular o seu uso e popularização¹². Essas trilhas são tradicionalmente utilizadas para acesso a vias de escalada em locais remotos e, como definido no próprio plano, inóspitos.

Já a zona primitiva, a maior do parque, tem como um de seus objetivos gerais proporcionar formas primitivas de recreação, enquanto que um dos objetivos específicos dessa zona no parque é o de “propiciar atividades esportivas de forma primitiva em áreas restritas, buscando a conciliação entre uso público e preservação” (ICMBIO, 2008e). Ainda, o plano define que não haverá interpretação dentro desta zona, não serão permitidas instalações de infraestrutura e as atividades não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.

O plano de manejo estabelece que a visitação nas zonas primitivas será permitida nas trilhas existentes, e foram identificadas 14 trilhas categorizadas como de montanhismo tradicional: Dedo de Deus, Agulha do Diabo, Caminho das Orquídeas e Travessia da Neblina, Portais de Hércules, Complexo Bandeiras-Falso Açú-Pedras Soltas, Glória-Alicate, Alcobaça-Mãe d’água-Reunião, Cobiçado-Ventania, Pico do Itacolomi, Pico do Jacó-Quebra Frascos, Pipoca, Cubaio-Mamute e Santo Antônio Mirim. As ações de manejo deverão se restringir a intervenções essenciais para conter processos erosivos e abertura de atalhos e sinalização em trechos críticos do traçado para evitar abertura de atalhos e desvio de rotas. Os acampamentos são proibidos nessa zona, com exceção da área de acampamento selvagem nas margens do Rio Paquequer.

A zona primitiva também possui regras para trilhas de montanhismo em áreas inóspitas que não foram identificadas no mapa de zoneamento: Vale do Soberbo (Cavalo Branco, até a base do Garrafão), nos complexos Garrafão-Pedra do Sino, Italianos-Coruja, Eco-Solidão,

¹² Delson de Queiroz, comunicação pessoal em 20/05/2018.

acesso à Pedra do Inferno e acesso ao Morro do Sapecado. Estas trilhas não devem possuir qualquer tipo de infraestrutura e, para acessá-las, é necessária a solicitação de uma permissão especial.

Embora o zoneamento do PARNASO limite a visitação a pouco mais de 56% da sua área total, as regras de uso público do parque destacam a diversidade de oportunidades existentes, com normas para zonas intensivas, extensivas e primitivas, além de especificar normas para montanhismo, montanhismo em zonas primitivas, montanhismo em áreas inóspitas em zonas primitivas e para a atividade de escalada (ICMBIO, 2008e). Ressalta-se também a predisposição da gestão do parque de permitir visitas recreativas ocasionais até mesmo em zonas intangíveis, abrindo um precedente com potencial de promover o aumento de diversidade de oportunidades, e que demanda cuidados especiais em termos de visitação. Para tal, os montanhistas devem preencher não apenas um pedido especial, mas também um relatório de monitoramento de áreas. Portanto, verifica-se que tanto as regras de visitação formais, como a visão predominante da gestão do parque nos últimos dez anos, permitem a exploração do manejo da visitação em áreas naturais primitivas de forma aprofundada.

7.2. Mapeamento da visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos

“[ao ir para as montanhas] ‘por um curto tempo, você se aproxima do coração das coisas [estou pronta para] ‘voltar de novo às montanhas, de onde se tira não apenas seu apoio, mas também sua força, sua inspiração, e algumas das horas mais brilhantes que já viveu’” (Randall 1905 apud Nash, 2014, p. 158)

O ROS ou o ROVUC permite planejar a visitação com o foco na oferta de uma ampla diversidade de oportunidades. Essa ferramenta reconhece que as pessoas possuem expectativas e necessidades distintas e visitam áreas naturais para vivenciar experiências que são influenciadas pela atividade praticada (trilha, escalada etc.), local visitado (trilha sinalizada, ambiente sem intervenções etc.), aspectos sociais (encontro com outros grupos, sensação de solidão etc.) e pelas características naturais da área (nível de conservação, biodiversidade local etc.). Essa abordagem pressupõe que uma atividade pode ser realizada em áreas com distintos graus de intervenção, por exemplo, uma caminhada em trilha, uma atividade do montanhismo, pode ser realizada em trilha com traçado visível, onde há uma sinalização extensiva e há uma grande probabilidade de encontrar com outros grupos; ou pode ser realizada em trilha onde o traçado não é estabelecido, não há sinalização e a solidão é a regra em vez da exceção.

Outra ferramenta que possibilita a ampliação da diversidade e escapar da linearidade proposta pelo ROS ou ROVUC é a definição das categorias de manejo de trilhas. As trilhas são os principais vetores de distribuição do fluxo de pessoas nas UCs, além de serem um atrativo em si mesmas. O planejamento baseado nas categorias de manejo de trilhas possibilita minimizar os impactos da visitação e possibilitar a alocação de recursos e esforços da gestão mais eficazmente.

Queiroz e Bradford (2012) propuseram cinco categorias de manejo de trilha, com características que variam de acordo com: traçado, distância, obstáculos, nível de intervenção de manejo, sinalização, perfil dos visitantes, sensação de solidão, nível de desafio e aventura, impactos da visitação. Com o cruzamento desses parâmetros, as trilhas foram classificadas em ordem crescente de intervenção, desde a categoria 5, com menos intervenção de manejo, até a categoria 1, onde a intervenção é ampla e marcante.

O ROS indica que o primeiro passo é o levantamento das oportunidades (BROWN; DRIVER; MCCONNELL, 1978; MINISTRY OF FOREST BRITISH COLUMBIA, 1998; MORE et al., 2003). Com vistas a manejar a visitação de forma eficaz, esse levantamento provê informações para o planejamento e a tomada de decisões de manejo sobre o uso das áreas, para o desenvolvimento de oportunidades de visitação e para o estabelecimento de regras para a área. Para esse levantamento, um dado básico e essencial é o inventário e mapeamento das atividades e atrativos.

A atual gestão do parque permite visitas em toda a extensão do parque, inclusive em zonas intangíveis, onde para se visitar é necessário uma autorização especial e um posterior envio de relatório de monitoramento da área visitada. Essa ação de manejo de parque possibilita aumentar o leque de oportunidades de visitação, e conseqüentemente o aumento de diversidade de oportunidades, permitindo a exploração do manejo da visitação em seu amplo espectro de forma aprofundada.

Os vales e cumes formados pelas íngremes montanhas no PARNASO são, de fato, um excelente destino para diversos tipos de visitação em montanha. O parque oferece uma série de oportunidades de visitação nos seus 20.024 ha. que varia desde uma visitação em área de uso intensivo, como por exemplo, o banho de piscina na sede de Teresópolis, até oportunidades em áreas remotas, como a escalada na face sul do Garrafão.

As trilhas existentes no parque são a base da visitação em montanha, pois são uma oportunidade de recreação em si mesmas, bem como também permitem o acesso à prática de outras atividades – como escaladas, canionismo e *highline* – que, com o cruzamento com aspectos sociais, simbólicos e biofísicos, oferecem diferentes experiências. Porém, o parque não tem um levantamento atualizado e completo das trilhas existentes. Além disso, com a defasagem de mais de 10 anos da publicação do plano de manejo (ICMBIO, 2008e), a limitação de acesso a informações das áreas visitadas e atividades praticadas e também a ampliação da busca por atividades ao ar livre, faz-se necessário uma atualização desse levantamento.

Métodos tradicionais de coletar dados sobre a dinâmica espacial da visitação em uma UC demandam um alto investimento de tempo, esforço e recursos (MUHAR; ARNBERGER; BRANDENBURG, 2002). Com o advento de aparelhos de Sistema de Posicionamento Global (GPS), smartphones e do uso massivo da internet, novas maneiras de gerar e compartilhar dados espaciais para se estudar e entender a visitação em áreas naturais foram disponibilizadas (BEECO; BROWN, 2013; LEVIN; LECHNER; BROWN, 2017; RIUNGU et al., 2019). Pesquisas têm utilizado a Informação Geográfica Voluntária (VGI) (RIUNGU et al., 2019; SIEBER; HAKLAY, 2015) e promovido a Participação Pública em Sistemas de Informação Geográfica (PPGIS) (PIETILÄ; KANGAS, 2015; WOLF et al., 2015) para mapear e analisar a visitação em áreas naturais, destacando atributos para garantir a qualidade desses dados (GOODCHILD; LI, 2012) e sua credibilidade (FLANAGIN; METZGER, 2008).

O objetivo dessa etapa de pesquisa foi de estabelecer a difusão espacial, ou seja, identificar as áreas visitadas no PARNASO e realizar a representação cartográfica das áreas de montanhismo do PARNASO – tanto as trilhas como as áreas de escalada - bem como os cumes das montanhas e alguns pontos relevantes de áreas mais populares, como ao longo da Travessia Petrópolis-Teresópolis.

Neste capítulo, apresentarei o mapeamento da visitação de montanhismo no PARNASO, com um inventário de suas trilhas, travessias e áreas de escalada (Apêndice 01) a partir do cruzamento de dados provenientes da VGI, PPGIS e análise bibliográfica. Esse diagnóstico atualizado possibilita:

- Identificar o presente uso e as atividades de montanhismo nas áreas do parque.

- Fornecer informações sobre a visitação no parque, contribuindo para um planejamento e manejo mais eficaz.
- Promover um planejamento da visitação de forma para oferecer as oportunidades, otimizar as experiências, bem como proteger os recursos.
- Avaliar a efetividade do zoneamento proposto no plano de manejo e promover sugestões para as adaptações necessárias.
- Alocar recursos onde é efetivamente necessário.

O mapeamento colaborativo

O mapeamento turístico ou da visitação que ocorre em uma UC   também extremamente relevante para se entender a dinâmica da visitação e contribui para o planejamento e o manejo da visitação, embasando e facilitando a tomada de decisões por parte dos gestores do parque (FERNANDES; MENEZES; SILVA, 2008). Riungu e colaboradores (2019) destacam que a análise espacial da visitação em parques contribui para a análise de processos espaciais (difusão, intera o, impactos e segmenta o) e para uma série de a es que incluem a aloca o de uso de área, o estabelecimento de zonas de manejo, a identifica o de oportunidades de recrea o e o manejo da experiência dos visitantes.

Beeco e Brown (2013) argumentam que as experiências recreativas em áreas protegidas são processos condicionados por uma rela o entre o espaço e o fen meno da visitação e, portanto, propõem quatro processos espaciais que influenciam a visitação em UC: a difusão espacial (concentra o, dispersão, traçados), a segmenta o do espaço (zoneamento, classes de oportunidades), a intera o espacial (a influência de uma área em outra) e os impactos nos recursos.

Para complementar as informa es levantadas pelo mapeamento colaborativo, foquei no que Marion, Wimpey e Park (2011) definem como inventário das características das trilhas, que fornecem informa es geográficas de camadas de trilhas voltadas com o objetivo de contribuir para as tomadas de decisão de planejamento, análises e manejo da visitação. No entanto, para efeitos desta pesquisa, não houve a necessidade de aprofundamento em todas as características das trilhas individualmente e me concentrei na informa o sobre suas distâncias. O aprofundamento nos distintos aspectos das trilhas pode contribuir significativamente para o manejo da visitação e deveria ser explorado no futuro em outra pesquisa.

Geração dos dados

O território do PARNASO provavelmente já foi explorado na sua totalidade por visitantes diversos, e as oportunidades de montanhismo possíveis, especialmente quando falamos de trilhas e travessias, são inúmeras e, certamente, não são limitadas às aqui descritas. Para o levantamento dos atrativos visitados – trilhas, travessias, áreas de escalada, cumes – optei por focar no conhecimento e experiência dos montanhistas, o grupo que visita oficialmente as áreas naturais primitivas do PARNASO com maior frequência. Caso houvesse realizado interlocuções com outros grupos, como caçadores, palmiteiros e passarinhos, a malha de trilhas provavelmente aumentaria.

Foram computadas somente as trilhas e travessias que totalizam mais de 100 m de extens, e aquelas que constam de registro – publicado ou oral – por parte dos montanhistas. Nesse sentido, embora pudéssemos criar diversas oportunidades de travessias, juntando as várias trilhas já existentes, aqui apenas foram relatadas aquelas que já foram realizadas e comunicadas.

Para esse mapeamento, desconsiderei as restrições imposta pelas normas ou pelo zoneamento estabelecidos no plano de manejo da unidade, como o fato de 43,71% da unidade ser proibido à visitação por ser zona intangível (ICMBIO, 2008), as regras estabelecidas de pedidos de permissão prévia para visitar, ou a permissão especial para pernoitar. Ou seja, a coleta de dados foi realizada pensando o parque como todo e não apenas nas suas áreas legalmente destinadas à visitação.

O levantamento dos dados disponíveis para a criação dessa base de trilhas e áreas de escalada para o PARNASO incluiu uma combinação entre distintos métodos, com o objetivo de preencher as limitações de cada um deles quando usados individualmente e utilizar os seus pontos fortes de maneira potencializada. A combinação e o cruzamento de métodos usados para coletar dados espaciais possibilitam contribuir de maneira mais eficaz com o manejo da visitação em diversos níveis, desde o planejamento e manejo de trilhas, manejo dos recursos ambientais até o estabelecimento de um zoneamento mais realista que atenda a demandas de manejo, dos visitantes e de proteção dos recursos (RIUNGU et al., 2019) e também permite espacializar a relação entre as áreas visitadas e a experiência vivida (PIETILÄ; KANGAS, 2015).

Os métodos utilizados foram:

- VGI - coleta e consolidação de dados espaciais disponibilizados no Wikiloc, um website *crowdsourced*, ou seja, onde os próprios usuários carregam e compartilham voluntaria e gratuitamente os dados de trilhas e pontos georreferenciados coletados principalmente por GPS, os *tracklogs* (CAMPELO; NOGUEIRA MENDES, 2016). Esse website foi escolhido por ser um amplamente utilizado para cadastrar *tracklogs* no Rio de Janeiro e por ter se mostrado como uma boa fonte de dados para trilhas informais e mais remotas (NORMAN; PICKERING, 2017).
- PPGIS: A PPGIS atua como um método que visa criar um mapa através de um processo participativo, estimulando o diálogo com as comunidades, e possibilita destacar e valorizar o conhecimento espacial local (VERPLANKE et al., 2016), o que no caso, foi o conhecimento dos montanhistas. Nesta pesquisa, o PPGIS atuou na etapa de validação, correção e de melhoria da qualidade do mapeamento através do diálogo com montanhistas e equipe de uso público do parque. A partir desse processo, foram incluídos:
 - Dados provenientes de *tracklogs* de montanhistas entrevistados em formato KMZ, KML ou GTM que foram posteriormente exportados para o Google Earth Pro, e dados informados por montanhistas, porém sem *tracklogs*.
 - Interlocuções formais com cinco montanhistas que frequentam todas as áreas do parque (inclusive as mais remotas, inóspitas, primitivas).
 - Interlocuções informais com integrantes da equipe de uso público do PARNASO e apresentação em um grupo focal com a equipe de uso público do PARNASO.
- Levantamento bibliográfico: Base de dados de cumes do PARNASO organizada pelo Centro Excursionista Petropolitano (CEP).
- Levantamento bibliográfico: Mapas cartográficos do IBGE para a área do parque, que incluem as cartas de Petrópolis (IBGE, 1979a), Teresópolis (IBGE, 1983), Itaipava (IBGE, 1982) e Itaboraí (IBGE, 1979b).
- Levantamento bibliográfico: guias de vias de escalada (BENDER; LOUREIRO, 2004) e de trilhas para a área (NETO; VIVEIROS DE CASTRO, 2009).
- Levantamento bibliográfico: arquivo digital dos limites, zoneamento e hidrografia do Parque em formato KMZ obtidos junto ao PARNASO/ICMBio.

Para otimizar a qualidade dos dados obtidos no Wikiloc, utilizei indicadores qualitativos do VGI, como confiabilidade, credibilidade e reputação do usuário, além de meu próprio

conhecimento local e experiência (SENARATNE et al., 2017). Portanto, optei por buscar *tracklogs* das trilhas do PARNASO cadastradas por um usuário específico – um guia do Centro Excursionista Brasileiro (CEB) com experiência nas áreas naturais primitivas do PARNASO. Quando seu *tracklog* possuía erros, ou ele não disponibilizava um *tracklog* de uma trilha, privilegiei os cadastrados pelo CEP. Algumas poucas trilhas não foram disponibilizadas por nenhum desses dois usuários e foram baixadas de usuários aleatórios e, sempre que possível, comparadas com os *tracklogs* das mesmas trilhas disponibilizados por outros dois usuários também aleatórios, em uma triangulação de dados para minimizar erros.

Os *tracklogs* foram baixados em formato KML, de forma a serem abertos diretamente no Google Earth Pro versão 7.3.2.5491 (64-bit) (doravante Google Earth). Alguns *tracklogs* em formato GTM me foram enviados por guias do CEP após a interlocução com eles - exportei-os para KML para usá-los no Google Earth. Poucos *tracklogs* foram identificados diretamente no Google Earth, através do aplicativo do Wikiloc disponível neste programa.

Goodchild e Li (2012) apontam três técnicas para garantir a qualidade do VGI, dentre as quais aqui utilizo duas: *crowdsourcing*, que envolve um grupo específico validando os dados e corrigindo erros, e uma abordagem social, onde indivíduos confiáveis são consultados. Na medida em que o mapeamento ia sendo carregado com os dados, ele foi mostrado aos participantes das interlocuções para sua corroboração, validação e identificação de novas oportunidades de prática de montanhismo na área, bem como apontamento de possíveis erros. Houve interlocuções com:

- Guia do Centro Excursionista Rio de Janeiro – interlocução de cerca de duas horas realizada dia 26/09/2018
- Dois guias do CEB - interlocução de cerca de duas horas realizada no dia 02/10/2018
- Montanhista de Petrópolis - interlocução de cerca de duas horas realizada no dia 05/10/2018
- Guia do CEP - interlocução remota de cerca de duas horas realizada no dia 01/11/2018
- Grupo focal com a equipe de uso público do PARNASO – duração de cerca de quatro horas no dia 16/10/2018
- Interlocuções informais com integrantes da equipe de uso público do Parque realizadas nos dias 16 e 17 de outubro de 2018

Nas interlocuções, destaquei que o importante era saber onde os visitantes estavam indo ou já foram, independentemente de autorização formal do Parque. Cabe ressaltar que a minha experiência em campo no Parque pela prática da escalada e de montanhismo contribuiu para o entendimento dos relatos das pessoas que participaram desse mapeamento colaborativo, e a minha participação ativa na parte política do montanhismo contribuiu para o acesso a pessoas-chaves que poderiam suprir informações sobre as visitas independentemente da legalidade em que ela ocorreu. Portanto, atuei como *gatekeeper*, podendo contribuir para uma maximização do acesso e da qualidade das informações (SENARATNE et al., 2017) e ao mesmo tempo otimizei o apoio de outros *gatekeepers* em Petrópolis.

Por fim, realizei um cruzamento de informações obtidas no mapeamento com as publicações de guias disponíveis (BENDER; LOUREIRO, 2004; NETO; VIVEIROS DE CASTRO, 2009), e com mapas do IBGE para a área do parque.

Organização e edição dos dados

O arquivo com os limites, hidrografia e o zoneamento do Parque cedidos pelo próprio ICMBio/PARNASO foram incorporados ao Google Earth, onde também identifiquei todas as montanhas e picos e plotei os *tracklogs* das trilhas. Para a representação das trilhas, todos os *tracklogs* passaram por um processo de edição diretamente no Google Earth com o objetivo de padronização e de eliminação de trechos erráticos da coleta com o GPS e do excesso de informação: imagens, textos e outros considerados insignificantes para os objetivos deste trabalho. Assim, utilizei o processo de simplificação através do desenho de linhas contínuas de forma a tornar o mapa legível.

Sobre o traçado das trilhas, cabem duas observações relevantes. O uso do GPS no PARNASO, um parque onde a floresta ombrófila densa é dominante, pode ser limitado ou influenciado pela alta concentração de árvores nos vales. Além disso, alguns dos vales são bastante estreitos, com paredes rochosas que podem também interferir com a qualidade do sinal. Isso pode levar a erros de aquisição de dados, conforme foi verificado em alguns *tracklogs* do Wikiloc. Para melhorar a credibilidade e a exatidão, esses dados foram contrabalanceados com outras fontes de dados, sejam *tracklogs* de outros usuários, mapas topográficos, Guia de Trilhas ou interlocuções com os montanhistas. Nesse sentido, a edição pode ter interferido pontualmente no traçado da trilha no terreno.

Muitas trilhas percorridas em zonas intangíveis ou nas áreas de montanhismo regidas como áreas inóspitas (ICMBIO, 2008e) são bastante fechadas e seu traçado desaparece parcial ou totalmente em questões de meses, o que leva os visitantes a possivelmente percorrerem caminhos diferentes em épocas distintas. O *tracklog* dessas trilhas, portanto, é um retrato do caminho que aquele montanhista percorreu naquele momento e poderá (ou não) ser diferente ao ser percorrido em outro momento.

As trilhas foram classificadas segundo as categorias de manejo proposta por Queiroz e Bradford (2012). Essa classificação permitiu ir além da linearidade estabelecida nos zoneamentos do ROS e promover mais diversidade ao longo do espectro de oportunidades. Para tal, foi considerado que cada trilha possui trechos que podem ter categorias de manejo diferentes de acordo com as suas características. Por exemplo, a trilha para a Agulha do Diabo inicia na Trilha do Sino, cruza o Caminho das Orquídeas até o Mirante do Inferno, de onde desce até a base da Agulhada Diabo. Esses três trechos estão enquadrados em categorias de manejo distintas e, portanto, preveem ações e níveis de intervenção de manejo diferenciados, públicos-alvo distintos e exigem esforço e dedicação da gestão condizente.

No Google Earth, cada trecho de trilha foi colorido segundo a sua categoria de manejo (QUEIROZ; BRADFORD, 2012), sendo as cores escolhidas aleatoriamente:

- Categoria 5 – Branca
- Categoria 4 - Amarela
- Categoria 3 – Vermelho
- Categoria 2 - Azul cian
- Categoria 1 - Azul escuro

Paralelamente ao mapeamento espacial no Google Earth, foi elaborado no Excel um banco de dados de trilhas, travessias e áreas de escalada, onde foram incorporados dados em quatro grandes categorias (Quadro 3 e Apêndice 1):

- Dados brutos sobre o atrativo: é trilha, travessia ou área de escalada?; distância total (ida e volta) de cada trilha ou só de ida no caso de travessias, a distância apenas de ida de cada trilha, distância de cada trecho da trilha; o atrativo oferece oportunidades de escalada?
- Zoneamento e regras estabelecidos no plano de manejo do Parque. Os dados de zoneamento seguiram o *shape* enviado pelo ICMBio/PARNASO e os dados das

regras, o disposto no plano de manejo da unidade. Houve uma discrepância apenas: o plano indica que o Complexo Bandeiras-Falso Açú-Pedras Soltas deveria estar em zona primitiva, quando no *shape* ele se encontra em zona intangível.

- Categoria de manejo de trilha atual

Quadro 3 - Estrutura do banco de dados de oportunidades de montanhismo no PARNASO

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância (ida e volta)	Distância trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria atual

Na categorização das atividades, houve uma sobreposição natural em algumas delas. Algumas áreas de escalada, por exemplo, são também trilhas estabelecidas, como por exemplo a Pedra do Sino e o São Pedro. Além disso, as travessias nada mais são do que a junção de diversas trilhas, por exemplo, a Travessia Petrópolis–Teresópolis está sobreposta à trilha do Morro Castelos do Açú e à da Pedra do Sino; e a Trilha de Longo Curso Caminhos da Serra do Mar é a junção da Trilha do Ouro, da Travessia Cobiçado-Ventania e da própria Travessia Petrópolis–Teresópolis; e o Caminho da Mata Atlântica une a Caminhos da Serra do Mar com a trilha Cachoeira Grande-Inhomorim.

O registro de distância percorrida para a mesma trilha muitas vezes diferia entre usuários, na mensuração pelo Google Earth e em comparação com o Guia de Trilhas. Nesse sentido, com vistas a uma sistematização, optei por priorizar as informações disponibilizadas no Guia de Trilhas (NETO; VIVEIROS DE CASTRO, 2009); quando essa não estava disponível e os *tracklogs* originais do Wikiloc estavam sem erros, utilizei dados disponibilizados pelos *tracklogs* utilizados do Wikiloc; por último, foi utilizado o medidor de distâncias no terreno disponível no Google Earth.

7.3. Resultados do mapeamento colaborativo

Foram identificadas 182 oportunidades de visitação de montanhismo – trilhas, travessias e áreas de escalada, sendo 150 trilhas e travessias e 59 áreas de escalada (Figura 6). A sobreposição entre algumas dessas oportunidades faz com que a soma entre as áreas de escalada e as trilhas e travessias seja maior do que o total das oportunidades identificadas. Essas oportunidades da prática de montanhismo totalizam cerca de 2.230 km (Figura 7), o que reflete as distâncias completas das trilhas, travessias e trilhas de aproximação para as áreas de escalada, ou seja, considerando a ida e a volta.

Figura 6 - Oportunidades de montanhismo no Parque Nacional da Serra dos Órgãos por atividades

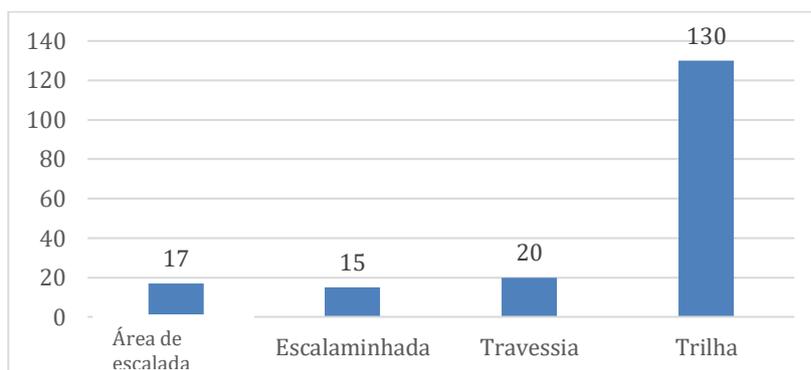
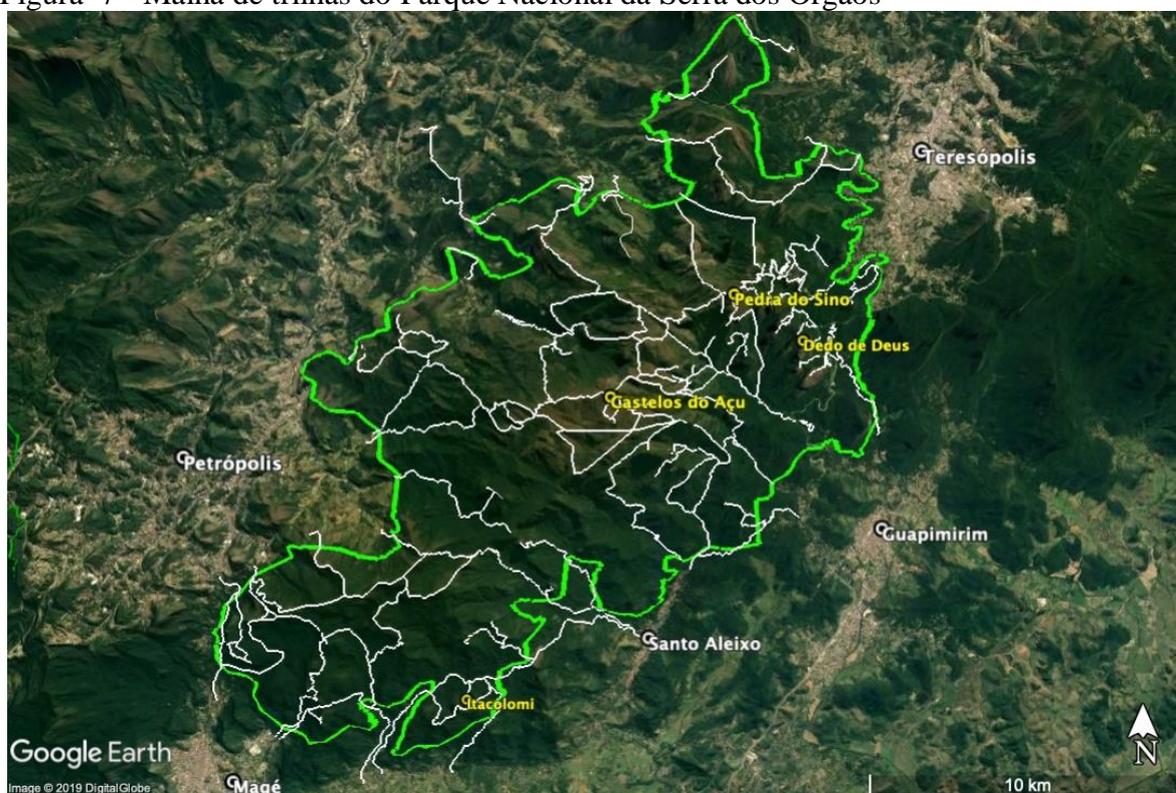


Figura 7 - Malha de trilhas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Legenda: Verde: limite do PARNASO. Em branco: malha de trilhas do PARNASO.

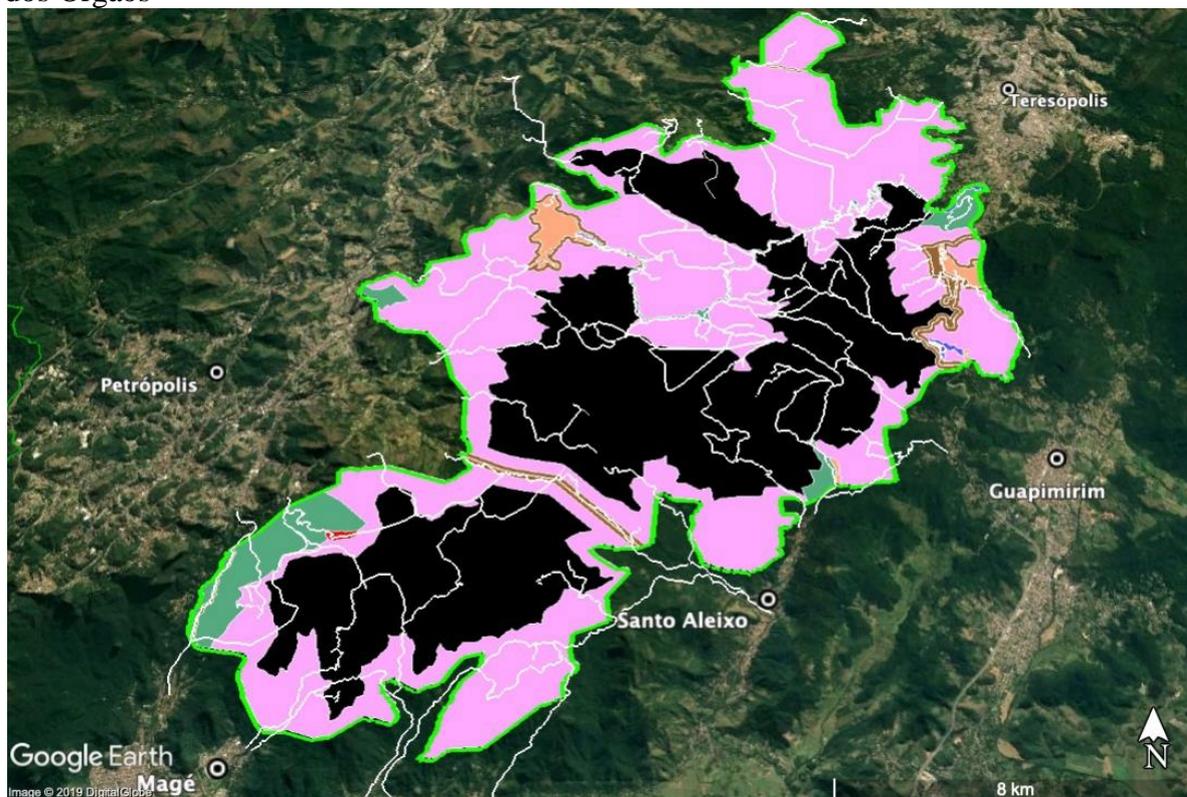
Na análise da quilometragem de trilhas disponível, optei pela separação entre as oportunidades de visitação e a malha de trilhas que o parque precisa manejar, pois cada uma dessas opções oferece um dado diferenciado, que pode ser útil para a gestão de acordo com os seus objetivos específicos. As oportunidades de visitação permitem entender questões relacionadas às visitas em si, ao montanhismo e ao turismo, como as excursões realizadas, as distâncias que os visitantes precisam percorrer, os atrativos no PARNASO – por exemplo: a escalada da Crazy Muzungus, no Garrafão que se acessa pelo Rio Soberbo ou a trilha para o

Pico do Eco. Por outro lado, a informação sobre a malha de trilhas desconsidera as sobreposições acima mencionadas para se voltar a questões estritamente de manejo da trilha, o que pode ser útil no planejamento do manejo das trilhas em si e da visitação, possibilitando a otimização dos esforços da gestão e da qualidade da visita.

Em termos de quilometragem que a gestão precisa manejar, considere apenas a malha de trilhas do PARNASO, sem considerar as sobreposições. O número total foi de 362 km de trilhas, dentre os quais cerca de 50 km se encontram fora do limite do Parque, porém estão conectados às oportunidades dentro do PARNASO, por exemplo, dos 2,8 km computados para o Alto do Ventania, 0,59 km estão fora dos limites do Parque.

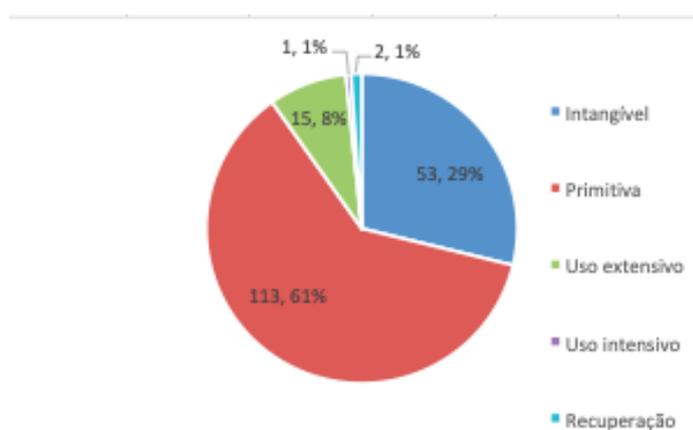
Ao cruzar a informação dessas oportunidades com as normas e o zoneamento estabelecidos no plano de manejo (ICMBIO, 2008e) (Figuras 8 e 9 e Quadro 4), verifica-se um predomínio de atividades realizadas na zona primitiva (108 oportunidades), o que seria esperado considerando-se tratar da maior zona do parque. A segunda zona mais visitada é a zona intangível (53 oportunidades), o que surpreende por um lado, pois é, em tese e no papel, proibida à visitação, mas não surpreende por outro, ao se considerar o tamanho da zona, a abertura do parque à visitação nessas zonas apoiando o monitoramento delas, a limitação de recursos do ICMBio para fiscalizar e os atrativos que existem nessa zona. As outras zonas englobam poucas das oportunidades de recreação, conforme visto nas Figuras 8 e 9 e Quadro 4.

Figura 8 - Malha de trilhas em relação ao zoneamento atual do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Legenda: Linha verde: limite do PARNASO. Linhas brancas: malha de trilhas do PARNASO. Área preta: zona intangível; área rosa: zona primitiva; área verde musgo: zona de uso extensivo; área azul: zona de uso intensivo; área laranja: zona de ocupação temporária; área vermelha: zona de conflito.

Figura 9 – Quilometragem de trilhas que o Parque precisa manejar por zona no Parque Nacional da Serra dos Órgãos



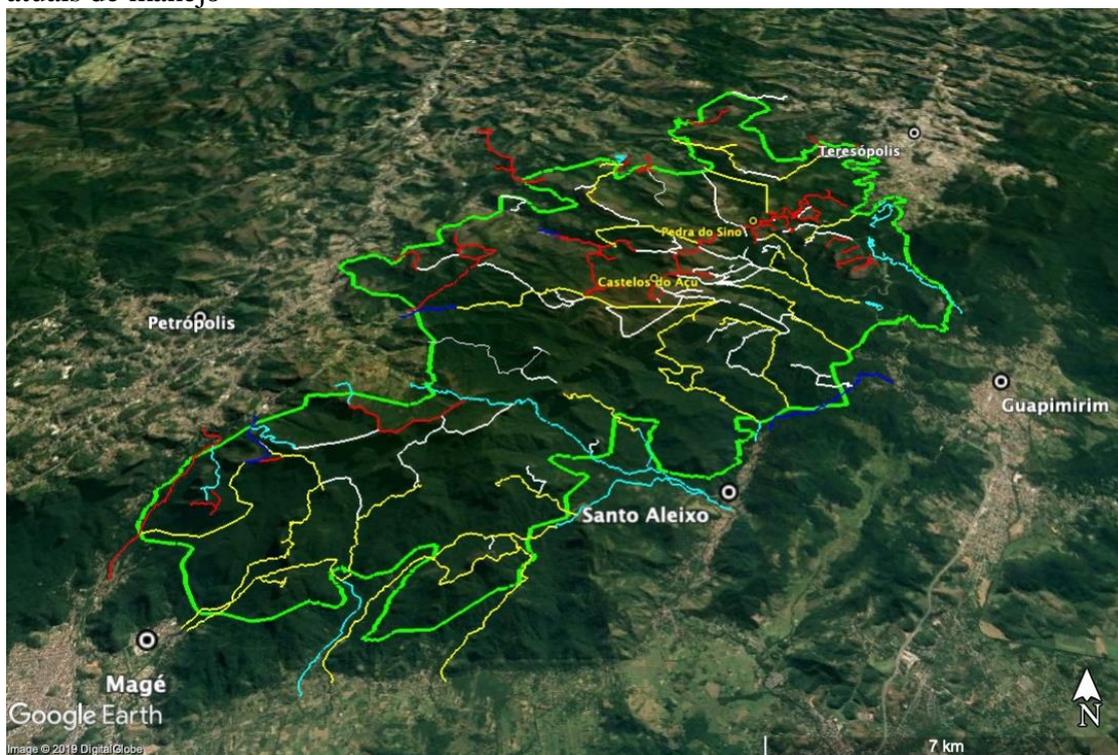
Quadro 4 - Oportunidades de montanhismo por atividades e por zona

Zonas	Escalada ou escalaminhada	Trilhas ou travessias
Zona primitiva	23	85
Zona intangível	10	43
Uso extensivo	1	14
Uso intensivo		1
Recuperação		2

Com o objetivo de investigar a diversidade de oportunidades de visitação oferecida atualmente, cada trecho de trilha foi classificado de acordo com a sua categoria de manejo atual (Figura 10). Essa diferenciação por trecho foi particularmente útil em trilhas que têm sobreposição com outras trilhas em categorias diversas, como por exemplo: a trilha para o Pipoca inicia pela trilha para a Pedra do Sino, depois segue parte da Travessia Petrópolis-Teresópolis, para então sair do eixo principal e ir até o Pipoca – são três trechos com categorias diferentes de manejo. Essa separação por trechos também foi relevante para muitas das Travessias, que apresentaram características diferenciadas ao longo de seus percursos e, por isso, são mais adequadamente manejadas ao se considerar as particularidades de cada trecho, em vez de nivelá-las a uma categoria apenas.

Cerca de 50 km (13,79%) de trechos de trilhas atualmente se encontram em categorias (1 e 2) que exigem bastante atenção e dedicação da gestão do Parque por precisarem ser mantidas de forma estruturada para a visitação almejada. 85 km (23,44%) de trilhas exigem moderado esforço da gestão (categoria 3) e 185 km (51,02%) exigem mínima ou nenhuma intervenção em campo (categorias 4 e 5) e 43 km (11,8%) não tiveram as suas categorias identificadas.

Figura 10 – As trilhas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos segundo as suas categorias atuais de manejo



Legenda: Verde: limites do PARNASO. Categorias de manejo de trilhas atualmente: Azul escuro: categoria 1; azul claro: categoria 2; vermelho: categoria 3; amarelo: categoria 4; branco: categoria 5.

7.4. Discussão sobre o mapeamento colaborativo

Sobre a metodologia utilizada

A informação de como, onde e o quanto a visitação ocorre em UC é básica, porém essencial, para um manejo eficaz. Os dados obtidos tanto através da VGI como da PPGIS permitiram realizar um mapeamento detalhando a distribuição espacial da visitação do montanhismo no parque.

O uso das informações coletadas no Wikiloc - seja diretamente no site ou no aplicativo do Google Earth - foi uma boa fonte inicial de pesquisa. Algumas limitações encontradas foram a dificuldade de encontrar os *tracklogs* existentes no sistema do website, a identificação de usuários críveis, os trechos erráticos e o fato de alguns *tracklogs* não estarem disponibilizados nessa plataforma.

O cruzamento dessas informações com outras fontes se demonstrou essencial para um retrato mais completo e fiel da visitação no PARNASO atualmente, apesar de estudos já terem se utilizado apenas da VGI para analisar a visitação em uma área natural (CAMPELO;

NOGUEIRA MENDES, 2016; WALDEN-SCHREINER; LEUNG; TATEOSIAN, 2018; WOOD et al., 2013). Portanto, optei por realizar uma abordagem multimétodo, com o cruzamento de informações geradas por pesquisas bibliográficas e através da PPGIS. Essa conjugação permitiu otimizar a qualidade dos dados e credibilidade das fontes e, com isso, realizar um inventário da visitação de montanhismo com maior acurácia.

O uso do Google Earth como plataforma para gerar os mapas foi ao mesmo tempo uma boa oportunidade e uma opção que apresentou algumas limitações. A facilidade de importação e exportação de dados para o programa alinhado com o fato de o Wikiloc permitir baixar os *tracklogs* já em KML foi um ponto positivo. Por outro lado, a extração de dados de cada trilha (dimensões e pontos georreferenciados) não ocorreu de maneira fluida e precisou ser feito manualmente, trilha a trilha.

A criação de uma base de dados no Excel permitiu obter dados mais detalhados sobre as características das trilhas e da malha de trilhas do PARNASO, ampliando as informações geradas sobre a visitação atual de montanhismo no parque para além daquelas espacializadas nos mapas.

Sobre os dados da visitação

As oportunidades de montanhismo no PARNASO ocorrem em diversos terrenos e áreas e em todas as zonas do Parque. Tanto a VGI, como a PPGIS indicam que o parque oferece uma ampla gama de atividades de montanhismo, embora a equipe de uso público tivesse conhecimento apenas de parte dessas atividades, conforme depoimentos colhidos nas interlocuções realizadas com a equipe do parque individualmente, no grupo focal ou na apresentação realizada no Encontro de Pesquisadores que ocorreu em dezembro de 2018.

Esse estudo voltou-se para o entendimento da oferta de oportunidades de montanhismo e a sua espacialidade de forma a se debater a diversidade existente no PARNASO. Portanto, dados temporais não foram analisados e poderiam ter contribuído para um entendimento mais detalhado sobre questões experienciais como solitude e aglomeração em atrativos e áreas do parque, o que em conjunto com a análise de frequências de *tracklogs* poderiam levar a mais informações sobre a popularidade das áreas, sazonalidade de visitas, entre outros aspectos.

As trilhas foram a base desse estudo, pois são os principais vetores de distribuição da visitação nas UCs e são utilizadas por todos os montanhistas, mesmo aqueles que estão indo

com o objetivo de escalar uma montanha. As categorias de manejo de trilhas foram aplicadas a cada trecho de trilha e posteriormente analisadas. Essa análise permitiu verificar que o PARNASO tem uma oferta de um amplo espectro de oportunidades e experiências para visitantes com distintos perfis, necessidades, experiências e expectativas com a visita.

A análise das categorias de manejo de trilhas permitiu também identificar o quanto o parque precisa manejar e qual o nível de intervenção exigido para cada trilha. Menos de 15% da malha de trilhas é dedicada à visita mais intensiva (categorias 1 e 2). Essas trilhas podem ser utilizadas como “portas de entrada” à visita em áreas naturais para visitantes que não possuem experiência prévia ou visitantes com dificuldades de locomoção. Apesar de essas trilhas demandarem muito esforço de gestão, o PARNASO poderia se beneficiar de um aumento na oferta de trilhas com mais intervenções de manejo, de forma a atrair visitantes para essas áreas e, assim, contribuir para a iniciação deles nas atividades ao ar livre e otimizar a conexão desses visitantes com a própria unidade.

No outro lado do espectro, mais da metade das trilhas atualmente existentes no parque são trilhas cujos parâmetros permitem uma oferta de alto nível de aventura e desafio para visitantes altamente especializados, e exigem pouco esforço e tempo da gestão do parque na sua manutenção (categorias 4 e 5). Essa ampla oferta permite manter características únicas do parque, como a conexão com o montanhismo mais tradicional realizado no Estado do Rio de Janeiro, a proteção de recursos em alto grau de naturalidade, a variedade de oportunidades que permitem uma experiência da visita com grande sensação de solitude e autossuficiência do grupo de visitantes. Permite também se contrapor a uma pressão crescente de estruturação das áreas de visita para atender ao visitante médio, mantendo boa parte do parque destinado a uma visita minimalista.

Por outro lado, para chegar a um planejamento que ofereça oportunidades mais variadas no parque, algumas dessas trilhas categorizadas como 4 ou 5 poderiam potencialmente ser recategorizadas para a categoria 3, ampliando a oferta para o visitante médio do parque sem, no entanto, prejudicar a oferta da aventura. Em específico, pode-se avaliar a possibilidade de trilhas que estão mais próximas a áreas urbanas, cujos arredores demonstram alto grau de intervenção humana, ou possuem atrativos mais proeminentes, como cachoeiras e rio mais volumosos, picos com bonitos mirantes, serem recategorizadas e manejadas para uma visita com vistas a visitantes com alguma experiência, mas precisam de certo apoio de

ações de manejo – trilhas com traçados visíveis, sinalização direcional presente, áreas de acampamento, entre outros (categoria 3) - para se locomoverem e visitarem o parque.

No entanto, quase 30% dessas oportunidades são limitadas pelo plano de manejo atual, especificamente pelo seu zoneamento que dedica quase 50% da área do parque à zona intangível. Considerando isso, ao se analisar a efetividade da utilização do zoneamento proposto, o mapeamento mostra que a zona intangível tem um número considerável de oportunidades de montanhismo, e as visitas ocorrem independentemente dos trâmites legais. Inclusive, nas interlocuções realizadas, a equipe do parque indicou saber que as zonas intangíveis estavam sendo utilizadas para práticas de montanhismo, com ou sem autorização, porém afirmaram que não podem realizar o manejo dessas áreas, uma vez que elas são proibidas à visitação. Na opinião deles, manter essa proibição seria *“fechar o olho para uma coisa que já existe”*, conforme apontado no grupo focal com a equipe do parque. A equipe tem ciência também do uso dessas áreas por palmiteiros, passarinhos e caçadores, de trilhas que usam e que existem áreas de ranchos.

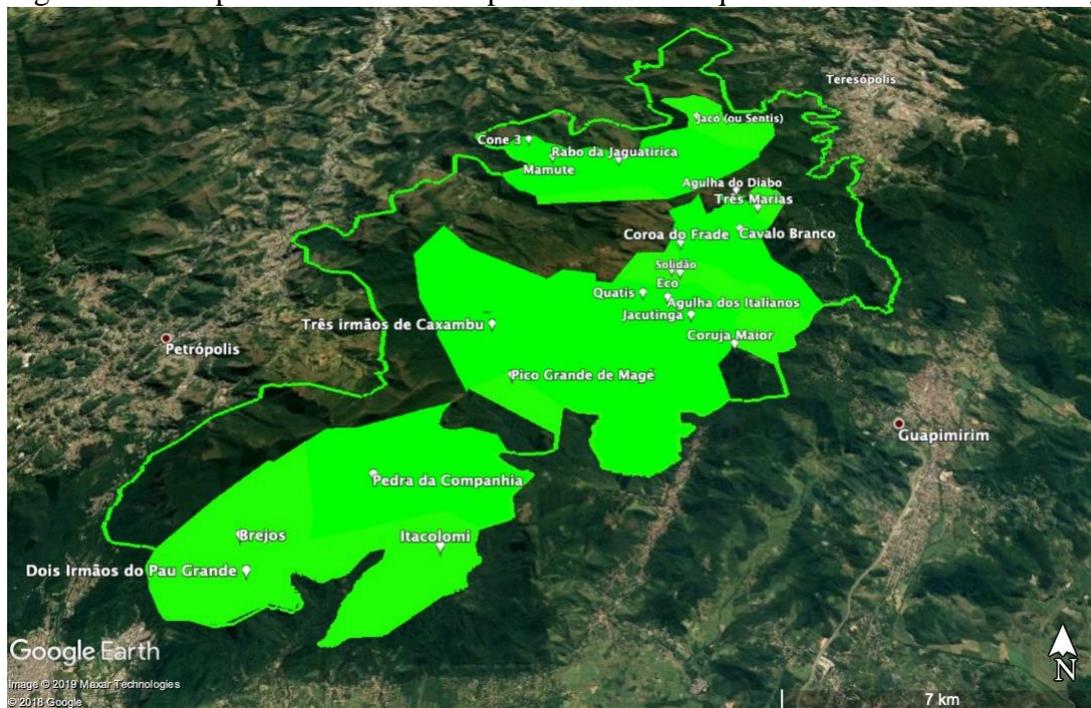
7.5. As áreas naturais primitivas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Conforme visto no capítulo 6, as áreas naturais primitivas são caracterizadas por aspectos objetivos e subjetivos. Os subjetivos incluem os valores e significados atrelados à aventura, incerteza e desafio; solidão, liberdade e autonomia; interação intensa com a natureza. Por sua vez, os aspectos objetivos incluem um nível baixo de intervenção de manejo (trilhas sem traçado visível ou sinalização, inexistência de áreas estruturadas de acampamento etc.); uma área com alto grau de naturalidade; um acesso difícil, sendo muitas vezes técnico e distante; uma baixa probabilidade de encontro com outras pessoas e grupos. O controle institucional nessas áreas é majoritariamente indireto por meio de regras, ações educacionais e autorizações. Todos esses aspectos – tanto os subjetivos como os objetivos - demandam a autossuficiência do grupo de visitantes em ambientes naturais.

A partir desse conceito, das interlocuções com montanhistas e do mapeamento das oportunidades de trilhas, travessias e áreas de escalada no PARNASO, foi feita uma primeira proposta das áreas naturais primitivas do Parque. Esta versão foi apresentada à equipe de uso público do PARNASO em um grupo focal com toda a equipe de uso público do parque que ocorreu em 16 de outubro de 2016 por cerca de quatro horas e também em

interlocações individuais com uma pessoa desta equipe, que resultou na delimitação do foco da pesquisa e, a partir disso, a definição da população com a qual trabalhar (Figura 11).

Figura 11 – Mapa das áreas naturais primitivas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Com base nesses preceitos, foram levantadas todas as autorizações emitidas pelo Parque entre março de 2015 e novembro de 2018, bem como os termos de conhecimento de risco de visitantes que se destinavam a essas áreas preenchidos em 2017 até outubro de 2018. Foram levantados 35 autorizações e 26 termos de conhecimento de risco. Nessas 61 excursões, houve um total de 272 visitas e 158 visitantes que foram aos seguintes locais, trilhas e escaladas:

- Castelões
- Conquista de via de escalada nos Castelões
- Coroa do Frade e Nariz da Freira via Soberbo
- Escalada da Coroa do Frade com acampamento selvagem nos Castelões
- Escalada da Crazy Muzungus com acesso pelo rio Soberbo
- Escalada da via Franco-Brasileira na face Sudoeste da Pedra do Sino
- Escalada da via Terra de Gigantes, na Pedra do Sino

- Escalada do big wall Impermeáveis, no Dedo de Deus
- Escalada do big wall Tartari/Portela
- Escalada do big wall Fuga do Calabouço, nos Castelões
- Reconhecimento para abertura de via de escalada na Cabeça de Dinossauro
- Monitoramento da Coroa do Frade descendo pelo Soberbo
- Monitoramento no Santo Antônio e Três Marias
- Morro da Luva e Morro do Açú via Cubaio
- Morro do Cubaio
- Pernoite e escalada na Agulha do Itacolomi
- Pico do Eco
- Pipoca
- Travessia Jacó–Bomfim
- Vale da Morte

Essas áreas, trilhas, travessias, no seu conjunto, possibilitam a vivência do caráter primitivo, mesmo sem 100% dos atributos. Algumas são relativamente próximas de áreas urbanizadas, mas os obstáculos são grandes, outras têm um alto nível de alteração por causa de queimadas, porém o traçado indistinto das trilhas dificulta o acesso e possibilita uma vivência de solitude e desafio de alto nível. Levou-se em conta, portanto, o conjunto dos atributos, privilegiando a dificuldade de acesso, nível de solitude e sensações de aventura e desafio.

7.6. Principais pontos do capítulo

Nesse capítulo foi apresentada a contextualização geral do PARNASO incluindo aspectos da sua criação como UC, questões relacionadas ao plano de manejo e um mapeamento de oportunidades de visitação de montanhismo, incluindo trilhas, travessias e áreas de escalada, além de uma proposta de delimitação das áreas naturais primitivas no PARNASO. Alguns destaques do capítulo são:

- A recreação está prevista na unidade desde o seu decreto de criação;

- O plano de manejo do PARNASO por um lado é restritivo ao designar cerca de 50% da sua área como zona intangível, mas por outro oferece uma diversidade de oportunidade através do estabelecimento de um conjunto de regras que preveem um uso e intervenção progressivo, possibilitando um amplo espectro de experiências.
- Foi realizado um mapeamento com uma triangulação de métodos que incluiu: (a) dados provenientes da participação pública e sistemas de informação geográfica; (b) informações geográficas voluntárias; (c) análise bibliográfica; (d) interlocuções com visitantes dessas áreas e membros da equipe de uso público do PARNASO; e (e) organização de um grupo focal com a equipe de uso público do Parque.
- Ao mapear as oportunidades atuais de recreação, foram identificadas atividades - trilhas, travessias e áreas de escalada - em todas as zonas do Parque e foi destacada a presença de armadilhas de caça, acampamentos de caçadores e sinais de utilização para caça e coleta em áreas com pouca visitação.
- Foram identificadas 182 oportunidades de visitação de montanhismo: 150 trilhas e travessias e 59 áreas de escalada, totalizando cerca de 2.230 km de distâncias de percurso ida e volta de trilhas, travessias e aproximação para as áreas de escalada.
- O Parque tem que planejar e manejar direta ou indiretamente 362 km de trilhas (sem considerar as sobreposições), embora cerca de 50 km estejam fora dos seus limites, porém estão conectados às oportunidades dentro do Parque.
- Há um predomínio de atividades na zona primitiva e a segunda zona mais visitada é a intangível, o que surpreende por um lado, pois é proibida à visitação, mas não por outro, ao se considerar o tamanho da zona, os atrativos nessa zona, a possibilidade de permissão para a visita e a limitação de recursos do ICMBio para fiscalização.
- Conforme a categorização as classes de manejo de trilhas de Queiroz e Bradford (2012), atualmente cerca de 50 km de trechos de trilhas se encontram em categorias 1 e 2 (alto grau de intervenção) que exigem bastante atenção e dedicação da gestão do Parque. 85 km de trilhas exigem moderado esforço da gestão (categoria 3) e 185 km exigem baixo grau de intervenção em campo (categorias 4 e 5).

8. OS SIGNIFICADOS DE LUGAR DE VISITANTES DE ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

O explorador se assombra como uma criança, e a sua curiosidade o impulsiona a empreender um caminho arriscado porém atrativo; sua paixão marca o ritmo de suas caminhadas e a forma como concebe o seu objeto. Assim, a montanha já não é mais vista como um mero jazimento de minerais ou como um obstáculo geográfico, mas como um destino de um homem: como causa de alegrias e sofrimentos [...] como inspiração estética, poética e cultural [...], como um cenário para o rendimento esportivo e para a expressão corporal (BUSSE, 2019, p. 33 -tradução nossa)

As UCs buscam proteger a biodiversidade, os ecossistemas e a experiência da visita através da institucionalização do acesso, ou seja, a partir da limitação, regulação ou exclusão do uso da área (RODRIGUES, 2009). O plano de manejo é o principal instrumento regulatório de uma unidade, onde também é estabelecido o zoneamento e são definidas as regras gerais e específicas, podendo estimular ou limitar a diversidade de oportunidades.

Além do plano de manejo, outros instrumentos e instrumentos normativos são utilizados pelo ICMBio para planejar e gerir algumas atividades específicas, como é o caso do “plano de uso público”, que apresenta um estudo mais aprofundado sobre as potencialidades e formas de utilização das UC para fins de visita com base no ROVUC (CREMA; FARIA, 2018). O ROVUC estabelece então classes de oportunidades de recreação em um *continuum* que vai desde uma área urbana, onde há ampla oferta de infraestrutura de apoio à visita e um foco na socialização entre os visitantes, até uma área natural primitiva que oferece oportunidades de solitude, aventura e desafio (CLARK; STANKEY, 1979). Essas áreas naturais primitivas possuem alto grau de naturalidade e pouca ou nenhuma intervenção de manejo (ou seja, sem trilha ou áreas de acampamentos), demandando que os visitantes tenham os conhecimentos necessários para uma visita com base na autonomia e autossuficiência. Para se manter esse caráter primitivo o manejo dessas áreas deve se centrar predominantemente no gerenciamento dos próprios visitantes (ROGGENBUCK; LUCAS, 1987).

O PARNASO, na região serrana do Rio de Janeiro, protege diversos ecossistemas do bioma da Mata Atlântica e oportunidades únicas de recreação em montanha, conforme visto no capítulo 7. O parque oferece uma ampla diversidade de oportunidades de visita potencializadas por uma visão de gestão que entende que a recreação ao ar livre e a

conservação são compatíveis e se beneficiam mutuamente, permitindo a exploração do espectro da recreação em sua totalidade, inclusive de áreas naturais primitivas.

As áreas naturais primitivas do PARNASO estão intimamente conectadas à beleza caótica da floresta atlântica, à exploração de novos caminhos e à incerteza que jaz intrinsecamente na aventura. Quem se dispõe a se embrenhar pelo meio do mato, explorando os cantos comumente frequentados pela fauna local mas não pelo ser humano, se depara com obstáculos múltiplos na forma de rios, mato fechado, espinhos e despenhadeiros. Quem, então, “em sua consciência” gostaria de ir a essas áreas? E por quê? Quais seus interesses, experiências, opiniões e atitudes? Quais suas motivações e expectativas ao visitar esse tipo de área? Como veem as regras atuais e uma possível mudança delas?

Perguntas como estas guiaram e continuam a direcionar diversas pesquisas sobre a visitação sob distintos aspectos: motivação (MANFREDO; DRIVER; BROWN, 1983; MANFREDO; DRIVER; TARRANT, 1996; TARRANT et al., 1999), conexão emocional e afeto com o local de prática, o *place attachment* (KALTENBORN; WILLIAMS, 2002; KYLE et al., 2004; WILLIAMS et al., 1992), percepções sobre o manejo do local (MANFREDO; DRIVER; BROWN, 1983; TARRANT; SMITH; CORDELL, 1999), preferências e prioridades de forma a direcionar o manejo dessas áreas (LAWSON; MANNING, 2002; NEWMAN et al., 2005; RIPER et al., 2011) – para um maior aprofundamento no referencial teórico, ver item 4.6.

Para além dos objetivos diretos da prática das suas atividades, aspectos bem incorporados em ferramentas como o ROVUC (CREMA; FARIA, 2018), os visitantes podem também desenvolver sentimentos e conexões emocionais, atrelando significados simbólicos aos locais visitados (FOREST SERVICE, 2008).

Para a gestão, o conhecimento das dinâmicas dos relacionamentos das pessoas com os lugares se mostra de suma importância, pois pode possibilitar um melhor entendimento sobre a visita e sobre o que significa, para essas pessoas, esse lugar, e conseqüentemente levar a decisões de manejo e estratégias de gestão que consideram elementos deste relacionamento com a área (KALTENBORN; WILLIAMS, 2002; WILLIAMS, 2008; YUNG; FREIMUND; BELSKY, 2003). Manzo (2008:141) destaca que a consideração sobre os relacionamentos e significados leva a um respeito às “necessidades, os valores e os desejos das pessoas, juntamente com a integridade do meio ambiente”. Ademais, os significados podem ser estimulados e direcionados a partir de decisões de gestão, com, por exemplo, proibições e aberturas de áreas e ferramentas interpretativas. Além disso, os

significados de lugares embasam nossas visões e opiniões sobre quais alternativas e decisões de gestão apoiar, quais combater e quais regras seguir (KYLE; ABSHER; GRAEFE, 2003). São também referências para avaliar o uso das áreas, a qualidade da visita, o nível de conservação e de impacto ambiental e a efetividade da gestão.

Uma complexidade para acessar e avaliar os significados atrelados aos lugares é que muitas vezes os significados não são traduzidos de maneira objetiva, podendo estar conectados com sentimentos subjacentes e subconscientes. Outro desafio está relacionado com a influência dos “significados dominantes”, aqueles que são aceitos, divulgados e perpetuados pela sociedade ou pelos grupos locais, como é, por exemplo, a valorização da biodiversidade atualmente. Nesse ponto, cabe destacar o debate dicotômico entre uso e preservação e a tendência das pessoas se posicionarem nos extremos da dicotomia (STEWART, 2008), muitas vezes representando o significado dominante. Descortinar os significados individuais por de trás desses “significados dominantes” nem sempre é uma tarefa fácil.

Com a complexidade intrínseca dos significados e os desafios inerentes à temática, foi necessário encontrar uma ferramenta de coleta de dados que possibilitasse acessar esse conteúdo subjacente (PRATES et al., 2015). Nessa perspectiva, optei por aplicar o instrumento ‘grupo focal’, que consiste numa discussão facilitada por perguntas e temas e estimulada a partir da interação entre os participantes e deles com o facilitador (IERVOLINO; PELICIONI, 2001). É uma abordagem de coleta de dados qualitativa bastante útil para explorar as relações das pessoas com os lugares, uma vez que é sensível às nuances do significado, algo dificilmente captado a partir de técnicas quantitativas.

O objetivo foi explorar os valores e os interesses, bem como a complexidade dos significados atrelados às áreas naturais primitivas do PARNASO por montanhistas que visitam essas áreas. Os encontros procuraram focar as opiniões, percepções sobre montanhismo em áreas naturais primitivas, conservação, atitudes sobre as regras do PARNASO (incluindo a visão sobre uma possível mudança de regras no plano de manejo), as experiências vivenciadas e a qualidade das visitas. Este estudo não visa identificar categorias de significados universais, mas as maneiras como os participantes interpretam, explicam e relatam suas experiência e opiniões (VAN PATTEN; WILLIAMS, 2008).

Com o objetivo de explorar as potencialidades desse meu papel e ao mesmo tempo aumentar o rigor metodológico, optei por analisar os dados a partir de uma triangulação da análise de conteúdo (BARDIN, 2016; MINAYO, 2013) com análises computacionais com o software de análises de dados qualitativos, IRAMUTEQ. A análise de conteúdo foi dedicada à

identificação das categorias e extração de material qualitativo do texto, enquanto que o IRAMUTEQ focou na análise dos textos distribuídos nas categorias elencadas.

8.1 Os grupos focais de montanhistas

Grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa utilizada para coletar dados em estudos que “buscam entender atitudes, preferências, necessidades e sentimentos” (SEVERO; FONSECA; GOMES, 2007). É uma forma de entrevista grupal conduzida por um facilitador/moderador que se guia por um roteiro previamente elaborado que gira em torno de um tema específico. Uma das principais características do grupo focal é a interação grupal, que estimula as trocas de experiências e visões favorecendo o acesso a conteúdos subjacentes, como valores, crenças e pontos de vistas (RESSEL et al., 2009).

Trad (2009) recomenda a amostragem proposital e a seleção intencional dos participantes de acordo com os objetivos da pesquisa de forma que tenham profundo conhecimento e experiência no tema a ser debatido (TONGCO, 2007). Porém, para a amostragem dos grupos focais neste trabalho, a população inteira de visitantes de áreas naturais primitivas do PARNASO que seguiam os critérios abaixo relacionados foi convidada. A amostra foi pequena e incluiu pessoas de um mesmo grupo social e, além disso, foram feitos poucos grupos focais. Portanto, esta pesquisa não pretende ser utilizada para uma generalização, mas sim para o entendimento dos significados desse grupo de particular.

Os encontros dos grupos focais compostos por montanhistas foram realizados em dois momentos distintos, um em Petrópolis e um na Cidade do Rio de Janeiro, e focaram em montanhistas com experiência em áreas naturais primitivas do PARNASO selecionados conforme mencionado no item 7.5. Foram levantados 35 autorizações e 26 termos de conhecimento de risco. Nessas 61 excursões, houve um total de 272 visitas e 158 visitantes. Depois de desconsiderar as repetições (diversos visitantes frequentaram mais de uma vez essas áreas), os visitantes foram divididos entre os guias ou o montanhista responsável pela excursão e os participantes, e também classificados por local de moradia.

Os critérios de inclusão nos convites para participar dos grupos focais foram:

- Ter sido o guia ou o montanhista responsável pela excursão: 36 visitantes
- Disponibilidade de informação de contato dos candidatos para o convite: 29 visitantes
- Local de moradia na cidade onde foram conduzidos os grupos focais: 20 visitantes

- Cidade do Rio de Janeiro: 14 visitantes
- Petrópolis: 06 visitantes

A inclusão dessas pessoas no grupo focal seguiu a premissa de possuírem características semelhantes que favorecem os relatos de experiências e dão base ao compartilhamento de visões, necessidades, sentimentos e valores (RESSEL et al., 2009) associados às áreas naturais primitivas no PARNASO. O número de participantes convidados para cada grupo focal seguiu o modelo recomendado na literatura: de 6 a 10 participantes (RESSEL et al., 2009), e Trad (2009) destaca que o essencial é que o tamanho do grupo permita a participação efetiva dos participantes.

Os candidatos identificados foram convidados via e-mail ou WhatsApp, para o qual confirmaram ou declinaram o convite (BOW; BUYS, 2003). Na véspera de cada grupo focal, foi feito novo contato via e-mail ou WhatsApp lembrando o horário e local do encontro. Em Petrópolis, dos seis convidados, cinco compareceram. No Rio de Janeiro, foram convidadas 14 pessoas, das quais três não responderam, três disseram que não podiam na data e horário, sete confirmaram a participação, dois faltaram, o que totalizou cinco participantes.

Antes de cada encontro, houve o agendamento prévio do local, escolha do instrumento de gravação (celular e computador), definição de um roteiro prévio, preparo do material específico para cada dinâmica a ser realizada e a compra de um lanche a ser disponibilizado aos participantes. Uma mescla de metodologias participativas (RESSEL et al., 2009) foi utilizada para extrair o significado das áreas naturais primitivas do PARNASO dos participantes, incluindo perguntas abertas, mapas e sistema de graduações.

A metodologia utilizada por Brehm (2007) com entrevistas semiestruturadas foi adaptada para a condução dos encontros, com o estabelecimento de um roteiro prévio flexível que guiou a sequência e condução das perguntas e atividades, de forma a nortear os debates, estimular a troca de experiências e a fomentar o compartilhamento dos pontos de vista.

Acessar sentimentos e significados não é algo simples e simplesmente perguntar “por que você gosta deste lugar?” ou “porque você tem uma conexão emocional com esse lugar?” não estimula os participantes a compartilharem os sentimentos e opiniões (STEDMAN et al., 2014; STEWART, 2008). Portanto, foram utilizadas técnicas para deixar os participantes confortáveis a partir de dinâmicas que os estimulassem a compartilhar suas impressões, explicar seus pontos de vistas e argumentar de forma mais natural. O fio condutor, no

entanto, foi a promoção do debate de forma a extrair dos participantes o apego emocional que eles têm com os locais visitados, detalhando os papéis que aspectos objetivos, como a presença de pessoas e de estruturas de apoio à visitação, além das regras para a visita, desempenham na formação desse apego. O propósito principal foi acessar aspectos subjetivos e simbólicos da conexão que os participantes possuem com as áreas naturais primitivas.

O roteiro prévio foi dividido da seguinte forma:

1. Apresentação do objetivo da pesquisa:
 - a. Explicação sobre a definição proposta de áreas naturais primitivas e apresentação das áreas a partir do mapa feito no grupo focal realizado com a equipe do parque.
 - b. Caracterização da visitação nessas áreas
 - c. Relação com o plano de manejo atual, em específico regras e zoneamento
2. Quebra-gelo: visitação no PARNASO

Sentimentos e significados sobre a prática do montanhismo: uma pergunta aberta cujo objetivo foi atuar como um “quebra-gelo” de forma a começar o estímulo ao debate e a introduzir o tema explorando um aspecto dentro da zona de conforto dos participantes. Além disso, a pergunta mais geral tem o objetivo de trazer à tona aspectos emocionais sobre a visitação no PARNASO e o próprio parque nas suas próprias narrativas.

Perguntas orientadoras:

- a. Por que praticam montanhismo?
 - b. O que buscam ao visitar o PARNASO?
3. Como veem a visitação em áreas naturais primitivas no PARNASO

Exploramos as características físicas dos locais em relação ao seu papel de possibilitar experiências e produzir significados (STEDMAN, 2003), indo além dos aspectos objetivos que satisfazem a prática do montanhismo em si. Busquei ressaltar o relacionamento dos participantes com os lugares e o papel que esses aspectos objetivos têm com os significados construídos a partir das experiências.

Perguntas orientadoras:

- a. O que te motiva para visitar essas áreas?

- b. O fato de não ter intervenções de manejo (trilhas marcadas, sinalização, áreas estruturadas de acampamento) estimula ou desmotiva? A presença ou ausência desses aspectos influencia na motivação e na satisfação com a visita?
 - c. Costuma encontrar com outras pessoas durante a visita? Caçadores, palmiteiros, grupos de visitantes?
 - d. O que faz com que as pessoas não frequentem tanto essas áreas?
 - e. Qual a importância das áreas naturais primitivas para o montanhismo?
4. Visão sobre as regras e o zoneamento atuais e a possibilidade de mudança

As normas de visitação possuem papel destacado na possibilidade de otimizar a criação das conexões emocionais e dos significados com as áreas naturais primitivas através da institucionalização do acesso (RODRIGUES, 2009), o planejamento das áreas e as intervenções de estruturas de visitação (FOREST SERVICE, 2008). Portanto, nesse ponto, o objetivo foi debater os significados construídos a partir de processos políticos imbuídos de códigos morais e éticos refletidos no plano de manejo e nas normas de uso público (WILLIAMS, 2008; YUNG; FREIMUND; BELSKY, 2003).

Perguntas orientadoras:

- a. Como veem a ideia de minimizar as zonas intangíveis?
 - b. O que pode significar para você a liberação de acesso a visitas em áreas naturais primitivas?
5. Qualidade e nível de satisfação com as visitas:

Utilizando mapas (BROWN; WEBER, 2013) e a análise da qualidade da visita (JENNINGS; NICKERSON, 2006), foram identificados os lugares onde os participantes relataram ter tido experiências de alta qualidade e de baixa qualidade.

- a. Identifique três visitas de alta qualidade no PARNASO e escreva o motivo
- b. Identifique três visitas de baixa qualidade no PARNASO e escreva o motivo
- c. Qual a nota de 1 (baixa qualidade) a 10 (alta qualidade) para a qualidade das visitas nas áreas naturais primitivas no PARNASO

Adaptando a metodologia proposta por Brown (2005), em cima de mapas impressos, foram identificados locais visitados considerados especiais e ocorreu a explicação do motivo dessas caracterizações, visando estabelecer a conexão e o apego às áreas do parque e os significados dos locais visitados para os participantes.

- a. Espacialização dos três locais de alta qualidade e alta satisfação no PARNASO (incluindo áreas não primitivas) – caneta azul
- b. Três locais de baixa qualidade e baixa satisfação (incluindo áreas não primitivas) – caneta vermelha

Para acessar os sentimentos sobre o montanhismo no PARNASO, foi utilizada uma combinação entre perguntas abertas buscando uma mistura de formas de comunicação para ampliar o alcance da exploração desse tema. Para explorar a significância específica do PARNASO, foi investigado o sentimento em relação à prática em outras áreas. Será a conexão emocional realizada com o montanhismo enquanto atividade? Ou será que o significado com o montanhismo no PARNASO é único?

Perguntas orientadoras:

- a. O que vocês buscam no PARNASO encontram em outras áreas?
- b. O que significa para você o montanhismo no PARNASO?
- c. Em uma palavra, como você descreve o montanhismo do PARNASO?

Os encontros

Para liderar e facilitar o encontro, a literatura recomenda um moderador com bastante conhecimento no tema em discussão e uma segunda pessoa, que pode atuar também na moderação ou como observador (MOURA; PORTO; CUNHA, 2019; RESSEL et al., 2009; TRAD, 2009), porém os encontros desta pesquisa contaram apenas com uma facilitadora – eu, a pesquisadora, responsável por conduzir os debates, introduzir as discussões, aprofundar os temas, esclarecer as dúvidas, observar as comunicações não verbais, controlar o tempo. Stewart (2008) chama atenção de que o compartilhamento dos significados de um lugar varia de acordo com a audiência receptora da informação. Nesse caso é importante destacar o fato de eu estar inserida na comunidade do montanhismo fluminense pode ter influenciado a maneira como compartilharam suas impressões e opiniões.

Considerando a recomendação de que os encontros sejam realizados em ambiente agradável e acolhedor (PRATES et al., 2015; RESSEL et al., 2009; TRAD, 2009) optei por usar a sede de clubes excursionistas de montanhismo em ambas as cidades. O grupo focal de Petrópolis ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2019 e o do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 2019, e

ambos tiveram a duração de 1 hora e 50 minutos. Ambos foram gravados em um celular e um computador, com vistas ao registro adequado das falas de todos os participantes.

Cada grupo focal seguiu um encadeamento relativamente padronizado, mas que dava flexibilidade para se ajustar à dinâmica do grupo em questão:

- Apresentação do pesquisador/moderador e dos objetivos da pesquisa
- Apresentação, preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2)
- Reforço da informação do anonimato e da permissão para gravar os debates
- Condução do grupo focal segundo roteiro prévio

Os debates ocorreram de maneira livre, sendo facilitados por mim de forma a direcionar as conversas de acordo com os objetivos dos temas e da pesquisa. A arte de fazer perguntas direcionadoras possibilita extrair dos participantes as suas experiências, sentimentos e pontos de vista (PRATES et al., 2015). O uso do roteiro prévio - que foi impresso e levado a cada encontro - funcionou de maneira flexível, onde as perguntas e os temas eram introduzidos conforme o ritmo da discussão, mas também de maneira estruturante em um esquema norteador que permitiu extrair os objetivos de cada grupo. Mesmo não tendo sendo aplicado na íntegra e de maneira rígida, a elaboração deste roteiro foi essencial para a qualidade dos resultados dos encontros e do material extraído dos debates. Ao mesmo tempo, a flexibilidade do roteiro foi necessária para permitir a exploração de temas que surgissem por iniciativa dos participantes e que não houvessem sido previstos no roteiro (PRATES et al., 2015).

Em ambos os encontros, os grupos mantiveram discussões espontâneas e produtivas, e os quebra-gelos foram praticamente desnecessários. Houve pouca necessidade de estímulo aos debates, pelo contrário, não houve momentos de silêncio e a maioria quis participar frequentemente. Minhas intervenções se centraram mais em guiar os temas de acordo com os objetivos de pesquisa: retomei o foco dos debates, confirmei informações, elaborei resumos sobre o falado, emiti opiniões e fiz perguntas direcionadoras. Em alguns momentos, precisei intervir para retomar o rumo das discussões para temas relacionados à pesquisa e democratizar a vez da fala.

8.2 Análise de conteúdo dos dados

As gravações dos dois encontros foram transcritas na íntegra (MANZINI, 2006) e cada participante foi identificado com uma letra do alfabeto com o intuito de preservar o anonimato. Os dados produzidos foram analisados e interpretados por meio da análise de conteúdo em conjunto com um software de análises de dados qualitativos, IRAMUTEQ. A análise de conteúdo ofereceu a base para a sistematização a partir da categorização dos dados e procedimentos sistemáticos de identificação dos conteúdos das mensagens (BARDIN, 2016).

As categorias foram estabelecidas depois da análise e validadas a partir da leitura exaustiva do material a fim de permitir a emergência de conteúdos implícitos e simbólicos. Essa exploração constante do material permitiu compreender as ligações entre as variáveis e os temas, identificando os pontos centrais expressados, facilitando a interpretação dos dados (BARDIN, 2016; MINAYO, 2013).

Meu conhecimento e familiaridade com o tema facilitou a interpretação dos dados, o que tem potenciais para ampliar ou limitar a análise (CAMARGO; JUSTO, 2013; LAHLOU, 2012). No caso em questão, minha interrelação com os sujeitos e com o montanhismo potencializou a interpretação (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), porém aumentou o grau de subjetividade das interpretações, o que foi contrabalanceado posteriormente com a análise no IRAMUTEQ.

A categorização (passagem dos dados brutos a dados organizados) são representações generalizadas da minha interpretação dos dados e dos significados com base nas discussões realizadas durante os grupos focais, no referencial teórico e também na minha experiência. De domínio subjetivo do pesquisador, as categorias foram geradas para melhor organizar a análise e delinear a discussão, e são intrinsecamente relacionadas umas com as outras. Para uma melhor contextualização, as categorias foram correlacionadas a outras elencadas em pesquisas anteriores de outros autores, conforme descrito abaixo.

Embora não seja tão comum na literatura, alguns autores identificaram o papel de experiências negativas (MANZO, 2005) ou ameaças e riscos na construção de significados (DEVINE-WRIGHT; HOWES, 2010). Hester (1985) em seu trabalho em Manteo, Califórnia, ajudou a comunidade a identificar os lugares especiais a serem preservados em face de um processo de revitalização e desenvolvimento da cidade. Os lugares estavam tão

imbuídos de significados que foram denominados pelos residentes de Estruturas Sagradas e foram centrais para preservar o estilo de vida e a cultura local e também serviram como bases para o desenvolvimento da cidade. Foi somente a partir das mudanças no uso da área, cujo potencial de impacto no estilo de vida era significativo e destrutivo, que os significados simbólicos desses lugares foram identificados.

Stedman e colaboradores (2014), a partir de uma pesquisa realizada através de fotografias, identificou que uma preocupação profunda com o lugar estava atrelada ao medo de perder importantes elementos desses lugares, e que essa preocupação foi essencial para fazer emergir as conexões emocionais e os significados atrelados ao lugar. Eles definiram quatro dimensões do significado que levavam ao *place attachment*: a destruição, o esgotamento dos recursos, a invasão por turistas, e a restrição formal.

Os significados de lugar atrelados a questões de identidade são criados, reforçados e comunicados a partir da contação de histórias (STEWART, 2008); interação com os parceiros, o estabelecimento do “nós vs. eles” em uma comparação de atitudes, comportamentos, necessidades (BROOKS; WALLACE; WILLIAMS, 2006); o tempo de prática das atividades recreativas (HAMMITT; BACKLUND; BIXLER, 2004), nível de experiência dos praticantes (BRICKER; KERSTETTER, 2000) e “pontes para o passado” (MANZO, 2005; VAN PATTEN; WILLIAMS, 2008).

As categorias elencadas centraram-se em destacar os significados do relacionamento dos participantes com as áreas naturais primitivas no PARNASO e foram divididas em dois grandes recortes analíticos, cinco categorias com subdivisões. Nesse processo, subtemas foram emergindo naturalmente e foram sendo inseridos em cada uma das categorias, o que possibilitou um aprofundamento analítico (Quadro 5).

Quadro 5 - Categorias e subcategorias de análise de dados

Recorte analítico	Categorias	Subcategorias
Significados atrelados ao risco e à ameaça à experiência em áreas naturais primitivas	Restrições de acesso definidas pelo Parque	Acesso proibido
		Acesso restrito
		Valores da gestão
	O processo de turistificação das áreas de montanha	Pressão pelo aumento da visitação
		Demanda por novos atrativos
		Facilitação de acesso
	Necessidade de garantir a experiência em área natural primitiva	Nível de intervenção de manejo
		Processo de autorização para a visita (os termos, as vagas)
		Perfil de visitantes: capacitação
		Preocupações com uma possível mudança de regra e abertura das áreas naturais primitivas
Significados atrelados à construção da identidade e da experiência	O montanhismo como base para a identidade e criação de significado	O “nós versus eles”
		As conquistas de cumes como fonte de construção de identidade
		Clubes de montanha
		Conexão com o passado
	A satisfação com a visita	Motivação e expectativa
		Qualidade da experiência

1. Significados atrelados ao risco e à ameaça ao caráter primitivo e à experiência em áreas naturais primitivas:
 - 1.1. Restrições impostas pelo parque: a experiência vivenciada nesses lugares especiais é ameaçada pelas regras e pelo zoneamento estabelecidos no plano de manejo, paradigmas vigentes no órgão, decisões da gestão e proibição de acesso.
 - 1.2. O processo de turistificação das áreas de montanha: O risco e a ameaça de perda de acesso ou diminuição da experiência pela turistificação, um processo resultante da procura crescente pela prática de esportes e atividades recreativas nas montanhas, em particular através da comercialização turística de lugares, paisagens e experiências (QUEIROZ, 2019). O resultado no terreno é o aumento no volume de pessoas, a mudança de perfil dos visitantes, conflito de valores entre usuários e de uso dos locais, aumento de impactos ambientais e a perda de qualidade da visitação, podendo ocasionar a alta intervenção de manejo (ou a sua intenção), por vezes com vistas a facilitar o acesso, o que possibilita a visita a terrenos técnicos por pessoas sem a devida qualificação técnica.

- 1.3. Necessidade de garantir a experiência em área natural primitiva: as propostas e sugestões para se garantir o caráter primitivo e a oferta das experiências que se pode vivenciar nessas áreas.
2. Significados atrelados à construção dos significados e à avaliação da experiência em áreas naturais primitivas.
 - 2.1. O montanhismo como a base para a criação dos significados
 - 2.2. Qualidade e satisfação com a visita

Na leitura flutuante (MINAYO, 2013), os textos foram sendo analisados e organizados de acordo com os pontos em comum nas narrativas dos entrevistados (BREHM, 2007), classificados manualmente de acordo com as categorias estabelecidas. Essas informações formaram a base do *corpus*— o texto transcrito e submetido ao programa - que posteriormente foi analisado no IRAMUTEQ. Esse procedimento foi realizado com cada grupo focal separadamente e depois unidos. Em paralelo, foram sendo identificadas citações marcantes referente a cada categoria de significado que foram sistematizadas em uma tabela de apoio para validação das análises (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Ressalta-se que as categorias definidas são tanto produto do discurso, das narrativas e das histórias compartilhadas pelos participantes como da interpretação feita por mim. Nesse sentido, cabe ressaltar que muitas colocações dos participantes continham significados múltiplos que poderiam ser incluídos em mais de uma categoria (BROOKS; WALLACE; WILLIAMS, 2006) e por tratarem de questões simbólicas possuem alta complexidade (STEDMAN et al., 2014). Por exemplo, o processo de recomendação de se fazer uma seleção ou triagem das pessoas que frequentam as áreas naturais primitivas poderia ser categorizado tanto como a categoria de institucionalização de acesso como na necessidade de garantir a experiência em área natural primitiva, demandando uma decisão por minha parte.

8.3 Análise de dados no IRAMUTEQ

Para um maior rigor metodológico das análises qualitativas, utilizou-se também o software IRAMUTEQ (www.iramuteq.org) em sua versão 0.7 alpha 2, um programa gratuito e *open source* que realiza análises estatísticas de texto a partir da interface com o software estatístico R. O IRAMUTEQ possibilita diversas análises de textos: lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras, lematização), análises multivariadas (classificação

hierárquica descendente, a Análise Fatorial de Correspondência e análises de similitude) e nuvens de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013). Além disso, possibilita a visualização desses dados de forma gráfica.

O primeiro passo para utilizar essa ferramenta informática foi a preparação do *corpus*, visando tornar o material o mais homogêneo possível (CAMARGO; JUSTO, 2013). Essa etapa se mostrou crucial uma vez que o material bruto veio da transcrição dos diálogos que possuem características de falta de estruturação, redundância, gírias e ironias que prejudicam a avaliação pelo software por si só. Assim, o tratamento do *corpus* possibilitou elucidar sentidos implícitos e subjacentes que nem sempre são projetados no discurso ou adequados para uma interpretação mecanizada (LAHLOU, 2012). Nesse processo, foi necessário realizar as seguintes tarefas:

- Eliminação de textos:
 - Referentes à minha participação, deixando apenas a transcrição da narração dos participantes.
 - Nomes de pessoas ou substituição por termos que permitam o anonimato: administração_parque, montanhista_clube.
 - Textos desconexos com o tema da pesquisa: referências a partidos políticos e ao sistema federativo do montanhismo, relatos de áreas externas ao PARNASO.
 - Pontuações e palavras *stopwords*: palavras de pouca relevância, como conjunções, preposições, artigos.
 - Frases que dificultavam o entendimento: ironias e metáforas que não permitiam uma análise do sentido hermenêutico do conteúdo.
- Lematização: processo manual de padronização de tempos verbais, gênero, plural, sobrando apenas o radical que contém o sentido em si da palavra, evitando a aplicação de dicionários fora da área de uso pretendida (STEWART; GRIMMER, 2013).
- Substituição de palavras: sinônimos e criação de bigramas, trigramas e tetragramas que permitiram identificar o sentido do discurso. Sofreram esse tratamento nomes de montanhas, trilhas e lugares: Travessia_Petrópolis_Teresópolis, Dedo_de_Deus, Abrigo_4, etc.; palavras compostas ou que formam um núcleo de sentido: zona_intangível, área_primitiva etc. (Apêndice 4 lista exemplos).

- Reescritura de frases: visando elucidar o que não é explicitamente expresso e dar fluidez ao texto (Apêndice 5 lista exemplos). Condicionantes, comparações (por exemplo: “é melhor com vista que sem vista”: o “sem vista” foi suprimido da frase), contradições (“ou a pessoa sabe ou não sabe”: o “ou não sabe” foi suprimido) e suposições sobre o futuro precisaram ser reescritas para convir o sentido.
- Categorização dos segmentos de texto: a divisão do texto em partes menores segundo as categorias elencadas, o que conseqüentemente resultou na mudança de ordem e em estrutura de frases.

No processo do tratamento do *corpus*, o significado do texto sofre interferências com a remoção ou inclusão de palavras e frases (STEWART; GRIMMER, 2013), o que exigiu releituras e validações constantes, em uma comparação que ia e vinha entre o texto bruto original e o *corpus* tratado, além de análises frequentes no IRAMUTEQ que permitiam avaliar a fluidez e o sentido dos textos. De fato, durante todo o processo de análise no IRAMUTEQ foi essencial o acompanhamento atento e a validação das análises e resultados, em especial pelo tratamento conferido ao material. A leitura flutuante e exaustiva dos textos permitiu o domínio intrínseco do material de forma a verificar se o resultado expressava o material. Stewart e Grimmer (2013) inclusive destacam que as ferramentas automatizadas de análise de texto nunca substituirão o domínio dos textos e devem ser entendidas como um instrumento que potencializa a leitura cuidadosa.

Uma vez finalizado o tratamento do texto, foi realizada a análise lexical que foca na identificação e quantificação da frequência das palavras. As análises lexicais são técnicas que oferecem um panorama do vocabulário utilizado pelos sujeitos, com validade e significância estatística (CAMARGO; JUSTO, 2013). Essa análise junto com a análise a partir da nuvem de palavras permitiu apreender uma visão geral sobre o conteúdo do material de forma rápida e sistemática, bem como fazer uma análise do tratamento conferido ao *corpus* e conferir ajustes a esse tratamento.

O *corpus* então foi distribuído de acordo com as categorias elencadas durante a análise de conteúdo (CAMARGO; JUSTO, 2013), analisado como um todo para que se pudesse visualizar uma distribuição e correlação geral e, posteriormente, as análises se focaram nas categorias (PEREIRA, 1997). O primeiro passo foi submeter cada categoria isoladamente à análise por nuvem de palavras, que organizou as palavras graficamente, permitindo uma

visualização rápida das palavras chave do *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2013), que são destacadas por seu tamanho em função da sua frequência.

As categorias passaram pela análise multivariada de similitudes, que identificou relações e conectividades entre as palavras e o seu contexto (OLIVEIRA, 2018; SALVADOR et al., 2018) e apresentar graficamente a estrutura do *corpus* (MARCHAND; RATINAUD, 2012). As análises multivariadas permitem uma avaliação do contexto das palavras e da relação entre elas, ou seja, o programa avalia não apenas as palavras isoladamente, mas também a organização e a estrutura do discurso, presumindo que as palavras usadas em contexto similares estão relacionadas entre si (SALVADOR et al., 2018).

No processo de análise de dados, o IRAMUTEQ divide o *corpus* em textos e depois em segmentos de texto, e atribui um valor ou índice (*score*) para cada unidade de sentido. As análises de similitude utilizam esse *score* para apresentar graficamente as interrelações e correlações entre essas unidades de sentido, possibilitando identificar a estrutura do conteúdo do *corpus* (OLIVEIRA, 2018).

No caso desta pesquisa, optei pelo *score* Dice, uma das análises que registra o grau de associação entre os elementos, possibilitando identificar e apresentar graficamente os elementos centrais e os periféricos em uma interrelação entre frequência e conectividade dos discursos dos participantes (DICE, 1945). Ressalta-se que o IRAMUTEQ descarta palavras que não tiveram relevância numérica, ou seja, de intensidade baixa (frequência 1 e 2).

Os softwares são ferramentas utilizadas para facilitar a análise e interpretação do material e não são nem o método, nem a análise (LAHLOU, 2012). A análise foi realizada numa triangulação dos resultados obtidos no IRAMUTEQ a partir das categorias feitas com os preceitos da análise de conteúdo e embasados no referencial teórico.

8.4 Resultados dos encontros dos grupos focais de montanhistas

Iniciou-se a análise com a leitura flutuante aliada a análises lexicais repetitivas no IRAMUTEQ para o tratamento do *corpus*, que ao final totalizou 2 *corpus*, 10 textos, 70 segmentos de texto, 2.693 ocorrências, 672 formas e 236 *hapax* (palavras que ocorrem uma vez só). Foi feita uma visualização rápida das palavras presentes nesse *corpus* a partir de uma nuvem de 300 palavras (Figura 12) com frequência igual ou maior que 5.

Figura 12 - Nuvem de 300 palavras do *corpus* inteiro dos dois encontros



Para efeito de referência, seguem algumas frequências: área_primitiva: 59; muita_gente: 29; fora_de_clube: 16; acesso_restrito: 13; PARNASO_único: 7.

Essa análise realizada com o *corpus* inteiro objetivou dar uma visão geral sobre os aspectos mais relevantes em termos de frequência de debate. Percebe-se a menção a aspectos referentes às categorias propostas:

- O risco e ameaça de perda de acesso ou diminuição da experiência por restrições impostas pelo Parque: administração_parque, acesso_restrito, acesso_liberado. Aqui também foram incluídas questões relacionadas ao uso direto da área: estrutura_caçador, caçador.
- O risco e a ameaça de perda de acesso ou diminuição da experiência pela turistificação: aumento_visitação, facilitação, trilha_marcada, tracklog, volume_de_pessoas, visitantes_sem_noção, boi_de_piranha (uma analogia feita às trilhas superestruturadas destinadas à uma visitação massiva, que satisfaria os turistas com menos experiência, enquanto preservaria outras trilhas para visitação mais de aventura), guia_turismo, grupo_turismo.
- A necessidade de garantir a experiência de áreas naturais primitivas frente a riscos e ameaças, que engloba algumas características que compõe a visita em áreas naturais primitivas: descobrir_caminho, ter_dom, evolução_técnica, encontra_ninguém; e também ideias de como se garantir essa experiência caso haja uma mudança de

acesso a essas áreas: pedir_autorização, fazer_seleção, analisar_currículo, educação_ambiental.

- A prática do montanhismo como base para a construção dos significados simbólicos das visitas a áreas naturais primitivas, que no caso estava intimamente relacionada a clubes de montanha: montanhista_clube, montanhista, fora_de_clube, clube_montanha.
- O nível de satisfação com a visita: qualidade da visita, aspectos que influenciam, como solitude (encontra_ninguém, pouca_gente) e o impacto de aglomerações (muita_gente). Também inclui questões de motivação e significado da visita que tiveram colocações pontuais e serão tratadas de maneira qualitativa pelo seu simbolismo, e que se pode ver nas letras menores: aventura, área_primitiva_10, enfrentar_medo, desafio, estar_com_amigos.

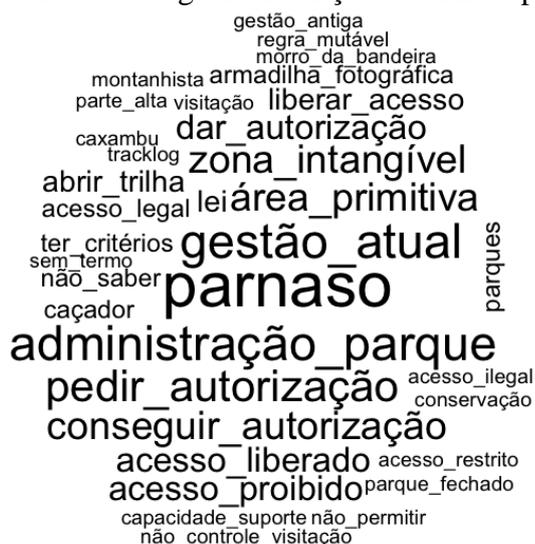
8.5 Significados atrelados ao risco da perda de acesso e à ameaça ao caráter primitivo

Restrições de acesso definidas pelo Parque

Os significados atrelados à sensação de risco (ou o risco real) e atos que ameaçam o acesso vem de percepções baseadas em experiências passadas e atuais (LEWICKA, 2008), bem em antecipação de experiências futuras (STEDMAN et al., 2014) e podem ser construídas a partir de experiências positivas ou negativas (MANZO, 2005).

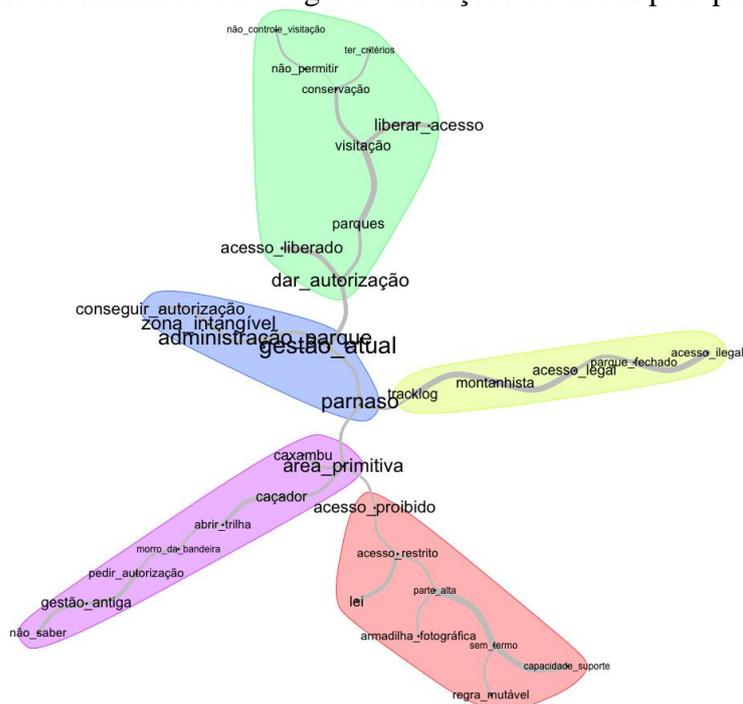
Entre os significados identificados nessa pesquisa estão alusões feitas a momentos quando houve a perda de acesso legal a áreas naturais primitivas no PARNASO, ao risco desse momento voltar, bem como à liberação de acesso atrelada aos valores dos atuais tomadores de decisão do Parque. Nessa categoria, tivemos a presença de 9 segmentos de texto, 341 ocorrências, 172 formas e 100 *hapax*. Foi feita a análise de nuvem de palavras com frequência igual ou maior que 3 (Figura 13) e a análise de similitude (Figura 14).

Figura 13 - Nuvem de palavras da categoria "restrições definidas pelo parque"



Para efeito de referência, seguem algumas frequências: PARNASO: 12; área_primitiva: 7; acesso_proibido: 6.

Figura 14 - Análise de similitude da categoria "restrições definidas pelo parque"

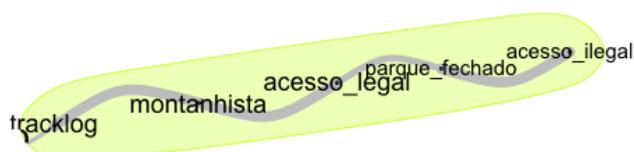


No eixo central, podemos perceber pelo tamanho das letras os elementos chaves da categoria: gestão atual, PARNASO, área natural primitiva, acesso proibido e dar autorização. Os elementos foram distribuídos em cinco segmentos com os seguintes focos: o processo de autorização, os valores da gestão e a sua interferência na liberação ou proibição de acesso (numa comparação entre gestões passadas e a atual).

Durante os cerca de 20 anos em que a visitação no PARNASO esteve proibida, os montanhistas continuaram a acessar as áreas do PARNASO independentemente das regras. Esse episódio ficou marcado no discurso por *acesso_proibido*, *parque_fechado* e *acesso_ilegal* que comparavam as decisões de gestões passadas, a atual gestão e suposições sobre uma gestão futura (Figura 15).

Figura 15- Zoom na análise de similitude: restrição de acesso definida em gestões passadas do PARNASO

“Já peguei no Parque Nacional vários gestores, onde você tinha que fazer a Travessia Petrópolis-Teresópolis clandestinamente porque o Parque era fechado, todo. Não eram nem as áreas [zonas] intangíveis; era o Parque Nacional que era fechado”.



Na avaliação sobre a possível liberação de acesso a áreas naturais primitivas, os participantes destacaram as condições atuais de acesso: a atual gestão do Parque concede autorizações especiais para visitar essas áreas: *“[temos pedido] autorização para fazer montanha na zona intangível e conseguido. Não sabemos o próximo gestor o que ele fará. Então a oportunidade faz a ocasião de fazer a montanha”*. Destacaram também os valores da gestão atual associados a esse entendimento, em particular a visão que a visitação e a conservação são compatíveis e benéficas mutuamente: *“[a atual gestão] liberou numa boa, mas antigamente não [...]. Tô falando isso porque [a atual gestão] tem toda uma sensibilidade, é particularidade dela”*. No entanto, demonstraram uma preocupação com outras esferas do ICMBIo, em particular com diretorias estabelecidas em Brasília: *“o pessoal de Brasília não vai querer diminuir essa área [zona] intangível”*.

Os participantes comentaram também que uma possível liberação de acesso deveria passar por definições de regras: *“a liberação e a restrição juntas”*, estabelecendo um acesso restrito: *“não pode abrir aberto não”*. A maior parte das sugestões se centrou em um processo de permissão, onde o Parque receberia o pedido de autorização junto com o currículo dos proponentes para então fazer uma triagem e selecionar quem pode e quem não pode ir (Quadro 6).

Quadro 6 - Zoom na análise de similitude e alguns segmentos de texto sobre restrição de acesso definida pelo parque: detalhe sobre acesso restrito com base em um processo de autorização

<p>“se você reduz isso tudo [regras de acesso], já facilita as pessoas irem. Mas ao mesmo tempo tem que se criar regras: qual o seu currículo? Qual a sua educação ambiental? Quem você está levando?”</p>	
<p>“O uso público não pode liberar para qualquer um, só para quem tiver um currículo [...] O cara tem que mostrar que é guia, que tem um histórico pra poder andar nessa região”.</p>	

Esse ponto está interligado com a categoria montanhismo pela sugestão de um estabelecimento de uma porcentagem, “vagas” para pessoas de clube e também pela correlação do clube com a capacitação dos visitantes. Está também conectado com a garantia de experiência das áreas naturais primitivas, uma vez que a seleção de pessoas está intimamente relacionada a fazer uma triagem com base nos conhecimentos e na capacitação técnica dessas pessoas, o que permite proteger os elementos que caracterizam as áreas naturais primitivas.

Aqui foram incluídas também as menções a usos diretos dos recursos do Parque em áreas onde têm menos visitação “*tem muito caçador, muito caçador*”, e como o acesso a essas áreas pode contribuir ou constranger esse tipo de uso: “*a gente percebe que nesses lugares que são menos acessados, assim, tem gente que frequenta [caçadores, passarinhos]. Tem outras pessoas que estão frequentando que não são montanhistas. E é importante a gente frequentar mais para poder esse tipo de coisa acabar*”. Houve algumas menções a palavras relacionadas ao uso direto: caça, caçadores, palmitero, passarinhos e estruturas de caçadores e passarinhos; o efeito desses encontros na satisfação com a visita será analisado na categoria específica.

Por fim, discutiu-se a preocupação com a capacidade de gestão dessas áreas e de fiscalização: “São dois acessos pagando que o parque tem acesso, que é pelo Bonfim e Teresópolis. Mas [...]tem um vale que às vezes dá acesso a uma montanha a três montanhas [...] Como o parque vai conseguir monitorar isso, né?”.

O processo de turistificação das áreas de montanha

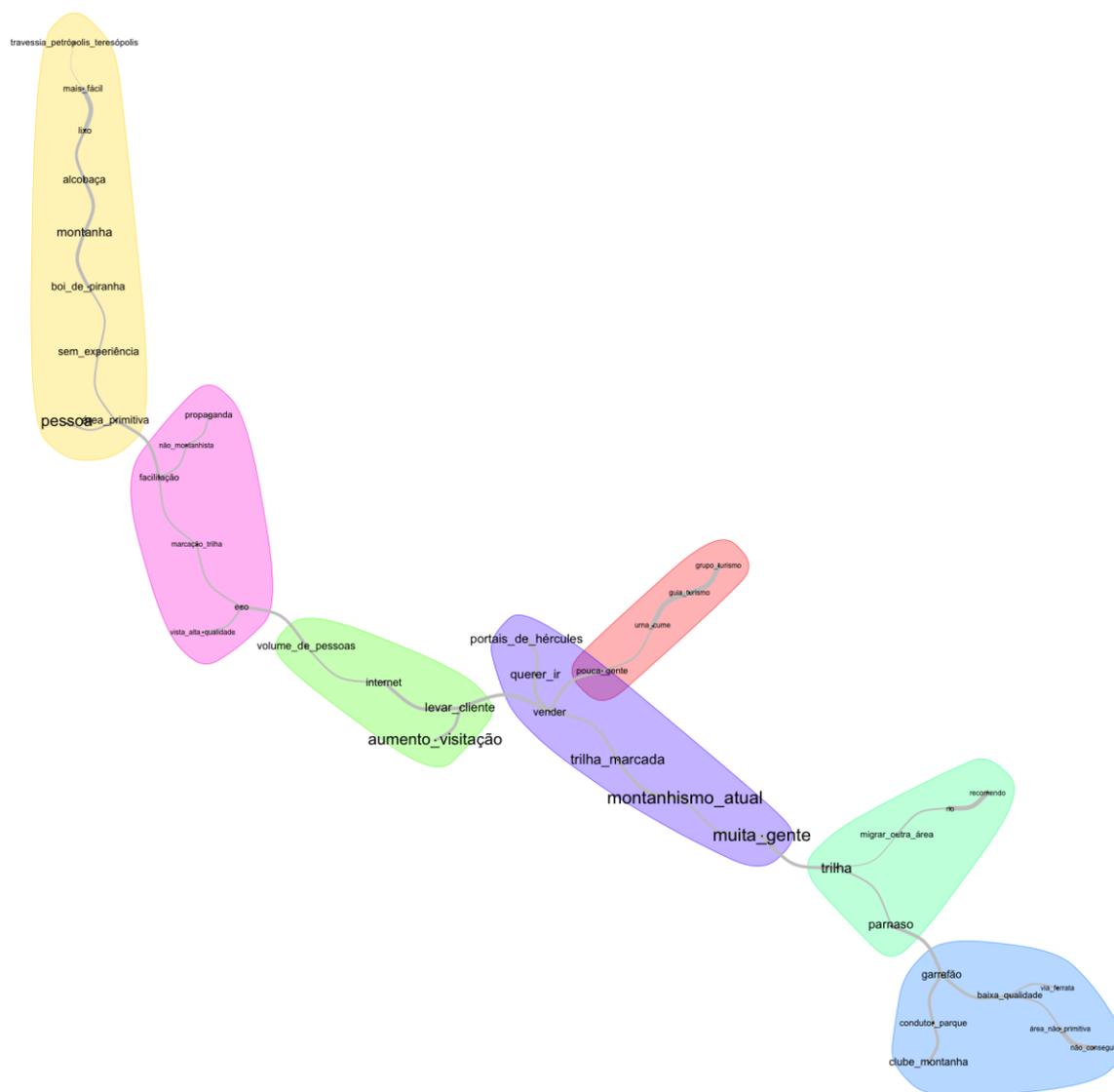
Os significados atrelados ao risco e à ameaça, reais ou percebidos, também tiveram um foco no processo de turistificação de áreas de montanhismo. Esse processo é resultado do aumento da procura por áreas naturais por pessoas de distintos perfis e níveis de experiência e da mudança dos valores associados a essas experiências e causam preocupação crescente na comunidade montanhística (QUEIROZ, 2019).

Para poder receber esses visitantes, por vezes há uma estruturação das áreas de recreação de montanha, com traçados visíveis de trilhas, sinalização ostensiva, áreas de pernoite estabelecidas. Esse processo possibilita que pessoas com um conhecimento baixo em técnicas de montanhismo visitem áreas onde antes eram restritas a quem tinha esse conhecimento. Como há a necessidade de maiores intervenções de manejo, essas áreas se afastam do que são as áreas naturais primitivas e a experiência que elas oferecem.

Stedman e colaboradores (2014), ao analisar a relação entre os significados de lugar e *place attachment*, identificaram como uma das categorias de ameaça ao *place attachment* a invasão das áreas por uma grande quantidade de pessoas, em especial aquelas de alto grau de simbolismo, o que se assemelha ao processo de turistificação.

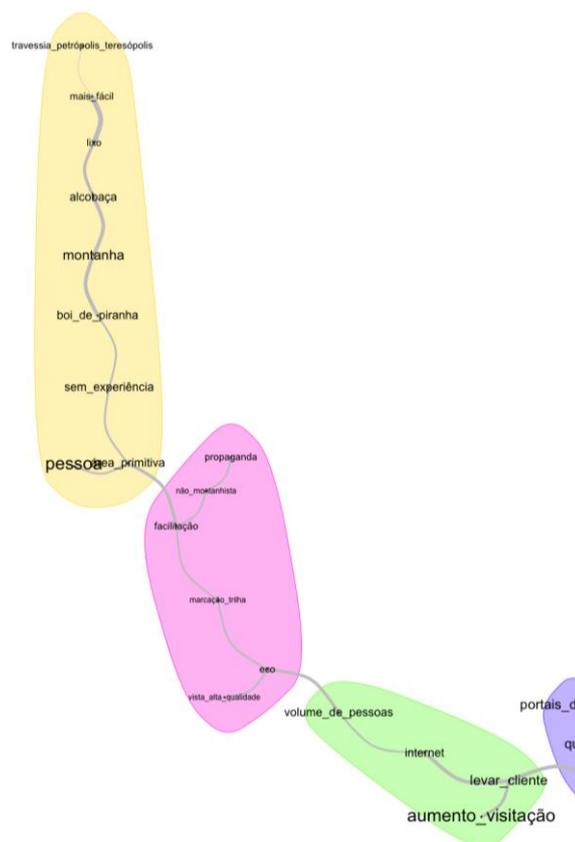
Nessa pesquisa verificou-se que esse processo causa preocupações relacionadas a impactos ambientais, visuais e sociais (YUNG; FREIMUND; BELSKY, 2003), e o simbolismo desse processo foi caracterizado por expressões que indicam a percepção de que as áreas ficam “pasteurizadas” equivalendo a um “corredor de shopping”. As atividades perdem parte do seu simbolismo e significado e ficam sendo apenas uma “atividade física”, “burocrática” como um fim em si mesma. A visitação vira uma “perfumaria” e a área se torna quase um “puteiro”. O montanhista que frequenta essas áreas foi caracterizado como “nutella”, mas como estava em uma comparação com o montanhista “raiz”, esse simbolismo será analisado na categoria “montanhismo”. Nessa categoria, tivemos a presença de 10 segmentos de texto, 365 ocorrências, 154 formas e 76 *hapax*. A análise foi feita através de uma nuvem de palavras com frequência igual ou maior que 3 (Figura 16) e a partir da análise de similitude

Figura 17 - Análise de similitude da categoria "turistificação em áreas de montanha"



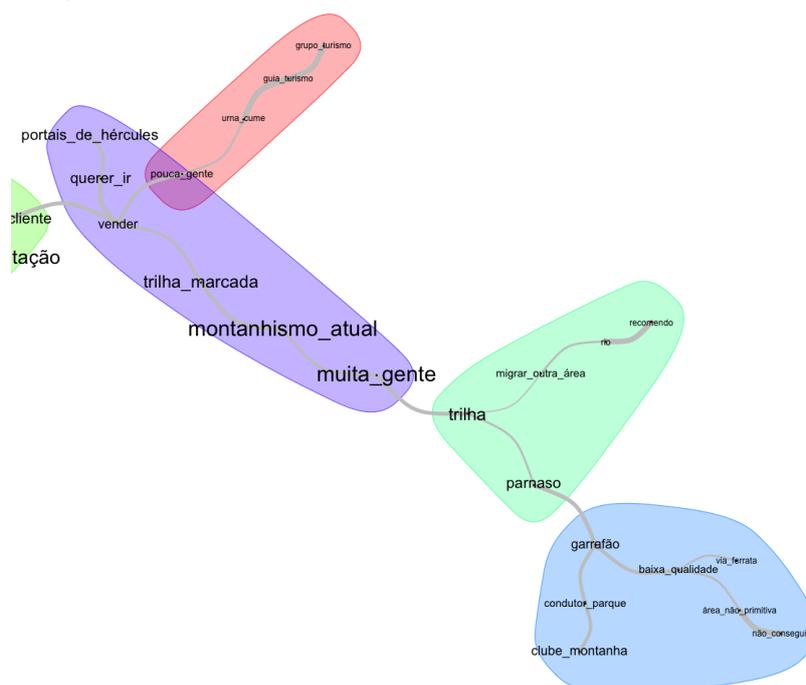
Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Figura 18 – Análise de similitude da categoria "turistificação em áreas de montanha": visão com zoom (1 de 2)



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Figura 19 - Análise de similitude da categoria "turistificação em áreas de montanha": visão com zoom (2 de 2)



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Nesta categoria, os elementos foram divididos em sete núcleos interrelacionados e conectados, que foram interpretados em relação aos seguintes significados: demanda de produtos turísticos comercializáveis, estruturação das áreas para recebimento dos visitantes (áreas de acampamento, estruturas de facilitação), preocupação com o volume de visitantes e preocupação com os impactos decorrentes dessa visita.

Três palavras chave e centrais presentes na análise de similitude - aumento da visita (13), muita gente (12) e montanhismo atual (11) - indicam que o volume de pessoas (5) que frequentam ou podem vir a frequentar áreas com maior nível de intervenção é uma preocupação entre os participantes dos grupos focais, uma vez que buscam o oposto: *“Aí você vai pra lá pra ficar sozinho pra não ver seres humanos e tá cheio de gente”*.

Em relação a uma trilha de longo curso fora do PARNASO, mas que exemplifica bem o sentimento atrelado à perda do caráter primitivo, um participante falou: *“por que nós montanhistas visitamos pouco? Eu gostava muito de visitar alguns desses lugares e já não vou mais. O negócio agora é quanto mais no interior, melhor. Porque a visita hoje massiva te afasta”*.

O aumento da visita está relacionado a dois pontos principais:

- (a) Uma maior estruturação das áreas (‘trilha marcada’) e à facilitação: *“hoje em dia facilitaram demais. Fizeram o abrigo lá em cima, banheirinho, banho quente. Pô.. facilita demais. Então vai aumentando o número de curioso, né? De aventureiro, na minha opinião. Ele não é montanhista, é aventureiro”*.
- (b) À pressão ocasionada pela demanda do turismo por novas áreas onde os guias, condutores ou agências possam levar seus clientes, exemplificada nessa troca entre dois participantes:

P1: antigamente só os clubes iam; agora com essa questão de o tracklog ser colocado na internet [...]

P2: “se alguém resolver receber pra ir pra esses lugares, formar um grupo financeiramente. Pra ganhar dinheiro pra levar as pessoas lá, aí seria um problema [...] Começa a propaganda [...].”

P1: “isso a gente tem visto no Instagram. As pessoas que estão nesses lugares um pouquinho diferentes e estão propondo, assim: ‘chama inbox se você quer ir naquele lugar’. Parece que já tem gente querendo vender esses lugares, assim, um pouquinho menos usuais”.

Essa troca também exemplifica outra preocupação: a influência da internet e das mídias sociais que têm o potencial de estimular as pessoas através de propagandas e compartilhamentos de vistas bonitas, principalmente em locais não amplamente visitados.

a gente teve sobre essa questão, sobre o aumento da visitação, pessoas que não vieram do mesmo caminho que a gente, Internet, Facebook muitas vezes. Pra quem se acostumou com a experiência que era, sem encontrar ninguém, você foi ao longo do tempo percebendo as mudanças. Tem mais gente, a trilha t  mais aberta.. p , não era assim, caiu aqui, caiu ali. É um incômodo, n ? Pra quem viveu a história l  tr s, ficou pior de certa forma.

Destacaram conflitos gerados a partir de valores e expectativas diferentes entre grupos de usuários: “A Pedra do Sino a vista   maravilhosa, mas o pessoal coloca música, música ruim, t  ruim pra caramba [...]”. E também falaram sobre o sentimento de explora o inerente ao ser humano que instiga a querer mais, e vai objetivar visitar outras montanhas, em especial quando o perfil dos visitantes de uma área começa a mudar ou quando a área se torna lotada: “a Travessia já t  detonada. Você passa ali e parece que passou um trator, entendeu? E você vai migrar pra outra  rea”.

Outro ponto de destaque foi o que um participante chamou de trilhas “boi de piranha”, aquelas que seriam sacrificadas em nome da preserva o de outras mais significativas: “Eu vejo que algumas trilhas vão ser “boi de piranha”. Vai ter que dar pra popula o inteira, qualquer um pode subir [...]outras montanhas vão ser praticamente intocadas. Mas a gente vai ter que dar pras pessoas, pro visitante”.

Necessidade de garantir a experiência em área natural primitiva

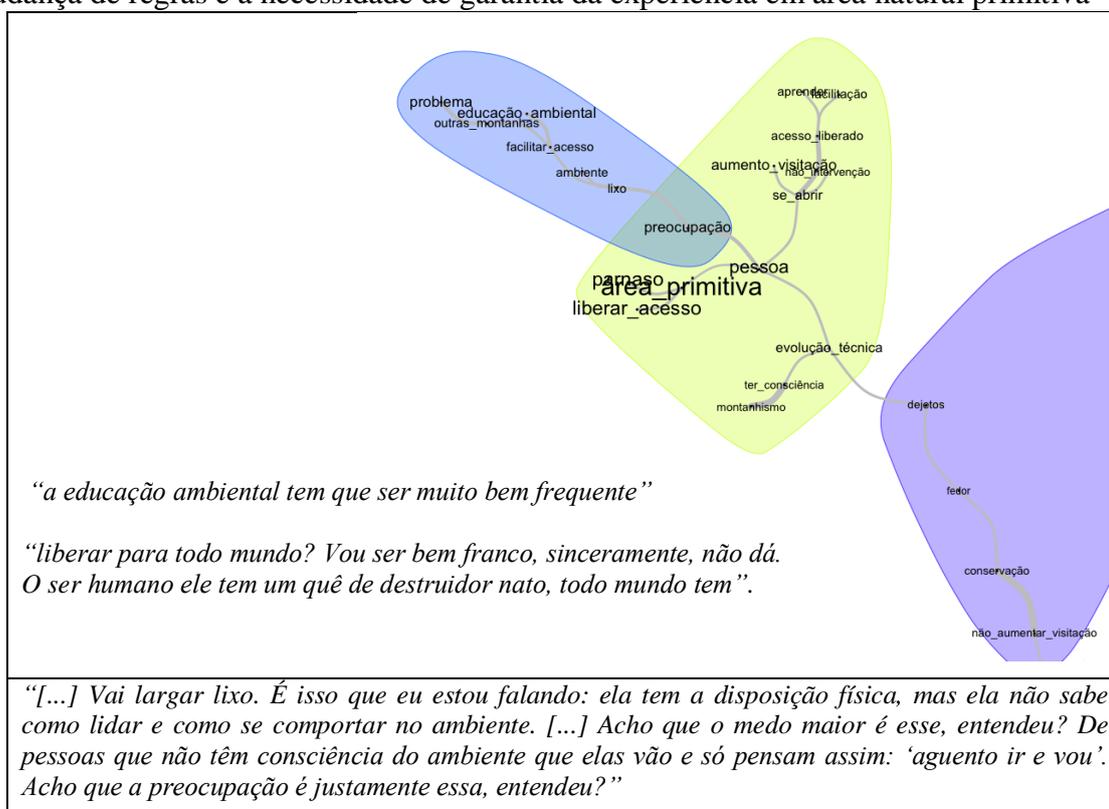
Como garantir a experiência que se busca viver nas áreas que o oferecem? Que se espera de pessoas que visitam a  rea? O que se espera da gestão caso se permita a visita? Que recomenda es são feitas para garantir a experiência?

Os significados relacionados à necessidade de garantir a experiência em área natural primitiva incluem questões relacionadas ao nível de interven o de manejo que os visitantes esperam encontrar e têm necessidades, às preocupa es com uma possível mudança de regra e com a mudança do acesso às áreas naturais primitivas e às recomenda es para uma possível libera o de acesso. Nessa categoria, tivemos a presença de 19 segmentos de texto, 752 ocorrências, 254 formas e 102 *hapax*. Iniciou-se a análise com uma nuvem de palavras com frequência igual ou maior que 3 (Figura 20).

marcadas e intervenções de manejo: “vão fazer o que todo mundo faz: trilha aberta”. E “só o cara que gostar muito mesmo” irá para áreas naturais primitivas.

Uma preocupação compartilhada está conectada aos potenciais impactos na área advindos da falta de conhecimento por parte dos visitantes de como se comportar em áreas naturais ou uma limitação na capacidade de manejo da visitação, em específico ao que tange o manejo de dejetos humanos (Quadro 7).

Quadro 7 – Zoom na análise de similitude e segmentos de texto sobre a preocupação com a mudança de regras e a necessidade de garantia da experiência em área natural primitiva



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Percebe-se também a necessidade da qualificação da pessoa que quer visitar áreas naturais primitivas: ter os conhecimentos técnicos e a experiência é condição de destaque para se visitar áreas naturais primitivas, e as pessoas precisam evoluir tecnicamente para poder frequentar. Argumentaram que o acesso não pode ser liberado para “qualquer um”, os visitantes devem ter as habilidades necessárias (“levar peso”, descobrir caminhos, e gerenciar o risco) para acessar essas áreas ou adquirir o conhecimento técnico, “ter dom” (11) e “ser safo” e saber se virar nessas áreas (4) com vistas a evitar acidentes (8) ou de se perder (10) (Quadro 8).

Quadro 8 – Zoom na análise de similitude e alguns segmentos de texto sobre a capacitação esperada dos visitantes em áreas naturais primitivas

<p>“Por isso que às vezes é preciso atentar aos detalhes, ter o dom de saber onde está andando, onde está indo. Quantas vezes você vai prum lado e não é”.</p>	<p>“Tem lugar que é mata fechada, que o cara fica dando volta. Fica perdidinho. O cara tem que ser safo para andar ali”.</p>	<p>“Tem um risco muito grande de, aumentando o acesso a trilhas, é de ter muita gente perdida, né? [...] como não tem portaria, você nem saber que o cara está perdido”.</p>	<p>“Tem muito cume na Serra dos Órgãos que vai ser limitado ao cara que tem técnica de escalada, senão não vai conseguir”.</p>

Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Para contrabalançar e ativamente prevenir a perda do caráter primitivo, os participantes destacaram a necessidade de não haver uma intervenção de manejo na área: “acho que não deveria estruturar trilha”, nem “fazer uma trilha definitiva, forte, pra todo mundo seguir”. Além disso, recomendaram estabelecer um processo de autorização no caso da mudança das regras de visitação, promovendo uma seleção de pessoas baseada em um “conjunto de critérios”, por vezes sendo citada a associação dessa autorização com pessoas, em especial guias, de clubes de montanhismo, e por vezes destacando que o importante é o conhecimento refletido no currículo (Quadro 9).

Quadro 9 – Zoom na análise de similitude e segmentos de texto sobre a necessidade de estabelecer um processo de autorização para visitar as áreas naturais primitivas

<p>“Tem como liberar e mesmo assim ser controlado com formulário e alguns itens obrigatórios, como shit tube, kit primeiros-socorros, aí já vai meio que separando o pessoal da galera que tá realmente preparado pra ir e quem tá ali comercialmente”.</p>	<p>P1: “acho que o método de fazer essa diferenciação é justamente a credencial do clube. O clube tá dando ali. Você é guia. Você foi treinado pra isso”. P2: “não acho razoável essa coisa de restringir ao clube”.</p>

Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Os participantes refletiram também sobre algumas questões relacionadas com o planejamento e a capacidade operacional de manejo por parte da Gestão do parque de fiscalizar áreas mais longínquas e técnicas; e também a necessidade de capacidade de fazer a própria seleção e triagem a partir do processo de autorização: *“triagem com análise de currículos de quem pode ir e quem não pode ir. Mas pra isso ele [PARNASO] precisa de pessoas capazes de fazer esse julgamento”*.

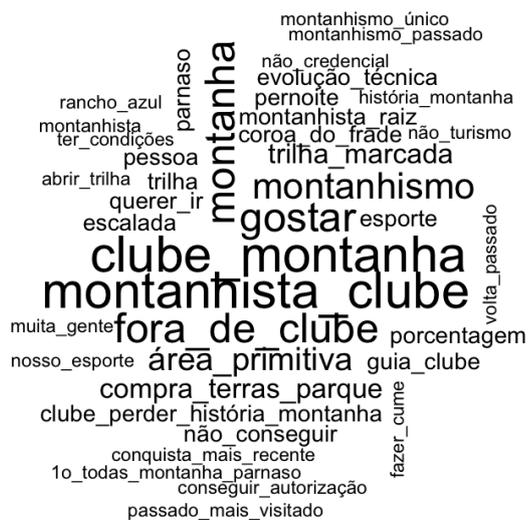
8.6 Significados atrelados à construção da identidade e da experiência

O montanhismo como base para a identidade e a criação de significado

Os participantes demonstraram uma forte conexão com a prática do montanhismo como base para a construção do significado sobre e para com as áreas naturais primitivas. É a partir da natureza da atividade, de suas tradições, das relações sociais cunhadas através dela e do que ela proporciona a partir da interação com os lugares que o significado é criado e recriado a partir das experiências vivenciadas (PATTERSON; WILLIAMS; SCHERL, 1994).

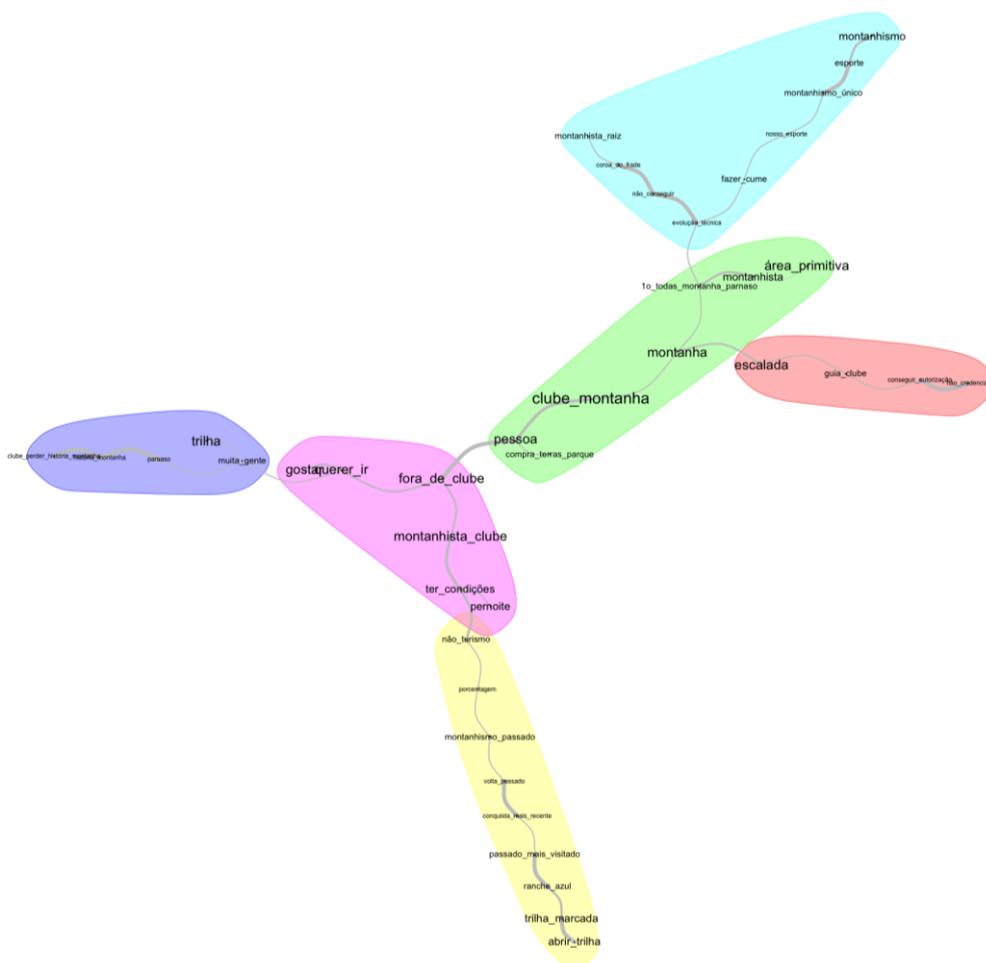
Nos grupos focais, os participantes narraram suas histórias e vivências a partir das suas experiências no montanhismo – escalada e caminhada – com amplo destaque para o papel dos clubes excursionistas (há que se considerar que dos 11 participantes, 10 eram integrantes de clubes). O significado ficou atrelado a histórias das aventuras vividas, aos orgulhos de conquistas realizadas (primeira ascensão de cumes), à conexão com as tradições do montanhismo e à necessidade de reforço da sua identidade como montanhistas em uma relação antagônica com “os outros visitantes”, de fora de clube. Nessa categoria, tivemos a presença de 9 segmentos de texto, 359 ocorrências, 176 formas e 87 *hapax*. Uma análise foi feita com uma nuvem de palavras com frequência igual ou maior que 3 (Figura 22) e a partir da análise de similitude (Figura 23).

Figura 22 - Nuvem de palavras da categoria "montanhismo como base para a construção dos significados"



Para efeito de referência, seguem algumas frequências: montanhista_clube: 10; área_primitiva: 6; história_montanha: 3.

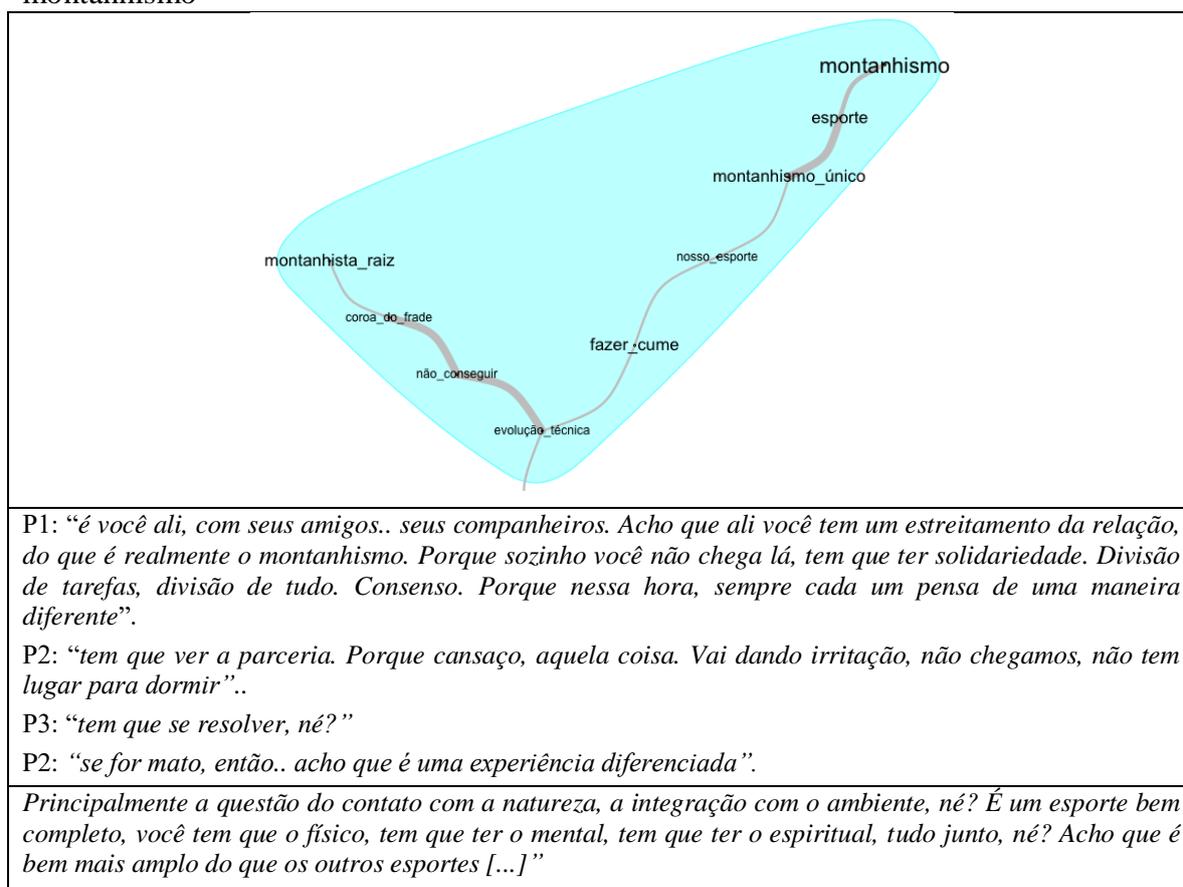
Figura 23 - Análise de similitude da categoria "montanhismo como base para a construção dos significados"



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

A simbologia do montanhismo na construção do significado com as áreas naturais primitivas pode ser visualizada pelo foco nas relações sociais vivenciadas na atividade: “o vínculo de amizade é muito mais forte no montanhismo”; com destaque para como o montanhismo promove a “ligação que você tem com as pessoas”, que vem de uma convivência muito próxima na montanha, chegando até mesmo a “entregar a vida na mão do outro” (Quadro 10).

Quadro 10- Zoom na análise de similitude e segmentos de texto sobre a simbologia do montanhismo



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Essa simbologia é reforçada através da conexão com o montanhismo do passado, que seria mais puro, mais raiz– conexão essa que estimula a visita aos lugares significativos “Quando a gente lê alguns relatos antigos das pessoas que passaram com pouquíssima frequência, você fica imaginando, voltando ao passado, né? Você fica querendo estar naquele lugar, né? Um relato do Minchetti.. você volta pro passado, né?”. Ao mesmo tempo, a conexão é reforçada a partir da visita: “é meio que uma questão pioneira, um pioneirismo, é como as montanhas eram feitas antigamente”.

A simbologia das relações sociais criadas, estimuladas e cunhadas nos clubes e nas experiências foi também narrada através do estabelecimento de papéis definidos para alguns participantes: havia o “pupilo”, o “professor” e o “conquistador”. Essa definição teve também um papel direcionador da fala nos debates – os próprios participantes escutavam mais “o professor” e estimulavam “o conquistador” a contar histórias - e das narrativas das histórias vivenciadas.

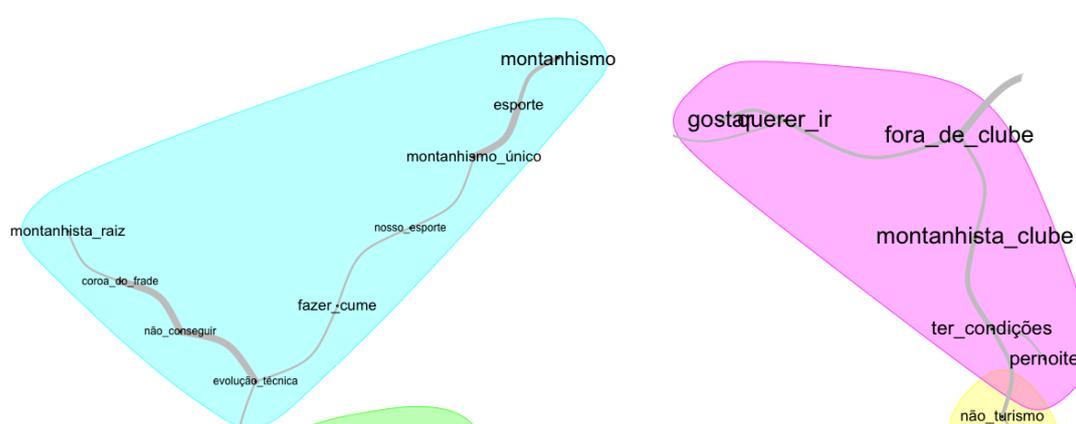
Um destaque das histórias foi a conversa sobre uma possível competição entre montanhistas de quem será a primeira pessoa a subir todos os cumes do Parque:

P1: [Ele] praticamente já fez quase todas as montanhas da Serra dos Órgãos.

P2: É uma competição que você tem com as montanhas.

P3: [Ele] lembrou essa situação que eu podia estar sendo o primeiro a fazer todas as montanhas da Serra dos Órgãos. Não corro para isso. [...] Mas já peguei no Parque Nacional vários gestores, onde você tinha que fazer a Travessia Petrópolis-Teresópolis clandestinamente porque o Parque era fechado, todo. Não eram nem as áreas [zonas] intangíveis. Era o Parque Nacional que era fechado. E agora nós temos pedido autorização para fazer montanha nas zonas intangíveis e conseguido [...]. Não sabemos o próximo gestor o que ele fará. Então a oportunidade faz a ocasião de fazer a montanha. É esse meu lema.

Figuras 24 e 25 - Zoom na análise de similitude sobre a simbologia do montanhismo: o reforço da identidade a partir do “montanhismo raiz” e de clubes



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

É também nessa relação com o montanhismo que foi feita a distinção entre o “montanhismo raiz” – onde se busca a exploração, desbravar novos caminhos, a aventura, o desconhecido –

e o “montanhismo *nutella*” e a “perfumaria” (Figura 23). Essas duas últimas expressões não foram incluídas na nuvem de palavras nem na análise de similitude por sua baixa frequência (2), porém têm um alto valor simbólico na relação entre “nós” e “eles”. Essa comparação é um constante reforço da identidade dos montanhistas: enquanto o montanhista raiz possui conhecimentos e condições técnicas de acessar as montanhas em áreas naturais primitivas (os “pré-requisitos”), o montanhista *nutella* não tem, mas quer também ir e precisa adquirir técnicas para tal, incluindo educação ambiental e habilidades de montanhismo.

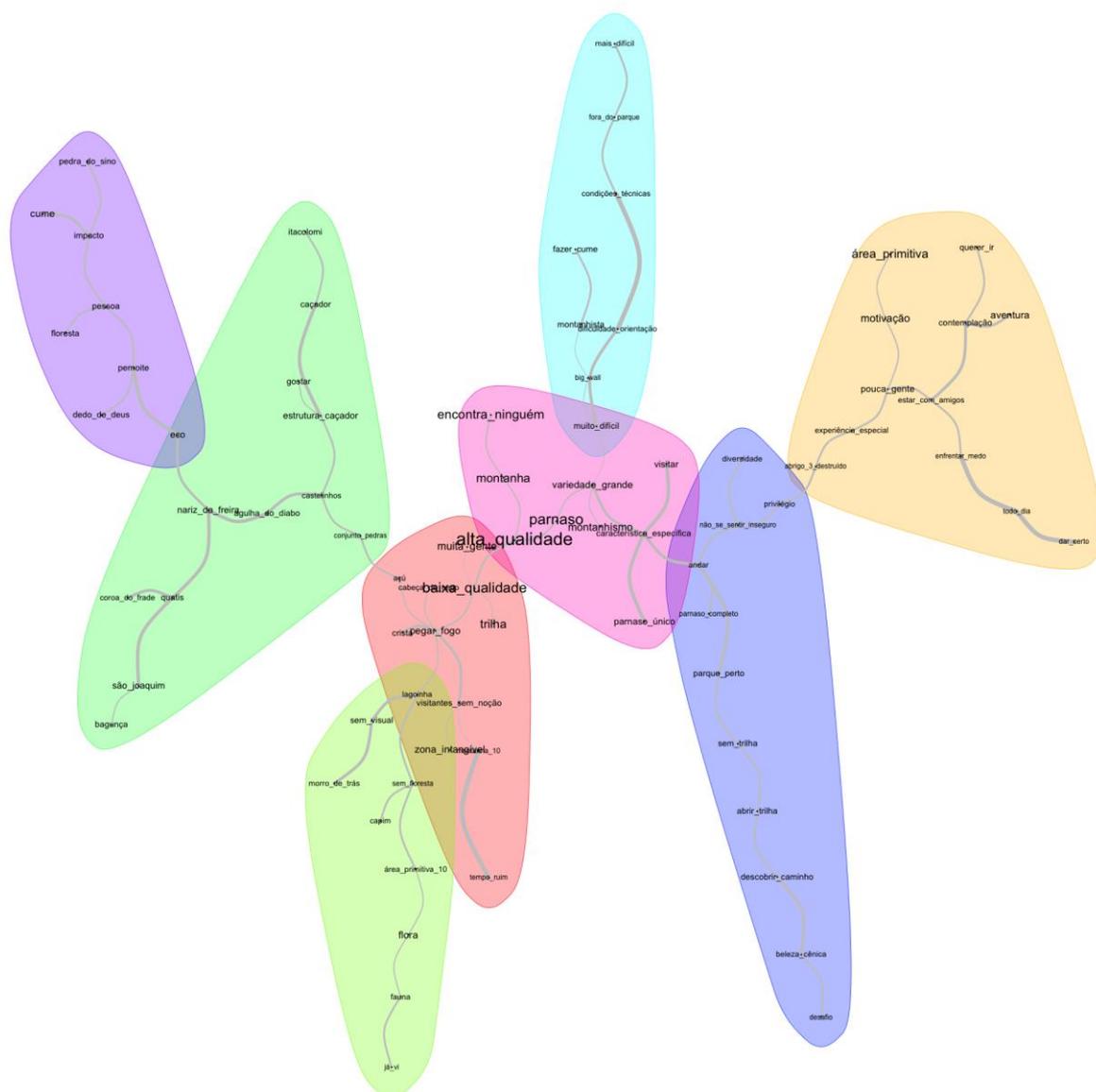
Essa comparação também foi feita com pessoas de clubes (Figura 24), principalmente guias, e pessoas de fora de clube: “*existe uma diferença entre o pessoal que é de clube de montanha e o pessoal que explora turisticamente. Muito diferente*”; “[*a pessoa de fora do clube*] *tem a disposição física, mas ela não sabe como lidar e como se comportar no ambiente*”; “*Os turistas por aqui. montanhistas por lá*”. Nesse processo, foi debatido que o clube de montanha e o guia de clube deveriam ter uma vaga especial, “uma fração, uma porcentagem” para acessar essas áreas, já que “*parte dessas belezuras se hoje estão em evidências, porque pessoas de clube chegaram ali primeiro*”.

A satisfação com a visita

A experiência recreativa é imbuída de simbolismo e significados que conectam questões de motivação, relação com o lugar e significados sociais, que se interrelacionam inconscientemente para se estabelecer o nível de satisfação com a visita. Ou seja, embora a motivação esteja conectada com o nível de satisfação com a visita, essa relação não deve ser entendida como uma sequência causal e linear de eventos que culminam em resultados pré-estabelecidos (PATTERSON et al., 1998).

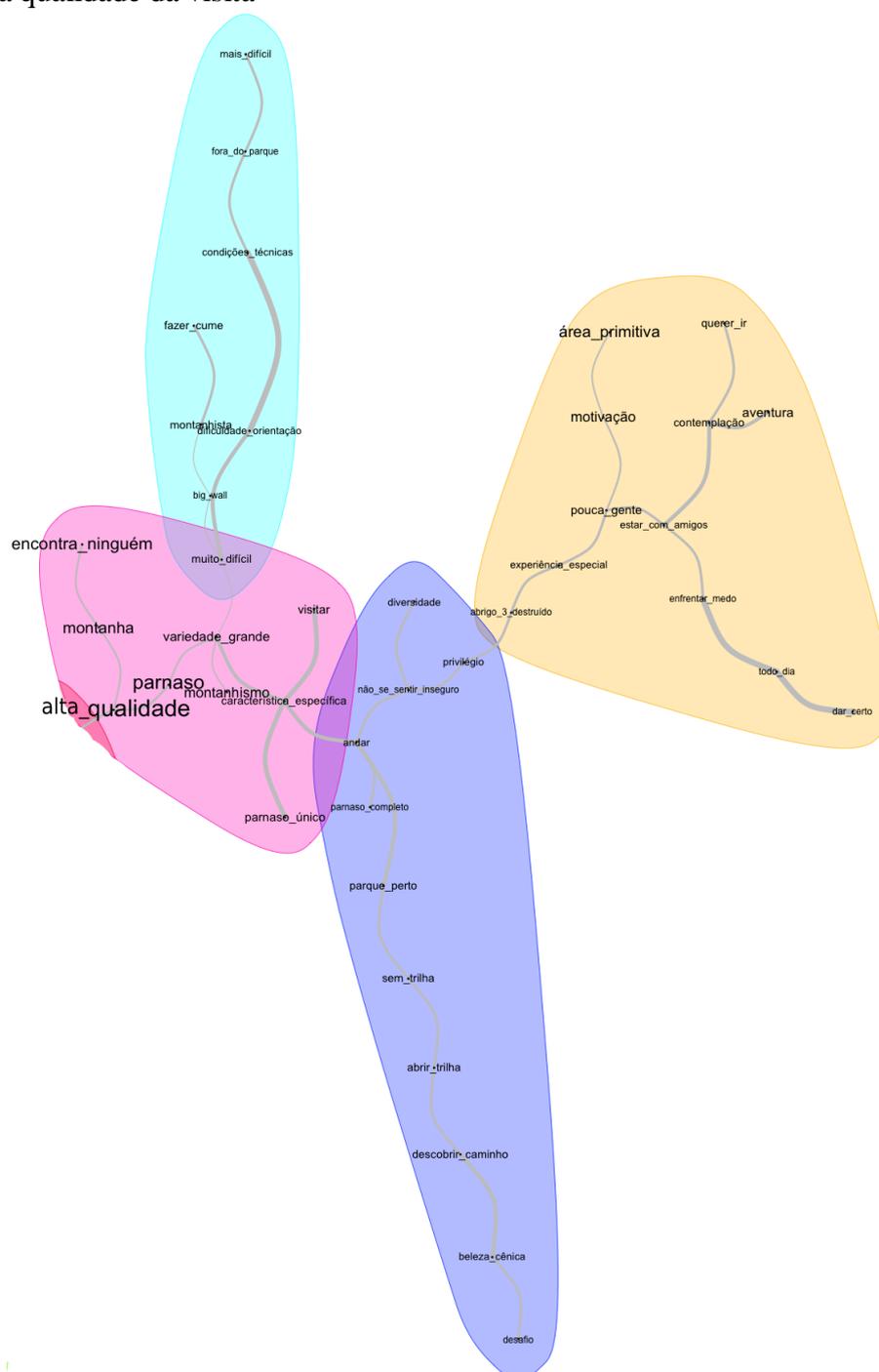
Na categoria analisada no IRAMUTEQ, tivemos a presença de 23 segmentos de texto, 876 ocorrências, 314 formas e 146 *hapax*. Foi feita uma análise com nuvem de palavras com frequência igual ou maior que 3 (Figura 25) e a análise de similitude (Figura 26).

Figura 27 – Análise de similitude da categoria "satisfação com a visita"



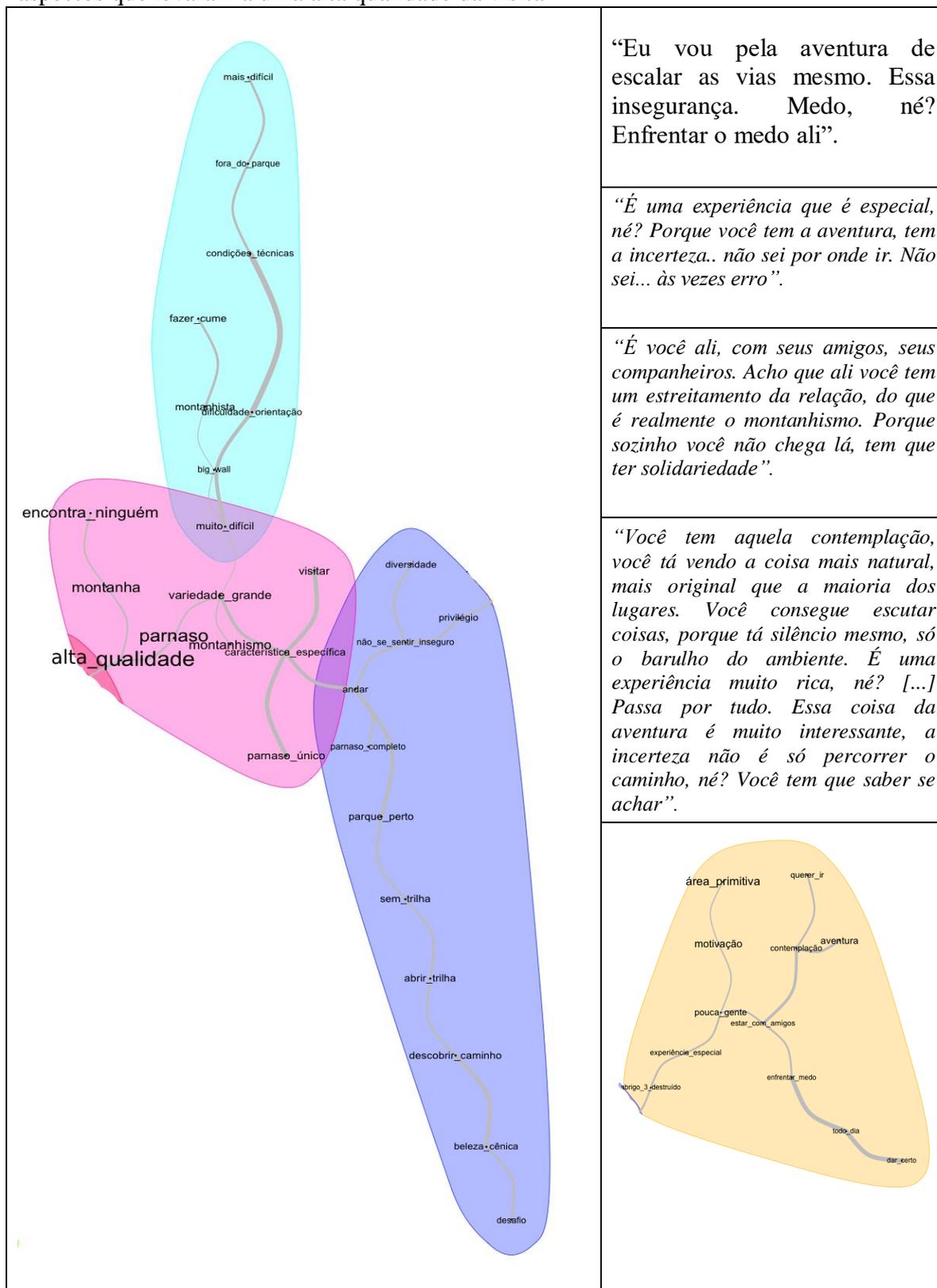
Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Figura 28 - Zoom na análise de similitude: motivações para a visita e aspectos que levaram a uma alta qualidade da visita



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Quadro 12- Zoom na análise de similitude e segmentos de texto: motivações para a visita e aspectos que levaram a uma alta qualidade da visita



Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

A análise da alta qualidade incluiu adjetivos como “sensacional”, “excepcional”, “legal”, “bacana”, entre outros. A possibilidade de encontrar “aventura”, “desafio”, “incerteza”, “o desconhecido” em um ambiente “intocado” e “mais natural” foram destaques (Quadro 13). Um participante destacou que a dificuldade e os “perrengues” contribuem significativamente para a satisfação: “*Você chega todo ralado, queimado, cortado, cheio de pereba na pele, mas é bom, lava a alma*”; e depois complementou: “*do jeito que gosto: sem ninguém, difícil de chegar, fazer força, se machucar todo*”.

A possibilidade de encontrar solidão foi também debatida e destacada: “*A visitação hoje massiva te afasta, porque você tá procurando ali uma visitação com sossego, contemplação... e você não encontra isso em lugar que tem muita gente*”. “*Tem trecho que, tipo assim, você fica imerso mesmo na natureza. A impressão que você tem é que não existe nenhum ser humano ali, que você tá num planeta isolado*”.

Na dinâmica aplicada no final dos encontros, os participantes escreveram em um papel amarelo três locais cujas visitas ao PARNASO (não apenas às áreas naturais primitivas) foram consideradas de alta qualidade, descrevendo o motivo. O objetivo de incluir o parque inteiro foi avaliar se eles espontaneamente incluíam lugares em áreas naturais primitivas, bem como os significados associados aos locais preferidos para a visita (Quadro 13).

Quadro 13 – Exemplos de lugares no PARNASO onde os visitantes tiveram uma experiência de alta qualidade e o motivo para a satisfação com a visita

Montanha, trilha ou lugar	Motivo para a alta qualidade da visita
Dedo de Deus	Sou Teresopolitano, meu tio era montanhista. Subir essas três montanhas chancelou minha vida na montanha, determinou que ali era meu lugar. Foi a realização da minha juventude.
Agulha do Diabo	
Verruga do Frade	
Travessia Petrópolis Teresópolis	A beleza das montanhas, cachoeiras e floresta.
Base da Crazy Muzungus	Subir o rio e toda dificuldade técnica do acesso.
Castelinhos	O desafio de traçar uma rota de acesso a um lugar de difícil chegada. Ver uma lontra indo ao meu encontro.
Nariz da Freira	Persistência para vencer. A beleza da paisagem e os laços que se formam com os companheiros de aventura.
Coroa do Frade com a descida para o Rio Soberbo	Sensação de imersão profunda no parque, total isolamento e comprometimento.
Nariz da Freira	
São Joaquim	
Passagem pelo Vale das Orquídeas	Conheci de perto (2 metros) a ave saudade cantando sobre minha cabeça.
Nariz da Freira	Pelo isolamento e complexidade na logística.
Coroa do Frade	Sensação de conexão com o ambiente, imponência da montanha.
Verruga do Frade	Pela história e dificuldade técnica da escalada.
Nariz da Freira	Emoção da conquista e beleza do lugar.

Dois participantes tiveram comentários relacionados com *place dependence*, um conceito que exprime uma relação utilitária com o lugar, ou seja, o lugar oferece o campo para a aventura e a conexão emocional é atingida somente pelo e para o uso da área para essa prática (LEWICKA, 2011): *“a conservação pra nós é boa, uma boa medida. Porque na medida que tem esse ponto de atrativo lá, a gente vai querer voltar. O que é bacana é isso. Se não tiver o atrativo conservado, ninguém volta”* e *“parte do parque foi comprada pelo CEB, foi comprada e doada pelo CEB pra poder continuar tendo a visitação”*.

Um desses participantes destacou que consegue encontrar o que busca no PARNASO em outras áreas em Petrópolis: *“tem Maria Comprida, Monte de Milho, tem um monte de outras montanhas que a gente pode fazer [...] A gente não fica só limitado ao parque”*. Embora ele tenha destacado isso, a maioria considera o PARNASO único: *“não tem como não se apaixonar e não achar melhor o lugar que tá na tua mão”*. Destacaram, entre outras coisas, a diversidade de oportunidades: *“acho que a variedade que a gente tem aqui, de diversidade de desafios é muito grande, muito ampla. Tem coisas bem fáceis e coisas muito difíceis numa área relativamente pequena, né?”*. Depoimentos de dois participantes ampliaram os significados da relação com o PARNASO:

P1: *“Serra Fina é uma serra bem maior e mais alta que o PARNASO, mas vou te falar que a sensação de ser uma formiga, me dá muito mais aqui [PARNASO] do que o que eu tive lá. Aqui parece que você quer ficar mais atento, mais imerso mesmo no meio do mato, você se sente.. Parece que é mais grandioso. Aqui é muito grande, pra você ficar mais perdido, se sente mais formiga, entendeu?”*

P2: *“Fui só na finalidade de escalar [...] eu acho um lugar único, né? [...] o fato de você ter que andar um dia inteiro, ou dias inteiros pra chegar, andar em mata fechada, ou andar num rio, pra mim é único. Pra você chegar nesse ponto de exaustão pra depois começar a escalada. É difícil ver em outro lugar [...] Pra mim é uma escalada única, uma escalada que se os gringos vierem pra cá, vão ficar um pouco assustados quanto é sincera a escalada”*.

O relacionamento com áreas naturais primitivas do PARNASO foi narrado em base a significados simbólicos e emocionais: *“lágrimas vem aos olhos, como que a menina falou: há muito tempo que não me emociono por ver um cume assim [intocado]. É indescritível”*. Sobre o acampamento selvagem para a Agulha do Diabo, um participante destacou que *“se sente em outro planeta. Não tem ninguém, cara, muito maneiro”*.

Para avaliar questões que influenciam negativamente na visita, os participantes escreveram em um papel vermelho três locais cujas visitas foram consideradas de baixa qualidade e os

motivos. Foi considerado o parque inteiro e não apenas as áreas naturais primitivas (Quadro 14).

Quadro 14 – Exemplo de lugares no PARNASO onde os visitantes tiveram uma experiência de baixa qualidade e o motivo para a insatisfação com a visita

Montanha, trilha ou lugar	Motivo para a baixa qualidade da visita
Santo Antônio	Ver os impactos do incêndio que sofreu no ano passado
Camping do Açú	Camping do Açú lotado
Geral	Os acampamentos de caçadores
Escalavrado	Em dias com muitas pessoas na montanha, a competição pelo espaço impacta negativamente a experiência
Dedo de Deus	
Abrigo 4	Um monte de lixo e garrafas, pessoas bêbadas, gritaria no Abrigo 4
Travessia Petrópolis Teresópolis	Passar pela travessia, com sua degradação pelo excesso de visitação e falta de retirada de material (dejetos humanos) que tornam desagradável a passagem por o Abrigo 4 que tem odor de esgoto
Pedra do Sino	Marcação de setas na rocha feita com riscos de pedra.
Lagoinha	Pela facilidade de acesso
Pedra de Trás	Sem visual do cume
Cabeça de Negro	Degradação da montanha

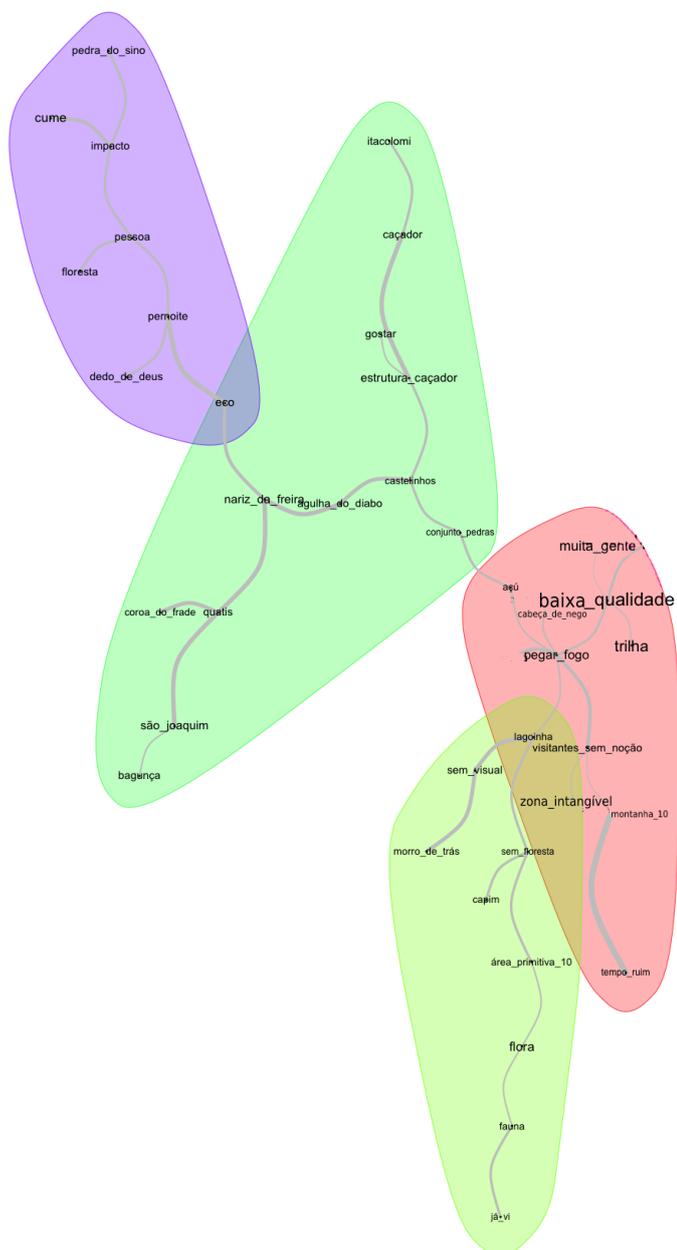
Ao serem solicitados a descrever as experiências de baixa qualidade, os participantes tiveram dificuldade: *“as de menos qualidade? [...] Menos qualidade é complicado”*. O debate sobre a baixa qualidade da visita se centrou em questões relacionadas a impactos ambientais nos lugares (caça, espécies exóticas, impactos da visitação, incêndios) e ao volume de pessoas (Figura 28 e Quadro 14).

A caça e outros usos diretos da área foram apontados por distintos participantes como algo que impactava negativamente suas experiências e se mostraram uma preocupação constante. Inclusive, um participante, que deu nota 7 para a qualidade das visitas, falou que achava difícil a melhoria da qualidade por causa da falta de capacidade de fiscalização da caça.

A questão social e a frequência de um grande volume de pessoas, em especial com perfil, interesses e necessidades diferentes, influenciaram a qualidade a visita para os participantes: *“não é a montanha que é de baixa qualidade, para mim são as pessoas que fazem ficar de baixa qualidade”*. Alguns motivos para uma baixa qualidade foram: *“encontrar um monte de gente na trilha fazendo besteira”*, *“a quantidade de gente que a gente encontra sem noção. Isso tá brabo”*. Essa questão foi central para um dos participantes que narrou:

“eu botei positivo a Coroa [do Frade], Nariz [da Freira] e São Joaquim. Tudo do lado ruim foi específico de algumas situações, mas botei Escalavrado e Dedo. Foi por conta do dia que foi: Tava crowd, entendeu? A percepção da competição pelo espaço, a experiência foi ruim. Na Coroa e no Nariz, foi o extremo oposto”.

Figura 29 - Zoom na análise de similitude e segmentos de texto: questões relacionadas à baixa qualidade da visita

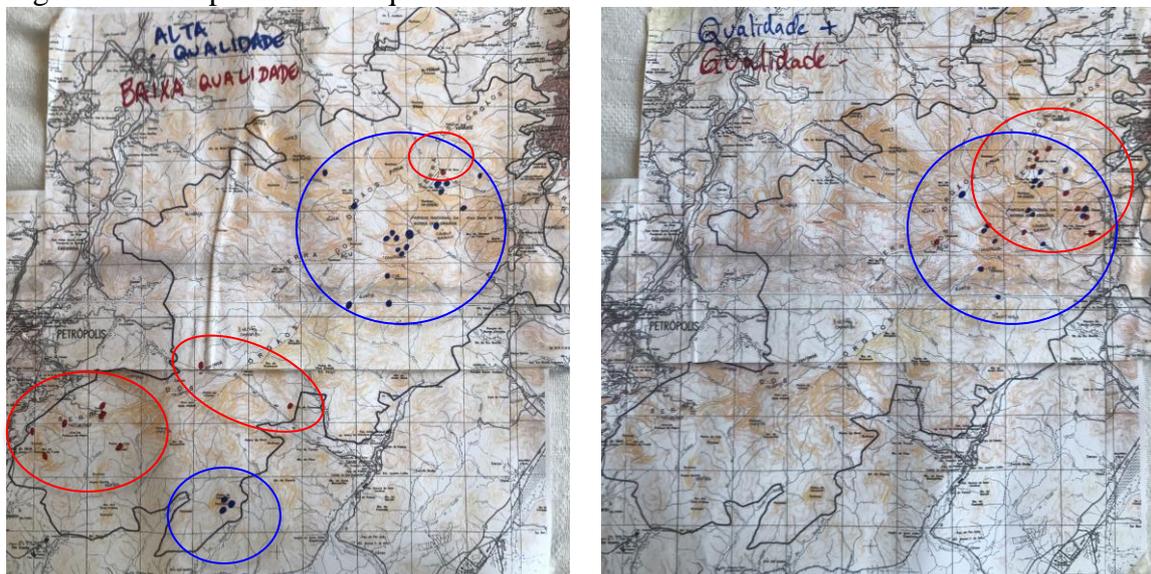


Extratos de debates realizados em dois grupos focais.

Adaptando a metodologia proposta por Brown (2005), posteriormente, os locais identificados como de alta e de baixa qualidade foram compartilhados com o grupo e eu, como facilitadora, localizei em um mapa topográfico impresso. Sensorialmente teria sido interessante deixar os participantes mesmos assinalarem no mapa as suas escolhas, porém o tempo estava limitado e optei pela agilidade de uma pessoa só atuar nessa atividade. Lugares de alta qualidade foram identificados com uma caneta *pilot* azul e de baixa qualidade, vermelha. Esse mapeamento permitiu espacializar a distribuição da qualidade da visita e

aumentar a visibilidade entre a conexão e o apego às áreas do parque e os significados dos locais visitados para os participantes (Figura 29).

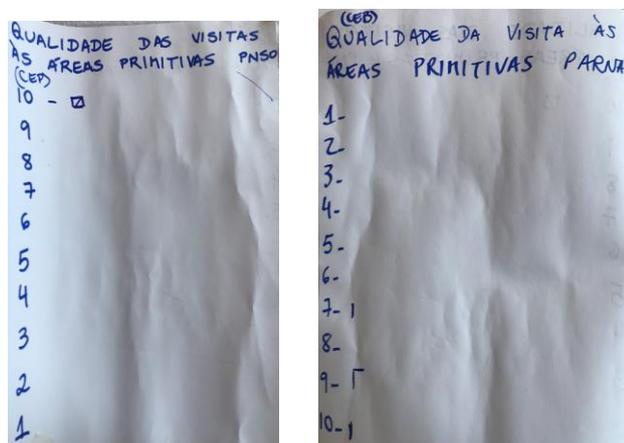
Figura 30 - Mapeamento da qualidade das visitas ao PARNASO



Legenda: Pontos azuis se referem aos lugares de alta qualidade; e os pontos vermelhos, de baixa qualidade. Resultados do grupo focal de Petrópolis (esquerda) e do Rio de Janeiro (direita).

Por fim, os participantes foram requisitados a darem uma nota de 1 (baixa qualidade) a 10 (alta qualidade) para a qualidade das visitas nas áreas naturais primitivas no PARNASO, sendo que os participantes do grupo focal de Petrópolis atribuíram uma média 10 para as visitas e a média dos participantes do grupo do Rio foi de 8,75 (um participante havia ido embora nesse momento, por isso apenas quatro participaram dessa dinâmica). Nessa dinâmica houve a restrição às áreas naturais primitivas para permitir a avaliação específica da qualidade e nível de satisfação deles para com essas áreas no PARNASO (Figura 30).

Figura 31 – Notas dadas à qualidade da visita a áreas naturais primitivas no PARNASO



Legenda: Grupo focal de Petrópolis (esquerda) e Rio de Janeiro (direita).

8.7 Discussão do capítulo

Ao se contar uma história ou expressar seus pontos de vistas, os significados são direcionados a pessoas específicas (STEWART, 2008), neste caso eu, a pesquisadora, a escaladora, a montanhista frequentadora de áreas naturais primitivas, a ativista de acesso, a dirigente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada. As interações entre facilitadora do grupo focal e os participantes tiveram uma dinâmica advinda dessa relação e desses múltiplos papéis que desempenho perante a comunidade montanhística.

Por um lado, a minha familiaridade com o tema trouxe preocupações, o que levou a uma busca por um alto rigor metodológico. Por outro, essa familiaridade proporcionou facilidades, como entender o contexto político de clubes, conhecer a maioria das pessoas, ter acesso aos analistas do ICMBio e negociar regras e acesso a áreas de prática de montanhismo.

O domínio do tema, a proximidade das pessoas envolvidas com e no Parque, a prática de montanhismo em áreas naturais primitivas na área, agregaram também potencialidades para interpretar os significados e conceitos subjacentes às conversas (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011) e permitiu a identificação e um mergulho mais aprofundado nas simbologias compartilhadas e narradas pelos participantes. Essa particularidade aliada à aplicação do grupo focal, uma ferramenta de coleta de dados que possibilita acessar valores, simbolismo e crenças (PRATES et al., 2015), potencializou o acesso a significados atrelados às áreas naturais primitivas no PARNASO.

Cada uma das categorias identificadas para a análise destaca aspectos distintos porém interligados dos relacionamentos e pontos de visitas dos participantes. Entretanto, elas foram criadas apenas para facilitar e estruturar a análise dos dados e não existem fronteiras claramente definidas entre elas, pelo contrário. Muitas colocações poderiam estar em mais de uma categoria e potencialmente assim teriam sido distribuídas se a análise houvesse sido feita por outro pesquisador ou se os objetivos da pesquisa fossem outros. Embora tenham sido úteis no período de análise e identificação de significados, a discussão não será segmentada tão facilmente e o caráter de interdependência entre as categorias predominará.

Os resultados desta pesquisa revelam que os participantes desenvolveram relações significativas com as áreas naturais primitivas do PARNASO, e que o significado se

desenvolve a partir de um conjunto de emoções, experiências vivenciadas nos lugares significativos e histórias contadas das aventuras vividas.

Os significados atrelados ao caráter primitivo tiveram uma conexão próxima com a prática do montanhismo raiz. As histórias narradas tiveram papel fundamental para a construção do simbolismo de quem são os montanhistas raiz, o que buscam, e como constroem as significações dos lugares através das experiências vivenciadas na conquista de cumes (primeiras ascensões) ou nas suas primeiras escaladas em montanhas consideradas simbólicas, como o Dedo de Deus e a Agulha do Diabo. A narração dessas aventuras destacou motivações e características da visita que compõe o caráter primitivo: a incerteza, o desconhecido, o medo, o desenvolvimento de habilidades, a solidude, o aprendizado, o encontro com o “mais natural”, o impacto nas relações sociais e de amizade.

Não são apenas os lugares, o Nariz da Freira, o Eco ou a Coroa do Frade, que dão vida ao significado, mas também as experiências vivenciadas nesses lugares e as pessoas com quem estavam ou encontraram, sendo um processo dinâmico e multidimensional que considera tanto aspectos do lugar em si quanto dimensões sociais e simbólicas (FREDRICKSON; ANDERSON, 1999). O Dedo de Deus, por exemplo, foi destacado com um alto grau simbólico, sendo referenciado como símbolo do parque, montanha ícone e a primeira conquista brasileira, mas também foi identificado como uma experiência de baixa qualidade por questões de “competição pelo espaço” com públicos diferentes.

O intercâmbio social foi identificado como base para construções de significados atrelados ao montanhismo e às áreas naturais primitivas. No montanhismo as interações de amizade, de parceria tiveram destaque como ponto importante para a prática e construção de identidade, enquanto que os lugares visitantes também se tornaram importantes (ou perderam esse status) por causa das pessoas encontradas lá (BROOKS; WALLACE; WILLIAMS, 2006; MANZO, 2008).

A constante menção ao volume de pessoas, que perpassou praticamente todas as categorias, é fruto da interconexão entre aspectos sociais, da aventura e dos ambientes visitados levando a um ponto central na construção dos significados atrelados às áreas naturais primitivas. Uma das motivações e características que influenciam no nível de satisfação com a visita é o encontro com outros grupos, pessoas e a possibilidade de experimentar a solidude sintetizado por um participante como: “*pouca gente é tudo*”.

A questão social ultrapassa, no entanto, os conceitos das experiências vividas no momento e é uma maneira de se reviver experiências e conectar com o passado, em uma busca por tradições e raízes do montanhismo, que reforcem a identidade do montanhista raiz e da história dos clubes em conexão com as montanhas do PARNASO.

Desfrutar de lugares visitados por montanhistas pioneiros solidifica o vínculo com o lugar por seu próprio mérito e também com o montanhismo em si, em um processo que mistura honra e orgulho de pertencimento ao lugar e ao montanhismo. Algo similar foi visto em pessoas que praticam caiaque e *rafting* (BRICKER; KERSTETTER, 2000) e em uma pesquisa que objetivou identificar o que as pessoas consideravam como lugares significativos e importantes (MANZO, 2005, 2008). A conexão com o passado ajuda as pessoas a se sentirem parte de um todo, de uma comunidade, de uma tradição, levando a um participante a sintetizar a significância do montanhismo no PARNASO como “*passado comum*”, e a uma preocupação com a perda de espaço dos clubes frente à guarda da memória das montanhas do PARNASO.

As narrações demonstraram uma interrelação entre a prática de montanhismo e as identidades construídas a partir da interação com as áreas naturais primitivas do PARNASO, numa conexão intrínseca que levou a uma dificuldade de desconexão uma da outra. Porém, pode-se perceber que a identidade do montanhista também foi construída e reforçada a partir da diferenciação entre nós e eles, os montanhistas de clubes e os de fora de clube, o montanhista e o turista, o montanhista raiz e o montanhista *nutella*. Essas tipologias de segmentação e simplificação de estereótipos por um lado dificultam a compreensão da complexidade dos comportamentos e significados envolvidos, porém por outro podem ser úteis para organizar o pensamento e pensar ações de manejo direcionadas.

Essa comparação com base nesses estereótipos embasou tanto os significados das suas identidades como montanhistas como também a relação com o lugar, em geral tendo uma visão de que os outros – em especial aqueles relacionados ao processo de turistificação – estão em um nível inferior de habilidade, de conhecimento técnico e, portanto, leva a um estágio inferior no seu relacionamento com o PARNASO, resultando em conexões superficiais e inautênticas, do ponto de vista dos montanhistas “raiz”.

Outros estudos demonstraram que os turistas que vão a áreas naturais pela primeira vez se conectam com a paisagem, monumentos naturais, em particular aqueles espetaculares, únicos, enquanto os visitantes frequentes desenvolvem uma conexão mais profunda a partir de um acúmulo de experiências e repetições de visitas (MANZO, 2008; YUNG;

FREIMUND; BELSKY, 2003). Similarmente, Tuan (2015) identificou que moradores permanentes de uma área valorizam sua comunidade como “casa”, enquanto os turistas buscavam uma “fuga” de suas vidas cotidianas a partir de comportamentos de consumidores de atividades, de paisagens e experiências. Os resultados da pesquisa aqui descrita apontam que os montanhistas entendem o PARNASO como “casa”, “quintal”, como uma conexão com seu passado e suas tradições, enquanto que veem os turistas como consumidores de paisagens e experiências com valores diferenciados. A busca é pelo consumo imediatista de, por exemplo, a paisagem dos Portais de Hércules, amplamente compartilhada em mídias sociais.

Essa perspectiva do visitante consumidor de paisagens e atividades está relacionada à conexão com um lugar apenas como uma reposta utilitária para atingir objetivos ou praticar atividades desejadas, o *place dependence*, algo que embora tenha sido comentado em alguns momentos nos debates dos grupos focais, não foi identificado como central para a conexão emocional com o PARNASO. Resultado similar foi encontrado em uma pesquisa que relaciona nível de experiência e *place attachment* entre caiaquistas, onde aqueles com mais experiência não demonstraram uma dependência do rio e desenvolveram conexões emocionais que ultrapassam os aspectos funcionais da atividade (BRICKER; KERSTETTER, 2000). Pode-se inferir que um nível alto de experiência possibilita escolher as áreas onde visitar e minimiza a dependência de uma área específica, como indicado por um participante: “*quem se torna um guia que é capaz de guiar quase todas essas montanhas no PARNASO, ele vai conseguir fazer montanhas no resto do país*”.

Essa visão utilitária está conectada também com a percepção de invasão de lugares significativos por um público diferenciado: os montanhistas *nutella*, os turistas do processo de turistificação (STEDMAN et al., 2014; STEDMAN, 2002), levando a uma sensação de risco e ameaça da experiência vivida em áreas naturais primitivas a partir do aumento do volume de visitantes, o conflito de valores e necessidades e a disputa pelo espaço. E quando os lugares significativos que são centrais para as nossas identidades estão ameaçados, há uma mobilização para se prevenir, evitar ou reverter mudanças indesejadas (DEVINE-WRIGHT, 2009; HESTER, 1985).

A oposição percebida nas conversas sobre os “outros” e sobre a turistificação é concebida como uma forma de ação protetora do caráter primitivo e da experiência vivenciada nesses lugares, que surge quando essa mudança de público ameaça questões simbólicas e processos

de identidade relacionados ao lugar. Mas não é apenas a turistificação que ameaça esse caráter e decisões de manejo também têm esse potencial.

No contexto de significados, os valores e códigos morais se refletem tanto na visão dos visitantes como na dos tomadores de decisão. Se os significados de lugares são assumidos como compartilhados e são, portanto, institucionalizados na política e na gestão, os tomadores de decisão podem ser inesperadamente surpreendidos pelo aumento do conflito e da oposição pública (VAN PATTEN; WILLIAMS, 2008; YUNG; FREIMUND; BELSKY, 2003).

Essa oposição se mostra em questões relacionadas a possibilidades relacionadas à institucionalização do acesso, mais especificamente à perda de acesso a locais especiais em decorrência de decisões do órgão gestor, que impede legalmente a prática de atividades em determinados locais (STEDMAN et al., 2014). O retrato dessa oposição se dá a partir da quebra de regras, uma vez que os participantes destacaram que a visita ocorrerá de forma legal ou ilegal, ou seja, *“o cara que é de aventura, ele vai querer ir lá de qualquer jeito, deixando ou não deixando, nem que vá escondido”*, algo que ocorreu quando o Parque inteiro foi fechado à visitação por uma decisão do ICMBIO.

Nem todos os riscos, no entanto, têm manifestação de posicionamentos e atitudes de oposição. Alguns riscos estavam atrelados à manifestação de preocupação e, inclusive, um posicionamento de predisposição em ajudar a combater. Essa disposição de serem parceiros da gestão foi evidenciada nas referências ao uso direto dos recursos ambientais do parque, a caça e a coleta e no fato dos montanhistas poderem atuar como olhos estendidos da gestão, monitorando e denunciando, e como a liberação da visitação nessas áreas pode coibir esses usos diretos de forma *“automática”* – apenas a presença do visitante já desestimula a presença de pessoas que objetivam esse tipo de uso. Outra preocupação estava atrelada a como impactos (setas pichadas na rocha, trilhas erodidas, lixos, vestígios de incêndio) podem influenciar negativamente a experiência da visitação e a qualidade da visita em áreas naturais primitivas.

Esses riscos mencionados acima estão conectados diretamente com a ameaça ao caráter primitivo, porém nem todos os riscos têm esse alcance e foram identificados riscos aceitáveis atrelados àqueles lugares onde acham que houve uma modificação considerável, como a Travessia Petrópolis-Teresópolis, àqueles lugares onde os montanhistas raiz não se motivam a visitar, os locais de visitação *“perfumaria”*, ou e àqueles que estão dispostos a ceder para poder proteger outras áreas mais significativas, as trilhas *“boi de piranha”*.

Significados são produzidos a partir dessas experiências vivenciadas em áreas naturais primitivas, e esses significados, por sua vez, estão relacionados com motivação para se visitar uma área, *place attachment* e a satisfação com a visita (STEDMAN, 2003). Em um momento quando as áreas naturais estão cada vez mais sendo visitadas, facilitadas e estruturadas para a visita, é necessário garantir a “aventura”, a “sinceridade da escalada”, “o desconhecido”, a “incerteza”, o “planeta isolado”, características intrínsecas, objetivadas e centrais para áreas naturais primitivas.

Connelly, Dawson e Brown (2005) argumentam que, de forma geral, os visitantes dessas áreas têm ampla preferência por locais com baixo impacto, menos pessoas presentes e pouca regulamentação. Os resultados desta pesquisa concordam com as duas primeiras preferências, porém não totalmente com a terceira e foram constantemente mencionadas regras e ações que devem ser realizadas para se garantir o caráter primitivo.

Com medo de perder importantes elementos dessas áreas a partir da mudança do acesso e do processo de turistificação, os participantes indicaram a necessidade de manter as condições necessárias para a sua experiência em áreas naturais primitivas de forma que apoiem o processo de autorização existente e atual e recomendaram restrições (um processo de autorização que promova a seleção de pessoas que podem visitar essas áreas através da análise do seu currículo ou sua associação com clubes de montanhismo) e ações de zoneamento (as trilhas “bois de piranha”) (MARTIN; MARSOLAIS; ROLLOFF, 2009). Ou seja, os participantes dos grupos focais demonstraram não ter problemas em seguir ações diretas de manejo e a regulamentação, inclusive estimularam que a liberação e a restrição devem andar juntas a partir da criação de regras com bases a critérios objetivos, uma vez que isso pode contribuir para garantir o caráter primitivo das áreas visitadas. Esse resultado corrobora o argumentado por Sax (1980) de que os visitantes de áreas naturais primitivas valorizam tanto o caráter primitivo que estão preparados para ter um acesso restrito em troca da garantia do tipo de experiência que oferece sentimentos de descoberta, incerteza e desafio, e oferece oportunidades de explorar e expandir seus próprios limites, resolver problemas, abrindo caminho para sentimentos de profunda satisfação.

As decisões de manejo por parte do Parque têm um papel de destaque nesse processo e a recomendações de ações de manejo serão discutidas no capítulo 10.

8.8 Principais pontos do capítulo

Nesse capítulo foram apresentados os preceitos, métodos e resultados obtidos a partir de dois grupos focais realizados com montanhistas frequentadores de áreas naturais primitivas no PARNASO. Alguns destaques do capítulo são:

- As decisões de manejo por parte do Parque têm um papel relevante no processo de construção de significados, uma vez que impedem, permitem e estimulam oportunidades e atividades e, portanto, têm o potencial de maximizar ou minimizar o caráter primitivo das áreas, promover ou inibir a diversidade de oportunidades de visita e afetar positiva ou negativamente a experiência dos visitantes. Essa decisões são baseadas em valores e códigos morais e são formalizados em políticas públicas e na gestão do parque.
- Os participantes desenvolveram relações significativas com as áreas naturais primitivas do PARNASO a partir de um conjunto de emoções, experiências e histórias das aventuras vividas, sendo um processo dinâmico e multidimensional. Esses significados estão relacionados com a motivação para a visita, com *place attachment*, nível de satisfação com a visita, bem como o entendimento de que uso é adequado para a área e qual não é.
- Nessa pesquisa, os significados foram identificados com dois grandes focos: (a) aqueles atrelados ao risco e ameaça à experiência em áreas naturais primitivas (restrições de acesso, processo de turistificação das áreas de montanha e necessidade de garantir o caráter primitivo) e; (b) os relacionados à construção da identidade e à satisfação com a experiência (a prática do montanhismo é basilar para a construção de identidades pessoais e grupais e conexão com o lugar (*place attachment*), e motivação, expectativas que influenciavam na qualidade e satisfação com a visita).
- Motivações para a visita a áreas naturais primitivas incluíram o desafio e a aventura de explorar o desconhecido, a possibilidade de experienciar a solidão, a possibilidade de se conectar com o passado, a busca por tradições do montanhismo, estar com amigos.
- A mudança de perfil em lugares significativos na montanha reflete e estimula o processo de turistificação e leva a uma sensação de risco e ameaça da experiência vivida em áreas naturais primitivas a partir do aumento do volume de visitantes, o

conflito de valores e necessidades e a disputa pelo espaço. Esse processo ameaça questões simbólicas e processos de identidade relacionados ao lugar, levando a necessidade de ações protetoras do caráter primitivo.

- Com receio de perder importantes elementos dessas áreas a partir da flexibilização do acesso e do processo de turistificação, os participantes apontaram a necessidade de manter as condições necessárias para a experiência em áreas naturais primitivas: a “aventura”, a “sinceridade da escalada”, “o desconhecido”, a “incerteza”, o “planeta isolado”. Entre recomendações, cita-se o processo de autorização que promova a seleção de pessoas que podem visitar essas áreas e ações de zoneamento ou setorização para destinar áreas para outros perfis de visitantes.

9. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Serão as mudanças de atitudes sobre a recreação que fundamentalmente determinarão o futuro de parques em longo prazo (SAX, 1980, p. 108)

As decisões referentes à conservação (e uso) da natureza estão no centro da nossa cultura e conseqüentemente são intimamente atreladas a questões de valores. A criação e os regulamentos que guiam o planejamento e o manejo dos parques nacionais não são diferentes; eles são permeados de significados e valores, alguns conhecidamente divulgados e presentes no imaginário comum – como a proteção da biodiversidade – e outros ainda subjacentes no Brasil – como a recreação em contato com a natureza.

Recreação é tanto uma atividade que compõe a visitação de um parque como uma atividade relacionada ao lazer, que por sua vez é um direito constitucional. A recreação é também um campo do saber, tendo inspirado subdomínios como a ecologia da recreação, recreação ao ar livre, interpretação ambiental e manejo da recreação. Legalmente o uso público já foi apresentado como um direito civil (SOUZA, 2015), e a recreação em contato com a natureza é um dos objetivos do SNUC e mais especificamente da categoria parques nacionais. Internacionalmente, recreação é objetivo primário desta categoria na UICN, um valor intrínseco associado à diversidade biológica pela CDB e um dos serviços culturais ecossistêmicos definidos pela FAO/ONU.

Nos Estados Unidos, a recreação é entendida como um valor público fundamental (MANNING; MORE, 2002; RODRIGUES, 2019), um valor intimamente conectado a parques e áreas protegidas e conseqüentemente um valor de conservação. Ao longo dos séculos, *wilderness* se transformou de um lugar indesejado e temido ao símbolo da conservação nos EUA, refletindo valores de solitude, naturalidade e recreação. Aliás, a recreação sempre esteve no centro do conceito de *wilderness*, afinal foi a partir de atividades recreativas que Thoreau, Muir, Roosevelt, Leopold e outros tiveram contato e se inspiraram para promover a mudança de valores necessária que levou à luta pela conservação dessas áreas, à criação de parques nacionais e à designação de *wilderness* como área protegida. Sem a recreação, parques não seriam parques e *wilderness* perderia um dos seus pilares fundamentais. E para chegar a esse caminho que tanto cunhou o conceito atual de conservação, foi essencial a mudança de paradigma e valores, conforme relatou Nash (2014).

No Brasil, apesar dos estabelecimentos legais que embasam a recreação como um objetivo legal de parques nacionais, os paradigmas vigentes e seus valores subjacentes acabam por estabelecer a recreação com um aspecto secundário da conservação e das áreas protegidas. Por outro lado a visão atual de promover o uso público com base em preceitos turísticos e de mercantilização levou a uma sobreestruturação de áreas, seja através da delegação de serviços de apoio à visitação ou no processo de turistificação e, assim, o uso público é por vezes somente visto sob essa perspectiva de uso intensivo de visita a, por exemplo, Cristo Redentor ou nas Cataratas de Iguaçu.

Dentro desses dois extremos no planejamento da visitação, a proibição de visitas até o uso intensivo de uma área, está o cerne do equilíbrio entre o direito de visitar e a responsabilidade de cuidar, ou seja, do manejo adequado da visitação para que ela seja efetivamente planejada, manejada e encarada como um objetivo e um valor de conservação. E a aplicação do conceito de diversidade de oportunidades de visitação pode contribuir significativamente para um planejamento e manejo eficaz.

O planejamento baseado na diversidade de oportunidades de visitação oferece benefícios como a ampliação do acesso democrático a bens públicos e o acesso equitativo aos recursos naturais, este um dos princípios do direito ambiental (MACHADO, 2014). Além disso, possibilita a otimização da satisfação dos visitantes a partir da conciliação de seus interesses, necessidades e expectativas, o atendimento a distintos perfis de visitantes, o atingimento dos objetivos de manejo, e uma maior eficácia ao possibilitar que a gestão concentre os esforços onde é necessário.

Em termos de diversidade, o PARNASO possui uma grande limitação no seu plano de manejo que proíbe a visitação em quase 44% da sua área, embora o processo de revisão do plano de manejo da unidade tenha envolvido diversos grupos de interesse¹³, entre eles os montanhistas, um grupo que atua em prol da visitação, de uma forma geral. Mesmo com essa restrição, é um parque que tem uma ampla gama de regras, e a gestão atual tem uma visão que a conservação e a recreação se beneficiam mutuamente, o que permite atingir e potencializar o manejo para diferentes perfis de visitantes. No entanto, há espaço para ampliar a diversidade de oportunidades de visitação no Parque.

¹³ Delson de Queiroz, comunicação pessoal em 20/04/2018.

Com vistas a propor ações que potencializem essa diversidade, foi proposta a conceituação de ‘áreas naturais primitivas’, em uma adaptação do conceito do caráter primitivo intrínseco a áreas *wilderness*. As áreas naturais primitivas são caracterizadas aqui por aspectos objetivos e subjetivos. Os subjetivos incluem os valores e significados atrelados à aventura, incerteza e desafio; solidão, liberdade e autonomia; interação intensa com a natureza. Por sua vez, os aspectos objetivos incluem uma área com alto grau de naturalidade, onde as alterações provocadas por ações do ser humano são mínimas e visualmente imperceptíveis e, portanto, devem apresentar um nível baixo de intervenção de manejo (trilhas sem traçado visível, sem sinalização, áreas de acampamento não estruturadas etc.); um acesso difícil, sendo muitas vezes técnico e distante; uma baixa probabilidade de encontro com outras pessoas e grupos. O controle institucional nessas áreas deve priorizar ações indiretas: regras, ações educacionais e autorizações. Esses aspectos – tanto os subjetivos como os objetivos – demandam a autossuficiência do grupo de visitantes em ambientes naturais, pois é justamente a partir de seu conhecimento pessoal, sua experiência prévia e a autonomia de resolver as situações e os desafios que aparecem a partir da complexidade do ambiente que há a internalização da satisfação com a visita.

O conceito de ‘áreas naturais primitivas’ começou a ser formalizado com as áreas prístinas no ROVUC, porém ele ficou atrelado ao plano de uso público, que por sua vez está condicionado ao zoneamento geral da UC estabelecido no plano de manejo. Ou seja, o ROVUC somente poderá ser aplicado nas zonas que preveem a visitação, o que atualmente pode se limitar às questões expostas aqui, principalmente no capítulo 5. Portanto, o conceito de ‘áreas naturais primitivas’ tem a intenção de se distanciar desta formalização para ter uma maior flexibilidade e poder ser aplicado e utilizado como uma ferramenta de manejo da visitação mais amplamente, ampliando a promoção da diversidade de oportunidades em uma UC e do atendimento das necessidades e expectativas de visitantes que visitam essas áreas. A sua aplicação demanda um entendimento de que há pessoas que querem visitar essas áreas, buscam esse tipo de visitação e cujos relacionamentos com a área visitada é cunhado a partir das experiências vividas nessas áreas.

E quais são as áreas naturais primitivas no PARNASO? O capítulo 7 apresentou a distribuição da visitação no PARNASO, independentemente de regras e zoneamento, através de dados levantados por VGI e PPGIS, resultando no retrato espacial da visitação de montanhismo (caminhada em trilhas e áreas de escalada) no PARNASO atualmente. Uma maneira que exige menos recursos financeiros, humanos e de tempo é a utilização de VGIs,

mas que exige cuidados específicos para aumento da credibilidade dos dados e qualidade dos resultados, o que nessa pesquisa foi realizado através da PPGIS e levantamento bibliográfico.

O diagnóstico dos padrões espaciais de visitação contribui para embasar decisões de manejo da visitação a partir de dados concretos, possibilitando a avaliação da efetividade das ações de manejo e do zoneamento e regulamentos, em especial quando essas informações são cruzadas com as categorias de manejo de trilhas. A análise das categorias de manejo de trilhas permitiu entender a distribuição da visitação destacando a diversidade de oportunidades existentes no Parque. Mais da metade das trilhas atualmente existentes no parque são trilhas cujos parâmetros permitem uma oferta de alto nível de aventura e desafio para visitantes altamente especializados, e exigem pouco esforço e tempo da gestão do parque (categorias 4 e 5), porém muitas estão em áreas em tese proibidas à visitação recreativa.

Essa ampla oferta permite manter características únicas do Parque, como a conexão com o montanhismo tradicional realizado no Estado do Rio de Janeiro, a proteção de recursos em alto grau de naturalidade, a variedade de oportunidades que permitem uma experiência da visitação com grande sensação de solitude e autossuficiência do grupo de visitantes. Permite também se contrapor a uma pressão crescente de estruturação das áreas de visitação para atender ao visitante médio, mantendo boa parte do parque destinado a uma visitação minimalista e primitiva.

Ao analisar as possibilidades para ampliação da diversidade de oportunidades no Parque, uma ação que ter em bons resultados é a dedicação à recategorização das categorias de manejo de trilhas, que recomendo ser feito posteriormente. Entretanto, possivelmente a ação que levaria a um resultado mais eficaz nesse aumento seria a revisão no zoneamento, embora mais burocrática e complicada em termos de ‘cultura institucional’.

Primeiramente, o estabelecimento da zona intangível não se mostra uma ferramenta eficaz em coibir o uso direto dos recursos ambientais do PARNASO, conforme verificado nos depoimentos sobre o encontro com caçadores, a presença de estruturas e acampamentos de caçadores e as armadilhas de passarinhos. Pelo contrário, o uso direto é amplamente realizado no Parque nas zonas intangíveis, e um fluxo de visitação nessas áreas tem o potencial de contribuir para minimizar esse uso direto, bem como ampliar o potencial de fiscalização da gestão a partir de denúncias, como já ocorreu em distintos momentos.

Pôde-se perceber que o fechamento de áreas para a visitação afetou as oportunidades de utilização indireta dos bens naturais, a visitação de forma legal dessas áreas. Ao mesmo tempo, essa proibição diminuiu a circulação de pessoas na área, o que parece favorecer usos diretos ilegais – caça, coleta, extração. Neste sentido, a visitação pode coibir essas formas de uso direto através da presença constante de visitantes e da extensão dos olhos da gestão (VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

Segundo, a diminuição da zona intangível ou a sua total eliminação permite a equipe do parque abrir novos atrativos, distribuir o fluxo de visitação, diversificar as oportunidades de recreação e ampliar o acesso democrático a um bem público, o PARNASO. Ademais, essa mudança de zoneamento ou regras possibilita a equipe realizar o manejo de áreas que já são frequentadas e utilizadas para a recreação, protegendo ainda mais os recursos ambientais ali presentes e a experiência da visitação.

Uma mudança no zoneamento ou nas regras de acesso deve ser acompanhada de um planejamento que interrelacione as questões sociais, ambientais e de gestão de forma a proteger dois valores essenciais de conservação: a biodiversidade e a qualidade da experiência do visitante.

Como destacaram Eagles e McCool (2002), a qualidade da visita é essencial para se promover a conexão com as áreas naturais. Nesse sentido, cabe destacar a necessidade de uma mudança de paradigma. Em vez de entender a visitação como um apêndice da categoria parque, a visitação deve ser entendida como um valor e um objetivo de conservação, e, para isso, é necessário não apenas permitir, como estimular a visita considerando as necessidades e expectativas desses visitantes para que o resultado seja uma experiência de qualidade.

Essa qualidade pode ser potencializada através de instrumentos de planejamento já utilizados há décadas, como o ROS ou a sua adaptação para o Brasil, o ROVUC. Esse planejamento equipara a visitação à proteção dos recursos e, portanto, dá maior atenção à visitação do que o paradigma vigente no Brasil, que privilegia os aspectos ambientais sobre todos os outros. O cruzamento dos três aspectos – ambientais, de gestão e sociais – é o cerne da proposta do ROS e permite oferecer uma maior amplitude e mais flexibilidade que permita ao mesmo tempo oferecer oportunidades diversas e experiências de qualidade no PARNASO e proteger seus recursos, sem, no entanto, proibir a visitação em nenhuma área do parque.

Essa possibilidade de se visitar toda a extensão de um parque otimiza não apenas a recreação em seu mais amplo espectro, mas também permite o parque manejar com maior eficácia essa diversidade e as oportunidades em si. Aliás, permite realizar o manejo, pois quando a proibição da visitação existe, não há justificativa administrativa ou mesmo legal para a gestão atuar naquela área para alguma ação de manejo que não seja monitoramento ou fiscalização o que demanda um esforço de gestão muitas vezes limitante devido à falta de recursos e pessoal, como ocorre no PARNASO.

A mudança no zoneamento ou de regras deve ser acompanhada também pelo entendimento dos significados de lugares de visitantes dessas áreas e por uma revisão das categorias das trilhas, de forma a quebrar a linearidade do *continuum* estabelecido no ROS e intensificar a diversidade existente. De fato, a abordagem a partir do foco nas relações simbólicas e construção de significados de lugar em base à experiência pode ser utilizada para complementar o ROVUC de forma a embasar a construção de regras e a potencializar a diversidade de oportunidades dentro do PARNASO.

Nessa pesquisa, os significados de lugares foram analisados a partir de debates promovidos em dois grupos focais, onde pôde-se acessar o conhecimento, percepções, opiniões, prioridades, anseios, necessidades e experiências dos participantes de visitantes de áreas naturais primitivas no PARNASO. As análises desses encontros possibilitaram a revelação dos significados atrelados à visitação dessas áreas no PARNASO (capítulo 8). Em particular o cruzamento entre a análise de conteúdo e o uso do IRAMUTEQ permitiu a exploração, com base no referencial teórico, de aspectos qualitativos e quantitativos, potencializando a interpretação dos textos. Um ponto de melhoria seria ter outros pesquisadores avaliarem e validarem as definições das categorias e a distribuição dos textos nessas categorias - vide o realizado por Stedman e colaboradores (2014) - e ampliar o número de grupos focais.

O entendimento do relacionamento desses visitantes com os lugares, com foco nos significados de lugares, estimula que a gestão veja além do debate dicotômico entre preservação versus conservação, proibição de uso e visitação, reconhecendo os múltiplos relacionamentos que as pessoas têm com as áreas naturais primitivas, relações estas que abrangem montanhismo, valores, símbolos, emoções, história e identidade.

Os significados de lugar promovem uma sensação de continuidade do passado com o presente, além de serem relevantes para desenvolver e honrar relações sociais importantes, possibilitando a criação e o reforço de laços com amigos, parceiros, heróis e com a identidade grupal e o estilo de vida dos montanhistas. Essa conotação social ajuda as pessoas

a solidificar conexões não apenas entre eles, mas também com os lugares que conhecem, usam e desfrutam juntos. Esse senso de pertencimento é uma importante dimensão experiencial dos significados de lugar. No caso em questão, pôde-se perceber o pertencimento à cultura do montanhismo, às áreas naturais primitivas em geral e ao PARNASO em particular. Os visitantes apresentaram uma conexão com o PARNASO especificamente mas também referenciaram outros lugares onde vivenciam experiências significativas, como o PARNA Itatiaia, Serra Fina e Parque Estadual dos Três Picos, mostrando que embora o PARNASO seja único e especial, também encontram satisfação e buscam a atividade nessas outras áreas. Manzo (2008) encontrou resultado semelhante; ela verificou que os participantes se conectavam não com um lugar em particular, mas com um "tipo" de lugar semelhante, o que aqui são as áreas naturais primitivas.

Os resultados mostram que o significado de lugar para as áreas naturais primitivas do PARNASO provém da experiência vivenciada nessas áreas a partir de uma combinação de aspectos biofísicos, sociais, simbólicos e de manejo, corroborando os resultados encontrados por Fredrickson e Anderson (1999). A interrelação entre esses aspectos promove a construção dos significados em um processo contínuo e dinâmico.

Nessa pesquisa, em resumo, não foram os aspectos físicos, mas a conjunção destes com questões sociais, ambientais e experienciais a base da construção dos significados e da conexão emocional. Em específico, as sensações de ameaça e de risco de perda de acesso a partir da institucionalização do acesso ou de mudança de experiências causada pelo processo da turistificação moldaram de maneira significativa as opiniões sobre uma possível mudança de regras e contribuíram para o compartilhamento de preocupações e recomendações de como proteger o caráter primitivo.

O papel do significado de lugar é crítico para informar e expressar identidade, valores e entendimentos sobre a gestão. Os conceitos ligados às identidades dos participantes como montanhistas e pessoas associadas a clube deram forma a significados, às motivações e a avaliações sobre a qualidade e satisfação com a visita. Os visitantes demonstraram escolher e valorizar locais de recreação não apenas porque são cenários da realização de atividades, mas também para transmitir a verdadeira sensação de quem são, o que se traduziu nas histórias de conquistas de cume, na competição por ser o primeiro a fazer todas as montanhas, nas dificuldades vivenciadas nessas áreas e, principalmente, na conexão com a prática de montanhismo e com os clubes excursionistas. Foi também a partir dessas histórias narradas com orgulho, afeto, carinho que pôde-se perceber a conexão emocional – *place*

attachment – com as áreas naturais primitivas em geral e com o PARNASO especificamente.

Os resultados desta pesquisa têm particular relevância para a gestão de áreas naturais primitivas porque contribuem para esclarecer a motivação e as experiências que fazem as pessoas valorizarem os lugares e o que torna essas experiências significativas, possibilitando também um entendimento de suas preocupações sobre uma possível mudança de regra de acesso. Além disso, o nível de satisfação com a visita foi conectado diretamente com o atendimento de necessidades e expectativas que, por sua vez, estão intimamente conectados também com esses aspectos simbólicos. Portanto, este estudo fornece aos gestores uma compreensão de como esses visitantes de áreas naturais primitivas obtêm experiências de qualidade.

Entender os múltiplos significados de lugar é importante para o manejo da visitação e da própria UC porque estão frequentemente ligados a expectativas sobre aquele local e ideias sobre o que é e o que não é uso legítimo e apropriado para essa área. Considerar esses significados e entendimentos no estabelecimento de regras pode contribuir para o aumento da qualidade da visita e minimização de conflitos.

Para abraçar essa ideia essas mudanças devem, idealmente, ser realizadas de forma participativa, com o envolvimento do Conselho Consultivo e Câmara Técnica de Montanhismo e Turismo do Parque e outros grupos interessados para que o novo planejamento seja mais bem adequado e alinhado aos valores da sociedade atual, além de ter uma melhor aceitação das regras estabelecidas (EAGLES; MCCOOL, 2002).

10. RECOMENDAÇÕES PARA A GESTÃO DA VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS PRIMITIVAS

O processo de planejamento e de manejo da visitação em uma unidade impede, permite e estimula oportunidades e atividades em determinados lugares dependendo do zoneamento e de regras, que estão embasadas nos valores de grupos de interesse, dos próprios gestores e, assim, nos seus entendimentos e leituras sobre esses regulamentos (HENDEE; DAWSON, 2009). São centrais, portanto, para maximizar ou minimizar o caráter primitivo das áreas, promover ou inibir a diversidade de oportunidades de visitação e afetar positiva ou negativamente a experiência dos visitantes. Entender mais sobre visitação de áreas naturais primitivas pode contribuir para que as unidades estabeleçam prioridades de acordo com os objetivos e planejamento traçados de forma a possibilitar o acesso democrático às UCs e ampliar a diversidade de oportunidades ofertadas.

Dirigentes de órgãos ambientais e gestores de um parque ou outra UC e sua equipe desempenham um papel importante na criação de significados de lugares a partir do estímulo de certas atividades, experiências e públicos, e proibições a outras. Por exemplo, uma sinalização direcional leva visitantes a lugares específicos ao mesmo tempo que placas interpretativas lhes dizem o que olhar, afetando a construção dos significados da visita e do lugar. Essas são ações de manejo importantes para potencializar a conexão emocional de pessoas com pouca ou nenhuma experiência em áreas naturais, porém é importante também possibilitar a descoberta e construção de significados de forma autônoma. Em áreas mais estruturadas, trilhas e mirantes, por exemplo, podem ser planejados de forma a capitalizar recursos ambientais e sociais que dão base a experiências de descoberta sem ditar o que as pessoas devem fazer e olhar e quando e onde devem fazê-lo. E em áreas com caráter primitivo, as áreas naturais primitivas são avenidas importantes para essa autodescoberta e autoconstrução de significados para um perfil de visitantes capacitados para a visita. De qualquer forma, políticas de institucionalização de acesso, como restringir ou proibir a visita a determinadas áreas ou tipos de atividades, orientam os significados e as experiências que dão base a esse significado.

Um desafio de gestão é entender os pontos de vista das diferentes pessoas sobre o uso e a proteção de recursos naturais e como esses pontos de vista contribuem para a conservação da área ou geram conflitos (BROOKS; WALLACE; WILLIAMS, 2006). Há poucas décadas, como as áreas eram menos frequentadas e a variedade de perfis de visitantes era menor, era

mais fácil gerenciar lugares para oferecer oportunidades de experiências específicas direcionadas a objetivos e grupos determinados. À medida em que os lugares se tornam cada vez mais acessíveis e populares entre uma diversidade maior de visitantes e interesses, a complexidade do planejamento e manejo aumenta. Por vezes, a multiplicidade de valores, seja entre grupos de visitantes ou entre visitantes e a gestão da unidade, ou até mesmo de outros grupos, como pesquisadores, comunidade locais, entre outros, pode levar a conflitos sobre o significado coletivo de lugar, o que pode deixar os tomadores de decisão na posição de ter que escolher ou privilegiar um sentido de lugar em detrimento de outro. Entender como os visitantes se relacionam com os lugares e os significados desenvolvidos oferece uma abordagem integrativa que pode contribuir para a minimização de conflitos na gestão de visitação, a partir de significados compartilhados que podem unir as pessoas e fornecer uma base para o consenso sobre a política da visitação.

Os significados ajudam a entender o que os visitantes acham sobre a área e quais as suas expectativas com a visita, bem como o que acreditam ser um uso legítimo para a área, incluindo quais ações de manejo seriam adequadas para a área (YUNG; FREIMUND; BELSKY, 2003). É interessante, portanto, acessar e analisar os significados de maneiras individuais e grupais para poder embasar a construção de regras para diferentes públicos (VAN PATTEN; WILLIAMS, 2008) considerando esses aspectos. E ao mesmo tempo, é importante entender as qualidades e dinâmicas de nossos relacionamentos como uma forma de desenvolver estratégias de gestão sólidas com base em como as pessoas reagem e vivenciam o lugar.

Mas como transformar essas ideias, valores, significados e expectativas em ações?

No caso de áreas naturais primitivas, considerando que as suas características limitam o volume de pessoas, exigem uma qualificação técnica para a visita e minimizam a necessidade de intervenção de manejo para se garantir o caráter primitivo da área, é necessário centrar o manejo dessas áreas nos visitantes e nas regras de acesso a elas. Nesse processo, portanto, o entendimento sobre quem são os visitantes, o que pensam sobre as áreas naturais primitivas, sobre o PARNASO, como veem uma possível abertura dessas áreas para a visitação e como se relacionam com essas áreas contribui significativamente para um manejo eficaz.

Neste estudo, as pessoas compartilharam um profundo apego às montanhas e às experiências vividas nas áreas naturais primitivas do PARNASO. Houve um entendimento de que a gestão do Parque por vezes promove os interesses de outros grupos de visitantes

estimulando o uso a partir de intervenções e facilitação de acesso a pessoas com menos capacitação técnica a áreas significativas para o montanhismo, o que ocasiona o aumento do número de visitantes, conflito de uso com visitantes tradicionais (os montanhistas), e necessidades que descaracterizam áreas do PARNASO.

Por outro lado, os resultados desta pesquisa mostram que a proibição da visita através do zoneamento e de regras no plano de manejo não é eficaz para prevenir o uso das áreas – nem o indireto nem o direto. A proibição de uso também limita a oferta da diversidade de oportunidades e a possibilidade de execução de ações de manejo para gerenciar. Para poder atingir os potenciais benefícios de uma visita bem manejada e direcionada, torna-se necessário a mudança de regras que viabilizem a visita em áreas naturais primitivas de forma legal.

Se, por um lado essa mudança de regras traz consigo a possibilidade de visitar legalmente essas áreas independentemente de quem está na gestão do Parque, por outro ela também causa preocupações nos participantes dos grupos focais, em especial relacionadas ao aumento da visita, à pressão do turismo por novas áreas a serem ofertadas para seus clientes, aos possíveis impactos que visitantes despreparados e descapacitados possam causar nessas áreas e à intervenção de manejo que atende e estimula essa demanda.

Para contrabalancear essas e outras preocupações, é importante que a gestão do Parque estabeleça ações de manejo¹⁴ que ajudem a preservar os elementos centrais dos significados de lugar e do que é a experiência das visitas nessas áreas. Alguns pontos para a gestão do PARNASO considerar ao se estabelecer regras para visitas em áreas naturais primitivas que possibilitem a mudança do acesso são:

- As experiências vivenciadas com a atividade de montanhismo nas áreas naturais primitivas, que incluem aspectos ambientais, sociais e de gestão, são a base para a construção dos significados de lugares, que por sua vez está diretamente relacionada com o desenvolvimento do *place attachment*.

¹⁴Manning e Anderson (2012) oferecem uma lista de práticas e ações de manejo diretas e indiretas que podem ser utilizadas para minimizar impactos, limitar o uso, aumentar a demanda, aumentar a resiliência dos recursos e aprimorar a qualidade da experiência da visita. Embora nem todas sejam adequadas para áreas naturais primitivas, essa lista exemplifica a diversidade de possibilidades de ações de manejo em uma UC.

- A estruturação de trilhas e de áreas de acampamento, bem como a sinalização em trilhas, seja direcional ou interpretativa, não são intervenções adequadas, nem desejadas em áreas naturais primitivas.
- A não intervenção de manejo nas áreas naturais primitivas é uma estratégia de manejo que está intimamente conectada à manutenção do caráter primitivo de uma área e contribui para a construção dos significados. Intervenções pontuais para controle de impactos localizados são aceitáveis e encorajadas.
- Considerando que a não intervenção de manejo em campo nas áreas naturais primitivas é a ação mais adequada para a manutenção das suas principais características, a gestão da visitação nessas áreas deve se concentrar nos visitantes, considerando suas respectivas habilidades, necessidades, e seleção.
- O fato das áreas não estarem preparadas para a visitação é tanto um estímulo para esse grupo de visitantes como uma barreira para visitantes com menos conhecimento técnico, que dependem de intervenções de manejo e facilitação de acesso. Ou seja, embora o processo de seleção possa ser utilizado para um entendimento maior de quem está visitando, possivelmente a principal barreira à visita é imposta pelas características naturais das áreas.
- A mudança de regras de acesso e a liberação da visitação nessas áreas podem levar a um maior estímulo à visita segundo o ponto de vista desses participantes e, portanto, deve ser realizado com atenção aos seguintes pontos:
 - Volume de visitantes frequentando, o que pode influenciar a qualidade da visita, o impacto na área e o caráter primitivo;
 - Capacitação dos visitantes, que devem ter conhecimentos técnicos para serem autossuficientes e terem autonomia para gerenciar o risco, minimizar seu impacto e se aventurar no desconhecido, o que no PARNASO inclui mas não se limita a: navegação fora de trilha ou caminhos fechados em floresta ombrófila densa e campos de altitude, conhecimento de técnica de escalada, técnicas de bivaque, entre outros.
 - Capacidade de monitoramento dos impactos da visitação. Embora a equipe tenha limites de recursos para essa atividade (e esse fato é também alvo de preocupação desses visitantes), ela é essencial para se analisar e acompanhar o comportamento das áreas em relação às regras e visitantes. Nesse caso, pode-se utilizar os próprios visitantes para estender “os olhos da gestão” e

preencher relatórios que descrevam indicadores e características específicos, como já é feito no PARNASO.

- Considerando essas características, é um tipo de visitação que demanda pouco investimento de recursos financeiros, de manutenção e de pessoal dedicado;
- O regulamento para a visita pode ser orientado por meio de um processo participativo de definição de regras e setorização, e monitoramento do que pode ser realizado pelos próprios visitantes.
- Sobre um possível processo de autorização, embora os participantes dos grupos focais tenham sugerido fortemente esse caminho, cabe uma reflexão mais aprofundada com base na minha experiência. Alguns parques brasileiros – e até mesmo estrangeiros, como o PARNA Joshua Tree, na Califórnia e o PARNA Los Glaciares, na Argentina - instituíram esse processo, com pouco sucesso de aplicação: seja pela dificuldade administrativa ou pela falta de preenchimento por parte dos visitantes. No próprio PARNASO, a equipe tem ciência que somente parte dos visitantes passa por esse processo.

Um processo de autorização demanda investimento de tempo e pessoal, e conhecimento sobre a área, o que, por menor que seja, pode ser algo acima do que uma UC pode oferecer. Do ponto de vista de responsabilidade civil administrativa, se houver uma avaliação de quem pode e quem não pode ir, esse processo de autorização pode gerar uma indesejada maior responsabilidade por parte dos tomadores de decisão.

Caso a UC decida por esse caminho, recomendo tentar abster-se de avaliações técnicas e centrar-se em avaliar o atendimento às regras e ao zoneamento da UC e reforçar fortemente a necessidade da autossuficiência do grupo para visitar essa área.

- É um tipo de visitação que estimula a construção de significados com o lugar e, portanto, tem um grande potencial de promover a conexão emocional com o Parque. Para facilitar o diálogo público produtivo sobre futuras ações de gestão para esta área e potencialmente minimizar conflitos a partir de um empoderamento e decisões compartilhadas, os gestores podem recorrer a essa conexão emocional.
- O fechamento de áreas para visitantes através do zoneamento, de regras no plano de manejo ou de decisões arbitrárias dos tomadores de decisão diminui a frequência dos visitantes nas áreas naturais primitivas, mas não impede outros grupos de pessoas, os caçadores, passarinhos e coletores de espécies. Os relatos de encontros com essas

pessoas ou com estruturas feitas por eles (redes de passarinhos no Cabeça de Nego, estruturas de caçador no Itacolomi ou no Rio Soberbo, por exemplo) foram frequentes.

Os participantes recomendaram um processo de autorização de acesso de forma a analisar o currículo das pessoas, controlar o número e perfil de visitantes, ter ciência das pessoas que estão frequentando e garantir o caráter primitivo. Nesse sentido, cabe a reflexão de que esse processo de autorização demanda pessoas na gestão da unidade que tenham a capacidade de fazer o julgamento do currículo, o que deve ser entendido também com vistas à responsabilidade civil e administrativa da gestão.

Um possível meio termo é um processo de autorização onde a gestão do parque não avalie a capacidade técnica do visitante, estimulando a responsabilidade individual de cada visitante, um princípio do montanhismo brasileiro (CBME, 2012), mas tenha o entendimento de quem está visitando e a possibilidade de fazer a parceria para o monitoramento para se garantir o caráter primitivo.

11. UMA NOTA FINAL

Essa dissertação focou nas áreas naturais primitivas não como uma maneira de que esse seja o único tipo de visitação possível e ofertada em um parque, mas sim na necessidade de chamar a atenção de que esse é um tipo de recreação que deve compor a diversidade de oportunidades de visitação e ser incluída no planejamento da UC.

A inclusão das áreas naturais primitivas no planejamento e gestão de uma UC tampouco pressupõe que não haja estradas e trilhas em outras áreas. É importante dar um acesso razoável às várias áreas de parques, o que inclui preparar áreas para permitir que novatos e pessoas com distintas habilidades e interesses tenham também a oportunidade e a experiência de vivenciar um parque nacional. Como argumentado por Sax, a política que privilegia a diversidade de oportunidades engloba “o novato, o idoso e o enfermo, assim como o usuário experiente de áreas naturais primitivas” (SAX, 1980, p. 79).

Mesmo em parques que também incluam a recreação em áreas naturais primitivas entre o leque de opções de visitação, é muito provável que a maioria das pessoas se mantenha em áreas mais convencionais e estruturadas, onde os traçados de trilhas são visíveis e haja facilidades para visitar: estruturas de pernoite, banheiros. Provavelmente permanecerão em lugares onde haja controle e organização suficientes para proporcionar uma sensação de segurança, mas que ao mesmo tempo ofereçam um quê de aventura.

Mas é essencial que os parques brasileiros comecem também a oferecer, legalmente, mais oportunidades para outro tipo de recreação, de incerteza, de desafio, de recreação reflexiva.

Por fim, cabe ressaltar que um planejamento que considera a proteção da qualidade da visitação como tão importante quanto a proteção da biodiversidade em um parque estará caminhando para um melhor atingimento dos objetivos legais preconizados no SNUC para a categoria parques e também dos objetivos estabelecidos pela UICN para a mesma categoria fortalecendo o papel de parques nacionais como patrimônio coletivo e bem comum do brasileiro.

E viva a diversidade.

The mountains are calling and I must go.

John Muir

12.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, A. B. **First World Conference on National Parks**. Washington DC: National Park Service, 1962.

APLET, G.; THOMSON, J.; WILBERT, M. Indicators of wildness: using attributes of the land to assess the context of wilderness. In: **WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE** (S. F. McCool et al., eds.). **Anais...** Ogden: USDA Forest Service - Rocky Mountain Research Station, 2000

ARAÚJO, Rodrigo Vasconcelos C. Aspectos constitucionais acerca das unidades de conservação. **Revista Virtual da AGU**, v. 6, n. 29, 2006.

AUKERMAN, HAAS, AND ASSOCIATES, L. **Water and land recreation opportunity spectrum (WALROS)**. User's handbook. 2a. ed. Denver: USDI, 2011.

B-CORP. **B-corp community**. Disponível em: <<https://www.bcorporation.net/community/patagonia-inc>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

BBC. **Cómo la “histórica” donación de tierras del multimillonario estadounidense Douglas Tompkins le permitirá crear a Chile una red de parques nacionales del tamaño de Suiza**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-39297318>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BEECO, J. A.; BROWN, G. Integrating space, spatial tools, and spatial analysis into the human dimensions of parks and outdoor recreation. **Applied Geography**, v. 38, n. 1, p. 76–85, 2013.

BENDER, L.; LOUREIRO, P. L. T. **Guia de escaladas de Petrópolis**. Petrópolis: Autores, 2004.

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 32, p. 1–26, 2011.

BOW, V.; BUYS, L. Sense of community and place attachment: the natural environment plays a vital role in developing a sense of community. In BRADLEY, R., LYDDON, J. e, BUYS, L. (Eds.) **Social Change in the 21st Century**, Brisbane: Queensland University of Technology, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 1.713 de 14 de julho de 1937**. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. 1937a.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937b.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.822 de 30 de novembro de 1939**. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 1939a.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939**. Cria o Parque Nacional de Iogassú e dá outras providências. 1939 b.

BRASIL. **Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959**. Cria o Parque Nacional de Aparados da Serra, no município de São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul. 1959a.

BRASIL. **Decreto nº 47.570, de 31 de dezembro de 1959**. Cria o Parque Nacional de Araguaia, integrante da Seção de Parques e Florestas Nacionais de Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. 1959b.

BRASIL. **Decreto nº 45.954, de 30 de abril de 1959**. Cria o Parque Nacional de Ubajara, Estado do Ceará. 1959c.

BRASIL. **Decreto nº 50.665, de 30 de maio de 1961**. Cria o Parque Nacional de Sete Quedas e dá outras providências. 1961a.

BRASIL. **Decreto nº 50.744, de 8 de junho de 1961**. Cria o Parque Nacional de Sete Cidades, integrante da Seção de Parques e Florestas Nacionais do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura. 1961b.

BRASIL. Decreto no 50.646, de 24 de maio de 1961. Cria o Parque Nacional de Caparaó e dá outras providências. 1961c

BRASIL. **Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961**. Cria o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal, e dá outras providências. 1961d.

BRASIL. **Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961**. Cria o Parque Nacional do Tocantins, no Estado de Goiás e dá outras providências. 1961e.

BRASIL. **Decreto nº 49.874, de 11 de janeiro de 1961**. Cria o Parque Nacional das Emas, no Estado de Goiás, abrangendo parte menor, do Estado de Mato Grosso. 1961f.

BRASIL. **Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961**. Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal e dá outras providências. 1961g.

BRASIL. **Decreto nº 50.922, de julho de 1961**. Cria o Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. 1961h.

BRASIL. **Decreto nº 50.923, de 6 de julho de 1961**. Cria o Parque Nacional do Rio de Janeiro, no Estado do Rio da Guanabara. 1961i

BRASIL. **Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979.** Aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros. 1979.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, 1981.

BRASIL. **Decreto nº 90.023, de 2 de agosto de 1984.** Define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, criado pelo decreto-lei nº. 1.822 de 30 de novembro de 1939 e dá outras providências, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla. 2004.

BRASIL. **Decreto de 13 de setembro de 2008.** Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto nº 90.023, de 2 de agosto de 1984, que define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Unidades de conservação registram recorde de visitantes.** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/últimas-notícias/10821-unidades-de-conservação-registram-recorde-de-visitantes-em-2017.html>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BREHM, J. M. Community attachment: the complexity and consequence of the natural environment facet. **Human Ecology**, v. 35, n. 4, p. 477–488, 2007.

BREHM, J. M.; EISENHAUER, B. W.; KRANNICH, R. S. Community attachments as predictors of local environmental concern: the case for multiple dimensions of attachment. **American Behavioral Scientist**, v. 50, n. 2, p. 142–165, 2006.

BRICKER, K. S.; KERSTETTER, D. L. Level of specialization and place attachment: an exploratory study of whitewater recreationists. **Leisure Sciences**, v. 22, p. 233–257, 2000.

BROOKS, J. J.; WALLACE, G. N.; WILLIAMS, D. R. Place as relationship partner: An alternative metaphor for understanding the quality of visitor experience in a backcountry setting. **Leisure Sciences**, v. 28, n. 4, p. 331–349, 2006.

BROWN, G. Mapping spatial attributes in survey research for natural resource management: Methods and applications. **Society and Natural Resources**, v. 18, n. 1, p. 17–39, 2005.

BROWN, G.; WEBER, D. A place-based approach to conservation management using

public participation GIS (PPGIS). **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 56, n. 4, p. 455–473, 2013.

BROWN, P. J.; DRIVER, B. L.; MCCONNELL, C. The opportunity spectrum concept in outdoor recreation supply inventories: background and application. **Forest Management Faculty Publications**, v. 31, p. 24–31, 1978.

BRÜGGER, N.; BRADFORD, K. **A guide to climbing and mountain hiking access in Brazilian parks**. Disponível em: <<http://www.theuiaa.org/mountaineering/a-guide-to-climbing-and-mountain-hiking-access-in-brazilian-parks/>>. Acesso em: 16 nov. 2017

BURGETT, G. **Jackson Hole Travel and Tourism Board is asking visitors to stop geotagging photos**. Disponível em: <<https://www.dpreview.com/news/5219122710/jackson-hole-travel-and-tourism-board-is-asking-visitors-to-stop-geotagging-photos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BURNS, R. C.; COVELLI, E.; GRAEFE, A. Outdoor recreation and nontraditional users: Results of focus group interviews with racial and ethnic minorities. In: **Recreation Visitor Research: Studies of Diversity** (General Technical Report PSW-GTR-210). Albany: USDA Forest Service - Pacific Southwest Research Station, 2008. p. 123–139.

BURNS, R. C.; MOREIRA, J. C. Visitor management in Brazil's protected areas: benchmarking for best practices in resource management. **The George Wright Forum**, v. 30, n. 2, p. 163–170, 2013.

BURNS, R. C.; MOREIRA, J. C. Recreation monitoring in Brazil conservation units: a preliminary examination of trip characteristics, opinions, crowding, and satisfaction levels. In: THE 7th INTERNATIONAL CONFERENCE ON MONITORING AND MANAGEMENT OF VISITORS IN RECREATIONAL AND PROTECTED AREAS (MMV) LOCAL COMMUNITY AND OUTDOOR RECREATION. **Anais...**Tallinn: 2014

BUSSE, F. S. H. Una vida intensiva. Como nascen las aventuras. **Escalando**, v. 52, p. 30–37, 2019.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CAMPELO, M. B.; NOGUEIRA MENDES, R. M. Comparing webshare services to assess mountain bike use in protected areas. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 15, p. 82–88, 2016.

CBME. **Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: CBME, 2012.

CBME. **Estatuto Social - Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada**. Rio de Janeiro: CBME, 2016.

CIFUENTES, M. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. Turrialba: CATIE, 1992.

CLARK, R. N.; STANKEY, G. H. **The recreation opportunity spectrum: a framework for planning, management, and research** (General Technical Report PNW-98). Washington DC: USDA Forest Service, 1979.

COLE, D. N.; CARLSON, T. **Numerical visitor capacity**: a guide to its use in wilderness (General Technical Report RMRS-GTR-247). Fort Collins, CO: USDA Forest Service - Rocky Mountain Research Station, 2010.

COLE, D. N.; HALL, T. E. **Wilderness visitors, experiences, and management preferences**. How they vary with use level and length of stay (Research Paper RMRS-RP-71). Fort Collins, CO: USDA Forest Service - Rocky Mountain Research Station, 2008.

CORRÊA, F. V. et al. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos. In: IRVING, M. D. A.; CORRÊA, F. V.; ZARATTINI, A. C. (Org.). **Parques Nacionais do Rio de Janeiro. Desafios para uma gestão social da biodiversidade**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2013. p. 109–148.

CREMA, A.; FARIA, P. E. P. (Org.). **Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação - ROVUC**. Brasília: ICMBio, 2018

CROWHURST, I.; KENNEDY-MACFOY, M. Troubling gatekeepers: methodological considerations for social research. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 16, n. 6, p. 457–462, 2013.

DELGADO, M. Análise da metodologia criada por Miguel Cifuentes referente à capacidade de carga turística. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 1, p. 73–93, 2007.

DEVINE-WRIGHT, P. Rethinking NIMBYism: the role of place attachment and place identity in explaining place-protective action. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 19, n. January, p. 426–441, 2009.

DEVINE-WRIGHT, P.; HOWES, Y. Disruption to place attachment and the protection of restorative environments: A wind energy case study. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, n. 3, p. 271–280, 2010.

DICE, L. R. Measures of the amount of ecologic association between species. **Ecology**, v. 26, n. 3, p. 297–302, 1945.

DIEGUES, A.C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DINES, M.; PASSOLD, A. J. Gestão e manejo de recreação em áreas protegidas: do zoneamento à ordenação de trilhas. In: COSTA, N. M. C. DA; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. DA (Org.). **Pelas trilhas do ecoturismo. Parte III**. São Carlos: RiMa, 2008.

DRENTHEM, M. Environmental hermeneutics and the meaning of nature. In: GARDINER, S. M.; THOMPSON, A. (Eds.). **Oxford handbook of environmental ethics**. New York: Oxford University Press, 2015. p. 162–173.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói, RJ: Editora da UFF, 1997.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. DE A.; OLIVEIRA, D. DE. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (Ed.). **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. p. 341–385.

DUDLEY, N. (Ed.). **IUCN guidelines for applying protected area management categories**. Developing capacity for a protected planet. Gland, Suíça: IUCN, 2008

EAGLES, P. F.J.; MCCOOL, S. F. **Tourism in national parks and protected areas: planning and management**. Cambridge: CABI, 2002.

EISENHAUER, B. W.; KRANNICH, R. S.; BLAHNA, D. J. Attachments to special places on public lands: an analysis of activities, reason for attachments, and community connections. **Society and Natural Resources**, v. 13, n. 5, p. 421–441, 2000.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research**, v. 36, n. 4, p. 243–290, 2011.

EWERT, A. W. Playing the edge: motivation and risk taking in a high-altitude wilderness like environment. **Environment and Behavior**, v. 26, n. 1, p. 3–24, 1994.

EWERT, A. et al. Beyond “because it is there”. Motivation ro pursuing adventure recreational activities. **Journal of Leisure Research**, v. 44, n. 1, p. 91–111, 2013.

FAO. **Ecosystem services & biodiversity (ESB): cultural services**. Disponível em: <<http://www.fao.org/ecosystem-services-biodiversity/background/cultural-services/en/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FARNUM, J.; HALL, T.; KRUGER, L. E. **Sense of place in natural resource recreation and tourism: an evaluation and assessment of research findings** (General Technical Report PNW-GTR-660). Portland: USDA Forest Service - Pacific Northwest Research Station, 2005.

FEMERJ. **Análise da minuta do módulo IV do plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Selada**. Rio de Janeiro: FEMERJ, 2016.

FEMERJ. **Análise da minuta do plano de manejo do Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos (FEMERJ MAN 2018/02)**. Rio de Janeiro: FEMERJ, 2018a.

FEMERJ. **Boas práticas para sinalização em trilhas (FEMERJ MAN-2018/01)**. Rio de Janeiro: FEMERJ, 2018b.

FERNANDES, M. DO C.; MENEZES, P. M. L.; SILVA, M. V. L. C. Cartografia e turismo: discussão de conceitos aplicados às necessidades da cartografia turística. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 60, n. 1, p. 1–8, 2008.

FERREIRA, A. B. DE H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FISH, R.; CHURCH, A.; WINTER, M. Conceptualising cultural ecosystem services: A novel framework for research and critical engagement. **Ecosystem Services**, v. 21, n. January 2015, p. 208–217, 2016.

FISHWICK, L.; VINING, J. Toward a phenomenology of recreation place. **Journal of Environmental Psychology**, v. 12, n. 1, p. 57–63, 1992.

FIX, P. J.; CARROLL, J.; HARRINGTON, A. M. Visitor experiences across recreation settings: A management or measurement issue? **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 3–4, p. 28–35, 2013.

FLANAGIN, A. J.; METZGER, M. J. The credibility of volunteered geographic information. **GeoJournal**, v. 72, n. 3/42, p. 137–148, 2008.

FONSECA FILHO, R. E.; MOREIRA, J. C. O perfil do geoturista do Parque Estadual do Itacolomi, Ouro Preto e Mariana (MG). **Espacios**, p. 18–35, 2017.

FOREST SERVICE. **ROS User Guide**. USDA Forest Service - 1982.

FOREST SERVICE. **ROS primer and field guide (R6-REC-021-90)**. [s.l.] USDA, Forest Service, 1990.

FOREST SERVICE. **Understanding concepts of place in recreation research** (General technical report PNW-GTR-744). Portland: USDA Forest Service - Pacific Northwest Research Station, 2008.

FRANCO, J. L. DE A.; DRUMMOND, J. A. Wilderness and the Brazilian mind (I): nation and nature in Brazil from the 1920s to the 1940s. **Environmental History**, v. 13, p. 724–750, 2008.

FRANCO, J. L. DE A.; DRUMMOND, J. A. Wilderness and the Brazilian mind (II) the first Brazilian conference on nature protection (Rio De Janeiro, 1934). **Environmental History**, v. 14, n. 1, p. 82–102, 2009.

FREDRICKSON, L. M.; ANDERSON, D. H. A qualitative exploration of the wilderness experience as a source of spiritual inspiration. **Journal of Environmental Psychology**, v. 19, n. 1, p. 21–39, 1999.

G1 RIO. **Pedra do Telégrafo, famosa por ilusão de ótica, terá ação de ordenamento**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/pedra-do-telegrafo-famosa-por-ilusao-de-otica-tera-acao-de-ordenamento.html>>. Acesso em: 13 set. 2019.

GARDNER, G. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. 2a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODCHILD, M. F.; LI, L. Assuring the quality of volunteered geographic information. **Spatial Statistics**, v. 1, p. 110–120, 2012.

HALPENNY, E. Examining the relationship of place attachment with pro-environmental intentions. In: 2006 NORTHEASTERN RECREATION RESEARCH SYMPOSIUM (Gen. Tech. Rep. NRS-P-14). **Anais...** Bolton Landing: USDA Forest Service, 2006.

HAMMITT, W. E.; BACKLUND, E. A.; BIXLER, R. D. Experience use history, place bonding and resource substitution of trout anglers. during recreation engagements. **Journal of Leisure Research**, v. 36, n. 3, p. 356–378, 2004.

HANLEY, N.; WRIGHT, R. E.; KOOP, G. Modelling recreation demand using choice experiments: climbing in Scotland. **Environmental & Resource Economics**, v. 22, n. 3, p. 1–30, 2002.

HENDEE, J. C.; DAWSON, C. P. **Wilderness management: stewardship and protection of resources and values**. 4a. ed. Golden: Fulcrum, 2009.

HESTER, R. Subconscious landscapes of the heart. **Places**, v. 2, n. 3, p. 10–22, 1985.

HOUAISS, A. **Webster's dicionário inglês-português**. 9a. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IBAMA. **Roteiro metodológico de planejamento: parque nacional, reserva biológica, estação ecológica**. Brasília: IBAMA, 2002.

IBDF; FBCN. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980.

IBGE. **Petrópolis**. Brasília: IBGE, 1979a. 1 mapa. Escala 1:50.000.

IBGE. **Iaboraá**. Brasília: IBGE, 1979b. 1 mapa. Escala 1:50.000.

IBGE. **Itaipava**. Brasília: IBGE, 1982. 1 mapa. Escala 1:50.000.

IBGE. **Teresópolis**. Brasília: IBGE, 1983. 1 mapa. Escala 1:50.000.

ICMBIO. **Regras de uso público no Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/images/Regras de Uso Público PARNASO.pdf](http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/images/Regras_de_Uso_Público_PARNASO.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2017. [s/d]

ICMBIO. **Painel dinâmico de informações**. Disponível em: <http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 11 jun. 2018. [s/d]

ICMBIO. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Encarte II**. Teresópolis: ICMBio, 2008a.

ICMBIO. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Resumo executivo**. Teresópolis: ICMBio, 2008b.

ICMBIO. **Portaria no. 45, de 21 de julho de 2008**. Aprova o Plano de Manejo do PARNASO. Brasília, DF: ICMBio, 2008c

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Encarte III**. Teresópolis: ICMBio, 2008d.

ICMBIO. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Encarte IV**. Teresópolis: ICMBio, 2008e.

ICMBIO. **Portaria nº 43, de 04 de junho de 2009**. Aprova o ajuste do zoneamento no plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em decorrência de sua ampliação

em setembro de 2008. Brasília, DF: ICMBio, 2009.

ICMBIO. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação: com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais.** Brasília: ICMBio, 2011.

ICMBIO. **PARNASO foca ações nos Caminhos da Serra do Mar.** [2013]. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/destaques/107-PARNASO-foca-acoes-nos-caminhos-da-serra-do-mar.html>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

ICMBIO. Instrução Normativa nº 2, de 3 de maio de 2016. Estabelecer normas e procedimentos para o exercício da atividade de condução de visitantes em unidades de conservação federais. **Diário Oficial da União**, v. 1, p. 115, 2016.

ICMBIO. **ICMBio lança neste sábado “10 picos, 10 travessias”.** [2017]. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8947-icmbio-lanca-neste-sabado-10-picos-10-travessias>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

ICMBIO. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais.** Brasília: ICMBio, 2018a.

ICMBIO. **Parques do Brasil. Estratégias de implementação da visitação.** Brasília, DF: ICMBio, 2018b.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 2, p. 115–121, 2001.

ILHA, A. Visitação é essencial nos parques estaduais do Rio de Janeiro. **O Eco**, Rio de Janeiro, 2 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28375-visitacao-e-essencial-nos-parques-estaduais-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ILHA, A. O manejo dos planos de manejo: Parque Estadual do Desengano. **O Eco**, Rio de Janeiro, 22 mai. 2018a. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-parque-estadual-do-desengano/>>. Acesso em: 27 out. 2018

ILHA, A. O manejo dos planos de manejo – raízes históricas. **O Eco**, Rio de Janeiro, 22 jul. 2018b. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-manejo-dos-planos-de-manejo-raizes-historicas/>>. Acesso em: 27 out. 2018

INTERAGENCY VISITOR USE MANAGEMENT COUNCIL. **Visitor use management framework. A guide to providing sustainable outdoor recreation.** Washington DC: Interagency Visitor Use Management Council, 2016.

IRIGARAY, C. T. J. H. Aspectos constitucionais da proteção de unidades de conservação. In: FIGUEIREDO, G. P. (Org.). **Direito Ambiental em Debate.** Rio de Janeiro: Esplanada, 2004. v. II. p. 81–91.

JENNINGS, G.; NICKERSON, N. P. (Eds.). **Quality tourism experiences**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2006.

KABASHIMA, Y.; MAGRO, T. C. Caracterização atual do monitoramento de impactos de visitação em parques do Estado de São Paulo. **OLAM**, v. 11, n. 2, p. 107–123, 2011.

KALTENBORN, B. P.; WILLIAMS, D. R. The meaning of place: attachments to Femundsmarka National Park, Norway, among tourists and locals. **Norsk Geografisk Tidsskrift**, v. 56, n. 3, p. 189–198, 2002.

KATAOKA, S. Y. **Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta**. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

KYLE, G. et al. Effect of activity involvement and place attachment on recreationists' perceptions of setting density. **Journal of Leisure Research**, v. 36, n. 2, p. 209–231, 2004.

KYLE, G.; ABSHER, J. D.; GRAEFE, A. The moderating role of place attachment on the relationship between attitudes toward fees and spending preferences. **Leisure Sciences**, v. 25, n. 1, p. 33–50, 2003.

KYLE, G.; GRAEFE, A.; MANNING, R. Attached recreationists...Who are they? **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 22, n. 2, p. 65–84, 2004.

KYLE, G.; GRAEFE, A.; MANNING, R. Testing the dimensionality of place attachment in recreational settings. **Environment and Behavior**, v. 37, n. 2, p. 153–177, 2005.

KYLE, G. et al. An examination of the relation between leisure activity involvement and place attachment among hikers along the Appalachian Trail. **Journal of Leisure Research**, v. 35, n. 3, p. 249–273, 2003.

LAHLOU, S. Text mining methods: an answer to Chartier and Meunier. **Papers on Social Representation**, v. 20, n. 38, p. 1–7, 2012.

LANDRES, P. et al. **Monitoring selected conditions related to wilderness character: A national framework** (USDA Forest Service - General Technical Report RMRS-GTR). Ogden: USDA Forest Service - Rocky Mountain Research Station, 2005. Disponível em: <<https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-34247340512&partnerID=40&md5=737ab4cdfb9359f3fdc1f1fbc88b7a21>>. Acesso em: 12 nov. 2017

LANDRES, P. et al. **Keeping it wild 2. An updated interagency strategy to monitor trends in wilderness character across the national wilderness preservation system** (General Technical Report RMRS-GTR-340). Ogden: USDA Forest Service - Rocky Mountain Research Station, 2015. Disponível em: <[http://www.wilderness.net/toolboxes/documents/WC/Keeping It Wild 2, GTR-340.pdf](http://www.wilderness.net/toolboxes/documents/WC/Keeping%20It%20Wild%202,%20GTR-340.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2017

LAWSON, S.; MANNING, R. Integrating multiple wilderness values into a decision-making model for Denali National Park and Preserve. In: MONITORING AND MANAGEMENT OF VISITOR FLOWS IN RECREATIONAL AND PROTECTED

AREAS. *Proceedings...* Viena: Bodenkultur University, 2002a. Disponível em: <http://mmv.boku.ac.at/refbase/files/lawson_steve_manni-2002-integrating_multiple.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017

LAWSON, S. R. et al. Proactive monitoring and adaptive management of social carrying capacity in Arches National Park: an application of computer simulation modeling. **Journal of Environmental Management**, v. 68, n. 3, p. 305–313, 2003.

LAWSON, S. R.; MANNING, R. E. Solitude versus access: a study of tradeoffs in outdoor recreation using indifference curve analysis. **Leisure Sciences**, v. 23, p. 179–91, 2001.

LAWSON, S. R.; MANNING, R. E. Tradeoffs among social, resource, and management attributes of the Denali Wilderness experience: a contextual approach to normative research. **Leisure Sciences**, v. 24, p. 297–312, 2002b.

LEOPOLD, A. The wilderness and its place in forest recreational policy. **Journal of Forestry**, v. XIX, n. 7, p. 718–721, 1921.

LEOPOLD, A. Wilderness as a form of land use. **Journal of Land and Public Utility Economics**, 1925.

LEVIN, N.; LECHNER, A. M.; BROWN, G. An evaluation of crowdsourced information for assessing the visitation and perceived importance of protected areas. **Applied Geography**, v. 79, p. 115–126, 2017.

LEWICKA, M. Place attachment, place identity, and place memory: Restoring the forgotten city past. **Journal of Environmental Psychology**, v. 28, n. 3, p. 209–231, 2008.

LEWICKA, M. Place attachment: How far have we come in the last 40 years? **Journal of Environmental Psychology**, v. 31, n. 3, p. 207–230, 2011.

LIMA, J. L. O.; MANINI, M. P. Metodologia para análise de conteúdo qualitativa integrada à técnica de mapas mentais com o uso dos softwares Nvivo e FreeMind. **Informação & Informação**, v. 21, n. 3, p. 63–100, 2016.

LUCENA, W. M. **História do montanhismo no Rio de Janeiro: dos primórdios aos anos 1940**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2006.

MACHADO, P. A. L. Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, n. 118, p. 207–218, 1993.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 22a. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

MALTA, R. R.; COSTA, N. M. C. DA. Gestão do uso público em unidade de conservação: a visitação no Parque Nacional da Tijuca – RJ. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 2, n. 3, p. 273–294, 2009.

MANFREDO, M. J.; DRIVER, B. L.; BROWN, P. J. A test of concepts inherent in experience based setting management for outdoor recreation areas. **Journal of Leisure Research**, v. 15, p. 263–283, 1983.

MANFREDO, M. J.; DRIVER, B. L.; TARRANT, M. A. Measuring leisure motivation: A meta-analysis of the recreation experience preference scales. **Journal of Leisure Research**, v. 28, n. 3, p. 188–213, 1996.

MANNING, R. et al. Development and application of carrying capacity frameworks for parks and protected areas. In: CAMARDA, I et al. (Ed.). **Global challenges of parks and protected area management: Proceedings of the 9th Symposia on Society and Resource Management**. Sassari: Carlo Delfino Editore, p. 373–384, 2004.

MANNING, R. E. **Studies in outdoor recreation**. 3a. ed. Corvallis: Oregon State University Press, 2011.

MANNING, R. E. et al. The Visitor Experience and Resource Protection (VERP) process: the applications of carrying capacity to Arches National Park. **The George Wright Forum**, v. 12, n. 3, p. 41–55, 1995.

MANNING, R. E. **Parks and carrying capacity. Commons without tragedy**. Washington DC: Island Press, 2007.

MANNING, R. E. Research to guide management of outdoor recreation and tourism in parks and protected areas. **Koedoe**, v. 56, n. 2, p. 1–7, 2014.

MANNING, R. E.; ANDERSON, L. E. **Managing outdoor recreation. Case studies in the national parks**. Cambridge: CABI, 2012.

MANNING, R.; MORE, T. Recreational values of public parks. **The George Wright Forum**, v. 19, n. 2, p. 21–30, 2002.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. São Paulo: Unesp, [2006]. Disponível em: <http://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

MANZO, L. C. For better or worse: exploring multiple dimensions of place meaning. **Journal of Environmental Psychology**, v. 25, n. 1, p. 67–86, 2005.

MANZO, L. C. Understanding human relationships to place and their significance for outdoor recreation and tourism. In: KRUGER, L. E.; HALL, T. E.; STIEFEL, M. C. (Eds.). **Understanding concepts of place in recreation research** (General Technical Report PNW-GTR744). Portland: USDA Forest Service - Pacific Northwest Research Station, 2008. p. 135–173.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). 11 JOURNÉES INTERNATIONALES D'ANALYSE DES DONNÉES TEXTUELLES (JADT), **Anais...** p. 687–699, 2012.

MARION, B. J. L.; WIMPEY, J. F.; PARK, L. O. The science of trail surveys: tools for managing wilderness trails. **Park Science**, v. 28, n. 3, p. 60–65, 2011.

MARION, J. et al. A review and synthesis of recreation ecology research findings on visitor impacts to wilderness and protected natural areas. **Journal of Forestry**, v. 114, n. 3, p. 352–362, 2016.

MARTIN, S. R.; MARSOLAIS, J.; ROLLOFF, D. Visitor perceptions of appropriate management actions across the recreation opportunity spectrum. **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 27, n. 1, p. 56–69, 2009.

MCCOOL, S. F.; COLE, D. N. Limits of acceptable change and related planning processes: progress and future directions (General Technical Report INT-GTR-371). **Proceedings**. Ogden: USDA Forest Service - Rocky Mountain Research Station, 1997.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. DE A.; GARAY, I. A Proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. VI, n. 9, p. 83–93, 2004.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 190–231.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. [s.d.] Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 6 set. 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 13a. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de conservação federais: mapeamento**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/mapas>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro nacional de unidades de conservação**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

MINISTRY OF FOREST BRITISH COLUMBIA. **Recreation opportunity spectrum inventory. Procedures and standards manual**. Vancouver: British Columbia Resources Inventory Committee, 1998.

MITTERMEIER, R. A. et al. **Hotspots revisited**. Cidade do México: CEMEX, 2004.

MORE, T. A. et al. **Extending the Recreation Opportunity Spectrum to nonfederal lands in the Northeast: an implementation guide** (General Technical Report NE-309). Newtown Square: USDA Forest Service - Northeastern Research Station, 2003.

MOREIRA, J. C. et al. A percepção do visitante do Parque Estadual de Vila Velha: coleta de dados baseada no método national visitor use monitoring (NVUM). In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário, 2015

MOREIRA, J. C.; BURNS, R. C. Turismo, manejo de uso público e a percepção dos visitantes: coleta de dados na Floresta Nacional do Tapajós (Pará). In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Anais...** Curitiba: 2015.

MOURA, J. C.; PORTO, M. D.; CUNHA, H. F. O grupo focal como instrumento avaliativo de uma sequência de aulas sobre o Cerrado. **Multi-Science Journal**, v. 2, n. 1, p. 70–76, 2019.

MUHAR, A.; ARNBERGER, A.; BRANDENBURG, C. Methods for visitor monitoring in recreational and protected areas: an overview. In: MONITORING AND MANAGEMENT OF VISITOR FLOWS IN RECREATIONAL AND PROTECTED AREAS. **Anais...** 2002.

MUIR, J. The wild parks and forest reservations of the West. In: **John Muir: a reading bibliography by Kime**. In: KIME (Ed.) University of the Pacific Scholarly Commons, 1898. p. 14–28.

NASH, R. F. **Wilderness and the American mind**. 5a. ed. New Haven: Yale University Press, 2014.

NATIONAL PARK SERVICE. **The visitor experience and resource protection (VERP) framework: a handbook for planners and managers**. Denver: National Park Service, 1997.

NAZO, G. N.; MUKAI, T. O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. **Revista de Direito Administrativo**, v. 223, p. 75–104, 2001.

NELSON, M. P. An amalgamation of wilderness preservation arguments. In: CALLICOTT, J. B.; NELSON, M. P. (Eds.). **The great new wilderness debate**. Athens: University of Georgia Press, 1998. p. 154–198.

NETO, W.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Guia de trilhas, cachoeiras e montanhas**. Petrópolis: Autores, 2009.

NEWMAN, P. et al. Informing carrying capacity decision making in Yosemite National Park, USA using stated choice modeling. **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 23, n. 1, p. 75–89, 2005.

NEWMAN, P.; MANNING, R. E.; VALLIERE, B. Integrating resource, social and managerial indicators of quality into carrying capacity decision making. In: 2001 NORTHEASTERN RECREATION RESEARCH SYMPOSIUM (General Technical Report NE-289). **Proceedings...** Bolton Landing: USDA Forest Service - Northeastern Research Station, 2002.

NORMAN, P.; PICKERING, C. M. Using volunteered geographic information to assess park visitation: comparing three on-line platforms. **Applied Geography**, v. 89, p. 163–172, 2017.

OH, C.-O.; HAMMITT, W. E. Predictive linkages between recreation. specialization and place attachment. **Journal of Leisure Research**, v. 44, n. 1, p. 70–87, 2012.

OLIVEIRA, R. P. D. DE. **A representação social das fintechs na visão dos profissionais do mercado financeiro brasileiro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2018.

ONU. Convention Relative to the Preservation of Fauna and Flora in their Natural State. **Proceedings...** ONU, 1933.

ONU. Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Anais...** Rio de Janeiro: ONU, 1992.

PÁDUA, M. T. J. Como os peruanos estão goleando o Brasil no ecoturismo. **O Eco**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/maria-tereza-jorge-padua/27002-como-os-peruanos-estao-goleando-o-brasil-no-ecoturismo/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

PÁDUA, M. T. J.; CARVALHO, J. C. DE M. New action in the field of conservation of nature in Brazil. **Environmental Conservation**, v. 6, n. 3, p. 224–224, 1979.

PÁDUA, M. T. J.; MAGNANINI, A.; MITTERMEIER, R. A. Brazil's national parks. **Oryx**, v. 12, n. 4, p. 452–464, 1974.

PATTERSON, M. E. et al. An hermeneutic approach to studying the nature of wilderness experiences. **Journal of Leisure Research**, v. 30, n. 4, p. 423–452, 1998.

PATTERSON, M. E.; WILLIAMS, D. R. Maintaining research traditions on place: diversity of thought and scientific progress. **Journal of Environmental Psychology**, v. 25, n. 4, p. 361–380, 2005.

PATTERSON, M. E.; WILLIAMS, D. R.; SCHERL, L. Identity and the experience of wilderness: analysis of experience narratives from Australia and the United States. In: INTERNATIONAL WILDERNESS ALLOCATION, MANAGEMENT, AND RESEARCH. **Anais...** Fort Collins: International Wilderness Leadership (WILD) Foundation, 1994.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 71–82, 2011.

PEGURIER, E.; BRAGANÇA, D. ICMBio fecha visitação do Parque Nacional de São Joaquim. **O Eco**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/28895-icmbio-fecha-visitacao-do-parque-nacional-de-sao-joaquim/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

PEREIRA, C. A análise de dados nas representações sociais. **Análise Psicológica**, v. 1, n. 15, p. 49–62, 1997.

PETTENGILL, P. R.; MANNING, R. **Literature review a review of the recreation opportunity spectrum and its potential application to transportation in parks and public lands**. Washington DC: Paul S. Sarbanes Transit in Parks Technical Assistance Center, 2011.

PIETILÄ, M.; KANGAS, K. Examining the relationship between recreation settings and experiences in Oulanka national park - A spatial approach. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 9, p. 26–36, 2015.

PRATES, L. A. et al. A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. **Cadernos Saúde Pública**, v. 31, n. 12, p. 2483–2492, 2015.

QUEIROZ, D. **Boas práticas de manejo. Trilhas técnicas e vias normais (FEMERJ-MAN-2019-05)**. Rio de Janeiro: FEMERJ, 2019.

QUEIROZ, D.; BRADFORD, R. **Manejo da visitação em áreas naturais: conceitos para planejamento (FEMERJ MAN-2012/01)**. Rio de Janeiro: FEMERJ, 2012. Disponível em: <<http://www.FEMERJ.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2012-01-r0.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017

QUEIROZ, D.; BRADFORD, R. **Manejo da visitação em áreas naturais (FEMERJ MAN-2013/01)**. Rio de Janeiro: FEMERJ, 2013. Disponível em: <<http://www.FEMERJ.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2013-01.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017

RAMOS, M. G.; LIMA, V. M. DO R.; AMARAL-ROSA, M. P. Contribuições do software Iramuteq para a análise textual discursiva. In: 7o CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA. **Anais...** 2018

RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 779–786, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Decreto 42.483, de 27 de maio de 2010**. Estabelece diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2010.

RIPER, C. J. VAN et al. Tradeoffs Visitor preferences for tradeoffs among recreation conditions on mountain summits in the northern forest of the United States. **Leisure Sciences**, v. 33, n. 3, 2011.

RIUNGU, G. K. et al. Understanding visitors' spatial behavior: a review of spatial applications in parks. **Tourism Geographies**, v. 0, n. 0, p. 1–25, 2019.

RODRIGUES, C. G. de O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade**. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RODRIGUES, C. G. de O. Valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para a gestão da visitação em áreas protegidas. In: SEMINÁRIO DE ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO (apresentação oral). Rio de Janeiro: Unirio, 2019

RODRIGUES, C. G. de O.; IRVING, M. D. A.; DRUMMOND, J. A. Da visita e do turismo: uma reflexão sobre o uso público em parques nacionais. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. **Anais...** Niterói: UFF, 2010

ROGGENBUCK, J. W.; LUCAS, R. C. **Wilderness use and user characteristics: a state-of-knowledge review**. In: NATIONAL WILDERNESS RESEARCH CONFERENCE: ISSUES, STATE-OF-KNOWLEDGE, FUTURE DIRECTIONS. **Anais...** Ogden: USDA Forest Service - Intermountain Research Station, 1987.

SALAFSAKY, N.; MARGOLUIS, R.; REDFORD, K. **Adaptive management: a tool for conservation practitioners**. Washington DC: Biodiversity Support Program, 2001.

SALVADOR, P. T. C. DE O. et al. Uso do software Iramuteq nas pesquisas brasileiras da área da saúde: uma scoping review. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, p. 1–9, 2018.

SANTOS MENEZES, D.; SIENA, O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia legal. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 54, p. 479–498, 2010.

SAX, J. L. **Mountains without handrails. Reflections on the National Parks**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1980.

SCHÜTTE, Michel de S. **Pedra do Sino: impacto sobre a biota e capacidade de carga turística de uma trilha no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, RJ**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Manual de monitoramento e gestão dos impactos da visitação em unidades de conservação**. São Paulo: Fundação Florestal, 2010.

SENARATNE, H. et al. A review of volunteered geographic information quality assessment methods. **International Journal of Geographical Information Science**, v. 31, n. 1, p. 139–167, 2017.

SEVERO, T. P.; FONSECA, A. D. DA; GOMES, V. L. DE O. Grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa em enfermagem. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 297–302, 2007.

SHAFER, E. L. **The average camper who doesn't exist**. Upper Darby: USDA/Forest Service, 1969.

SHELBY, B.; STANKEY, G. H.; SHINDLER, B. (Eds.). Defining wilderness quality: the role of standards in wilderness management. (General Technical Report PNW-GTR-305). **Workshop Proceedings...** Portland: USDA Forest Service - Pacific Northwest Research Station, 1992

SIEBER, R. E.; HAKLAY, M. The epistemology(s) of volunteered geographic information: a critique. **Geo: Geography and Environment**, v. 2, n. 2, p. 122–136, 2015.

SIMMONDS, C.M. et al. This land is your land: crisis in our national parks: how tourists are loving nature to death. **The Guardian**, 20 nov 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2018/nov/20/national-parks-america-overcrowding-crisis-tourism-visitation-solutions>>. Acesso em: 13 set. 2019.

SMYTH, R.; WATZIN, M. C.; MANNING, R. Defining acceptable levels for ecological indicators: an approach for considering social values. **Environmental Management**, v. 39, p. 301–315, 2007.

SOUZA, T. B. Uso público nos parques nacionais é um direito civil. **O Eco**, Rio de Janeiro, 9 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28912-uso-publico-nos-parques-nacionais-e-um-direito-civil/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SOUZA, T. B. **Recreation classification, tourism demand and economic impact. Analyses of the federal protected areas of Brazil**. Tese de Doutorado, Florida: University of Florida, 2016.

SOUZA, T. B. ; THAPA, B. ; VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Tourism attractiveness index of protected areas of Brazil. In: CUNHA, A.A; MAGRO-LINDENKAMP, T.C; MCCOOL, SF. (Org.). **Tourism and protected areas in Brazil: challenges and perspectives**. New York: Nova Science Publishers, 2018, v. 1, p. 67-98.

SPINK, M. J.; SPINK, S. P. P. Aventura esportiva na modernidade tardia. In: DIAS, C.A.G.; ALVES JUNIOR, E. D. (Org.) **Em busca da aventura**. Múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói:EdUFF, 2009.

STANKEY, G. H. et al. **The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning** (General Technical Report INT-176). Ogden: USDA Forest Service - Intermountain Research Station, 1985.

STEDMAN, R. Is it really just a social construction? The contribution of the physical environment to sense of place. **Society and Natural Resources**, v. 16, n. 8, p. 671–685, 2003.

STEDMAN, R. What do we “mean” by place meanings? Implications of place meanings for managers and practitioners. In: KRUGER, L. E.; HALL, T. E.; STIEFEL, M. C. (Eds.). **Understanding concepts of place in recreation research** (General Technical Report PNW-GTR744). Portland: USDA Forest Service - Pacific Northwest Research Station, 2008.

STEDMAN, R. et al. Photo-based methods for understanding place meanings as foundations for attachment. In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (Eds.). **Place attachment: advances in theory, methods and applications**. Ebook. Abingdon: Routledge, 2014.

STEDMAN, R. C. Toward a social psychology of place: predicting behavior from place-based cognitions, attitude, and identity. **Environment and Behavior**, v. 34, n. 5, p. 561–581, 2002.

STEWART, B. M.; GRIMMER, J. Text as data: the promise and pitfalls of automatic

content analysis methods for political texts. **Political Analysis**, v. 21, n. 3, p. 267–297, 2013.

STEWART, W. P. Place meanings in stories of lived experience. In: KRUGER, L. E.; HALL, T. E.; STIEFEL, M. C. (Eds.). **Understanding concepts of place in recreation research** (General Technical Report PNW-GTR744). Portland: USDA Forest Service - Pacific Northwest Research Station, 2008.

TAKAHASHI, L. Y. et al. Indicadores de impacto para monitorar o uso público no Parque Estadual Pico do Marumbi – Paraná 1. **Revista Árvore**, v. 29, n. 1, p. 159–167, 2005.

TAKAHASHI, L. Y.; CEGANA, A. C. V. Como monitorar o impacto dos visitantes utilizando o sistema LAC - Limite Aceitável de Câmbio. **Turismo em Análise**, v. 16, n. 2, p. 206–222, 2005.

TARRANT, M. A et al. Motivations, attitudes, preferences, satisfactions among outdoor recreationists. In: CORDELL, H. K. et al. (Eds.). **Outdoor recreation in American life: a national assessment of demand and supply trends**. Champaign, IL: Sagamore Publishing, 1999.

TARRANT, M.; SMITH, E.; CORDELL, K. Recreation visitor preferences for and perceptions of outdoor recreation setting attributes. In: CORDELL, H. K. et al. (Eds.). **Outdoor recreation in American life: a national assessment of demand and supply trends**. Champaign, IL: Sagamore Publishing, 1999.

TEIXEIRA, P. R.; OLIVEIRA, L. T. O método de Cifuentes e a avaliação da capacidade de carga na trilha na ‘Serrinha’, São João da Baliza, Roraima. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 1, p. 120–132, 2015.

THOREAU, D. H. **Walking**. E-book. Gutenberg Ebook, 1892.

TOMPKINS CONSERVATION. **Tompkins Conservation dona 42,000 hectáreas de tierra adicional al Parque Nacional Iberá en Argentina**. Disponível em: <<http://www.tompkinsconservation.org/news/es/2017/11/11/tompkins-conservation-donates-an-additional-103000-acres-of-land-to-ibera-park-in-argentina/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

TONGCO, M. D. C. Purposive sampling as a tool for informant selection. **Ethnobotany Research & Applications**, v. 5, p. 147–158, 2007.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, v. 19, n. 3, p. 777–796, 2009.

TROBIA, G.; MOREIRA, J. C. Análise da percepção do visitante do Parque Nacional dos Campos Gerais-PR. **UNIFAMMA**, v. 13, p. 1–18, 2014.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. E-book. Londrina: Eduel, 2015.

USA. **Public Act No. 159** authorizing a grant to the State of California of the Yosemite Valley, and of the land embracing the Mariposa Big Tree Grove. 1864 U.S. Statutes at Large, Vol. 13, Chap. 184, p. 325. Disponível em: <[http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=amrvl&fileName=vl001//amrvl001.db&recNum=0&itemLink=r?amm e m/consrvbib:@field\(NUMBER+@band\(amrvl+vl001\)\)&linkText=0](http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=amrvl&fileName=vl001//amrvl001.db&recNum=0&itemLink=r?amm e m/consrvbib:@field(NUMBER+@band(amrvl+vl001))&linkText=0)>. Acesso em: 15 jun. 2018

USA. **Yellowstone National Park protection act**. 1872. Disponível em: <https://www.nps.gov/yell/learn/management/yellowstoneprotectionact1872.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018

USA. **Public Law 88-577 - Wilderness Act**, 1964. Disponível em: <<https://www.wilderness.net/NWPS/documents/publiclaws/PDF/88-577.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

USA. **Public Law 96-625. National parks and recreation act of 1978**. 1978. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-92/pdf/STATUTE-92-Pg1111.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

VAN PATTEN, S. R.; WILLIAMS, D. R. Problems in place: Using discursive social psychology to investigate the meanings of seasonal homes. **Leisure Sciences**, v. 30, n. 5, p. 448–464, 2008.

VERPLANKE, J. et al. A shared perspective for PGIS and VGI. **The Cartographic Journal**, v. 53, n. 4, p. 308–317, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Changing a Brazilian protected areas paradigm: why public use is not just optional. **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 36, p. 129–141, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B.; KINKER, S. M. S. Ordenamento da visitação como estratégia de proteção de unidades de conservação: os casos dos Parques Nacionais de Anavilhanas e São Joaquim. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO **Anais...** 2012

WAGAR, J. Alan. **The carrying capacity of wild lands for recreation**. Washington DC: Society of American Foresters, 1964.

WAGAR, J. Alan. Recreational carrying capacity reconsidered. **Journal of Forestry**, v. 72, n. 5, p. 274–278, 1974.

WALDEN-SCHREINER, C.; LEUNG, Y.-F.; TATEOSIAN, L. Digital footprints: Incorporating crowdsourced geographic information for protected area management. **Applied Geography**, v. 90, n. November 2017, p. 44–54, 2018.

WARZECHA, C. et al. Diversity in outdoor recreation: planning and managing a spectrum of visitor opportunities in and among parks. **The George Wright Forum**, v. 18, n. 3, p. 99–112, 2001.

WATSON, A. E. et al. The evolution of wilderness social science and future research to protect experiences, resources, and societal benefits. **Journal of Forestry**, v. 114, n. 3, p. 329–338, 2015.

WEEKLEY, G. M. **Recreation specialization and the recreation opportunity spectrum: a study of climbers**. Dissertação (Mestrado em Recursos de Recreação, Parques e Turismo) - Davis College of Agriculture, Forestry, and Consumer Sciences. Morgantown: West Virginia University, 2002.

WHITEHOUSE, J. F. IVth World Congress on National Parks and Protected Areas Caracas, Venezuela , February 1992. **Australian Zoologist**, v. 28, n. 1–4, p. 39–47, 1992.

WILLIAMS, D. R. et al. Beyond the commodity metaphor: examining emotional and symbolic attachment to place. **Leisure Sciences**, v. 14, n. 1, p. 29–46, 1992.

WILLIAMS, D. R. et al. Measuring place attachment: more preliminary results. In: NRPA LEISURE RESEARCH SYMPOSIUM. **Anais...** San Antonio. 1995.

WILLIAMS, Daniel. R. Pluralities of place: a user's guide to place concepts, theories, and philosophies in natural resource management. In: KRUGER, L. E.; HALL, T. E.; STIEFEL, M. C. (Eds.). **Understanding concepts of place in recreation research** (General Technical Report PNW-GTR744). Portland: USDA Forest Service - Pacific Northwest Research Station, 2008.

WILLIAMS, D. R.; ROGGENBUCK, J. W. Measuring place attachment: some preliminary results. In: NRPA LEISURE RESEARCH SYMPOSIUM. **Anais...** 1989.

WILLIAMS, D. R.; VASKE, J. J. The measurement of place attachment: validity and generalizability of a psychometric approach. **Forest Science**, v. 49, n. 6, p. 830–840, 2003.

WOLF, I. D. et al. The use of public participation GIS (PPGIS) for park visitor management: A case study of mountain biking. **Tourism Management**, v. 51, p. 112–130, 2015.

WOOD, S. A. et al. Using social media to quantify nature-based tourism and recreation. **Scientific Reports**, v. 3, 2013.

WWF-BRASIL. **Movimento Borandá**. Disponível em: <<http://movimentoboranda.org/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

YUNG, L.; FREIMUND, W. A.; BELSKY, J. M. The politics of place: understanding meaning, common ground, and political difference on the Rocky Mountain front. **Forest Science**, v. 49, n. 6, p. 855–866, 2003.

ZIMMERMANN, A. **Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

13. APÊNDICE 1 – BANCO DE DADOS DE OPORTUNIDADES DE MONTANHISMO NO PARNASO

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
360o	Trilha		2,4	4,8	1,1	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	2
Açu (via Caxambu)	Trilha	E	12	24	0	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Agulha Bonatti	Escalada	E	10	20	0,3	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Agulha da Estrela	Trilha		4	8	0,85	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Agulha da Neblina	Escalada	E	11	22	0,29	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Agulha do Diabo	Escalada	E	11	22	0,29	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Agulha dos Italianos	Escalaminhada	E	9	18	8,57	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Agulha dos Italianos (fora do parque)	Trilha				0,43	Não			
Agulha Inhomirim	Trilha		3,5	7	1	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Agulhinha Beija-Flor	Escalada	E	1,5	3	0,44	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Alcobaça	Trilha	E	2,5	5	0,83	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Alto das Nuvens	Escalaminhada	E	12	24	0,84	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Alto do Ventania	Trilha		2,8	5,6	2,21	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	2
Alto do Ventania (fora do Parque)	Trilha				0,59	Não			2
Andorinhas-Açu	Trilha				0,72	Não			
Andorinhas-Guapi (fora do parque)	Travessia				4,04	Não			2
Andorinhas-Guapimirim	Travessia		7,5	7,5	7,5	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	2

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Arquipélago	Escalada	E	0,2	0,4	0,2	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	1
Bosque Pinheirinhos	Trilha		4,2	8,4	3,66	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	2
Bosque Pinheirinhos	Trilha				0,54	Não			
Cabeça de Dinossauro	Trilha		12	24	0,72	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Cabeça de Negro	Trilha	E	2,5	5	2,5	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	2
Cabeça de Peixe	Escalada	E	2,2	4,4	2,2	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Cachoeira das Andorinhas	Trilha		0,1	0,2	0,1	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Cachoeira do Alicate	Trilha		3,5	7	0,17	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Cachoeira Grande	Trilha				3,32	Não			
Cachoeira Sumidouro e Sumifim	Trilha		0,1	0,2	0,1	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	2
Caminho do Ouro (Travessia Inhomirim-Petrópolis)	Travessia		6,5	6,5	5,14	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	3
Caminho do Ouro (Travessia Inhomirim-Petrópolis)	Travessia				1,36	Não			
Caminhos da Serra do mar	Travessia	E	62	62	0	Parque	Várias zonas	Normas gerais para a zona	3
Capucho do Frade	Trilha	E	4,15	8,3	0,4	Parque	Intangível	Proibido à visitação	3
Cara de Cão ou Cabeça de Cão	Trilha		15	30	0,3	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Cartão Postal	Trilha		1,1	2,2	1,1	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	2
Castelinhos	Escalaminhada	E	10	20	0,57	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	5
Castelitos (via Açú - bate e volta)	Trilha		11,5	23	0	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Castelitos (via Cubaio - bate e volta)	Trilha		9,5	19	0	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Castelões	Trilha	E	10,75	21,5	1,27	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Castelos do Açú	Trilha	E	8	16	8	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	3
Cavalo Branco	Trilha		10	20	10	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Caxambu-Sto Aleixo	Travessia		14	14	7,69	Parque	Recuperação	Normas gerais para a zona	2
Caxambu-Sto Aleixo (Fora do Parque)	Travessia				4,1	Não			
Circuito Bandeira - Falso Açú - Falso Eco - Açú - Bandeira (volta no Falso Açú)	Trilha		9	9	4	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Circuito da Capela	Trilha		0,35	0,7	0,35	Parque	Recuperação	Normas gerais para a zona	2
Circuito das Bromélias	Trilha		1,1	2,2	0,87	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	2
Circuito do Índio	Trilha		2,8	2,8	2,8	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Circuito Rochoso 1 - CEP	Trilha		1,3	1,3	1,3	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Cobiçado	Trilha	E	3,5	7	2,77	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	2
Cobiçado (fora do Parque)	Trilha				0,73	Não			
Cone 2	Trilha		6,25	12,5	1,68	Parque	Intangível	Proibido à visitação	3
Cone 2 (fora do Parque)	Trilha				4,33	Não			
Cone 2 (opcional)	Trilha				0,82	Não			
Cone 3	Trilha		6	12	0,73	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Cone da Macumba	Trilha		2,5	5	1,06	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Cone da Macumba (fora do parque)	Trilha				1,44	Não			
Cone da Macumba (via 13)	Trilha				0,18	Não			
Contraforte do Pipoca (via BR)	Trilha		2	4	2	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Contraforte do Pipoca (via Sino)	Trilha		13	26	0,74	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Coroa do Frade - Cume Central	Escalada	E	13	26	0,57	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Coroa do Frade - Cume Maior	Escalada	E	13	26	0	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Coroa do Frade - Cume Menor	Escalada	E	13	26	0	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Coruja Maior	Trilha		5,75	11,5	0,93	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	5
Coruja Mirim	Trilha		4,5	9	1,34	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	5
Corujas (fora do parque)	Trilha				0,64	Não			
Cubaio-Açu via Castelitos e Luva (só a ligação)	Trilha		1,75	3,5	1,75	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Dedinhos	Escalada	E	1,5	3	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Dedo de Deus	Escalada	E	1,5	3	1,5	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Dedo de Nossa Senhora	Escalada	E	2,1	4,2	2,1	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Descida Rio Pimenteiras (só ida)	Escalaminhada	E	25	25	3	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Descida Soberbo (Castelões - Minchetti)	Escalaminhada	E	15	15	1,5	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Descida Soberbo (Castelões)	Escalaminhada	E	15	15	0,8	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Descida Soberbo (Luva)	Escalaminhada	E	15	15	2	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Descida Soberbo (Portais)	Escalaminhada	E	15	15	0,42	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Diabinho	Escalada	E	11	22	0,29	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Dinossauro (via Véu)	Trilha		10,9	21,8	1,47	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Dois Irmãos do Pau Grande - Cume Maior	Trilha		4,2	8,4	0,83	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Dois Irmãos do Pau Grande - Cume Menor	Trilha		3,6	7,2	0,15	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Duas Vertentes (via Italianos)	Trilha		4	8	2,1	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Duas Vertentes (via Norte- Guapi)	Trilha		4	8	0,96	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Escalavrado	Escalaminhada	E	1,2	2,4	1,2	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Falso Eco	Trilha		9	18	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Garrafão	Escalaminhada	E	15	30	0,9	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Garrafão (base - só ida)	Trilha	E	5	10	5	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Gruta do Presidente	Trilha		2,4	4,8	0,17	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Isabeloca ou Morro da Bandeira (via Caxambu)	Trilha		7,5	15	4,75	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Isabeloca ou Morro da Bandeira (via Petrô-Terê)	Trilha		7	14	0,68	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Isabeloca ou Morro da Bandeira (via Uricanal)	Trilha		8	16	2,3	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Itacolomi (SE - fora do parque)	Trilha				3,71	Não			
Itacolomi (via Oeste)	Trilha	E	9	18	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Itacolomi (via Santo Aleixo - BV)	Trilha	E	12	24	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Itacolomi (via SE-CEP)	Trilha	E	7,5	15	1,55	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Jacó (ou Sentis)	Trilha		6,2	12,4	5,49	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Jacó e Quebra-Frascos (fora do Parque)	Travessia				0,71	Não			
Jacutinga (via Norte - CEP)	Trilha		6,75	13,5	1,1	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Jacutinga (via Sul)	Trilha		6,75	13,5	2,26	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Ligação Castelo-Pedra de Trás	Trilha				0,59	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Ligação Glória-Luva	Escalaminhada	E	1,1	1,1	1,1	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Ligação Mãe D'água-Alcobaça (só ida)	Travessia	E	0,37	0,37	0,37	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Ligação Pedra do Capeta-Companhia	Trilha				1,25	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Ligação Sentis-Serrote	Travessia		1,9	1,9	1,9	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Ligação Teto-Alcobaça	Travessia	E	2	2	1,5	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Ligação Vândalos - Torres de Mourin	Travessia		2,2	2,2	2,1	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Mãe D'água	Trilha	E	3,2	6,4	2,11	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Mamute (via BR)	Trilha		4,5	9	2,52	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Mamute (via BR)	Trilha				1,2	Não			
Mamute (via Véu)	Trilha		8	16	1,94	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Meu Castelo	Trilha		2,5	5	2,25	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	2
Meu Castelo	Trilha				0,27	Não			
Mirante do Inferno	Trilha		12	24	0,73	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Mirante Simone (BV)	Trilha		6,4	12,8	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Mirante Simone com Trav. Neblina	Trilha		8,5	17	0,82	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Morro da Cruz (ou Pedra das Cruzes), via cota 2000	Trilha	E	10	20	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Morro da Luva	Trilha		10,5	21	0	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	3
Morro da Reunião	Escalada	E	0,2	0,4	0,2	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	1
Morro do Alicate	Trilha		5	10	0,74	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Morro do Cubaio (via Açú)	Trilha		17,5	35	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Morro do Cubaio (via Véu)	Trilha		8,5	17	3,12	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Morro do Esquecido	Trilha		7	14	0,81	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Morro do Marco	Trilha		9	18	0	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	3
Morro do Queimado	Trilha		8,25	16,5	0,1	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Morro do Teto	Trilha	E	2,25	4,5	1,51	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Morro do Teto	Trilha				0,4	Não			
Morro dos Quatis (via Açú)	Trilha		10,5	21	0	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Morro dos Quatis (via Andorinhas)	Trilha		8	16	7,38	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Morro dos Quatis (via Andorinhas) - Opcional	Trilha		8	16	2,3	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Mozart Catão	Trilha		1	2	1	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	2
Nariz da Freira	Escalada	E	13	26	1,12	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Nariz/Verruga do Frade	Escalada	E	4	8	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Papudo	Trilha		10	20	0,45	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Papudo por baixo	Trilha		3,7	7,4	3,7	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Pedra Comprida (Ser)	Escalada	E	0,2	0,4	0,2	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	1
Pedra da Companhia	Escalaminhada	E	8,15	16,3	3,92	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Pedra da Galinha	Trilha		0,75	1,5	0,41	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Pedra da Galinha (fora do Parque)	Trilha		0,75	1,5	0,14	Não			3
Pedra da Jaguatirica	Trilha		3	6	2	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Pedra da Jaguatirica	Trilha				1	Não			
Pedra de Trás	Trilha		5,5	11	2,72	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Pedra de Trás-Pau Grande	Trilha				0,51	Não			
Pedra do Capeta	Trilha		6,5	13	1,56	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Pedra do Carneiro ou Canjango	Trilha		1,7	3,4	1,7	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Pedra do Cone	Trilha	E	1,85	3,7	1,85	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Pedra do Diabo	Trilha	E	4,5	9	0,56	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Pedra do Saco	Trilha		6,5	13	0,37	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Pedra do Sino	Trilha	E	13	26	13	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	3
Pedra do Tapera ou Triunfo	Trilha		3	6	0	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Pedra do Tapera ou Triunfo	Trilha				3	Não			
Pedra dos Brejos (vai Magé - BV)	Trilha		4,5	9	0	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Pedra dos Brejos (via Meu Castelo - BV)	Trilha		5	10	0	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Pedra Mãe (SO)	Trilha		7,2	14,4	3,06	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Pedra Mãe (SO)	Trilha				4,14	Não			
Pedra Mãe (via Leste)	Trilha		5,5	11	1,1	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Pedra Oculta	Trilha		7,5	15	3	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Pico do Balão ou Falso Açú	Trilha		8,25	16,5	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Pico do Eco (via Açú)	Trilha		11,5	23	2,22	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	5
Pico do Eco (via Andorinhas)	Trilha		10	20	0,95	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Pico do Glória	Escalaminhada	E	5,6	11,2	1,14	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Pico do Inferno (bate e volta via Tridente)	Trilha		6	12	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Pico do Inferno (via Cax-Sto Aleixo e volta pelo Tridente)	Trilha		5,75	11,5	2,65	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Pico do Muquém (via Castelões)	Trilha	E	11	22	0,8	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Pico do Muquém (via Guapi)	Trilha		5,5	11	4,51	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Pico do Solidão (via Açú)	Trilha		12	24	0,27	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Pico do Solidão (via Andorinhas)	Trilha		10,5	21	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Pico dos Vândalos	Trilha		5,8	11,6	1,42	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Pico Grande de Magé	Trilha		7,5	15	5,11	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Pico Grande de Magé	Trilha				0,98	Não			
Pico Grande de Magé - Canion dos Monjolos	Trilha				1,41	Não			
Pico Médio de Magé	Trilha		0,7	1,4	0,7	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Pico sem nome (perto Eco)	Trilha		9,5	19	0,85	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Pipoca (via BR)	Trilha		3	6	3	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Pipoca (via Sino)	Trilha		12,1	24,2	1,1	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	5
Poço Verde	Trilha		1,25	2,5	0,52	Parque	Uso intensivo	Normas gerais para a zona	2
Portais de Hércules	Trilha		11	22	1	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Primavera (só ida)	Trilha		0,5	0,5	0,5	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	2
Quebra Frascos - Lucas	Travessia		4	4	0,95	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Quebra Frascos (ou Pilatos)	Trilha		4,25	8,5	0,78	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Quebra-Frascos - Lucas	Travessia				0,61	Não			
Queixo do Frade	Trilha		4,6	9,2	0	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Rabo da Jaguatirica - Cume maior	Trilha		5,5	11	0,68	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Rabo da Jaguatirica - Cume menor	Trilha		4,5	9	1,72	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Santo Antonio	Trilha		2,7	5,4	2,7	Parque	Intangível	Proibido à visitação	3
Santo Antonio Mirim	Trilha	E	0,2	0,4	0	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	1
São João	Escalaminhada	E	13	26	0,45	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
São João Primitivo	Trilha	E	4,5	9	0,95	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
São Joaquim	Trilha		9,5	19	1,3	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
São Pedro	Trilha	E	13	26	0,68	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Sapocado	Trilha		5,5	11	1,3	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo em área inóspita	4
Serrote	Trilha		4,9	9,8	2,12	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	4
Serrote (Galinha - bif quebravascos)	Trilha				1,4	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Torre de Mourim (Lagoinha)	Trilha	E	4	8	4	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	1
Travessia Cobiçado e Ventania	Travessia		12,4	12,4	0,89	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Travessia da Neblina	Travessia	E	15	15	2,35	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Travessia Garrafão- Concórdia (Guapi)	Travessia		7	7	5,74	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	2
Travessia Garrafão- Concórdia (Guapi)	Travessia				0,58	Não			
Travessia Inhomirim-Cachoeira Grande via Pedra de Trás (CEP)	Travessia		12	12	2,1	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Travessia Magé - Santo Aleixo via Itacolomi	Travessia		22	22	2,67	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Travessia Magé-Sto Aleixo (Itacolomi)	Travessia				0,83	Não			
Travessia Magé-Sto Aleixo (Itacolomi) - Volta da Capela	Travessia				4,74	Não			
Travessia Meu Castelo- Magé (sem tracklog)	Travessia		13	#REF!	4,5	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Travessia Meu Castelo- Magé (via Brejos)	Travessia		19,4	19,4	6,47	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Travessia Pau Grande - Cachoeira Grande	Travessia		8	8	7,13	Parque	Intangível	Proibido à visitação	3
Travessia Pau Grande - Cachoeira Grande	Travessia				0,7	Não			

Dados brutos							Plano de Manejo		Categoria de manejo de trilhas
Atrativo	Atividade	Escalada?	Distância de ida	Distância ida e volta	Distância - por trecho	Parque?	Zoneamento	Normas	Categoria de manejo Atual
Travessia Petrô-Terê	Travessia	E	28	28	6,4	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	3
Travessia Sul-Sudoeste Açú (até Bandeira)	Travessia		4	4	4	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	4
Travessia Vale do Bonfim - Jacó	Travessia		12,5	12,5	0	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Três Irmãos do Caxambu - Cume Central	Trilha		4,5	9	4,56	Parque	Intangível	Proibido à visitação	4
Três Irmãos do Caxambu - Cume Leste	Trilha		5	10	0,3	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Três Irmãos do Caxambu - Cume NO	Trilha		5	10	0,3	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Três Marias	Trilha		4,25	8,5	0,7	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Três Marias via Santinha	Trilha		2,2	4,4	1,2	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Tridente (via Ventania)	Trilha		5,6	11,2	1,16	Parque	Zona Primitiva	Montanhismo tradicional	3
Trilha Rochosos 1 e 2 até Bandeira	Trilha		6,5	13	1,61	Parque	Intangível	Proibido à visitação	5
Uricanal	Trilha		5	5	4,78	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	3
Uricanal	Trilha				0,22	Não			2
Vale da Morte	Escalaminhada	E	11	22	0,45	Parque	Zona Primitiva	Normas gerais para a zona	5
Véu da Noiva	Trilha		4,1	8,2	0,3	Parque	Uso Extensivo	Normas gerais para a zona	3

14. APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Sobre visitas e visitantes: uma exploração ao primitivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ”. Meu nome é Renata Burlamaqui Bradford, sou a pesquisadora responsável, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Figueiredo, Profa. Dra. Camila Rodrigues e Prof. Dr. Bruno Simões; sou mestranda na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO no Programa de Pós-Graduação de Ecoturismo e Conservação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua.

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é analisar o perfil e a opinião dos visitantes de áreas primitivas visando gerar subsídios para o manejo dessas áreas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo sem que isso interfira na sua vida profissional ou pessoal. Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Os debates serão gravados em áudio. As gravações serão ouvidas por mim e por uma pessoa experiente que auxiliará com a transcrição e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá somente comigo. Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, pois coletamos informações sobre suas experiências pessoais. Você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado, parar a entrevista ou retirar seu consentimento a qualquer momento.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará a caracterizar a visitação de áreas primitivas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos sob o ponto de vista da gestão da unidade, de um modo geral, e da visitação mais especificamente, seja a partir do ponto de vista do órgão gestor ou de montanhistas que apoiam este manejo, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas fitas de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: A investigadora está disponível para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, envie um e-mail para kikabradford@gmail.com ou 21 99221-8741. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da UNIRIO no telefone 2542-7796 ou e-mail cep.unirio09@gmail.com. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, e-mail e telefone de contato para que a equipe do estudo possa lhe contatar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura:

Data:

E-mail:

Telefone: ()

15. APÊNDICE 3 – EXEMPLOS DE BIGRAMAS, TRIGRAMAS E TETRAGRAMAS CRIADOS

Item	Palavra
Bigrama	abrir_trilha
Bigrama	Acampamento_caçador
Bigrama	acesso_legal
Bigrama	análise_currículo
Bigrama	área_primitiva
Bigrama	área_remota
Bigrama	aumento_visitação
Trigrama	boi_de_piranha
Bigrama	caminho_fechado
Trigrama	competição_pelo_espaco
Bigrama	conseguir_autorização
Bigrama	correr_risco
Bigrama	criar_regras
Bigrama	descobrir_caminho
Bigrama	dificuldade_orientação
Bigrama	educação_ambiental
Bigrama	enfrentar_medo
Trigrama	estar_com_amigos
Bigrama	facilitar_acesso
Bigrama	fazer_cume
Bigrama	fazer_seleção
Bigrama	ficar_sozinho
Bigrama	gestão_antiga
Trigrama	imerso_na_natureza
Bigrama	levar_cliente
Bigrama	ligação_pessoas
Bigrama	limitar_acesso
Bigrama	mais_completo
Bigrama	Menos_visitação
Trigrama	migrar_outra_área
Bigrama	montanhista_clube
Bigrama	muita_gente
Bigrama	não_montanhista
Tetragrama	não_se_sentir_inseguro
Bigrama	não_encontrar
Trigrama	não_estruturar_trilha
Bigrama	não_montanhista
Bigrama	não_permitir

Item	Palavra
Trigrama	não_qualquer_um
Bigrama	natureza_preservada
Bigrama	PARNASO_único
Bigrama	pedir_autorização
Trigrama	plano_de_manejo
Bigrama	pouca_gente
Bigrama	sem_ninguém
Bigrama	sem_trilha
Bigrama	sem_visual
Bigrama	técnica_escalada
Bigrama	ter_condições
Bigrama	ter_critérios
Bigrama	ter_dom
Bigrama	terreno_técnico
Trigrama	Travessia_Petrópolis_Teresópolis
Tetragrama	Travessia_Petrópolis_Teresópolis_proibida
Bigrama	trilha_marcada
Trigrama	unidade_de_conservação
Bigrama	visitação_massiva
Trigrama	visitantes_sem_noção
Bigrama	zona_intangível
Bigrama	zona_primitiva

16. APÊNDICE 4 – SINÔNIMOS E PADRONIZAÇÃO DE VOCABULÁRIO – ALGUNS EXEMPLOS

Termo adotado	Palavra ou frase original
Abrir_trilha	Reabrir, limpar, bater trilha
Acampamento_caçador	Estrutura ou abrigo de caçador
Acesso_liberado	Esse acesso não está proibido; a gente pode ir
Acesso_proibido	"Eles não liberavam para a gente fazer outros caminhos"; não está sendo liberado; não é pra você entrar; fechar o local para a visitaçã
Acesso_restrito	"Não pode abrir aberto não"; controlado
Acidente	"O cara escorrega e cai"
Administração_parque	Parque (ao se referir à gestão do parque); autoridade do parque
Alta_qualidade	Excepcional; sensacional; muito interessante; muito bom; irada; demais; legal; bacana; maravilhoso
Amizade	"A ligação que você tem com as pessoas"
Área_primitiva	Área ou zona intangível e primitiva quando se referindo à área natural primitiva
Área_remota	Área afastada
Atualmente_mais_visitado	"Antigamente há uns 25 anos atrás ninguém ia aos Portais de Hercules"; "o Alicate que tá ficando super frequentado; uma montanha que ninguém ia"
Aumento_visitaçã	Contribuir para as pessoas irem; aumentar o ritmo; aumentando o número de curioso
Bagunça	Fazer bagunça; "gente fazendo besteira"; encher a cara; gritar
Baixa_qualidade	Muito triste; chato; ficou pior; horrível; incômodo; desagradável
Beleza_cênica	Beleza natural
Caminho_fechado sem_trilha	"Ela é ruim para andar"; "não é uma trilha muito estabelecida"; trilha fechada; mata fechada
Cliente	Pessoa que tá te contratando
Clube_montanha	Nomes de clubes
Condição_física	Preparo físico; "aguento ir e vou"; disposição física
Criar_regras	Mudar_regras; normatizar a demanda
Curioso	Aventureiro
Dar_autorizaçã	Me deu autorizaçã; já estão liberadas
Descobrir_caminho	Saber onde ir; se orientar; saber como chegar na montanha
Encontra_ninguém	"Vai ser muito difícil de encontrar gente"; "só nós"; "não existe nenhum ser humano ali"
Encontrar_gente	"Encontra sempre um maluco na trilha"
Evolução_técnica	"Vai pegar mais prática"
Fauna	Nomes de espécies da fauna: cateto, cuíca, lontra etc.
Fazer_cume	Atingir ou pisar no cume; chegar lá em cima
Fazer_seleçã	Fazer diferenciaçã; fazer categorias; criar um filtro; fazer triagem
Flora	Nomes de espécies da flora ou referências à vegetaçã: Jancarandá
Floresta	Mato; mata
Fora_de_clube	Independente; "não são de clube"; montanhista que não é de clube

Termo adotado	Palavra ou frase original
Impacto	Degradada; pegar ou levar coisas; detonar; cume erodido
Liberar_ acesso	Abrindo essas áreas; trabalhar para abertura; esse mundo para ser aberto; aumentando acessos a trilhas
Limitador_natural	Limita muito aventureiro que é só trilheiro
Lixo	Plástico; pratos, garfos; facas
Marcação_trilha	[Caminho] tá fitado; fitilhos; coisinhas pra marcar [a trilha]
Meio_do_caminho	Lugar ou área intermediária
Menos_visitação	Lugares que são menos acessados; a frequência não deve ser muito grande; visitamos pouco
Montanhismo_único	Diferente de outros esportes
Montanhista_clube	Gente de clube; clubes (quando se referiam às pessoas); o pessoal que é de clube de montanha
Montanhista_raiz	Montanhismo raiz; “sempre andando com esses caras sou pupilo deles”
Motivação	Querer; buscar; procurar; o que leva a gente a [visitar]
Mudar_regras	Mexer na lei
Muita_gente	Fluxo grande; quase todo mundo; lotado; muvuca; um absurdo de gente; aglutinação de gente; um monte de gente; gente pra caramba; tava crowd
Muita_visitação	Muito visitado; visitação massiva; mais visitadas
N�o_intervenç�o	Não precisa de manejo; não precisa de intervenção; sem intervenção; não tem a facilitação do parque; não ter a facilidade de acesso
N�o_montanhismo	Têm nada a ver com montanhismo
N�o_regra	Não existe nenhuma determinação
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos �rg�os; Parque; Serra dos �rg�os
PARNASO_�nico	� difícil ver em outros lugares; não vejo em outro lugar; único; s� l�; diferente de outros lugares
Pedir_autorizaç�o	Pedir permissão
Popular	Mais conhecidas; super frequentado
Popular	Super frequentado
Pouca_gente	Poucas pessoas; não tem público; uma montanha que ninguém ia
Preencher_termo	Fazer um registro de entrada; controlado com formulário
Seleç�o_pessoas	"Pessoas especiais mas quem � especial?"; "separando o pessoal da galera preparado pra ir e quem tá ali comercialmente"
Sem_experi�ncia	"Até quem nunca fez"; "o escalador de fim de semana ali da Urca não � o cara que vai se meter numa roubada l� no meio da Serra"
Seleç�o_pessoas	Quem pode e quem não pode
Ser_safo	Se virar; se resolver; vai achar sozinho
Ter_crit�rios	"Como ele checa que o 'Fulano de tal' � montanhista?"
Ter_curr�culo	Currículo; histórico
Terreno_t�cnico	Caminhada técnica; montanhas técnicas
Trilha_marcada	"Trilha definitiva mesmo"; pista; trilha aberta; trilha bem feita, bem batida; trilha permanente
Volume_de_pessoas	Grande quantidade de pessoas